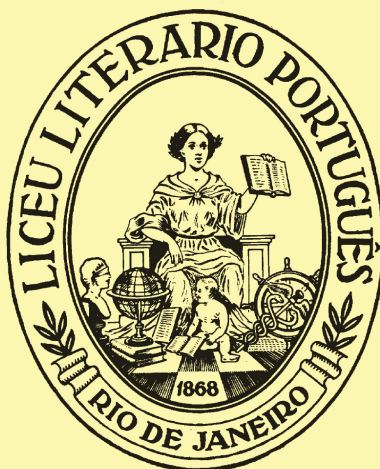


# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Per multiplum ad unum*



N.º 48 – 1.º semestre de 2015 – Rio de Janeiro

# CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

*Per multiplum ad unum*

*“As armas e padrões portugueses  
postos em África, e em Ásia, e em  
tantas mil ilhas fora da repartição  
das três partes da terra, materiaes  
sam, e pode-as o tempo gastar: però  
nã gastará doutrina, costumes,  
linguagem, que os portugueses  
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor  
da Nossa Linguagem*)



N.º 48 – 1.º semestre de 2015 – Rio de Janeiro

**LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS**  
**INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO**  
Fundado em 10 de setembro de 1868

**CORPO DIRETIVO 2013/2014**

**DIRETORIA**

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Manuel Marcos Rodrigues Reino

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

**CONSELHO FISCAL**

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia
	Ângelo Leite Horto
	Carlos Jorge Airosa Branco

Suplentes:	José Gomes da Silva
	Eduardo Artur Neves Moreira
	Alcides Martins

**CONSELHO CONSULTIVO**

Amaury de Sá e Albuquerque  
Carlos Eduardo Falcão Uchôa  
Fernando Ozorio Rodrigues  
José Pereira de Andrade  
Nilda Santos Cabral  
Ricardo Cavaliere  
Walmirio Macedo

**CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS**

Diretor: António Gomes da Costa

**DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO**

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

**DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Prof. Evanildo Bechara

**DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA**

Prof. Arno Wehling

**SUPERINTENDENTE**

Albino Melo da Costa

# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

## DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)  
Evanildo Bechara (Diretor Geral)  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Antônio Basílio Rodrigues  
Horácio Rolim de Freitas  
Rosálvo do Valle

## CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

## CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)  
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)  
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)  
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)  
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)  
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)  
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)  
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)  
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)  
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)  
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)  
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Rosálvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)  
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)  
Volker Noll (Universidade de Münster)  
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

## Diagramação

Quadratto Comunicação e Design  
Rossana Henriques  
[www.quadratto.com.br](http://www.quadratto.com.br)

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Sí chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

## Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português  
Rua Senador Dantas, 118 – Centro  
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044  
E-mail: [liceu@liceuliterario.org.br](mailto:liceu@liceuliterario.org.br) – Internet: [www.liceuliterario.org.br](http://www.liceuliterario.org.br)

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.



# Sumário

Apresentação .....	7
Artigos	
Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa .....	9
EVANILDO BECHARA	
O verbo na tradição gramatical brasileira .....	17
LEONOR LOPES FÁVERO	
Os advérbios de lugar no <i>tesoro</i> de covarrubias (1611).....	31
MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO	
A criação da pós-graduação em Linguística na Faculdade de Letras da UFRJ: o que o <i>Boletim</i> registrou.....	50
MARIA CARLOTA ROSA	
A <i>Grammatica Brasileira</i> do século XIX .....	71
MARLI QUADROS LEITE	
A primeira descrição da língua portuguesa na Alemanha: o <i>Hexaglotton</i> (1762) de Ignaz Weitenauer (1709-1783) .....	94
ROLF KEMMLER	
SÓNIA COELHO	
SUSANA FONTES	
<i>Fatos da Língua Portuguesa</i> , de Mario Barreto: uma perspectiva historiográfica .....	124
DIELI VESARO PALMA	
NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE	

Olhares sobre a Língua Nacional no Brasil Independente.....	153
REGINA PIRES DE BRITO	
MARIA LÚCIA MARCONDES CARVALHO VASCONCELOS	
Pelos 100 anos de um marco para o ensino de português como língua segun- da / estrangeira .....	166
JOSÉ MARCELO FREITAS DE LUNA	
Solano Constâncio e Soares Barbosa: embates gramaticais .....	181
MÁRCIA A. G. MOLINA	
Colaboradores deste Número .....	198

## APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2015, comemoram-se os vinte anos de fundação do GT de Historiografia da Linguística Brasileira filiado à Anpoll. Trata-se de uma data importante sob vários motivos, entre eles o crescimento expressivo do número de membros que compõem o Grupo de Trabalho, a par dos inúmeros estudos, distribuídos em periódicos e coletâneas de ensaios, que, ao longo desse interregno, foram oferecidos ao público interessado nas questões linguísticas de maneira geral. Também há de destacar-se a consolidação que o GT de Historiografia da Linguística Brasileira veio a conferir ao campo linguístico-histórico-gráfico como área de pesquisa em várias universidades, unindo pesquisadores qualificados em projetos conjuntos que visam a direcionar o foco de luz científica para o percurso do saber linguístico no Brasil.

No corpo de investigadores dedicados à Historiografia da Linguística há de destacar-se necessariamente a figura da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Altman, livre-docente da Universidade de São Paulo, já que por sua iniciativa, no curso dos anos 90 do século passado, ingressaram em nossa terra os primeiros conceitos doutrinários, as primeiras vozes especializadas em uma teoria especificamente dedicada ao tratamento das questões historiográficas sob aparato metodológico igualmente próprio. Às diligências precursoras de Cristina Altman somaram-se mais tarde outras tantas, de gente talentosa e produtiva, cuja citação aqui evitamos para afastar a indelicadeza de uma omissão fortuita.

Tendo em vista, pois, esta data tão expressiva, a revista *Confluência* optou por dedicar seus números de 2015 à publicação de textos atinentes à área da pesquisa linguístico-histórico-gráfica, todos produzidos por pesquisadores de escol, com rica experiência na pesquisa e na docência universitária. Nesse intuito, irmanam-se neste projeto, que se inicia neste n.º 48 e se estenderá ao próximo n.º 49, colegas de procedência vária - brasileira, portuguesa, espanhola, russa -, que gentilmente atenderam à chamada para publicação e submeteram textos altamente qualificados, conforme se pode observar em sua leitura atenta.



A todos eles a revista *Confluência* agradece penhoradamente, na certeza de que seu engrandecimento e a riqueza do serviço que presta à ciência traduz-se pela qualidade dos estudos que publica e pela excelência do seu corpo de colaboradores.

Ricardo Cavaliere

PRIMEIROS ECOS DE F. DE SAUSSURE NA GRAMATICOGRAFIA  
DE LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>

THE FIRST ECHOES OF F. DE SAUSSURE IN THE PORTUGUESE  
LANGUAGE GRAMATICOGRAPHY

Evanildo Bechara

Academia Brasileira de Letras

Liceu Literário Português

ebechara@academia.org.br

RESUMO:

O presente estudo pretende mostrar que a produção linguística e gramatical do M. Said Ali sobre língua portuguesa talvez assinala a primeira obra no mundo da gramaticografia a se beneficiar das dicotomias saussurianas de *langue* e *parole*, de sincronia e diacronia, entre outros ensinamentos do mestre genebrino.

PALAVRAS-CHAVE: *Langue, parole*, sincronia, diacronia, gramática descritiva, gramática escolar, psicologia da linguagem, M.Said Ali, Ferdinand de Saussure, alternância vocálica, metafonía.

ABSTRACT:

The present study aims to state that the linguistic and grammar production by M. Said Ali about the Portuguese language can be considered the first publish work, in the historiographic perspective, to use the saussurean dichotomies *langue* and *parole*, *synchrony* and *diachrony*, among other Saussure's teachings.

KEYWORDS: *Langue, parole*, diachrony, synchrony, descriptive grammar, grammar school, psychology of language, M. Said Ali, Ferdinand de Saussure, vowel alternation, methaphony.

---

1 Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa. Em homenagem a Ferdinand de Saussure. Vigo 28 de outubro – 1 de novembro 1993, e aqui reproduzida com pequenas variantes.

É hoje indiscutível a presença de ideias de F. de Saussure no panorama da linguística, e não está longe da verdade a afirmação de E. Benveniste (1966:33) de que não há em nossos dias linguista que não lhe deva alguma coisa, nem teoria geral que não mencione o seu nome.

Embora os modelos teóricos de descrição linguística não tenham o compromisso imediato de aplinar dificuldades no ensino da língua materna ou de estrangeiras, vale a pena, neste momento em que se realiza um congresso em cujos temas está a obra do genial genebrino, rastrear a presença dos ensinamentos de Saussure na elaboração de gramáticas escolares. Neste sentido, conheço dois bons estudiosos que, mesmo antes de serem retomados definitivamente alguns conceitos do *Cours de linguistique générale*, em obras técnicas, orientaram o modelo de sua descrição em livro didático por ensinamentos auridos em Saussure. Cronologicamente, o primeiro deles foi o linguista e filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953); o segundo, o linguista suíço Albert Sechehaye (1870 – 1946). Deste último, lembro o *Abrégé de grammaire française*<sup>2</sup> em que, ao estabelecer um “Tableau systématique des conjugaisons”, declara, no Avertissement, reportando-se à 2.<sup>a</sup> ed. do *Cours*, de 1923:

En faisant ce travail nous n'avons voulu tenir compte que des rapports morphologiques actuels et faire, non pas de l'histoire ou de l'étymologie, mais de la grammaire strictement “synchronique” selon le mot et la doctrine de F. de Saussure (ABREGÉ, pág.79)

Said Ali já denuncia o aproveitamento mais cedo e mais profundo da leitura de *Cours*. Publicada a obra de Saussure em 1916, já em 1919, na 2.<sup>a</sup> ed. das *Dificuldades da língua portuguesa*, a ela se referia nesses termos:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora, e ora sucessivas, fontes muitas vezes de renhidas e fúteis controvérsias.

---

2 Publicado em Zürich, 1926.

Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica (pág. XVII da 5.<sup>a</sup> edição, 1957).

Das distinções primárias estabelecidas por Saussure (sincronia e diacronia; língua e fala), a primeira parece que foi a inicial nas preocupações do mestre e a que oferecia maior possibilidade de operacionalização imediata em livro destinado a descrever o idioma com objetivos pedagógicos, já que, por meio dela, se fugia à metodologia praticada na época, de considerar a língua cavalgando em dois domínios, o dos estados e o das sucessões. Colocando-se o investigador dentro da perspectiva diacrônica, como bem procedera Saussure, “ce n’est plus la langue qu’il aperçoit, mais une série d’événements qui la modifient” (1916, pág. 129).

Parece que o livro da série que mais problemas de caráter metodológico apresentou a Said Ali foi o destinado a estudar historicamente o português. Fazia parte do currículo escolar do secundário, um curso de “Gramática histórica”, e o nosso autor, diante das considerações expostas no *Cours*, teria de seguir rota diferente, visto que, para Saussure – que tomava o termo gramática numa acepção muito precisa, de descrição de um “estado de língua”, e, portanto, sincronicamente – não havia “gramática histórica”, e sim linguística diacrônica.

Partindo dessa lição, Said Ali deu ao seu livro o nome de *Gramática do português histórico* (e não *Gramática histórica do português*), em que descreve os fatos, levando em conta os diversos estados de língua, desde o início da documentação histórica até os nossos dias. O que pretendeu o autor foi mostrar as mudanças linguísticas ocorridas nas diversas fases por que passou o português. Para tanto, não ficou na divisão clássica proposta por José Leite de Vasconcelos, segundo a qual duas são as fases históricas do português: a *arcaica* (das origens aos princípios do século XVI) e a *moderna* (daí aos nossos dias). Said Ali, para poder com mais exatidão comparar os estados de língua, distinguiu, no português *moderno*, as subfases do *português quinhentista*, *português seiscentista* e *português setecentista*, e acrescentou a fase “*hodierna*”, com as características criadas ou fixadas a partir do século XIX (algumas remontam ao século XVIII). Para o tratamento de um fato linguístico sob o enfoque da sucessão na obra de Said Ali serve de exemplo o comentário relativo ao emprego do artigo definido junto ao pronome possessivo adjunto:

O possessivo adjunto ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (*meu, teu, seu*, etc.), ora reforçado

com o artigo (o *meu*, o *teu*, o *seu*, etc.). Não podemos precisar a época do aparecimento desta segunda forma. Existia provavelmente muito antes dos primeiros documentos escritos. Certo é que o seu emprego era relativamente restrito e só de Camões para cá se torna, de século para século, cada vez mais notória a frequência de possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vezes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura ao lado dos exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5%, aproximadamente. Já nos *Lusíadas* sobe a porcentagem a 30%, na linguagem de Vieira a mais de 70% e finalmente na de Herculano a mais de 90% (vol. 12, págs. 97-98).

A consequência da oposição sincronia x diacronia não ficou restrita à fuga original da denominação “gramática histórica”, mas foi mais adiante. Se a sincronia é a descrição de um sistema linguístico num dado momento ou fora do tempo, e a diacronia o estudo do desenvolvimento desse sistema através do tempo, de geração a geração, está-se fazendo diacronia tanto ao se compararem dois sistemas durante um grande espaço de tempo (por ex., o sistema latino e o sistema português), dentro do modelo canônico das gramáticas históricas, quanto dois sistemas delimitados por um espaço de tempo mais curto (por ex.; o português antigo e o português moderno, ou o português moderno e o português hodierno). O estudo de linguística diacrônica é tão válido quando levado a cabo, segundo a primeira hipótese, quanto pela segunda hipótese. Said Ali optou por esta segunda maneira de encarar o estudo diacrônico e, pela primeira vez em língua portuguesa, elaborou uma “gramática histórica” sem partir diretamente do latim, preocupado que estava com o plano das sucessões dentro do próprio português. Neste ponto ousou não crer certa a opinião de Mattoso Câmara Jr., quando, considerando esta obra de Said Ali dentro da “descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure”, assim se expressa (2004, pág.187):

E em verdade se pode dizer que o seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure. Assim, a sua *Gramática histórica* (...) não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães, e o que se entende ainda hoje: um estudo da cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas. É no fundo uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua. Aí se acham apresentadas mais minuciosas as ideias gramaticais que nos oferece

nessa admirável síntese didática que é a “*Gramática secundária da língua portuguesa*”.

Sou de opinião, aliás, em companhia do próprio Said Ali, que seu livro é uma gramática histórica, é um estudo de linguística diacrônica dentro do que entendia Saussure por diacronia, estudo da língua dentro da história, no plano das sucessões. Por outro lado, não vejo na *Gramática secundária* menos minuciosamente tratadas as mesmas ideias gramaticais da *Gramática histórica*; é, sim, uma exposição do estado de língua a que Said Ali chamou *português hodierno*. É verdade que aí cita autores clássicos representativos do estado de língua anterior ao qual chamou *português moderno*; os fatos gramaticais que documentam, porém, são todos vigentes na língua de seus contemporâneos. Aliás, como ensinava Saussure, “o rio da língua flui sem interrupção; que seu curso seja lento ou de torrente, é de importância secundária” (1916, pág.193).

Esta novidade, dentro do maior rigor científico, aparecida ao público especializado e aos alunos em 1921, não foi bem entendida, e serviu, entre outros pontos, de alvo de crítica de um membro da Academia Brasileira de Letras, integrante da comissão que concedeu, naquele ano, ao autor da *Lexeologia do português histórico*, o primeiro prêmio Francisco Alves, instituído para a melhor obra sobre a língua portuguesa. O argumento do crítico a respeito da novidade era esse: uma gramática histórica sem latim!

Apesar do peso da autoridade de que já gozava Said Ali no meio do magistério brasileiro e da concessão do prêmio pela Academia Brasileira de Letras, o autor teve de alterar o título, na 2.<sup>a</sup> edição de sua obra, para *Gramática histórica da língua portuguesa*, a fim de atender às exigências dos programas oficiais de ensino. No Prólogo desta 2.<sup>a</sup> edição, ainda procurava defender o ponto de vista anterior que dava à obra o seu tom de originalidade:

Constituíam os dous volumes uma gramática histórica que, sem desprezar a evolução do latim para o português, estudava *particularmente* (o grifo é meu) as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico, isto é, no largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos (pág. VI do 1.<sup>o</sup> vol., 2.<sup>a</sup> ed. 1931).

A mudança do título e a ressalva exarada na 2.<sup>a</sup> ed. da obra de Said Ali não conseguiram que os contemporâneos a deixassem de ver como uma produção estranha, que fugia aos cânones tradicionais das gramáticas históricas escritas

para o português, ou para outras línguas. Como resultado dessa impressão, vale lembrar que o livro, em vida do autor, não passou dessa 2ª edição, saída à luz quase dez anos depois da 1ª, o que significa, em se tratando de livro didático, um desastre editorial. Só mais tarde, a partir da década de 50, sendo mais conhecidas e discutidas as ideias de Saussure, é que a obra conhece maior número de edições, e é posta em evidência toda a novidade que ela inaugurara na década de 20.

Entre outras presenças de Saussure na obra de Said Ali, lembro aqui a relação íntima entre a psicologia de homem pensante e as alterações por que passa a linguagem. Confronte-se o comentário do mestre suíço: «Au fond, tout est psychologique dans la langue, y compris ses manifestations matérielles et mécaniques, comme les changements de sons» (1916, pág 21)

Com este de Said Ali:

É a psicologia elemento essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma (1937, pág.III).

Embora a natureza prática e pedagógica do livro de Said Ali não enfrentasse a oposição *língua e fala*, não passou despercebida a lição saussuriana de que é na fala “que se trouve le germe de tous les changements: chacun d’eux est lancé d’abord par un certain nombre d’individus avant d’entrer dans l’usage (...) Mais toutes les innovations de la parole n’ont pas le même succès, et tant qu’elles demeurent individuelles, il n’y a pas à en tenir compte, puisque nous étudions la langue; elles ne rentrent dans notre champ d’observation qu’au moment où la collectivité les a accueillies”(1916, pág.138).

Eis como Said Ali se expressa a respeito:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (1937, pág. IV).

Além da *Gramática do português histórico*, Said Ali escreveu, para a série didática, uma *Gramática secundária*, essa recebida com mais entusiasmo pelo círculo dos professores, e que chegou a ter algumas edições em vida do autor.

Como disse Saussure, a gramática “étudie la langue en tant que système de moyens d’expression; qui dit grammatical dit synchronique et significatif” (*Cours*, 185). Said Ali conseguiu, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, elaborar uma gramática quase exclusivamente dentro de um enfoque sincrônico, e este mérito não passou despercebido a um linguista do nível de Mattoso Câmara Jr., que acerca desse livro afirmou tratar-se, como já vimos, de uma “admirável síntese didática” (2004, pág.187), ou noutro ensaio sobre João Ribeiro:

É, não obstante, inconcusso que no campo estrito da gramática também fez muito o nosso João Ribeiro, embora sem aquela sistematização nítida e formulação estruturada que fazem da *Gramática secundária*, de Said Ali, o livro até hoje insuperado em seu gênero para a língua portuguesa (2004, pág.175).

Também, relativamente à nomenclatura, se podem rastrear algumas influências, ainda que leves, da leitura de *Cours*; assim é que Said Ali não agasalhou o termo *morfologia*, preferindo trabalhar com a denominação *Lexeologia*. É bem verdade que nessa opção o autor brasileiro passou ao largo das razões apontadas por Saussure para desprezar morfologia, que, para este, “linguisticamente, não tem objeto real e autônomo, não podendo constituir-se numa disciplina distinta da sintaxe” (*Cours*, pág.186).

Mais profundas devem ter sido as razões colhidas em Saussure (*Cours*, págs.215 e ss.) sobre o conceito e a aplicação de alternância para que Said Ali pudesse fazer a seguinte opção terminológica: “Em pontos de nomenclatura evitei em geral o recurso de inovações desnecessárias. Preferi a denominação mais vaga de *alternância vocálica* a *metafonia* e a *apofonia* por me parecer que estes termos, segundo os encontro definidos, não exprimem com rigor a natureza da alteração fonética” (1937, I<sup>2</sup>, pág. III-IV)

Nas pegadas de Saussure, compreendeu Said Ali que os fenômenos rotulados por *metafonia* e *apofonia* encobriam oposições de funções gramaticais de pessoa, gênero, número, tempo, etc., e que as alterações fonéticas não eram “ni la cause unique ni la cause principale de l’alternance” (*Cours*, pág. 206). Tais alternâncias resultavam antes do que hoje chamamos *morfemas suprasegmentais*.



Pelo que vimos até aqui, podemos concluir que a gramaticografia de língua portuguesa, com o apoio na obra de Said Ali, tenha sido das primeiras, se não a primeira, a beneficiar-se das importantes reflexões teóricas de F. de Saussure e de suas consequências no estudo e descrição das línguas.

\*Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa. Em homenagem a Ferdinand de Saussure. Vigo 28 de outubro – 1 de novembro 1993, e aqui reproduzida com pequenas variantes.

<sup>2</sup> Zürich, 1926.

### **Referências bibliográficas**

- ALI, M. Said - Dificuldades da língua portuguesa. 8ª edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. Gramática histórica da língua portuguesa. 2ª edição. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1937.
- \_\_\_\_\_. Gramática secundária da língua portuguesa. 4ª edição. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.
- BENVENISTE, Émile. Problèmes da linguistique générale. Paris Éditions Gallimard, 1966.
- CÂMARA. JR., Joaquim Mattoso. Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.. Nova edição revista ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Cours de linguistique générale. Paris: Payot, 1916.
- SECHEHAYE, Albert. Abrégé de grammaire française Zürich: Sekundarlehrerkonferenz des Kantons Zürich, 1926.

Nota do editor: texto de articulista convidado.

# O VERBO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA

## THE VERB IN THE BRAZILIAN GRAMMATICAL TRADITION

Leonor Lopes Fávero

Universidade de São Paulo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPq

lplfavero@uol.com.br

### RESUMO:

O trabalho examina o verbo na produção gramatical brasileira do século XIX, à luz da História das Idéias Lingüísticas, lembrando que pesquisadores, apesar da dificuldade ou mesmo impossibilidade de uma partição rígida, reconhecem dois momentos na produção gramatical brasileira do século: um sob a égide da gramática geral e filosófica e outro, a partir de 1881, com a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro. Ao final do trabalho podemos dizer que as obras publicadas até 1881 foram marcadas exclusivamente pelos pressupostos da gramática geral e filosófica e , no caso de nosso objeto de análise – o verbo – predominantemente, pela utilização de critérios semânticos.

### PALAVRAS-CHAVE:

Gramáticas - Século XIX - Verbo

### ABSTRACT:

This paper examines the verb in the 19<sup>th</sup> century Brazilian grammatical production, based on the thesis of the History of Linguistic Ideas. It must be pointed that, despite the difficulty or even impossibility of a rigid partition, we may recognize two moments in Brazilian grammatical production of the century: the first under the aegis of general and philosophical grammar and the second, from 1881 on, illuminated by the publication of Julio Ribeiro's *Portuguese grammar*. The paper concludes that the works that have been published until 1881 were only marked by the assumptions of general and philosophical gram-

mar and, in the case of our object of analysis - the verb - predominantly by the use of semantic criteria .

#### KEYWORDS:

Grammars - Nineteenth Century - Verbs

### **Preliminares**

O verbo é um dos elementos mais complexos e mais difíceis, “ o mais difícil”, no dizer de Rask (1824), na constituição das línguas, tendo sido estudado sob diferentes perspectivas. Propomo-nos, neste trabalho a examinar como esse elemento foi visto pelos gramáticos brasileiros, no século XIX, à luz da História das Idéias Lingüísticas.

O procedimento metodológico utilizado consiste em examinar as ideias predominantes acerca dessa classe gramatical, como o conceito e as mudanças por que passou ao longo do século, mas para que chegássemos a este período, traçamos um breve histórico dessa classe gramatical, começando na Antiguidade Clássica.

Lembremo-nos de que pesquisadores como Elia (1975) Guimarães (1996), Cavaliere (2002) e Fávero e Molina (2006) , apesar da complexidade ou mesmo impossibilidade de uma partição rígida dos estudos gramaticais, reconhecem dois momentos na produção gramatical do século: um sob a égide da gramática geral e filosófica e outro sob a égide das correntes “científicas” com a *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), divisora de águas (embora se afirme não ter sido ele o precursor, indubitavelmente o mais citado por seus contemporâneos e o que de fato penetrou nos bancos escolares do Brasil).

Como afirma Zamorano Aguilar (2002, p. 216) “a escolha de um corpus é sempre uma tarefa complexa e altamente subjetiva”. O grupo de textos selecionados é variado, englobando diferentes correntes lógico-filosófica, tradicional, etc e também obras teóricas e didáticas.

### **1. Antecedentes**

É sobejamente conhecido que as reflexões lingüísticas na Grécia Antiga se produzem juntamente com a filosofia, sendo a gramática a segunda grande revolução tecnológica da humanidade (Auroux, 1992).

No dizer de Neves (1987, p.107), “A grammatiké dos filósofos não é a gramática no sentido comum tradicional. A grammatiké que corresponde ao

que comumente se chama gramática é instrumento de cultivo e preservação da cultura helenística”.

Foi Dionísio da Trácia (I a.C.) o organizador e primeiro autor de uma gramática na Antiguidade – *Técne grammatiké*- editada pela primeira vez em 1715 e cuja influência pode ser observada até hoje em muitas obras do Ocidente. Segundo Robins (1983) a gramática é, para ele “ o conhecimento prático do uso lingüístico comum a poetas e prosadores”. Observe-se que ela é prática e não especulativa. Distingue oito partes do discurso: nome, verbo, partícipio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção.

O verbo é a palavra indeclinável que indica o tempo, a pessoa, o número e com significado de ação e paixão. É a parte mais importante da oração, constatação existente até hoje. Note-se que se trata de uma conceituação semântico-formal. O partícipio constitui classe à parte, não sendo nem nome nem verbo, mas participa dos dois. O verbo consta de cinco acidentes, cinco *parepómēna*, como ele mesmo diz: modo, voz, número, pessoa tempo e conjugação. Dentro dos modos distingue: indicativo, imperativo, optativo subjuntivo e infinitivo. Como assinala Zamorano Aguilar (2001, p.83) esta classificação dos modos como categorias morfossemânticas tem origem nos gramáticos alexandrinos

Por sua vez Apolônio Discolo (primeira metade do II século d.C.) diz que o verbo é o que acrescenta a sua própria significação a do tempo, isto é, é uma voz composta que exprime o tempo e que por si não tem nenhuma parte que tenha significação. Reconhece os mesmos cinco modos que aparecem em Dionísio: infinitivo, indicativo, subjuntivo, imperativo e optativo. Zamorano Aguilar (2001, p.83), considera ser o modo um dos acidentes exclusivos do verbo e se define por ser um disposição mental. E o infinitivo é “ um modo general que abarca a todos los demás...característica destacada por multitud de gramáticos contemporâneos (ibid).”.

Em Roma, a obra de Donato (século IV d.C.) - *orationis ars minor* (ou *Ars Grammatica*) - tem caráter didático, foi muito utilizada nas escolas medievais e, segundo Tusón (1982, p.34), “no supuso avance alguno para los estudios gramaticales”. Donato diz que o verbo tem tempo e pessoa.

Já Prisciano (século V . C.), fiel seguidor de Dionísio e autor das *Institutiones grammaticae* representou um marco na cultura ocidental.

Em sua obra há freqüentes referências aos gramáticos gregos e latinos, Dionísio, Apolônio Discolo, Varrão, Donato e Quintiliano denominados por ele *vetustissimi graecorum gramamatici*. Parte da palavra (dos dezoito livros das *Institutiones Grammaticae* quinze são dedicados á morfologia). Os livros II a XVI são dedicados às partes da oração e seus acidentes : nome, verbo,

particípio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção. O critério para estabelecer essas partes é semântico, pois diz só ser possível fazê-lo se considerarmos as propriedades significativas de cada uma. “*Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu, agendi vel patiendi significativum*”, afirma ele.

E Nebrija, em 1492, vai, literalmente, recorrer a Prisciano: “*Quid est verbum? Pars orationis declinabilis cum modis et temporibus sine casu agendi vel patiendi significativa*” A propósito, assim se expressa Zamorano Aguilar (2002,p.212): “Ésta es una de las razones por las que en la tradición posterior a Nebrija, autoridad indiscutible, el critério semântico-(formal) tiene una gran fuerza, como axioma teórico”.

Outro nome a ser lembrado é Francisco Sánchez de Iás Brozas, com a obra *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia* (1587). É um trabalho teórico sobre a noção de gramaticalidade confuso ainda em Prisciano, mas já trabalhado por Scaliger (1540) e Ramus (1562), e agora posta de modo claro: o uso (*usus*) e a razão (*ratio*) não devem ser confundidos. A razão se põe em primeiro lugar e não aceita nenhum princípio gramatical que não esteja baseado nela: “*Usus porro sine ratione non movetur, alioqui abusus, non usus, discendus erit. Auctoritas vero ab usu sumpti incrementum; non si ab usu recedat, auctoritas nulla est*”.(Minerva,1,p,1)

O objetivo principal da obra é descobrir as estruturas lógicas (*causae*) bem como as regras internas e os primeiros princípios (*rationis vera principia*) da língua latina. A gramática, desde que submetida às leis da lógica, precisa ser a mesma para todas as línguas e, embora centrado explicitamente no latim, Sánchez faz referências freqüentes a outras línguas. Em Portugal, a obra de Roboredo (1619) constitui um esforço para o estabelecimento de princípios gerais a todas as línguas.

Sánchez substitui a antiga definição de gramática “*ars recte loquendi*” por “*ars recte loquendi cuius finis est congruens oratio*”, isto é, a oração e a unidade básica de análise, excluindo, assim, o significado léxico. A divisão da gramática em quatro partes vem desde o período medieval (talvez desde Prisciano que foi o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo “da disposição que visa à obtenção da oração perfeita”: ortografia, etimologia, sintaxe e prosódia, divisão essa que permanece por muito tempo, pois ainda se encontra em fins do século XVIII, por exemplo, em Soares Barbosa.

As partes da oração são três: *nomen*, *verbum* e *partículas*, que são as três invariáveis: preposição, advérbio e conjunção. A interjeição não constitui parte da oração. Sobre o verbo, Sánchez assim se expressa: “*Verbum est vox parti-*

ceps numeri personalis cum tempore. Haec difinitio vera est perfecta, reliquae omnes grammaticorum ineptae (I, p.12)”.

As pessoas são somente as do verbo – “nomina enim persona non habent, sed sunt alicuius personae verbalis” (1, p.12), isto é, acompanham sempre a terceira pessoa do verbo, com exceção de eu e tu ; o vocativo não é de segunda pessoa. Benveniste tem uma solução parecida: a terceira pessoa é a forma verbal que tem por função expressar a não-pessoa (1966, p.247-257).

Como decorrência do fato de acreditar que a pessoa gramatical está no verbo e não no nome, não aceita que os verbos possam ser impessoais. Todos esses verbos, inclusive os que indicam fenômenos meteorológicos têm sujeito elíptico. Os impessoais são os que não têm pessoa, isto é, os verbos na sua forma infinitiva. Quanto aos modos verbais diz que eles não são necessários.

Na mesma linha de Sánchez é publicada em 1660 a *Grammaire générale et raisonnée* (aqui abreviada *Grammaire*), obra que vai influenciar sobremaneira os gramáticos portugueses que a sucederam e os brasileiros da primeira metade do século XIX. De autoria de Claude Lancelot, gramático e autor de livros didáticos sobre latim, grego, italiano, espanhol e Antoine Arnauld, teólogo e lógico é indissociável da obra *La logique ou l'art de penser* do mesmo Antoine Arnauld e Pierre Nicole, publicada dois anos depois, que consiste indubitavelmente na maior expressão do racionalismo do século XVII.

Seus autores, jansenistas, estavam ligados à confraria dos Solitários de Port-Royal des Champs, famosa e influente abadia, em Paris, e dedicavam-se a trabalhos lingüísticos e lógicos e ao ensino.

A *Grammaire* está dividida em duas partes:

- estudo das letras (sons) e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia) – caps I a VI

- estudo dos “princípios e das razões sobre os quais se apoiam as diferentes formas de significação das palavras” – caps.I a XXIV

Trata nesta segunda parte principalmente da morfologia; à sintaxe é dedicado o capítulo XXIV. Como diz Sánchez: “La sintaxis es el fin de la gramática, por tanto no es parte de ella” (Minerva, 1,2,p.48).

Aceita como axioma a relação língua-pensamento, relação essa unilateral: o nível do pensamento é prioritário e três são suas operações: conceber, julgar e raciocinar. As partes do discurso ligadas ao julgar são as classes que significam a forma do pensamento: o verbo, a conjunção e a interjeição. (FÁVERO, 1996).

Ao examinar o verbo, a *Grammaire* detém-se nas conceituações apresentadas por Aristóteles (cf. *Organon* e *Poética*): “Vox significans cum tempore”; Scaliger(cf. De causis linguae latinae, 1540): “les choses qui passent” e outros

para concluir que todas essas conceituações são insuficientes porque não se dão conta da verdadeira natureza do verbo. Propõe:

... ce que l'on appelle verbe qui n'est rien qu'un mot dont le principal usage est de signifier l'affirmation, c'est-à-dire, de marquer que Le discours ou ce mot est employé, est Le discours d'un homme que ni conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge et qui les affirme (Grammaire, II, 13 ,p.66).

Então o verbo não pode ser senão (repetindo): “ um mot don't le principal usage est de signifier l'affirmation” (Grammaire, II,13, p.66), já que o ato de julgar consiste na afirmação (operação mais importante do pensamento) da ligação entre dois termos: sujeito e atributo; a função principal do verbo é realizar esta união.

Aqui está o reconhecimento das duas funções do verbo:

interna - sintático-semântica

externa - performativa e pragmática

O que exprime a afirmação é o verbo ser – o verbo substantivo - na forma *é*, sem indicação de pessoa ou tempo. Ele marca a afirmação de um determinado conteúdo proposicional e não pode ser negado.

O que acrescenta à afirmação da idéia de um atributo chama-se verbo adjetivo ,aso do verbo ser quando significa existir. Assim o verbo *être* e os verbos adjetivos opõem-se porque estes últimos, além de estabelecer a ligação sujeito-predicado, têm uma idéia atributiva, isto é, sua significação lexical, como *vivre = être vivant*.

Há uma relação com as propostas de Sánchez para o *verbum substantivum*: a raiz de todo o verbo é o verbo substantivo. Como explicar, então, a diversidade dos verbos? Pela tendência natural dos homens em abreviar suas expressões; foi assim que à afirmação se juntaram o atributo, a pessoa, o número e o tempo.

Quanto à pessoa, o verbo está na primeira pessoa quando o sujeito fala de si mesmo; na segunda, quando nomeia o interlocutor e na terceira, quando pode referir-se às pessoas ou às coisas e exprime essencialmente a afirmação; *ela* opõe-se a *eu-tu* e é índice da ausência dessas duas. Observe-se que bem antes de Benveniste (1966) a Grammaire afirma que a terceira pessoa significa a ausência das outras duas.

Quanto aos modos, Arnauld e Lancelot relacionam as afirmações como simples (*il aime, il aimait*) e condicionadas e modificadas (*quoiqu'il aimait, quand il aimerait*). O indicativo exprime as primeiras e o subjuntivo, as outras.

Além da afirmação, há ainda a expressão da vontade, que pode apresentar-se sob as formas de:

desejo	- modo optativo
concessão	- modo concessivo
ordem	- modo imperativo

Como se pode observar, Arnauld e Lancelot recorrem a critérios semânticos, mas, como diz Swiggers (1986, p 19-20) “même si la classification est formulée en termes sémantiques, confirme l’intrusion de la syntaxe dans la morfologie”.

Em Portugal o principal representante dessa verdadeira renovação filosófica é Jerônimo Soares Barbosa, de cuja obra passaremos a tratar.

Soares Barbosa dedica ao verbo aproximadamente cem páginas de sua gramática, revelando a importância que lhe atribui. Define-o<sup>1</sup> como:

Uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir (p.132).

Sua definição, além de englobar o essencial (“uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com seu sujeito”) indica também para pessoa, número, modo, tempo e aspecto. Distingue, como a *Grammaire*, duas classes fundamentais: o verbo substantivo e o verbo adjetivo, acrescentando, porém, uma terceira: o verbo auxiliar: “O verbo substantivo é o único verbo em que por última análise vêm a reduzir-se todos os verbos adjetivos os quais lhe não acrescentam outra coisa mais do que a idéia do atributo”. (p.132)

Aproxima-se da visão de Port-Royal, embora estabelecendo que a afirmação é própria do indicativo e não do verbo em geral: “A essência do verbo ser não consiste na afirmação como muito gramáticos pretendem. Sua forma infinitiva, que é a primitiva, nada afirma [...] A afirmação é o caráter do modo indicativo, e não do verbo substantivo em geral”. (p. 133).

O verbo ser pode ser considerado indispensável, segundo ele, em termos filosóficos, porém não em termos gramaticais, pois, por ser um elemento de segundo plano, facilmente se subentende.

<sup>1</sup> Nas citações, atualizamos a ortografia.



O verbo adjetivo é formado pela terminação *ae*, *er*, *ir* e o radical, isto é, admite três conjugações. É uma síntese da forma analítica *ser+adjetivo* e, como mais um argumento para provar sua afirmação, serve-se da voz passiva:

ser amado = ser amante=amar

haver se ser amante = haver de amar

ser amante = amo

quer dizer, trocando-se o particípio pelo adjetivo verbal latino tem-se a voz ativa.

Quanto à questão dos chamados verbos impessoais, aceita para eles um sujeito, já que “a oração tem necessariamente três termos” (baseando-se na proposição do tipo lógico). (p. 255) Assim não fala da inexistência do sujeito.

Quanto aos modos, como já vimos, a *Grammaire de Port-Royal* diz que o indicativo é o modo da afirmação simples e o subjuntivo, da afirmação condicionada e modificada. Além dos modos da afirmação há os modos da vontade: optativo, concessivo e imperativo; o infinitivo pode ter o valor de um verbo (*scio malum esse fugiendum*) ou de um substantivo (*le manger*).

Soares Barbosa conceitua modo como “as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição” (p.138), conceituação essa decorrente de sua visão de verbo como existência e são três os modos: indicativo, subjuntivo e infinitivo e aí Soares Barbosa se mostra um pedagogo e não um lógico: “Eu, porém creio que o melhor sistema dos modos e tempos do verbo é o mais simples e que a não se assentar no verdadeiro, sempre deve ter preferência aquele que por caminho mais breve e plano chega ao mesmo fim”. (p. 138)

O modo subjuntivo é o modo da dependência: “não pode figurar só no discurso sem dependência de outra oração clara ou oculta, a que fique subordinada sempre...”. (p. 139).

A análise do modo subjuntivo na oração dependente é bastante atual, pois considera ser o modo determinado pelo conteúdo semântico do verbo da oração matriz; assim, no caso de verbos interpretativos (julgamento, volição, sentimento), ter-se-á o subjuntivo na subordinada: “Duvido que venham. Temo que não venham”. Já os verbos de atitude não-interpretativa (asseveração, certeza) pedem o indicativo: “Julgo que virá. Sei que vem” (p.253).

## 2. O verbo nas gramáticas brasileiras do século XIX

No Brasil, no início do século XIX, as obras ancoravam-se na tradição da gramática geral e filosófica e Moraes e Silva (*Epítome da gramática portuguesa*, 1806/1813) define o verbo como “a palavra com que declaramos o

que a alma *julga ou quer* a cerca dos sujeitos e dos atributos das sentenças; com ele *afirmamos e mandamos*; v.g. Eu sou amante; o pomo é doce”. (p.XV)

Assim admite dois modos verbais: o *indicativo ou mostrador* e o *imperativo ou mandativo*. Segue aqui a *Grammaire* de Port-Royal para a qual, como diz |Kristeva, “o verbo é o que afirma, e já não o que narra o tempo (como oera para Aristóteles) ou a duração (como o era para Scalinger). Por outras palavras, qualquer verbo comporta implicitamente o sema *é* ou qualquer verbo é em primeiro lugar o verbo *ser*” (1969, p.95).

Distingue, como Port-Royal, duas classes fundamentais de verbos:

- o verbo adjetivo
- o verbo substantivo

O verbo substantivo (*ser*) assim é chamado “porque a ele se juntam todos os atributivos. E ainda nomes usados compreensivamente ou atributivamente, v.g., *ser amado, ferido, amante*” (p.XIX).

O verbo *ser* pode ser considerado indispensável, em termos filosóficos, não, porém em termos gramaticais, porque pode estar subentendido.

O verbo adjetivo é formado pela terminação *ar, er, ir e or* (quatro conjugações) e não aceita a existência dos verbos impessoais – *trovejar, chover*, por exemplo são defectivos, já que concebe a oração como sujeito, verbo e atributo.

Como se pôde ver, na obra, o tratamento dado ao verbo insere-se na linha da gramática filosófica.

Antônio Pereira Coruja com a obra *Compêndio de gramática da língua nacional*, publicada em 1835, insere-se na mesma linha, seguindo os princípios da gramática geral e filosófica.

Inicia a obra conceituando Gramática: *é uma arte que ensina a declarar os nossos pensamentos por meio de palavras (p.1)*. A definição de gramática com arte remonta à Antiguidade Clássica. Fávero (2001, p.61) ensina:

Ars é tradução do grego. Aristóteles na *Metafísica* atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical por não ser ela especulativa e sim prática (...) A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais(...)

Essa conceituação de gramática atravessou séculos tendo sido abandonada somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências em geral

e das ciências da linguagem, em especial. Nas obras do século anterior, por exemplo, na *Gramática Filosófica* de Soares Barbosa, pode-se ler: “A Gramática pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a Arte, que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua”. (p.XI)

Explica que as palavras que compõem a oração podem ser de dez espécies o que nos remete às dez categorias de pensamento sugeridas por Aristóteles, na *Metafísica*; observe-se, também, as obras do século XVIII, calcadas no modelo latino, desconsideravam o artigo e o adjetivo e/ou o pronome chegando a oito classes. E o autor já os considera como classes gramaticais distintas do nome substantivo.

Coruja dá especial destaque em sua obra ao verbo, assim definido por ele:” Verbo é a palavra com que na oração significamos a ação, afirmando uma coisa de outra” (p. 15) Depois explica que, quanto à significação, o verbo pode ser ativo (de significação transitiva)ou neutro (intransitivo)e passivo (cuja ação é sofrida pelo sujeito);quanto à conjugação inscreve-o em regulares e irregulares. Em nota, sublinha, seguindo os passos de Arnauld e Lancelot na *Grammaire* e de outras obras que navegaram por séculos nessas mesmas águas como a de Soares Barbosa:

O único e principal verbo (essencialmente falando) é o verbo SER, por excelência chamado substantivo, porque ele só é quem exprime a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito da oração: os outros verbos se chamam adjetivos, porque não sendo uma redução ou expressão abreviada da linguagem substantiva, por ela afirmam ação (se são ativos) ou estado (se são neutros) “ (p. 15).

Quanto aos modos verbais considera o indicativo, o imperativo, o conjuntivo e o infinitivo.

Outro nome a ser lembrado é o de Francisco Sotero dos Reis autor da *Gramática portuguesa*. (Há discordância na data da primeira edição da obra. Sílvio Elia traz o ano de 1866, já Antenor Nascentes, o de 1865). No capítulo introdutório traz a divisão da gramática em Gramática geral e particular.A primeira é a “ciência dos princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas” (p. 5). Já a segunda é a “arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra às instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua “. (p. 5)

Continua enfatizando que a gramática geral é, pois, uma ciência, enquanto a particular, uma arte .Divide-a em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia

e prosódia, ancorado em gramáticas anteriormente editadas. Define o verbo como: “A palavra que serve para afirmar a existência da qualidade da substância, pessoa ou coisa, e por conseguinte, o nexos ou cópula, que une o atributo ao sujeito da proposição, frase, sentença, ou enunciado de juízo. (p. 38)”.

Dialogando com as gramáticas anteriores afirma: “Diz-se também que (verbo) é a palavra por excelência porque dá vida ao discurso, que sem ela não pode existir (p.39) “ e diz, ainda, seguindo Arnauld e Lancelot que a forma primitiva do verbo é SER, que quer dizer ente, dividindo-o em substantivo e atributivo ou adjetivo, conforme sua forma primitiva, como viver que quer dizer ser vivente (p. 39).

Frise-se que, como visto desde a Antiguidade Clássica, nome e verbo são os elementos do discurso. Essa visão começa a mudar com Júlio Ribeiro, com a obra editada em 1881, *Gramática portuguesa*, que inicia, na gramática brasileira, o período denominado científico por Elia (1975), período em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam, de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil” (p. 121).

A gramática mostra a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século. Conceitua gramática, traduzindo Whitney, como a exposição metódica dos fatos da linguagem e afirma que ela não faz leis e regras para a linguagem e seu estudo não tem por principal objeto a correção da linguagem. Porém, diz ainda que as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios facilitam muito tal aprendizagem.

Divide a gramática em lexicologia e sintaxe, variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, adotada por Epifânio da Silva Dias. O centro da pesquisa é, na época, a palavra, entendendo-se o porquê da divisão não ser mais em quatro partes; a sintaxe, não sendo mais o “*finis grammaticae*” (*Minerva* de Sánchez), mas parte dela, passa a um lugar de destaque, chegando a ocupar até 50% das obras então publicadas.

Ao discutir os verbos, faz uso de noções tanto sintáticas e semânticas quanto morfológicas, uma vez que os classifica em transitivos e intransitivos, regulares e irregulares, impessoais, defectivos, perifrásticos, freqüentativos, terminativos e pronominais. Importante ressaltar que, embora considerando gramática “exposição metódica dos fatos da linguagem” (p. 1), traz ao final da apresentação dos paradigmas de conjugação dos verbos auxiliares, um subcapítulo intitulado “Conjugação do verbo substantivo ser”, revelando seu apego às proposições da gramática filosófica.

Em 1887, João Ribeiro publica sua *Gramática Portuguesa*, calcada no programa de ensino traçado por Fausto Barreto e largamente adotada no Colégio Pedro II. Define gramática como coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida, esclarecendo que tal explicação decorre da observação dos fatos da linguagem e que o objeto da gramática é sempre o grupo de palavras e a regra respectiva (p.3). Percebe-se claramente o papel preceitativo que ele confere à sua obra.

E, amparado nos ditames da gramática filosófica informa que a gramática divide-se em geral e particular, mas também, agora atrelado aos preceitos da corrente cientificista, considera a gramática histórica, a comparativa e a descritiva ou expositiva. Quanto ao verbo afirma ser ele” a palavra pela qual pode uma ação, estado ou qualidade ser atribuída a um ser” (p.29). Leciona também que “existe um verbo único que não tem idéia atributiva, isto é, o atributo vem dele sempre separado e este verbo exprime a existência em absoluto. É o verbo chamado substantivo: ser” (p.31), como o fizer também Júlio Ribeiro, apoiados ambos na *Grammaire* de Port-Royal, mostrando-nos como foi difícil para esses autores desligarem-se completamente da herança logicista.

## Conclusão

Ao término do trabalho, confirma-se o que dissemos no início sobre a complexidade do verbo. Seu estudo permitiu-nos chegar a conclusões pertinentes sobre essa categoria no período proposto para o estudo – século XIX no Brasil.

Para Auroux (1989), escrever uma história consiste sempre em homogeneizar o diverso, procurar a unidade na diversidade, lembrando que o olhar do pesquisador é sempre o de hoje no objeto passado e, nesse sentido, deve ficar atento, buscando compreender aquele passado para avaliar como, neste caso, os estudiosos da Língua Portuguesa representaram (CHARTIER, 1990) a classe gramatical “verbo”. Ao final, podemos dizer que as obras publicadas antes da de Júlio Ribeiro foram marcadas exclusivamente pelos pressupostos da gramática antiga. Já a desse autor e a de João Ribeiro, apesar de apresentarem mudanças na exposição do conceito, em alguns momentos da exposição da teoria mostraram seu ainda apego a essa gramática.

Conforme Fávero e Molina (2006, p.195): “... como fruto do conhecimento humano, o saber não é estanque e facilmente delimitado, ou seja, as transformações nessa área não ocorrem abruptamente, mas há os momentos de transição. O século XIX foi, tanto o de surgimento de nossa produção gramatical, quanto o de mudanças ...”.

Podemos assim perceber como esses estudiosos representaram o “verbo”, uma vez que as representações podem ser pensadas como “...esquemas intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

## Referências

- ARNAULD, A. e LANCELOT, C *Grammaire générale et raisonnée*. Paris, Republicatio, Paulet. 1969 [1660].
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris, Pierre Mardaga, T.1, 1989
- \_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Unicamp, 1992
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. Rio de Janeiro, *Confluência*, 25/26, 2002.
- CHARTIER, R.A. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- CORUJA, A.P. *Compêndio de gramática da língua nacional*. Rio de Janeiro, Tipografia Esperança, 2, 1875.
- ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. São Paulo, Grifo, 1975.
- FÁVERO, L.L. **As concepções linguísticas no século XVIII – a gramática portuguesa**. Campinas, Unicamp, 1996
- \_\_\_\_\_. *Gramática é a arte...* ORLANDI, E. (org). *História das ideias linguísticas*. Mato Grosso, Unemat, 2001.
- \_\_\_\_\_. e MOLINA, M.A.G. *As concepções linguísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969.
- MORAES SILVA, A. *Dicionário da língua portuguesa. Epítome da gramática portuguesa*. Lisboa, tipografia Lacerdina, 2, 1813 [1802].
- NEBRIJA, E. *Gramática castellana*. Madrid Fundación Antonio de Nebrija, 1992, [1492].
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Brasília, Hucitec, 1987.
- Reis, F.S. *Gramática portuguesa*. São Luís, Tipografia R. d’Almeida. E, 1871.,
- RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 11, 1904 [1887].
- RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. São Paulo, N.Falco, 7, 1913 [1881].
- ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro, Ao livro técnico. 1983.

- SÁNCHEZ DE LAS BROZAZ, F. *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia*. Madri, Cátedra, 1976 [1587].
- SOARES BARBOSA, J. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa, Academia Real das Ciências, 6,1875 [1822].
- SWIGGERS, P. Grammaire française et linguistique générale `l`âge classoi-que: le problème du mot. *Bulletin de la Societé de Linguistique* de Paris, LXXXI,1.
- TUSÓN, J. *Aproximación a La historia de La linguística*. Barcelona, Teide, s.d.
- ZAMORANO AGUILAR, A. *Gramaticografía de los modos del verbo en español*. Córdoba, Universidad de Córdoba, 2001.
- 
- \_\_\_\_\_ *El verbo en las gramáticas del español*. México, Universidad Autónoma de México, Anuário de Letras, XL, 2002.

Recebido em 18 de julho de 2015.

Aceito em 19 de setembro de 2015.

# OS ADVÉRBIOS DE LUGAR NO *TESORO* DE COVARRUBIAS (1611)<sup>1</sup>

## LOCATIVE ADVERBS IN COVARRUBIAS' *TESORO*

Maria do Carmo Henríquez Salido

Universidade de Vigo

mcsalido@uvigo.es

### RESUMO:

Neste artigo apresenta-se uma nota biográfica sobre “o primeiro grande tesoureiro do idioma” e alguns dados da obra analisada (o objetivo primordial, as fontes, os múltiplos campos do saber e a ingente erudição). Comentam-se as confusões e dificuldades evidentes na história da lingüística, no que diz respeito a se uma mesma forma lingüística devia estar no inventário dos advérbios, no das preposições ou nas duas categorias, pois que sob o rótulo *advérbio* se incluem palavras difíceis de classificar. Estudam-se os advérbios de lugar, a partir das fontes conhecidas pelo autor (nomeadamente NEBRIJA): os *advérbios demonstrativos* (*acá/ allá/ acullá...*), de natureza referencial, e os *advérbios de direção*, que indicam o lugar onde alguém está, distribuídos em pares de antônimos (*delante/ detrás...*).

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia lingüística; lexicografia; classes de palavras; advérbios

---

1 Este trabalho complementa os publicados por membros da equipa de investigação (FE2/A) da Universidade de Vigo (Galiza), centrados preferentemente nos campos da historiografia lingüística; metalexicografia; história da língua; morfologia léxica; léxico e máximas jurídicas latinas. Seguimos a edição de ARELLANO;ZAFRA (2006), porque faz uma profunda revisão do *Tesoro de la lengua castellana o española* (no sucessivo o *Tesoro*) e delimita as entradas lexicais, que figuram à cabeça do artigo e são objeto de descrição. Traduzimos para português todos os textos citados, recolhidos entre aspas francesas, a exceção dos que fazem parte da *Gramática de la lengua castellana* de NEBRIJA (1492) e os extraídos da obra de Sebastián de COVARRUBIAS.



**ABSTRACT:**

Here I present a biographical note about “the first great treasurer of the language” and some information on the analyzed work (the main objective, the sources, the various fields of knowledge and the enormous erudition). I will comment evident problems and difficulties in the history of linguistics, focusing on whether the same linguistic item should be an adverb, a preposition or both since difficult words to classify are included under the title *advérbio* [adverbials]. I will study the adverbials of place starting from the author’s known sources (namely Nebrija): demonstrative adverbs (*acá/ allá/ acullá* [here, there]...), referential aspect, and adverbials of direction that state where someone is, distributed in antonym pairs (*delante/ detrás* [in front/ behind]...).

**KEYWORDS:** linguistic historiography; lexicography; parts of speech; adverbials.

**Antelóquio indispensável**

A reconstrução da história da gramática, e por proximidade a das classes de palavras, pode ser elaborada a partir de materiais muito heterogêneos, porém os mais utilizados costumam ser as obras de outros gramáticos, investigações que fazem entender a relevância excepcional da gramaticografia a partir das últimas décadas do século XX. Se bem este postulado é inquestionável, somos da opinião de que, de igual modo, é de interesse descobri-la desde outras perspectivas como é o caso das obras lexicográficas, instrumentos que proporcionam informação de grande utilidade, quando se tenciona reconstruir a história das ideias lingüísticas, da terminologia ou das nomenclaturas dos diversos campos do saber (a *scientia*), pois ajudam a observar empiricamente o funcionamento das *partes orationis* em grupos de palavras de maior ou menor extensão, como são as *locuções*, quer dizer, agrupações mais ou menos fixas de unidades léxicas, e outras *combinações* (muito evidentes no dicionário objeto de estudo, que se ocupa dos provérbios e sentenças morais).

E como os autores das obras lexicográficas têm uma biografia, vivem numa época determinada e o seu modo de pensar não se encontra isolado do conjunto de circunstâncias de um espaço de tempo, apresentamos uns breves apontamentos sobre a vida do nosso dicionarista, que sintetizamos a partir do preâmbulo de RIQUER (2003):

Nasceu em Toledo, em 7 de janeiro de 1539. Entre 1565 e 1571 estudou na Universidade de Salamanca [...]. Em 1567 tinha sido ordenado sacerdote. [...] Em 1578 é capelão da sua Majestade, e com o seu favor passou a Roma, onde o papa Gregório XIII lhe concedeu o canonicato de Cuenca. Nesta cidade fixa a sua residência a partir de 1579 [...]. Em 1596 foi eleito pelo Núncio da Sua Santidade para levar a cabo o projeto de instrução dos mouriscos de Valência [...]. Por isto e em recompensa, o papa Clemente VIII, por petição do rei, concedeu-lhe em 1601 a dignidade de mestre-escola da Catedral de Cuenca. Em outubro de 1606 obteve a autorização do Cabildo para voltar a Valência [...]. Em 1610 está em Madrid, interessado, entre outras coisas, em ultimar a impressão das obras: os *Emblemas morales* [...] e o *Tesoro*. Até maio de 1611 não regressou a Cuenca [...]. Faleceu em 8 de outubro de 1613 (RIQUER, 2003, p. V-VI).

A abundância de investigações sobre o *Tesoro* —uma parte dos materiais «impressa em 1611 e o Suplemento manuscrito, custodiado na Biblioteca Nacional de Madrid (ms. 6159), do qual se conservam uma série de fólios que terminam na palavra **MOISÉS**» (ARELLANO, 2006, p. XIII)— aconselha não insistir em temas já analisados por AZORÍN (2004) ou SECO (2003), entre outros. Os estudos sobre a sua vida e obra têm sido notavelmente acrescentados nos últimos anos, conforme vemos em REYRE (2006, p. LX-LXVI) e no volume publicado pela *Real Academia Conquense de Artes y Letras* (2011). Neste contributo, pensando nos seus destinatários principais, lembramos alguns dados essenciais e indispensáveis, para poder interpretar e compreender melhor a sua dimensão científica:

a) Faz parte da geração de Miguel de CERVANTES (1547-1616) por ter nascido em 1539. Vê publicada a sua obra, quando já tinha 70 anos de idade (SECO, 2003, p. 186).

b) O objetivo primordial do autor, «o primeiro grande tesoureiro do idioma» (REYRE, 2006, p. XLV), é informar sobre a etimologia (*veriloquium*, isto é, o sentido verdadeiro dos vocábulos), de acordo com o estabelecido por *MARCUS TULLIUS CICERO* (106-43 a. C.) («*verborum etiam explicatio*») ou *ARISTÓTELES* (384 a. C. – 322 a. C.) («*symbolum nominat, quidam etiam originationem*», «dar a origem dos vocábulos de uma língua») —embora algumas das suas informações etimológicas apresentem erros, sejam inconsistentes e muito discutíveis na atualidade, mas justificáveis nesse contexto histórico— e reconhece em várias páginas o esforço realizado:

La que agora tenemos está mezclada de muchas, y el dar origen a todos sus vocablos sería imposible. Yo haré lo que pudiere, siguiendo la orden que se ha tenido en las demás lenguas (COVARRUBIAS, 1611, p. 13).

De aquí se puede colegir cuán gran trabajo ha sido y atrevimiento grande querer yo darles a todos sus orígenes (COVARRUBIAS, 1611: s.v. *romance*).

No se puede dar de todos los vocablos introducidos en una lengua su etimología (COVARRUBIAS, 1611: s.v. *etymologia*).

c) Utiliza fontes extensas —quase sempre cita os autores e «não se cansa de manifestar que não escreve para romancistas e que os seus leitores devem saber latim» (RIQUER, 2003, p. VIII); HENRÍQUEZ, 2014b, p. 370-380)— e o acópio de saberes abrange diversas disciplinas. As autoridades “erão mais ou menos as de qualquer homem culto da sua época” (REYRE, 2006, p. LIX), daí que não deva surpreender que cite o orador e político *MARCUS TULLIUS CICERO* (106 a. C. – 43 a. de C.), os juristas clássicos como o imperador *JUSTINIANUS*, o retórico *MARCUS FABIUS QUINTILIANUS* (35-95) e *GAIUS TERENCEIUS VARRO* (116-27 a. C.), «polígrafo e erudito que foi encarregado por César de organizar a primeira biblioteca em Roma» (REYRE, 2006, p. LIX).

De *QUINTILIANUS* recolhe a definição da *grammatica*, a «ciência de falar e escrever corretamente, que se fundamenta no uso, na razão e na autoridade», e a precisão de que a *Grammatica litteratura est, non litteratrix* «a gramática é a arte de escrever conforme às regras gramaticais, não a que ensina as primeiras letras». COVARRUBIAS atribui-lhe valor às ideias deste gramático, porque faz referência ao *professor* «o que segue e professa [alguma arte ou ciência]» e ao *mestre* «o que é docto em qualquer faculdade de ciência, disciplina ou arte, e a ensina a outros dando razão dela [...] porque se nestes falta, tem usurpado o nome de mestre», ou a «quem a ouve», quer dizer, o *discipulo* «correlativo de mestre» (COVARRUBIAS, 1611: *sub voces*):

**GRAMMATICA.** *Scientia recte loquendi, recteque scribendi quae usu ratione auctoritateque constat [...] Quintilianus, lib. 2, cap. 14, Grammatice litteratura est, non litteratrix.* Díjose de *gramma, tos, latine littera*. **Gramático**, el profesor de la gramática o el maestro que la enseña, o el discípulo que la oye (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

d) Este humanista, como os da sua época, buscava «um saber total, sintético», pois «pertence a uma época em que o pensamento progredia por acumulação». A norma consistia, substancialmente, em obter listagens de citações das leituras das autoridades clássicas greco-latinas, da Idade Média e até dos séculos XV e XVI (como por exemplo, Ambrogio CALEPINO ou *CALEPINUS* [circa 1440-1510], lexicógrafo italiano), «que utilizavam logo como material de base para reconstruir a pirâmide do saber»:

O nosso lexicógrafo pertence a uma época em que o pensamento progredia por acumulação, em que não se podia argumentar sobre um tema sem recopilar previamente a opinião das autoridades clássicas, gregas e latinas. Daí o costume que tinham aqueles homens de tirar das suas leituras listagens de citações que utilizavam logo como material de base à hora de reconstruir a pirâmide do saber que servia de entramado dos seus libros (REYRE, 2006, p. LVIII).

e) Devido à variedade de saberes e das múltiplas áreas, o *Tesoro* tem sido analisado desde numerosos pontos de vista como «o léxico de especialidade» (GUERRERO, 1999, p. 17-28) ou «as etimologias hebréias» (SAJÓ, 2013, p. 125-153)... Não obstante, apenas têm sido exploradas as unidades léxicas do Direito, as fontes procedentes dos juristas romanos (*GAIUS*, *HERMOGENIANUS*, *MARCIANUS*, *MODESTINUS*, *PAPINIANUS*, *PAULUS*, *POMPONIUS* ou *ULPIANUS*) e da Idade Média (teólogos como Pedro LOMBARDO [1095-1160], Tomás de AQUINO [1227-1274] ou João DUNS DE ESCOTO «o Doutor sutil» [viveu na segunda metade do século XIII])<sup>2</sup>, as nomenclaturas dos campos do saber como os da botânica, a filosofia, a história, a religião, a teologia, a zoologia ou as *partes orationis*, ângulos peculiares analisados desde há uma década (HENRÍQUEZ, 2005, p. 79-115; HENRÍQUEZ; DE NO, 2010, p.123-151; HENRÍQUEZ, 2012, p. 455-465; HENRÍQUEZ, 2014a, p.177-190; HENRÍQUEZ, 2014b, p. 370-380; HENRÍQUEZ [na imprensa]).

As áreas mencionadas anteriormente não envolvem a enorme riqueza de materiais acumulados (dados históricos, geográficos, enológicos, etnográficos...) e a ingente erudição existente em muitos exemplos, que revelam a amplitude de conhecimentos, quando descreve, por exemplo, «certa madeira de Índias muito pesada», procedente de uma província chamada Brasil —«árvore *Caesalpinia*

2 Uma sucinta referência cronológica dos autores assim como os enunciados dos princípios, regras e aforismos jurídicos, com uso real documentado na legislação e jurisprudência europeia atual, pode consultar-se em DOMINGO (2006, p. 505-512).

*echinata*, dita tb. *pau-brasil*) (HOUAISS, 2001: s.v. *brasil*)— ou uma «cidade famosa e populosa na Espanha, cabeça do reino de Portugal»:

**BRASIL.** Cierta madera de Indias muy pesada y de color encendido, como brasa; vanla gastando en serraduras muy menudas o limaduras, y dan con ella color a los paños. La provincia de donde se trae esta madera se llama el Brasil, y della tomó el nombre (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**LISBOA.** Ciudad famosa y populosa en España, cabeza del reino de Portugal, situada adonde el río Tajo descarga en el mar Oceano, por el cual suben los navíos hasta allí. Danle diversos fundadores: los más concuerdan en haber sido fundación de Ulises, y haberse llamado Ulisipolis o Ulisipona [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

## 1. O advérbio na tradição greco-latina e castelhana

Esta classe de palavras tem apresentado desde a Antigüidade bastantes confusões e dificuldades para delimitar a sua categoria (GARCÍA, 1960, p. 142), que se vislumbram com absoluta claridade no *Tesoro*, porque na primeira década do século XVII permaneciam as dúvidas herdadas do latim, no que diz respeito a se uma mesma forma lingüística devia ser incluída no inventário dos advérbios, no das preposições ou nas duas categorias. Na matéria objeto de estudo, mesmo que seja sabido, é conveniente ter muito presente que, pelo menos, um grupo de advérbios de lugar castelhanos (*delante, detrás; dentro, fuera; cerca, lejos...*) se correspondem com preposições latinas e «este regímen mantem-se em parte no espanhol medieval, como se faz notar na *Gramática* de Nebrija» (NGRAE, 2009, II, o § 29.3b).

São em demasia conhecidos os postulados de que o gramático alexandrino *DIONYSIUS DE TRÁCIA* (circa 100 a. de C.) distinguiu oito classes de palavras e que definiu o advérbio (*epirrhemata*), de maneira muito concisa, como «parte da oração sem flexão que se une o verbo e o modifica». Esta indicação das características específicas e a sua proposta de classificação, exclusivamente semântica (*de lugar, temporais, modais, quantitativos...*), sobrevivem e perduram na tradição gramatical europeia até aos nossos dias. Nela tornam-se visíveis os três critérios clássicos: é uma palavra invariável do ponto de vista formal;

expressa, basicamente, ideias circunstanciais; junta-se o verbo e modifica a sua significação. Não assevera que se junte ou acompanhe outras palavras.

Outras premissas, geralmente admitidas pelos investigadores, são que os gramáticos romanos seguem a mesma tendência dos gregos, isto é, o advérbio segundo indica a própria palavra (*ad* ‘ao lado de’ e *verbum*), acompanha sempre o verbo. Dos gramáticos romanos, detemo-nos apenas em VARRO, erudito ilustre, «para quem a gramática é a base de tudo conhecimento e se encontra à cabeça das *Nouem Disciplinae*» (ESPARZA, 1995, p. 26). Distingue um sistema de classes de palavras quatripartido e caracteriza os advérbios por serem «palavras sem flexão», que acompanham os verbos e «tudos são formas derivadas morfológicamente v. g. *docte* e *lecte*». Note-se que «a sua definição do advérbio também poderia aplicar-se a outros de carácter monomorfémico e primário, como *mox*, pronto, e *cras*, amanhã, mas estes são classificados noutro capítulo onde recolhe as formas invariáveis, chamando-os palavras “estéreis”» (ROBINS, 1974, p. 58).

No tocante a outros gramáticos romanos, só fazemos uma rápida menção a PRISCIANUS (491-518) —que fecha «o período da erudição romana no campo da lingüística», cuja obra ««significa algo mais do que o final de uma era; na lingüística é a ponte entre a Antigüidade e a Idade Média» (ROBINS, 1974, p. 68)— uma das fontes mais claras de Elio Antonio de NEBRIJA (1444-1522), pois «vê no advérbio uma função paralela à do adjetivo» (QUILIS, 1980, p. 39). Nas *Institutiones grammaticae*, elabora esta definição: *pars orationis indeclinabilis, cujus significatio verbis adjicitur. Hoc enim perficit adverbium verbis additum, quod adjectiva nomina appellativis nominibus adjunta* (GARCÍA, 1960, p. 67). Para classificar as *partes orationis* atende a aspectos semânticos e acredita que «a propriedade do advérbio é a de acompanhar um verbo, ao qual está subordinado sintática e semanticamente» (ROBINS, 1974, p. 65).

E embora seja difícil delimitar com exatidão, se COVARRUBIAS tinha conhecimento direto da casuística inerente aos estudos gramaticais greco-latinos, o que está fora de toda dúvida é que conhecia a *Gramática de la lengua castellana* de NEBRIJA —humanista que «não parte de zero no que diz respeito às suas ideias gramaticais senão que recolhe, seleccionados e depurados, os planeamentos que a riquíssima tradição greco-latina lhe oferecia» (ESPARZA, 1995, p. 25)— e também o seu *Diccionario latino español* (1492), porque gozava de «oficialidade» nas universidades espanholas (CALERO, 1986, p. 15).

NEBRIJA (1492)<sup>3</sup> distingue o advérbio como uma das dez partes da oração e singulariza-o, porque se junta o verbo, para determinar alguma qualidade nele, segundo acontece com o adjetivo com referência ao nome:

la cual, añadida al verbo, hinche, o mengua, o muda la significacion de aquel [...] I llama se adverbio, por que comun mente se junta i arrima al verbo, para determinar alguna qualidad enel, assi como el nombre adjectivo determina alguna qualidad en el nombre substantivo (NEBRIJA, 1492: fôlios 42 v. e 43 r.).

Classifica-os pelo seu significado, a n mina   bastante extensa, estabelece v rias subclasses e fica patente que inclui as interjei es (por exemplo, *oxal , par Dios*): *aqui, ai, alli* (de lugar); *aier, oi, ma ana* (de tempo); *no, ni* (de nega o); *si* (de afirma o); *qui a* (de d vida); *oxala* (para desejar); *item, despues* (para ordenar); *en semble* (para ajuntar); *aparte* (para apartar); *pardios, ciertamente* (para jurar); *a escondidillas* (para diminuir); *assi, assi como* (para semelhar); *mucho, poco* (para a quantidade); *bien, mal* (para qualidade)... A estes grupos incorpora os que se formam «por rodeio» —mostram os esquemas de dois nomes N+N (*muchas vezes*), um adjetivo (A) e um nome (N), isto  , A+N (*justa mente*) ou preposi o a + N (*apenas*)— que expressam no es de «qualidade» (*buena mente, sabia mente*) ou aportam significados avaliativos (*adrede*). Singulariza os adv rbios que «s o de lugar ou a lugar ou por lugar ou em lugar», porque «t m muitas diferen as», por isso procede a coment -los de maneira espec fica:

Otras muchas maneras ai de adverbios, que se dizen enel castellano por rodeo, como para contar: *una vez, dos vezes, muchas vezes* por rodeo de dos nombres; otros muchos adverbios de calidad por rodeo de algun nombre adjectivo i este nombre *mente* o *mente*, que significa anima o voluntad; i assi, dezimos de *buena mente*, i *para mentes*, i *vino se le mentes*; i de aqui dezimos muchos adverbios, como *justa mente, sabia mente, necia mente*; otros dezimos por rodeo desta preposicion *a* i de algun nombre, como *apenas, aosadas, asabiendas, adrede*. I por que los adverbios de lugar tienen muchas diferencias, diremos aqui dellos mas distinta mente: por que, o son de lugar, o a

3 Seguimos, de modo simplesmente orientativo, a edi o de QUILIS (1980). N  obstante, respeitamos as grafias do original e n o unificamos o uso do acento ortogr fico de acordo com as normas mais recentes; usamos os sinais de pontua o conforme aos cr terios atuais, por raz es de inteligibilidade.

lugar, o por lugar, o en lugar [...] (NEBRIJA, 1492: fôlio 43 v.).

E finalmente, inclui as interjeições «a imitação dos gregos» dentro dos advérbios. Considera como «uma das suas significações» a expressão de «alguma paixão da alma», o mesmo que acontece com outras *partezillas*:

Los latinos como diximos en otro lugar, pusieron la interjection por parte dela oracion, distinta delas otras; pero nos otros, a imitacion delos griegos, contamos la con los adverbios. Assi, que sera interjection una de las significaciones del adverbio, la cual significa alguna passion del anima, con boz indeterminada, como *ai*, del que se duele; *hahaha*, del que se rie [...]; i assi de las otras partezillas por las cuales demostramos alguna passion del anima (NEBRIJA, 1492: fôlio 43 v.).

Outro gramático castelhano relevante é Francisco Sánchez de las Brozas, o BROCENSE (1523-1601). A sua definição do advérbio procede de Julio César SCALÍGERO (1484-1558), humanista italiano: «esta classe de palavras modifica o verbo e também os nomes e outros advérbios». Inclusive considera que «os advérbios de negação podem determinar outras palavras diferentes aos verbos, especialmente aos adjetivos e até a outros advérbios» (GARCÍA, 1960, p. 143). A sua classificação é muito extensa: *affirmandi, negandi, loci, temporis, quantitativis, demonstrandi, dubitandi*... Inclui na nómima as interjeições.

## 2. Os advérbios e os grupos adverbiais de lugar no *Tesoro*

Para o estudo dos advérbios de lugar, temos que partir, obrigatoriamente, das fontes conhecidas pelo autor e da informação inserida nos artigos lexicográficos. Como se pode verificar nalguns dos textos reproduzidos, neste dicionário predomina a informação enciclopédica sobre a lingüística, salvo nos casos em que o vocábulo selecionado como entrada lexical impossibilite a construção de uma definição própria: por exemplo, palavras gramaticais como as preposições (*a, ante, contra*), as interjeições e até alguns advérbios (*adentro, adrede, apenas, lejos*...).

Na obra não achamos uma definição sobre o advérbio, mas é possível conhecer, a partir das explicações registradas (mediante comentários diversos, colocados em geral a continuação da voz elegida que figura à cabeça do artigo ou introduzida no interior), se o vocábulo escolhido é classificado como advérbio («é advérbio de lugar *intus*», «do advérbio latino *foras*», «o mesmo que no latim



*coram*», «do advérbio latino *hodie*», «*sub, subter*, adverbialmente»...). Porém, podemos achar exemplos sem indicações explícitas, como no vocábulo *tarde*, pois pode significar ‘lo que hay de día desde las doce hasta que se pone el sol’ ou expressar o mesmo que o advérbio latino *sero* ‘tarde, tardiamente’, isto é, pode ser classificada como substantivo e também como advérbio. Confronte-se a proximidade entre a descrição lexicográfica do humanista castelhano, com a informação que descreve o item lexical *tarde* no *Diccionario Houaiss da língua portuguesa* (*tarde* ‘período de tempo que vai do meio-dia ao crepúsculo vespertino’; *tarde ou nunca* ‘muito dificilmente; sem muita probabilidade de ocorrer’ [HOUAISS, 2001: s.v.]):

**TARDAR.** Detenerse, lat. *moror; ris*, del verbo tardo, as, significa lo mesmo. **Tardanza**, aquel detenimiento, lat. *mora*. **Tarde**, puede sinificar lo que hay de día desde las doce hasta que se pone el sol, y en esta sinificaci3n decimos mañana y tarde. **Hacerse tarde**, llegarse la noche. **Tarde**, por tiempo, lat. *sero*. **Tarde o nunca**, lo que no se espera de próximo [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

As fontes mais imediatas do nosso dicionarista, como já temos antecipado, são as obras de NEBRIJA, mencionado em várias passagens do livro, e em quem se baseia para estabelecer a n3mina dos advérbios de lugar (que respondem às perguntas *onde?*, *aonde?* e *por onde?*), distinguir os dois grupos mais importantes (os *déicticos* e os que expressam *direção, localização* ou *orientação*, quer dizer, indicam o lugar onde alguém está ou determinam o lugar onde o sujeito se encontra), as duas séries bastante simétricas (*aqui, ai, alli* e *acá, allá, acullá*) ou mesmo a sua distribuição em pares de antónimos (*dentro/ fuera, adentro/ afuera, arriba/ abaxo, cerca/ lejos*). Repare-se que em todos os exemplos aparece o verbo intransitivo *estar* «encontrar-se uma pessoa num lugar» (*de aqui donde io esto* «de aqui onde eu estou», *de ai donde tu estás* «de aí onde tu estás», *acá donde io esto* «acá onde eu estou»...). Por razões de claridade apresentamos o fragmento em parágrafos diferenciados e usamos, para pôr em destaque os exemplos, o itálico:

- De lugar, preguntamos por este advérbio *dedonde*, como *dedonde vienes*, i respondemos por estos advérbios: *de aqui donde io esto*, *de ai donde tu estas*, *de alli donde alguno esta*, *de aculla*, *de dentro*, *de fuera*, *de arriba*, *de abaxo*, *de donde quiera*.

- A lugar, preguntamos por este adverbio *adonde* como *adonde vas*, i respondemos por estos adverbios: *aca adonde io esto*, *alla donde tu estas*, *alli* o *aculla donde esta alguno*, *adentro*, *afuera*, *arriba*, *abaxo*, *adonde quiera*.

- Por lugar, preguntamos por este adverbio *por donde*, como *por donde vas*, i respondemos por estos adverbios: *por aqui por donde io esto*, *por ai por donde tu estas*, *por alli* o *por aculla por donde alguno esta*, *por dentro*, *por fuera*, *por arriba*, *por abaxo*, *por donde quiera*.

- En lugar, preguntamos por este adverbio *donde*, como *donde estas*, i respondemos por estos adverbios: *aqui donde io esto*, *ai donde tu estas*, *alli* o *aculla donde alguno esta*, *dentro*, *fuera*, *arriba*, *debaxo*, *donde quier* (NEBRIJA, 1492: fólho 43v.).

Ainda que NEBRIJA seja provavelmente a fonte mais imediata, achamos certas diferenças notáveis entre estes dois humanistas. Por exemplo, COVARRUBIAS incorpora como entradas lexicais e marca como «palavras antigas» ou «termos castelhanos antigos», os advérbios de lugar *ayuso* ~ *iuso* «abaixo» e *sus* ~ *suso* «acima», documentados em topônimos conhecidos pelo nosso autor, porque, conforme temos recolhido na sucinta nota biográfica, viveu em Cuenca. A informação etimológica proposta não se corresponde com o latín *sursum* «acima» e *deorsum* «cara abaixo». Outras incorporações são as formas lingüísticas *adelante*, *delante/ detrás* ou *encima* (que estudaremos nas páginas seguintes) e *ende*, procedente do advérbio de lugar latino *inde* «um termo castelhano antigo e grosseiro», que se encontra em «compostos» como *allende*, *aquende*, *por ende*, *endemás*:

**AYUSO.** Vale abajo; como «**Dios en ayuso, después de Dios**», después de Dios (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**[YUSO].** Iuso. Lo mesmo que abajo, de *sub*, *quasi subso*, término castellano antiguo, de *suso* y de *yuso*; como de las dos Valeras, en el obispado de Cuenca, se distinguen con Valera de Yuso y Valera de Suso, Valera de arriba y Valera de abajo (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**SUS.** Palabra antigua, vale *supra*; y de allí *suso*, como **Valera de Suso**, y **Valera de Yuso**, que es lo mesmo que de arriba y de abajo,

dos pueblos en el obispado de Cuenca. Desta palabra **sus** y **suso** usamos quando queremos dar a entender que se aperciba la gente para caminar o hacer otra cosa; y así decimos: «Suso, levantaos de ahí», y puede traer origen del verbo *surgo* o del griego [...], por sinificar presteza e ímpetu (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**ENDE.** Del adverbio lat. *inde*; es término castellano antiguo y grosero, como: «Yérquete de ende», levántate de ahí. Compónese como **allende, aquende, por ende, endemás** [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

Pelo contrário, não insere como entradas lexicais *aqui, alli, donde, dedonde, donde quier*, que sim vemos nas explicações integradas nos correspondentes artigos lexicográficos. E além do mais, há outras divergências: em COVARRUBIAS podemos achar unidades léxicas classificadas como preposições (*adelante*); como advérbios e «às vezes preposição» (*detrás*); como advérbio (*encima*); sem indicações (*delante*) ou com uma referência ao latim, língua em que podia funcionar como advérbio (*coram videre* «ver pessoalmente») ou como preposição de ablativo (*coram populo* «na presença do povo»), de acordo com o que se verá mais adiante.

Já se distinguem com absoluta claridade os *advérbios demonstrativos*, que se usavam para identificar lugares (*acá, acullá* e também *aquende e allende*) e os *advérbios de direção, orientação* ou *situação* que se podem distribuir em pares de antônimos, como no espanhol atual, e mostrar nestas colunas (NGRAE, 2009, II o § 30.5a), aos quais haveria que acrescentar o par *cerca* «perto»/ *lexos* «longe»:

A	B
<i>delante/ detrás</i>	<i>adelante/ atrás</i>
<i>encima / debajo</i>	<i>arriba /abajo</i>
<i>dentro/ fuera</i>	<i>adentro /afuera</i>

Os *advérbios demonstrativos* coincidem com os pronomes e os determinantes pela díxis, identificam lugares e aparecem assinalados com a expressão latina *adverbium loci*. Acharmos pares que distinguem lugares e apresentam relações de sentido opostas (*acá/ allá/ acullá*), porém quando aparecem coordenados (*acá y acullá*) expressam «em todo lugar». Observe-se a importância que concede o nosso dicionarista ao jogo de palavras (*Málaga e Malaca*) pela sua semelhança fônica e a relevância do efeito cômico:

**ACÁ.** *Huc.* Se dijo de la palabra latina *hac*, aquí, donde yo estoy, *adverbium loci*. **Acá y allá**, en este lugar y en esotro. **De acá para acullá**, de uno en otro lugar. Habían vendido un negro a cierto vecino de Málaga, y preguntándole que cómo le iba con el nuevo amo, respondió: «Mal acá, y mal allá», jugando del vocablo Málaga y Malaca (COVARRUBIAS, 1611: *s.v.*).

**ACULLÁ.** *Adverbium loci*, del lat. *illic*. **Acá y acullá**, vale en todo lugar (COVARRUBIAS, 1611: *s.v.*).

Outro par de antônimos está constituído por dois vocábulos que não estão identificados como advérbios: num caso, seria preposição (*aquende*) e no outro «uma palavra castelhana antiga», com um significado próximo à forma latina *ultra*, advérbio «do outro lado» ou preposição de acusativo «mais alá de». Contudo, «quando é uma dição» —esta unidade tinha que estar dotada obrigatoriamente «de um significado concreto e preciso, para que sobre ela poda construir-se a oração» (ESPARZA, 1995, p. 186)— significa «da outra parte»:

**AQUENDE.** Preposición, vale desta parte; *lat. cis, citra*. **De aquende y de allende**, desta y de la otra parte, como allende el mar, etc. (COVARRUBIAS, 1611: *s.v.*).

**ALLENDE.** Palabra castellana antigua, vale ultra de, fuera de, fin, y es corrompido de *aliud inde*. Ejemplo: «Sirvo a un señor que allende mi salario me da ayudas de costa». Y quando es una dicción, allende vale de esotra parte, como allende el mar, y moro de allende vale moro de Berbería, por estar de esotra parte del mar Mediterraneo África. **De allende y de aquende**, vale de aquella parte y desta (COVARRUBIAS, 1611: *s.v.*).

Os advérbios de direção, orientação ou situação são referenciais e também podemos agrupá-los em pares de antônimos: *adelante* (preposição) —repare-se na comparação com o português (*adiante*)— ~ *delante* («o mesmo que no latim *coram*») e o seu contrário *detrás* (advérbio e às vezes preposição) ~ *atrás* («vale detrás e algumas vezes *allende*»), porque naquela altura era evidente a existência de uma relação entre estes advérbios e as preposições (*detrás/ tras, debajo/ bajo*), relação posta em destaque na atualidade pela NGRAE (2009, II, o § 30.5i):

**ADELANTE.** Preposición; Nebris. De *prae* y *ante*, *id est*, *ultra*; el portugués dice *adiante*, de *ad* y *ante*. Parece haberlo tomado el castellano del toscano *avante*, que significa lo mismo [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**DELANTE.** Lo mismo que en latín *coram*; usamos dél absolutamente como: «Dios delante», «Ir delante». Y también sirve al nombre, como: «Delante de Dios y todo el mundo» [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**ATRÁS.** Vale detrás, y algunas veces allende (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**DETRÁS.** Adverbio, *retro*, *post*, *pone*, y a veces es preposición, *post*, *pone*. Dijose detrás, *quasi* retrás (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

O seguinte par está integrado pelos claramente identificados como advérbios *encima* («é advérbio») «o que está no alto» / *debaxo* («adverbialmente») «o que está debaixo». O vocábulo *arriba* pode ser preposição como no latim *supra*, *super* e advérbio de lugar como no latim *sursum*; faz referência explícita a NEBRIJA (*Ant. Nebr.*). Recolhe a locução adverbial *de arriba abajo* «desde o princípio até ao final»:

**ENCIMA.** Dícese de lo que está en alto o sobre otra cosa, de en y cima, que vale *summitas*. Es adverbio y vale lo mesmo que *supra*, *super*, *insuper*. *Vide supra* CIMA (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**[DEBAJO].** Debaxo. *Sub*, *subter*, adverbialmente cuando alguna cosa está debajo de otra, como debajo de la cama, debajo del cielo, etc. (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**ARRIBA.** Preposición, *super*, *supra*. Arriba, adverbio, *sursum*. De **arriba abajo**, *id est*, por todo, *Ant. Nebr.* **Arriba**, en razón de lugar, se entiende lo alto, y en orden vale do están los primeros; algunas veces significa el cielo, como: «Esto viene de allá arriba», esta es voluntad o permisión de Dios. Muchos labradores hay que si en algún camino les preguntáis de dónde son, responden: «De allá arriba, de allá abajo», sin querer decir el lugar de donde son. Dijose arriba, *quasi a ripa*, porque la ribera está alta en respecto al mar [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

Entre os advérbios antônimos, mencionados expressamente pelo autor como «termos opostos», aparecem *dentro/fuera*, identificados como «advérbios de lugar». No artigo destinado a explicar o vocábulo *fuera* remete a *CALEPINUS*, o lexicógrafo italiano. Observa que esta forma «algumas vezes diz exceção no número plural, e equivale a exceto» e recolhe o uso nas *Partidas*, elaboradas durante o reinado de AFONSO O SÁBIO (1252-1284), de *fuera*s *ende*, que equivale ao que na língua latina se expressava com a conjunção condicional *nisi* «exceto se»:

**DENTRO.** Es adverbio de lugar, *intus*. Dentro de mi corazón, aquí es preposición, *intra* (Covarrubias 1611: s.v.).

**FUERA.** Díjose del adverbio latino *foras*, *vel foris*, *adverbio loci sunt a foris*, *hoc est spectaculis derivata*, *ut Servio* [...]. *Haec* Calepinus. Decimos fuera y **afuera**, y vale algunas veces tanto como «Apartados o desistí de lo que hacéis» [...] **Estar uno fuera**, se entiende o de su casa o del lugar. Algunas veces dice excepción en el número plural, y vale excepto, salvo y allende, como: «Mando a fulano mi librería fuera de los libros manuscritos» [...] **Dentro** y **fuera**, términos opuestos. Las leyes de la Partida usan deste término, **fuera**s **ende**, que vale lo que en la lengua latina *nisi*; en la ley primera, tít. 33, partida 7 [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

Por último, o segundo par de antônimos, também especificado pelo dicionarista, está formado pelos advérbios *cerca* «perto»/ *lexos* «longe». A primeira forma pode ser classificada como nome ou um advérbio que se opõe a *lexos* (do latim *longe*). Repare-se na ironia latente no grupo *buenos lejos* referido a uma mulher (quer dizer, ter melhor configuração exterior desde uma grande distância que de perto):

**CERCA.** Puede ser nombre, el muro que cerca la ciudad o villa, o la pared de tapia o de piedra que cerca la viña, huerta o corral. **Cerca**, adverbio, lo que se opone a lejos [...] **Cerca**, *lat. circa*, *et prope*. Garcilaso en una de sus églogas, la tercera, dice así [...] (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

**[LEJOS].** Lexos. Adverbio, *latine longe*, de donde se derivó; es opuesto a la palabra cerca. De aquí se deriva el verbo alejar. En la pintura llamamos lejos lo que está pintado en disminución, y representa

a la vista estar apartado de la figura principal. **Tener una mujer buenos lejos** es parecer mejor desviada que de cerca (COVARRUBIAS, 1611: s.v.).

## Conclusões

Na primeira década do século XVII permaneciam as dúvidas herdadas do latim, no que diz respeito a se uma mesma forma lingüística devia ser incluída no inventário dos advérbios, no das preposições ou nas duas categorias. Deve ter-se muito presente que, pelo menos, um grupo de advérbios de lugar castelhanos (*delante*, *detrás*; *dentro*, *fuera*; *cerca*, *lejos*...) se correspondem com preposições latinas e «este regimem mantém-se em parte no espanhol medieval, como se faz notar na *Gramática* de Nebrija».

Ainda que o autor da primeira gramática castelhana seja provavelmente a fonte mais imediata, achamos certas diferenças notáveis. Por exemplo, COVARRUBIAS incorpora como entradas lexicais e marca como «palavras antigas» ou «termos castelhanos antigos», os advérbios de lugar *ayuso* ~ *iuso* «abaixo» e *sus* ~ *suso* «acima», documentados em topônimos. Outras incorporações são as formas lingüísticas *adelante*, *delante*/*detrás* ou *encima* e *ende*, procedente do advérbio de lugar latino *inde* «um termo castelhano antigo e grosseiro», que se encontra em «compostos» como *allende*, *aquende*, *por ende*... Há mais dessemelhanças: em COVARRUBIAS podemos achar unidades léxicas classificadas como preposições (*adelante*); como advérbios e «às vezes preposição» (*detrás*); como advérbio (*encima*); sem indicações (*delante*) ou com uma referência ao latim, língua em que podia funcionar como advérbio (*coram videre* «ver pessoalmente») ou como preposição de ablativo (*coram populo* «na presença do povo»).

Neste dicionário não achamos uma definição sobre o advérbio, mas é possível conhecer, a partir das explicações registradas, se o vocábulo escolhido é classificado como advérbio («é advérbio de lugar *intus*», «do advérbio latino *foras*», «o mesmo que no latim *coram*», «do advérbio latino *hodie*», «*sub*, *subter*, adverbialmente...») ou mesmo *adverbium loci* (*acá*, *acullá*, *fuera*...).

Já se distinguem com absoluta claridade os *advérbios demonstrativos*, que coincidem com os pronomes e os determinantes pela díxis e se usavam para identificar lugares (*acá*, *acullá* e também *aquende* e *allende*) e os *advérbios de direção, orientação* ou *situação*, que determinam o lugar onde o sujeito se encontra, e podem distribuir-se em pares de antônimos (*delante*/*detrás*,

*encima/ debajo, dentro/ fuera...*), como no espanhol atual, aos quais haveria que acrescentar o par *cerca/ lejos*.

## Referências bibliográficas

- ARELLANO, Ignacio. Prólogo primero a la edición integral e ilustrada del *Tesoro* de Covarrubias. In: COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edición integral e ilustrada de Ignacio ARELLANO, I.; ZAFRA, R. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, [1611]2006, p. XIII-XLIII.
- AZORÍN, Dolores. Sebastián de Covarrubias y el nacimiento de la lexicografía monolingüe castellana. In: *Los diccionarios del español en su perspectiva histórica*. Alicante: Publicaciones de la Universidad, 2004, p. 97-130.
- CALERO, María Luisa. *Historia de la gramática española (1847-1920)*. De A. Bello a R. Lenz. Madrid: Gredos, 1986.
- COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edición integral e ilustrada de ARELLANO, I.; ZAFRA, R. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, [1611] 2006.
- DOMINGO, Rafael (coord.). *Principios de derecho global. 1000 reglas y aforismos jurídicos comentados*. 2ª ed. Cizur-Menor (Navarra): Thomson-Aranzadi, 2006.
- ESPARZA, Miguel Ángel. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.
- GARCÍA, Constantino. *Contribución a la historia de los conceptos gramaticales*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.
- GUERRERO, Gloria. El léxico de especialidad en el Tesoro de Covarrubias. In: ALVAR, M.; CORPAS, G. (eds.). *Léxico y voces del español*. Málaga: Universidad de Málaga, 1999, p. 17-28.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo. Para una historia de la lengua de la ciencia: el vocabulario jurídico en el *Tesoro* de Covarrubias. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, n. 9, 2005, p. 79-115.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo. Las huellas del Derecho Romano en el *Tesoro* de Covarrubias. In: BATTANER, E.; CALVO, V.; PEÑA, P. (eds.). *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación*. Münster: Nodus Publikationen, 2012, vol. I, p. 455-465.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo. Lexicografía y Derecho en el *Tesoro* de Covarrubias. *Anejo de la Revista de Lexicografía*. Corunha: Universidade da Corunha, n. 27, 2014a, p. 177-190.



- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo. ‘Y el que supiere latín descubrirá más campo’ en el *Tesoro* de Covarrubias. In: CALERO, María Luisa *et. al.* (eds.). *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*. Münster: Nodus Publikationen, 2014b, vol I, p. 370-380.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo. [Na imprensa]. La descripción y explicación de la preposición y los grupos preposicionales en el *Tesoro* de Covarrubias”. In: *13th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XIII)*, UTAD – Vila Real, 25-29 August 2014.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo; DE NO, Enrique. El *Tesoro de la lengua castellana* de Covarrubias (1611). In: *Historia del léxico jurídico*. Cizur Menor (Navarra): Civitas – Thomson Reuters, 2010, p. 123-151.
- HOUAISS = Instituto António HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2001.
- NEBRIJA, Elio Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. Edición preparada por Antonio Quilis. Madrid: Editora Nacional, [1492] 1980.
- NGRAE = Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. *Nueva gramática de la lengua española*, vol. I e II. Madrid: Espasa, 2009.
- QUILIS, Antonio. *Gramática de la lengua castellana*. Estudio y edición. Madrid: Editora Nacional, 1980, p. 9-88.
- REAL ACADEMIA CONQUENSE DE ARTES Y LETRAS. *Número extraordinario conmemorativo del IV Centenario de la publicación del Tesoro de la Lengua Castellana o Española de Sebastián de Covarrubias*, Cuenca, n. 6, enero-diciembre, 2011.
- REYRE, Dominique. Prólogo segundo. Las llaves del *Tesoro* de Covarrubias. In: COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edición integral e ilustrada de ARELLANO, I.; ZAFRA, R. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2006, p. LV-LXVI.
- RIQUER, Martín. *Tesoro de la lengua castellana o española según la impresión de 1611, con las adiciones de Benito Remigio Noydens publicadas en la de 1674*. 3ed. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 2003.
- ROBINS, R.H. *Breve historia de la lingüística*. Trad. de Enrique Alcaraz Varó. Madrid: Paraninfo, 1974.
- SAJÓ, György. Las etimologías hebreas de Sebastián de Covarrubias: procedimientos declarados y subrepticios en el *Tesoro* de la lengua castellana o española. *Boletín de la Real Academia Española*. Madrid, t. XCIII – c. CCCVII, 2013, p. 125-153.
- SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco *Minerva, seu de causis linguae*

*Latinae*. Introducción y traducción de Fernando Rivera Cárdenas. Madrid: Cátedra, [1587] 1976.  
SECO, Manuel. El Tesoro de Covarrubias. In: *Estudios de lexicografía española*. 3ed. Madrid: Gredos, 2003, p. 185-201

Recebido em 2 de julho de 2015.

Aceito em 15 de setembro de 2015.

A CRIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA NA FACULDADE  
DE LETRAS DA UFRJ: O QUE O *BOLETIM* REGISTROU

THE ESTABLISHMENT OF THE POS-GRADUATE COURSE ON  
LINGUISTICS IN THE FACULTY OF LETTERS OF UFRJ:  
WHAT THE *BOLETIM* HAS REPORTED

Maria Carlota Rosa<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

carlota@ufrj.br

Resumo:

O artigo reúne as portarias publicadas no *Boletim* da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1967 e 1970 relativas à criação da pós-graduação em Linguística na Faculdade de Letras, instituída no mesmo período. Para permitir a compreensão desse período, o artigo aponta o aparato legal que possibilitou o surgimento tanto da Faculdade de Letras quanto da pós-graduação na UFRJ. O objetivo é arrolar a documentação que conta a transposição da Linguística pós-graduada do Museu Nacional para a Faculdade de Letras.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Letras; pós-graduação – Linguística; reforma da educação superior; década de 1960

ABSTRACT

This article collects the ordinances published from 1967 to 1970 in the Rio de Janeiro Federal University bulletin. Those years led up to the creation of

---

<sup>1</sup> Meus agradecimentos aos funcionários da Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI), em especial a Alessandro Assola e a Daniel Braga Monteiro, e da Divisão de Ensino da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2) da UFRJ, especialmente a Gisele Tavares e a Aleni Vieira, que franquearam meu acesso à documentação.

a post-graduate course of Linguistics in the Faculty of Letters, created in the same period. In addition the article focuses on the previous implementation of changes in Brazilian legal and educational system.

**KEYWORDS:** Rio de Janeiro Federal University (UFRJ) - Faculty of Letters; post-graduate program in Linguistics; higher education reform; decade of the sixties.

## **Introdução**

Este artigo focaliza os últimos anos da década de 1960 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), porque é a época em que se dá a gestação da Linguística como área de estudos pós-graduados na UFRJ. É também nesse período que a pós-graduação em Linguística da UFRJ, surgida na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, passa para a Faculdade de Letras.

Este texto concentra-se nesse período, e o faz através dos registros publicados entre 1967 e 1970 no *Boletim* — que, como indicado no subtítulo das edições da época, era (e é) o *Órgão oficial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil)*<sup>2</sup>.

Num período conturbado da história do País, a universidade brasileira, federal, como a conhecemos em termos de organização e de localização de conhecimentos começava a tomar forma. No *Boletim* ficaram registradas as mudanças que reconfiguravam a estrutura da UFRJ, lado a lado com o registro da concessão de títulos honoríficos, alguns dos quais agora a UFRJ procura reverter, e lado a lado com o registro de punições, respaldadas no caudal de decretos-leis que afetavam os segmentos do corpo social da instituição, como, por exemplo, o *Decreto Aragão*<sup>3</sup> e o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969<sup>4</sup>.

---

2 Não conseguimos encontrar qualquer exemplar do *Boletim* relativo aos meses de abril, maio, novembro e dezembro de 1967.

3 Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. A denominação deriva do nome do Ministro da Educação no período, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (1912-2001).

4 Nas palavras de BOSCHETTI (2007:222), o Decreto-Lei 477/69 definia “*infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, proibindo qualquer participação política de estudantes, além de prever o jubileamento o quê, nas palavras de Nei Braga, Ministro da Educação, consistia num vestibular interno pelo qual a universidade livrava-se dos alunos indesejáveis*”.

O período em foco foi marcado por mais uma reestruturação da UFRJ, definida no Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967. Esse decreto determinava que “*As disciplinas que constituirão objeto de ensino e pesquisa na UFRJ serão distribuídas por dois grupos gerais de conhecimentos*” (Art. 6º): de um lado “*os conhecimentos cujo ensino e pesquisa são comuns aos estudantes da Universidade*”; de outro “*os conhecimentos estritamente vinculados à formação profissional e à pesquisa aplicada*” (Art. 6º, I e II). Entre os oito setores no primeiro grupo de conhecimentos<sup>5</sup> estavam as Letras (Art. 8º). Sendo Letras uma das áreas básicas do grupo 1, o decreto previa que para ela fosse “*instituída uma unidade universitária*” (Art. 19), o que é reiterado no Capítulo II do mesmo decreto, decidida ainda no decreto a denominação para a nova unidade<sup>6</sup>.

A UFRJ instituiu uma Faculdade de Letras. Concomitantemente organizava-se para o desenvolvimento de sua pós-graduação.

No que se segue apresenta-se um panorama das mudanças na legislação que afetaram a universidade federal brasileira. O ponto de partida aqui é a *Reforma Francisco Campos*, que destacou a universidade como a instituição por excelência de ensino superior, em detrimento de institutos isolados. O resultado das mudanças iniciadas na década de 1930 constituiu-se no contexto que permitiu emergir a pós-graduação como tal e em que a Linguística se inseriu. Em seguida focaliza-se a história da gestação da pós-graduação em Linguística contada nas portarias publicadas no *Boletim* (BUFRJ).

## Um somatório de mudanças

A pós-graduação *stricto sensu* na universidade federal brasileira atual é uma criação da década de 1960. Embora seja possível encontrar teses de doutorado anteriores a esse período, a denominação idêntica obscurece o fato de que saíram de estruturas diversas.

A noção de um doutorado na educação superior no Brasil estava contida no *Estatuto das Universidades Brasileiras* (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), parte da proposta de “*reforma do ensino superior da República*”<sup>7</sup> de

5 A saber: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Biológicas, Ciências Geológicas, Ciências Humanas, Letras, Artes.

6 “**Art. 50.** Nos setores dos conhecimentos fundamentais relativos às letras e às artes, as unidades universitárias correspondentes terão as designações de Faculdade de Letras, Escola de Belas Artes e Escola de Música”.

7 *Exposição de motivos* que acompanha o *Estatuto*. Na mesma *Exposição*, Campos afirmava: “*O projeto se divide em três partes, uma geral, relativa à organização das Universidades*”.

Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), então Ministro da Educação e Saúde, apesar de o texto legal e a *Exposição de Motivos* que o acompanhavam enfatizarem que o foco da universidade era a formação profissional. Esse doutorado tem, no entanto, as características de um projeto puramente individual, não de uma proposta de desenvolvimento da pesquisa fosse institucional, fosse governamental:

Art. 90. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e parágrafos anteriores, os institutos universitários de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria.

§ 1º A tese de que trata este artigo, para que seja aceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assunto de natureza técnica ou puramente científica.

§ 2º A defesa de tese será feita perante uma comissão examinadora, cujos membros deverão possuir conhecimentos especializados da matéria.

Publicado no mesmo dia, como exemplo da aplicação do modelo previsto no *Estatuto*, o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931 organizava a então Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, “*que constituirá o modelo para as Universidades e Institutos equiparados*” (CAMPOS, *Exposição de Motivos*). Neste documento, a previsão de um diploma de doutor recebeu tratamentos diferentes em diferentes cursos. No caso do Direito,

[s]eparado do curso de bacharelado, o curso de doutorado se destina especialmente à formação dos futuros professores de direito, na qual é imprescindível abrir aos estudos de alta cultura, dispensáveis àqueles que se destinam apenas à prática do direito. (CAMPOS, *Exposição de Motivos*)

---

*brasileiras; outra que contém a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e de todo o ensino superior da República, e a terceira, em que se cria o Conselho Nacional de Educação e se definem as suas atribuições”.*

Para o doutorado em Direito foram especificadas as disciplinas a serem ministradas a cada período e sua sequência, a composição do corpo docente e o conteúdo das disciplinas (art. 27, par. único; artigos 32 a 36). Quanto à tese,

**Art. 50.** Para obter grau de doutor em direito deverá quem tiver concluído o respectivo curso apresentar uma dissertação impressa, feita sobre assunto de sua escolha, pertinente à respectiva secção, e obter aprovação na defesa que da tese nela contida fizer perante uma comissão composta dos professores da secção e mais quatro que a Congregação eleger. Essa comissão será presidida pelo diretor da Faculdade.

**Parágrafo único.** A arguição será feita por três membros da comissão, escolhidos por ela, e o julgamento por todos.

Para Medicina, o documento dedica à tese de doutoramento uma subsecção, reiterando que a tese é dispensável para o exercício da Medicina:

#### V - TESE DE DOUTORAMENTO

Art. 130. As teses de doutoramento não constituem exigência legal para o exercício profissional, mas devem ser consideradas como afirmação da capacidade científica do candidato ao título de doutor.

§ 1º Nos termos deste artigo as teses apresentadas à Faculdade não poderão, de modo algum, representar simples compilação bibliográfica, mas deverão definir, seja em observações ou verificações pessoais, seja em pesquisas ou descobertas originais, o merecimento e o esforço do candidato.

§ 2º Os candidatos à defesa de tese deverão apresentar os manuscritos respectivos, antes da impressão, ao Conselho técnico-administrativo, que decidirá da sua aceitação.

Art. 131. A defesa de tese será realizada perante uma comissão examinadora constituída pelo professor da cadeira em que a tese tenha sido incluída e mais 4 professores de disciplinas afins, designados pelo Conselho técnico-administrativo.

§ 1º Caberá a cada qual dos examinadores arguir a tese pelo prazo máximo de 20 minutos, sendo concedidos ao candidato 15 minutos, no máximo para responder a cada um dos arguidores.

§ 2º Terminada a arguição de cada uma das teses apresentadas, a comissão procederá ao julgamento, cabendo aos membros da comissão examinadora emitir juízo fundamentado sobre o valor do trabalho e sobre a defesa realizada.

Na nova Faculdade de Educação, Ciências e Letras, embora fosse aquela que

pela alta função que exerce na vida cultural, [...] dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade, o carácter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transceda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura

(CAMPOS, *Exposição de Motivos*)

sua função primordial era formar pessoal para o magistério nas escolas secundárias e ginásios:

Na nova Faculdade, em qualquer das suas secções, será ministrado o ensino das disciplinas necessárias ao exercício do magistério secundário em todos os seus ramos adaptado o sistema eletivo, que permite a preferência do candidato pelo ramo de conhecimento que mais atende aos seus institutos culturais ou às suas necessidade técnicas e profissionais. Uma vez funcionando a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, será o seu curso obrigatório para todos quantos se proponham ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equiparados. (CAMPOS, *Exposição de Motivos*)

O “*curso complementar das disciplinas exigidas para o doutoramento terá a duração de dois anos letivos*” (Art. 205, §2º). No entanto, no parágrafo único do Art. 208, a obtenção do título era flexibilizada:

O conjunto de certificados das disciplinas fundamentais de qualquer série da Faculdade, embora obtidos em épocas diferentes, dará direito



ao diploma respectivo de licenciado, ou de doutor quando o candidato satisfizer a todas as exigências regulamentares, inclusive a de defesa de tese nos termos do artigo anterior.

Embora a nova faculdade devesse vir a “*penetrar nos largos domínios da investigação original e da alta cultura literária e científica*”, a possibilidade do título de doutor parecia estar restrita às Ciências (Art. 202)<sup>8</sup>.

Oito anos mais tarde, o Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia<sup>9</sup>, embora não mencionasse cursos de pós-graduação, atrelava a concessão do diploma de doutor a pelo menos dois anos de estudo (Art. 48, par. único):

Será conferido o diploma de doutor ao bacharel que defender tese original de notável valor; depois de dois anos pelo menos de estudos, sob a orientação do professor catedrático da disciplina sobre que versar o trabalho.

O ano de 1951 veria surgir no espaço de seis meses dois marcos no incentivo à pesquisa na universidade: em janeiro, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) (Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951), que tinha como uma de suas competências “*cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores*”; em julho, a comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o objetivo de “*promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados*”.

8 O documento apenas menciona o diploma de doutor para Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas ou Naturais,

9 A Lei nº 452/ 1937, que organizava a Universidade do Brasil (UB), instituiu uma *Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras*. Dois anos mais tarde, a UB receberia os estabelecimentos da antiga Universidade do Distrito Federal — projeto de Anísio Teixeira (1900-1971) com apoio do interventor e depois prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto (1884-1942) — entre eles, a Faculdade de Filosofia e Letras. Com o Decreto-Lei 1.190/1939, a *Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras* passou a denominar-se *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFil), com quatro seções fundamentais: *Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia*. A seção de *Letras* compreendia três cursos de três anos de duração cada: *Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas*. Em nenhum deles havia a disciplina *Linguística*, e apenas em *Letras Clássicas* havia, no último ano, *Filologia Românica*. Em 1965 tem início o desmembramento da *Faculdade Nacional de Filosofia*, que daria origem a dez Unidades da UFRJ: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Matemática, Instituto de Psicologia e Instituto de Química.

A década de 1960 aproximou a universidade federal brasileira da estrutura administrativa com que a conhecemos atualmente e instituiu, de fato, a pós-graduação. No começo desse período o Presidente João Goulart (1918-1976) sancionou a Lei de Diretrizes e Bases, mais conhecida como LDB/1961 (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961), cuja discussão, elaboração e aprovação haviam tido início 14 anos antes, em 1947 (ROTHEN, 2008: 454). Em seu Art. 69, a LDB/1961 previa que universidades e institutos isolados poderiam ministrar os cursos “*de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma*”.

A LDB/1961 não tratará desses cursos em outra parte do documento, nem os colocará na alçada do CFE<sup>10</sup>, transformado nessa lei de *Conselho Nacional de Educação* — órgão consultivo do Ministro da Educação e Saúde Pública —, em *Conselho Federal de Educação* (CFE), o órgão cujas decisões o Ministério da Educação e Cultura deveria proteger (LDB/1961, Art. 7º)<sup>11</sup>.

---

10 LDB/1961, Art. 70. “*O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal ... vetado ... serão fixados pelo Conselho Federal de Educação*”. O Conselho Nacional de Educação (CNE) foi criado ainda no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954) pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, parte das reformas do ministro Francisco Campos. Tornou-se Conselho Federal de Educação (CFE) com a LDB/1961. O CFE teve “*revogadas todas as atribuições e competências [...] previstas em lei*” e “*extintos os mandatos*” dos seus membros com a Lei nº 9.131/1995. Essa mesma lei passava todas as atribuições do CFE para o CNE (Ver NUNES *et alii*. 2008).

11 O Relatório da Comissão Meira Mattos, em seu item 2.3, intitulado “*Crise de autoridade no sistema educacional*”, fará uma crítica acerba a esse novo papel do CFE: “*A aplicação no correr destes últimos seis anos dos preceitos da Lei nº 4.024, de dezembro de 1961, no que dizem respeito à autonomia administrativa e disciplinar das universidades e escolas isoladas, assim como dos que atribuíram uma substancial soma de poderes ao Conselho Federal de Educação, tem revelado a inadequação daqueles preceitos à realidade brasileira, gerando incontestável crise de autoridade em todo o sistema de educação.*”

2.3.1. O governo, realmente, tem dificuldade em fazer cumprir qualquer política educacional, visto que, esse cumprimento esbarra em várias atribuições que são da competência exclusiva do Conselho Federal de Educação, por delegação da Lei de Diretrizes e Bases.

Ao ministro da Educação e Cultura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relegou o papel de simples executor das decisões do Conselho Federal de Educação.

*A soma de poderes concedida ao Conselho Federal de Educação, pela Lei de Diretrizes e Bases, é de tal ordem que não só o ministro, como o próprio presidente da República, em assuntos ou questões de natureza pedagógica e educativa, devem solicitar o parecer daquele Conselho, o que representa uma inversão da ordem hierárquica no âmbito do Executivo. [...] É de tal ordem a gama de poderes de que se acha investido o Conselho Federal de Educação, que só a ele cabe promover sindicâncias em quaisquer estabelecimentos de ensino, se e quando o julgar conveniente, para exigir o fiel cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases*

Com a instauração do regime militar que se seguiu ao golpe de estado de março de 1964, as mudanças que afetariam o ensino superior se avolumaram, agilizando a chegada de uma reforma. Um balizamento de que se planejava uma reforma foi a publicação pelo MEC de *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira: Estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura*. Ou, como ficou conhecido, o *Plano Atcon*<sup>12</sup>. Entre os “aspectos filosóficos” da proposta de reforma, o documento dizia que

[a] indevida multiplicação de cadeiras-institutos, de laboratórios e de grupos acadêmico-científicos para a mesma, mesmíssima matéria, pode ser muito interessante para destaques individuais, mas de um ponto de vista econômico e comparada à efetiva produção, é totalmente injustificada. [...] *Temos então, como terceiro critério de*

---

(art. 9º, letra g). Isto significa que o presidente da República ou o ministro da Educação e Cultura, à base da referida Lei, não tem autoridade para exigir das unidades autônomas do ensino federal, em qualquer grau, o fiel cumprimento das leis de ensino, inclusive em matéria disciplinar.[...]

2.3.3 Outro ponto crítico no sistema educacional brasileiro, com reflexo na crise de autoridade que já se tornou pública e notória, é resultante dos princípios genéricos de ampla autonomia administrativa e disciplinar conferida às universidades pela Lei de Diretrizes de Base”. A diatribe continua, concluindo por sugerir que a LDB seja “reformulada para se adaptar à realidade brasileira no que diz respeito às atribuições do Conselho Federal de Educação e à autonomia administrativa, didática, financeira e disciplinar das universidades, cabendo no entanto, ao sr. presidente da República, enquanto isto não suceder, avocar para si a solução e a decisão dos assuntos mais graves, para o que está devidamente autorizado pelo art. 170 do Decreto-Lei nº 200, de 1967”.

O referido art. 170 definia a suprema competência do presidente da República: “O Presidente da República, por motivo relevante de interesse público, poderá avocar e decidir qualquer assunto na esfera da Administração Federal”.

12 Do nome de seu autor, Rudolf P. Atcon (1921-1995). Segundo ZANDAVALLI (2009), “Os princípios desse documento [...] já estavam assentados em trabalho anterior apresentado em 1958 à Universidade de Princeton, sob o título: **Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration**. O material foi posteriormente publicado em revistas sob o título **The Latin American University** e assumido em 1963 pela United States Agency for International Development (USAID), como parte do projeto educacional para a América Latina”. Na edição de 1963, Atcon afirmava: “O clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social; acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada dez mil atingem um grau acadêmico, e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, a esta instituição social denominada Universidade” (ZANDAVALLI, que remete a FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade modernizada a universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991).

*planejamento dentro da problemática do Ensino Superior; a obrigação de ter sempre presente o fator econômico para um máximo de rendimento com a menor inversão.* (ATCON, 1966: 5)

Era uma crítica:

A título de exemplo, a Universidade do Brasil, entre 1958 e 1961, tinha 39 cátedras (disciplinas) da área de química, espalhadas por nove de seus órgãos, situação essa que somente viria a mudar com a reforma universitária de 1968.

(AFONSO & SANTOS, 2009: 50)

A ebulição estudantil e o problema dos excedentes instavam uma solução, e a proposta de Atcon de fim da cátedra, de faculdades e de escolas em favor do departamento eliminava “*vínculos entre estes elementos e seu prédio, seu corpo docente e seus estudantes, o que permitiria ampliação do corpo discente e melhor aplicação dos recursos*” (ZANDAVALLI, 2009). Também quanto ao papel do CFE, Atcon se contrapunha à LDB/1961:

A modificação da legislação vigente para que o Conselho Federal de Educação devolvesse às universidades o poder irrestrito de *regimentar*, reservando-se só o direito de revisar *estatutos*. (ATCON, 1966: 122)

Outros ventos de reforma vinham dos acordos que o MEC começava a assinar — especialmente nas gestões dos ministros da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Muniz de Aragão e Tarso Dutra (CUNHA & GÓES, 1985: 31) — com a *United States Agency for International Development (USAid)*. Dos 12 acordos arrolados em GÓES & CUNHA (que se reportam a trabalho de Otaíza ROMANELLI), cinco afetavam o ensino superior:

e) 24 de junho de 1966: Acordo MEC-Contap<sup>13</sup>-USAID, de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores do ensino médio e proposta de reformulação das Faculdades de Filosofia do Brasil ; f) 30 de junho de 1966: Acordo MEC-USAID, de assessoria para a modernização da administração universitária; g) 30 de dezembro de 1966: Acordo MEC-INEP-Contap-USAID, sob a

---

13 Sigla para *Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso*.

forma de termo aditivo dos acordos para aperfeiçoamento do ensino primário; nesse acordo aparece, pela primeira vez, entre os objetivos, o de “elaborar planos específicos para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior”; [...] i) 6 de janeiro de 1967: Acordo MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) - USAID, de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais (por esse acordo, seriam colocados, no prazo de três anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas: ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros [...] j) Acordo MEC-USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização das universidades, então substituído por assessoria do planejamento do ensino superior, vigente até 30 de junho de 1969 [...] (CUNHA & GÓES, 1985: 32-33)

As mudanças não pouparam nem o nome da instituição: ainda localizada no então Estado da Guanabara, num Rio de Janeiro que não era mais a capital do país, a *Universidade do Brasil*<sup>14</sup> passava a ser *Universidade Federal do Rio de Janeiro* no governo do presidente Humberto Castello Branco (1900-1967)<sup>15</sup>, com a Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, a mesma lei que também alterava a denominação da *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* (UFERJ)<sup>16</sup> para *Universidade Federal Fluminense* (UFF).

Esse mesmo ano de 1965 veria a publicação do *Parecer Sucupira*<sup>17</sup> (Parecer CFE 977, de 3 de dezembro de 1965), que contornava um entrave para que o CFE tratasse de assuntos relacionados à pós-graduação:

no regime instituído pela Lei de Diretrizes e Bases, a competência do Conselho para regulamentar cursos superiores estende-se somente àqueles que se enquadram nos termos do art. 70, isto é, os que ha-

14 Denominação e organização pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937.

15 Denominação conferida pela Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, publicada no Diário Oficial da União de 12/11/1965, Seção 1, p.11.609. A mesma lei previa a alteração da antiga Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFERJ (Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960) em Universidade Federal Fluminense.

16 Criada pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960.

17 Do nome do Relator do Parecer, *Newton Lins Buarque Sucupira* (1920-2007).

bilitam à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício de profissão liberal. Desde que a Lei não distingue, segue-se que tais cursos podem ser de graduação ou pós-graduação. Por enquanto, existe apenas um curso de pós-graduação que satisfaz a essas condições, estando, por isso mesmo, sujeito à regulamentação por parte deste Conselho, que é o curso de orientação educativa.

Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases não poderia o Conselho regulamentar os cursos de pós-graduação em geral, condicionando o funcionamento desses cursos à sua prévia autorização ou determinando-lhe a forma e estrutura.

No entanto, com a aprovação do Estatuto do Magistério<sup>18</sup> é possível regulamentar-se a pós-graduação, desde que o art. 25 do Estatuto confere ao Conselho a competência para definir os cursos de pós-graduação e as suas características.

Atendendo à solicitação do Sr. Ministro e cumprindo desde já a determinação do Estatuto do Magistério, procuraremos neste parecer definir a natureza e objetivos dos cursos de pós-graduação, à luz da doutrina e do texto legal, concluindo por apresentar as suas características fundamentais na forma da exigência legal.

Dito isso, o *Parecer Sucupira* definirá pós-graduação, apontará a diferença entre a pós-graduação *stricto sensu* e a pós-graduação *lato sensu*, as características do mestrado e do doutorado, indicará sua duração, a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os títulos concedidos e a defesa da necessidade desse nível de cursos.

No ano seguinte de 1966 e no início de 1967 tem início de fato a reforma universitária, com a entrada em vigor de dois decretos-leis que expressavam as discussões do CFE (ROTHEN, 2008:456): o de nº 53/66 e o de nº 252/67. Cada unidade das universidades federais tornou-se, por definição, órgão de ensino e pesquisa; obrigou-se ao desmembramento as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras nelas existentes (Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de

---

18 Referência à Lei 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, sancionada, portanto, três dias após o *Parecer Sucupira*. O Art. 25 determinava que “O Conselho Federal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, conceituará os cursos de pós-graduação e fixará as respectivas características”, o que foi feito no *Parecer Sucupira*.

1966)<sup>19</sup>. Nas universidades federais, o departamento, previsto de modo vago na LDB/1961 (Art. 78) substituiu a cátedra, tornando-se “*a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal*” (Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967), redação confirmada pela Reforma Universitária de 1968 ((Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968), que lhe acrescentou “*e compreenderá disciplinas afins*” (Art. 12, § 3º).

No final desse mesmo ano de 1967 o Presidente Artur da Costa e Silva (1899-1969) instituiu, através do Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, a *Comissão Especial* para propor medidas “*relacionadas com os problemas estudantis*” que, em razão de ser presidida pelo então Coronel Carlos de Meira Mattos (1913-2007), da Escola Superior de Guerra, ficaria conhecida como *Comissão Meira Mattos*<sup>20</sup>. Cerca de meio ano depois, novo decreto, nº 62.937, de 2 de julho de 1968, instituiu o “*grupo de trabalho para promover a reforma universitária*”<sup>21</sup>, em que tomaram parte dois membros atuantes do CFE: os professores Newton Sucupira e Valnir Chagas.

No tocante à pós-graduação, assim ROTHEN (2008: 468) aponta a diferença no resultado de ambas as propostas:

A pós-graduação, na proposta da Comissão Meira Mattos, era destinada “aos alunos mais capacitados que desejem continuar os seus estudos” (Relatório Meira Matos, 1969, p. 227). No relatório GTRU foi exposto que a instalação dos cursos de curta duração atenderia ao reclame do mercado de trabalho, e que o atendimento a esta reivindicação deveria ter a contrapartida da implantação dos cursos de pós-graduação para produzir o know-how necessário para o desenvolvimento do país (Reforma, 1969, p. 137).

19 Assim, em 5 meses colocava-se em prática a proposta de reformulação das faculdades de Filosofia firmada no acordo entre o MEC-CONTAP- USAid de 24 de junho de 1966 (ver CUNHA & GÓES, 2007: 32).

20 Composta ainda por Hélio Gomes (1901-1969), Diretor da Faculdade de Direito da UFRJ, Jorge Boaventura de Souza e Silva, Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC (1921-2005), pelo Promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga e pelo Coronel-Aviador Waldir de Vasconcelos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

21 Na Nota Explicativa do *Relatório do Grupo de Trabalho* lê-se: “*Decreto sem número, da mesma data, nomeou os 13 integrantes do Grupo (Professor Antônio Moreira Couceiro, Padre Fernando Bastos de Ávila, Reitor João Lyra Filho, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, Doutor Fernando Ribeiro do Val, Professor Roque Spencer Maciel de Barros, Professor Newton Sucupira, Professor Valnir Chagas, além de dois estudantes universitários os quais, entretanto, embora convocados, preferiram abster-se de dar a sua colaboração)*”.

Desde 1962, quando instalado, o CFE discutiria os princípios que viriam a nortear a Reforma Universitária de 1968: “*autonomia universitária, institutos centrais, desenvolvimento da pesquisa na universidade, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, os ciclos básico e profissional, o tempo integral e a instituição da carreira do magistério*” (ROTHEN, 2008: 456).

Com a Reforma Universitária de 1968 ((Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968; mais o Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969), o CFE ganharia mais atribuições. Primeiramente, a de ser o intérprete autorizado da LDB:

Art. 46. O Conselho Federal de Educação interpretará, na jurisdição administrativa, as disposições desta e das demais leis que fixem diretrizes e bases da educação nacional, ressalvada a competência dos sistemas estaduais de ensino, definida na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Em segundo, estabeleceria a política para a pós-graduação no tocante ao corpo docente, à avaliação dos cursos e à autorização e reconhecimento para seu funcionamento:

Art. 24. O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão.

Art. 36. Os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deverão ser estabelecidos pelas universidades, dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida através da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 47. A autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornado efetivo, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação, observado o disposto no artigo 44 desta Lei.

É nesse ambiente que os estudos de Linguística no nível de pós-graduação têm início na UFRJ.

O surgimento da pós-graduação em Linguística: o que ficou no *Boletim*  
O atual *Programa de Linguística* da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro começa a tomar forma quase ao mesmo tempo em



que o curso de Letras se desloca da Faculdade de Filosofia para uma nascente Faculdade de Letras. Fisicamente, Letras deixava o prédio na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 40, atualmente Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro, e ia ocupar o imóvel, já demolido, onde funcionou o Pavilhão de Portugal na exposição montada pelo governo português para as comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, na Avenida Chile --- comprado pela UFRJ com o auxílio das “*gestões necessárias*” do Coronel Meira Mattos junto ao Ministro da Fazenda (Relatório da Comissão Meira Mattos, 1.7.2) .

Em 1966, a Portaria nº 38, de 7 de novembro de 1966<sup>22</sup> designava os professores Thiers Martins Moreira (1904-1970), Afrânio dos Santos Coutinho (1911-2000) e José Carlos Lisboa (1902-1994), “*para, em comissão e sob a presidência do primeiro, elaborarem, sob forma de regimento, o projeto de organização da Faculdade de Letras que irá resultar do [...] desdobramento*” da Faculdade de Filosofia. Até que fosse aprovado o regimento da nova Unidade — o que ocorre na sessão do Conselho Universitário (CONSUNI) de 20 de março de 1969<sup>23</sup>, que aprovou o Proc. 6319-69 —, deveria ser adotado o regimento da Faculdade de Filosofia (Resolução CONSUNI nº 12/67)<sup>24</sup>.

No início de 1967, o Reitor em exercício, Clementino Fraga Filho (1917-), determinava que o Prof. Afrânio dos Santos Coutinho (1911-2000), então Catedrático da Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, que se afastava por seis meses a convite do governo dos Estados Unidos e da Universidade de Colúmbia, aproveitasse sua estada e recolhesse “*observações e sugestões sobre o ensino de línguas e letras e ainda sobre o funcionamento da Faculdade de Letras*” (Portaria nº 109, de 31 de janeiro de 1967)<sup>25</sup>. Ao retornar, seria nomeado Diretor *pro-tempore* da Faculdade de Letras<sup>26</sup>.

Enquanto se desenrolava esse processo, as pesquisas linguísticas haviam ganhado espaço na Divisão de Antropologia do Museu Nacional. É na Divisão de Antropologia que nesse mesmo ano de 1967 está lotada a Antropóloga nível

22 Mas publicada no ano seguinte, no BUFRJ nº 2, de 13/01/1967, p. 33.

23 BUFRJ nº 12, de 21 de março de 1969, p.1.

24 Resolução CONSUNI nº 12/67, publicada no BUFRJ nº 38, de 22 de setembro de 1967, p.1

25 Portaria nº 109, de 31 de janeiro de 1967, publicada no BUFRJ nº 5, de 3 de fevereiro de 1967, p.15.

26 Portaria nº 516, de 10 de julho de 1967, publicada no BUFRJ nº 32, de 11/08/1967, p. 10-11; prorrogada por 90 dias pela Portaria Nº 1171/67, publicada no BUFRJ nº 2 (12), de 10 de março de 1968, p. 10; prorrogação geral aprovada no CONSUNI (Proc. 14.082-69, publicado no BUFRJ nº 30, de 25/07/1969, p. 1); prorrogada por tempo indeterminado pela Portaria nº 596, de 8 de agosto de 1969, publicada no BUFRJ nº 38, de 19 de setembro de 1969, p. 4).

20-B Yonne de Freitas Leite (1935-2014), que solicitava afastamento “*com a finalidade de executar pesquisas linguísticas*” entre os índios Tapirapé<sup>27</sup>. E é nessa mesma Divisão de Antropologia que surge a *Pós-Graduação em Linguística*. Surgia numa UFRJ que projetava o fortalecimento de sua pós-graduação, instituindo no ano de 1967 o *Conselho de Pesquisas e Ensino para Graduados* (CEPG), composto pela *Câmara de Pesquisa* e pela *Câmara de Ensino para Graduados*<sup>28</sup>.

A Portaria nº 17, de 4 de setembro de 1968, designava o Pesquisador em Antropologia nível 21-B e Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) para “*Coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Linguística da referida Divisão*”<sup>29</sup>.

A *Pós-Graduação em Linguística* do Museu Nacional oferecia os “ *cursos de Linguística Geral, descritiva e histórica, e de linguística aplicada ao ensino de línguas*” com a “*duração normal de dois semestre em regime de dedicação exclusiva*”, destinando-se a “*candidatos ao grau de Mestre*”<sup>30</sup>.

No início de 1968, a *Portaria de Localização de Pessoal nº 287/68*<sup>31</sup> relacionava por categoria docente, os professores da nova Unidade, Letras. Ainda em março era nomeada a comissão que deveria examinar o acervo da Biblioteca Central, situada no Palácio Universitário da Praia Vermelha, para, em 15 dias, relacionar a parte do acervo a ser incorporada à Faculdade de Letras, então na Avenida Chile, no Centro do Rio de Janeiro<sup>32</sup>. A Comissão era composta por Onofre Penteado (1928-), seu presidente, professor da Escola de Belas Artes, Thiers Martins Moreira e Amélia Rosauo Almeida, bibliotecária.

Nessa incipiente Faculdade de Letras não havia um lugar para a Linguística, a julgar pela lista dos professores que ali foram alocados. Não estava entre eles o ainda Professor Assistente Joaquim Mattoso Camara Junior (1904-1970)<sup>33</sup>, que em 1967 estava lotado na Faculdade de Filosofia, como demonstra

---

27 Portaria nº 4, de 5 de julho de 1967, publicada no BUFRJ nº 38, de 22 de setembro de 1967, p. 63.

28 BUFRJ, nº 43, de 27/10/1967, p.3.

29 Publicada no BUFRJ nº 38, de 13 de setembro de 1968.

30 Proc. 336-69, publicado no BUFRJ nº 2, de 10 de janeiro de 1969, p. 26.

31 BUFRJ Nº 20 (10), de 8 de março de 1968, p. 7-8.

32 Portaria Nº 405/68, publicada no BUFRJ nº 20 (13), de 29 de março de 1968, p. 8 .

33 Aryon RODRIGUES ([1984] 2005: 14) declararia que “*A Faculdade Nacional de Filosofia nunca promoveu Mattoso [...] acima da humilde posição de assistente; pelo contrário: chegou a examinar proposta, partida de um de seus catedráticos, de extinção da disciplina de linguística geral, considerada irrelevante numa faculdade de letras! Mattoso conseguiu*

a autorização recebida para afastamento do País<sup>34</sup>, não obstante o Parecer CFE 283/1962 tivesse recomendado que a Linguística estivesse no currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras (PAIVA, 2005). No entanto, a Portaria nº 5, de 1 de abril de 1969, publicada no BUFRJ nº 15, de 11 de abril de 1969, já o coloca dirigindo e ministrando o *Curso de Especialização em Linguística* na Faculdade de Letras de abril a dezembro daquele ano. Camara Jr. viria a falecer algumas semanas após esse período, em 5 de fevereiro de 1970.

Na sessão do CONSUNI de 20 de março de 1969, o Reitor leu carta do Professor Afrânio Coutinho em que comunicava que a Faculdade de Letras “já estava com 1100 alunos matriculados, funcionando normalmente”, dizendo o Reitor que a Faculdade de Letras, “uma das mais novas Unidades da Universidade”, “merecia ser visitada, tal a magnitude da obra educacional que ali se realiza”<sup>35</sup>.

A *Pós-Graduação em Linguística* não permaneceria por muito tempo mais no Museu Nacional. Embora o *Boletim* de janeiro de 1969<sup>36</sup> publicasse o edital de seleção ao Mestrado em Linguística para o ano letivo de 1969, no mês seguinte, a Portaria nº 12, de 14 de fevereiro de 1969, designava o Professor Fernando Dias de Ávila Pires (1933 - ) para participar da comissão do CEPG “que estudará o problema e as áreas de pós-graduação do Museu Nacional”<sup>37</sup>. De um lado o CEPG, na sessão de 9 de julho de 1969, aprovava a “*ratificação das Normas dos Cursos de Mestrado da Divisão de Antropologia do Museu Nacional*”<sup>38</sup>; de outro, no início de abril de 1969<sup>39</sup> o Diretor *pro-tempore* da Faculdade de Letras constituía, em caráter permanente, a *Comissão Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação*, composta pelos professores Roberto Alvim Correa (1898-1983), seu presidente, Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), Eduardo Mattos Portella (1932-) e Thiers Martins Moreira. A Comissão deveria adequar os cursos já iniciados à Regulamentação da Pós-Graduação aprovada no CEPG. Três meses mais tarde, em julho, Eduardo Mattos Portella

---

*passar a professor adjunto somente no fim de sua vida, “por antiguidade”, como me disse, já que sua faculdade nunca lhe reconheceu o mérito”.*

34 Expediente do Reitor de 21/08/1967, BUFRJ nº 35, de 1 de setembro de 1967, p. 54.

35 BUFRJ, nº 12, de 21 de março de 1969, p. 1.

36 BUFRJ, nº 2, de 10 de janeiro de 1969, p. 26.

37 BUFRJ nº 9, de 28 de fevereiro de 1969.

38 Proc. 11.536-69, publicado no BUFRJ nº 30, de 25 de julho de 1969, p. 4. As *Normas dos Cursos de Mestrado da Divisão de Antropologia do Museu Nacional* haviam sido aprovadas na sessão do CONSUNI de 31/10/1968, BUFRJ nº 46, de 8 de novembro de 1968, p. 1-2.

39 Portaria nº 6, de 2 de abril de 1969, publicada no BUFRJ nº 31, de 1 de agosto de 1969, p.

era designado *Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação* da Faculdade de Letras<sup>40</sup>. Em outubro é designada a funcionária Laurita Borba de Castro Maciel “*para ficar à disposição da Comissão de Pós-Graduação*”<sup>41</sup> e o Prof. Helmut Feldmann (1934-) para *Supervisor dos Cursos de Pós-Graduação*<sup>42</sup>.

Na sessão de 1º de outubro de 1969, o CEPG aprovaria a regulamentação dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Letras<sup>43</sup>. Em 3 de outubro de 1969 o Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisas submetia ao Conselho de Educação Superior/ CESu o processo em que o Diretor da Faculdade de Letras solicitava o credenciamento para os cursos de mestrado e doutorado da Unidade. Em 6 de fevereiro de 1970, o relatório de Abgar Renault (1901-1995) e Antônio Salles colocava o processo em exigência. Atendidas as exigências, a *Pós-Graduação em Letras*, em que *Linguística* era uma das cinco macro-áreas, era credenciada pelo Parecer nº 573, de 7 de agosto de 1970, de Newton Sucupira.

## Conclusão

Mais do que resultantes de concepções teóricas sobre a Linguística, as mudanças que afetaram a criação dessa pós-graduação resultaram de projetos governamentais na universidade federal que a reorganizaram administrativa e didaticamente. Por motivos econômicos, não por razões científicas, a UFRJ pós-1968 não poderia permitir dois programas de Linguística, um no Museu Nacional, outro, na Faculdade de Letras. Em razão do apoio norte-americano às reformas da educação no período — não apenas na própria reestruturação da universidade federal, mas também no financiamento provindo de fundações como a Ford e a Fullbright — o fazer linguístico também foi afetado: redundou naquilo que ALTMAN (1998: 276) caracterizou como “*a divulgação de uma literatura e de um fazer linguístico à americana*”. Quem não estivesse satisfeito que se mudasse.

Os textos do *Boletim* estão livres de paixões e sentimentos. Mas o registro de envios concomitantes de documentos para fim semelhante aos conselhos superiores da UFRJ por duas unidades acadêmicas distintas permitem supor que,

---

40 Portaria nº 30, de 11 de julho de 1969, publicada no BUFRJ nº 31, de 1 de agosto de 1969, p. 14.

41 Portaria nº 38, de 2 de outubro de 1969, publicada no BUFRJ nº 45, de 7 de novembro de 1969, p. 13)

42 Portaria nº 41, de 21 de outubro de 1969, publicada no BUFRJ nº 45, de 7 de novembro de 1969, p. 13.

43 Proc. 25.037-69, BUFRJ nº 42, de 17/10/1969, p. 8

nessa universidade federal em reforma, tomava fôlego um embate. Que não foi pequeno. Assim o Professor Carlos Franchi (1932-2001), um dos fundadores do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), refere os ecos do conflito — que haviam chegado à Unicamp, apesar da inexistência das facilidades atuais de comunicação:

Em 1972, houve a famosa polêmica entre Afrânio Coutinho, Portella, o grupo de Letras da UFRJ e o Programa de Linguística do Museu Nacional. Foi aí que fui ao Rio conversar com o Aryon [Rodrigues], que coordenava uma turma muito boa, titulada, e que não estava a fim de se transferir do Museu para o Curso de Letras da UFRJ. Inevitavelmente, a decisão que tomei de trazê-los para a UNICAMP provocou polêmica. Era ainda a velha ideia da Cátedra, que transformava a titulação em obstáculo: essa era a tendência dos uspianos. Não contratavam gente titulada, mas, sim, gente inexperiente, para irem formando escola.

Mesmo não aprovando a ideia, foi Vogt quem voltou ao Rio uma segunda vez para fazer o segundo contato com o Programa do Aryon. Voltou mal impressionado com o [Antônio] Quícoli (o melhor gerativista de então). Mas além do Quícoli, o grupo do Rio era constituído pelo [Bryan] Head, de Sociolinguística; pelo próprio Aryon, de Linguística Geral e Indígena, e Lúcia Lobato, que se dedicava à Semântica. [John]Martin já estava na UNICAMP, de onde saiu como entrou, à força.

Exceto Lobato, cujo diploma francês não foi imediatamente aceito por Zeferino Vaz<sup>44</sup>, e foi para Brasília, vieram todos do Programa do Rio, no segundo semestre de 1972.

(In ALTMAN, 2002: 30-31)

## Referências

AFONSO, Júlio Carlos & SANTOS, Nadja Paraense. 2009. *Instituto de Química da UFRJ - 50 Anos* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.iq.ufrj.br/arquivos/2014/05/iq50anos.pdf>> Acesso em 08 Jul. 2015.

<sup>44</sup> Zeferini Vaz (1908-1981) foi reitor da Unicamp de 1966 a 1978.

- ALTMAN, Cristina. 1998. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1998). São Paulo: Humanitas.
- ALTMAN, Cristina. 2002. Depoimento em ‘primeira pessoa do singular’. *Revista do GEL, Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*, nº 0 (2002). Número Especial. Em memória de Carlos Franchi (1932-2002). Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo:, São Paulo: Contexto, 2002.p. 23-36. Disponível em: < <http://revistadogel.gel.org.br/rg/article/download/178/154>> Acesso em 08 Jul. 2015.
- ATCON, Rudolf P. 1966. *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira: Estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/ Diretoria do Ensino Superior. Disponível em: < <http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/me001610.pdf> > Acesso em 08 Jul. 2015.
- BOSCHETTI, Vania Regina. 2007. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos - *Revista HISTEDBR/ História, Sociedade e Educação no Brasil* On-line, .27:221 –229, set. 2007. Disponível em: < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18\\_27.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf) > Acesso em 08 Jul. 2015.
- BRASIL. *Reforma Universitária: Relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto nº 62.937/68*. 3a. ed.[Brasília]: MEC, 1983. Disponível em: < <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002285.pdf> > Acesso em 08 Jul. 2015.
- BRASIL. Relatório Meira Mattos. Publicado em “Relatório Meira Mattos mostra situação do ensino universitário. *Correio da Manhã*, 25 de agosto de 1968:1-12. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=94970&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=94970&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader) > Acesso em 08 Jul. 2015.
- CAMPOS, Francisco. 1931. *Exposição de motivos*. Documento que acompanha o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>> Acesso em 08 Jul. 2015.
- CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. O golpe na educação. 11a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- NUNES, Edson *et alii*. 2008. *O Conselho Nacional de Educação: trajetória, competências, deliberações e restrições ao futuro*. Documento de Trabalho nº. 72. Rio de Janeiro: Observatório Universitário/ Instituto Databrasil – Ensino e Pesquisa.
- PAIVA, V.L.M.O. O Novo Perfil dos Cursos de Licenciatura em Letras. In: TOMICH, et (Orgs.). A interculturalidade no ensino de inglês. Florianópolis:

- UFSC, 2005. p.345-363 (Advanced Research English Series). Disponível em: < <http://www.veramenezes.com/perfil.htm>> Acesso em 08 Jul. 2015.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A Obra Científica de Mattoso Câmara Jr. (The Scientific Writings of Mattoso Câmara Jr.). *Estudos da Língua(gem)*, [S.l.], 2: 11, nov. 2009. Disponível em: <<http://estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/21>>. Acesso em 08 Jul. 2015.
- ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educação & Sociedade*, 29 (103): 453-475, Ag. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3302008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302008000200008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 08 Jul 2015.
- ZANDAVALLI, Carla Busato. 2009. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. *Avaliação* [online]. 2009, vol.14, n.2: 385-438 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772009000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 08 Jul 2015.

Recebido em 11 de julho de 2015.

Aceito em 10 de agosto de 2015.

## A *GRAMMATICA BRASILEIRA* DO SÉCULO XIX

### THE *GRAMMATICA BRASILEIRA* OF THE 20<sup>TH</sup> CENTURY

Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo / CNPq

mqlite@usp.br

#### RESUMO:

O foco deste texto é o exame de uma gramática brasileira do século XIX, *Grammatica brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, de autor anônimo. Os objetivos da pesquisa são: i) verificar se a variedade brasileira da língua portuguesa é objeto de análise na obra; ii) investigar pistas que levem a seu provável autor. A busca pela resposta ao problema desta pesquisa funda-se em princípios da *História das ideias linguísticas*, tais como *gramatização e horizonte de retrospectão* (Auroux 1992, 2006, 2007), pelos quais verificaremos se Luís Maria da Silva Pinto, autor do *Dicionário da língua brasileira* (1832), é também o autor dessa gramática, cuja denominação refere o local de origem da obra, mas ela, em si, não traz dados linguísticos que caracterizam o português do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** gramática brasileira, horizonte de retrospectão, gramatização, língua portuguesa, história das ideias linguísticas, historiografia linguística.

#### ABSTRACT:

This text, whose author is anonymous, examines a Brazilian grammar book from the 19th century, “Brazilian Grammar or the Art of Speaking”, according to rules set by Manuel Borges Carneiro. The aims of the research are the following: i) establish if Brazilian Portuguese is the subject of analysis of the works; ii) look for clues that can lead to identifying its likely author. The search for the response to the issue investigated in this research is underpinned by the History of Linguistic Ideas, such as *grammatisation* and the *horizont de retrospectation*



(Auroux 1992, 2006, 2007), through which we shall establish whether Luís Maria da Silva Pinto, author of the “Brazilian Portuguese Language Dictionary” (1832), is also the author of this grammar book, which confines itself to speaking of the origin of the works and does not contain any linguistic data characteristic of Brazilian Portuguese.

**KEYWORDS:** Brazilian Grammar, retrospective horizons, gramatisation, Portuguese language, History of linguistics ideas, Historiography of linguistics.

## Introdução

Os títulos das obras orientam o leitor a respeito de seu conteúdo. Com base nesse princípio, entendemos existirem diferenças entre as obras que anunciam, pelo título, tratar de “gramática brasileira”, “gramática da língua portuguesa”, “gramática do português”, “gramática português do Brasil” e do “português brasileiro”. A escolha do qualificativo para a língua é apenas uma questão retórica, ou representa uma tomada de posição científica ou metodológica do autor? Essas perguntas nos movem a investigar obras que trazem tais qualificativos em seus títulos. Alicerçada, então, em princípios da história das ideias linguísticas, tais como *gramatização* e *horizonte de retrospectão* (Auroux 1992, 2006, 2007), analisaremos aqui uma gramática brasileira do século XIX, cujo título é *Grammatica brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, de 1828, de autor anônimo.<sup>1</sup>

A pesquisa, então, funda-se em dois problemas: um, o fato de a obra, de 1828, ter no título o qualificativo *brasileira* para designar a língua objeto da descrição; outro, o fato de ser uma obra anônima. Quem poderia ser o autor de uma obra aparentemente tão relevante para a história do pensamento crítico a respeito da língua portuguesa praticada no Brasil naquela época?

Na busca por obras da mesma época, da metade do século XIX, deparamos com o *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, publicado em 1832. Levantamos, então, a hipótese de as duas obras serem do

---

1 Esta pesquisa foi apresentada oralmente no *XVII Congresso Internacional da ALFAL*, ocorrido em João Pessoa, PB, em julho de 2014. O trabalho foi discutido com pesquisadores especialistas integrantes do Grupo de Pesquisa em Historiografia Linguística, da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

mesmo autor. A investigação, baseada em dados do horizonte de retrospeção da *Grammatica brasileira* e do *Diccionario da lingua brasileira*, assim como do autor do *Diccionario*, nos levou a conclusões importantes sobre a *Grammatica brasileira*, como se verá ao longo deste texto.

Diante desse contexto, fixamos dois objetivos para nortear nossa investigação: i) estabelecer a autoria da *Grammatica brasileira* e, em seguida, ii) investigar a razão de essa obra ter o qualificativo *brasileira* no título.

Assim, começamos o trabalho.

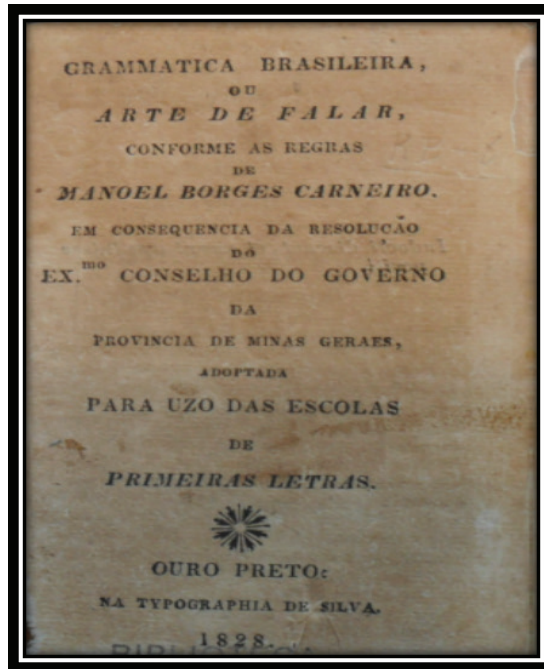
## 1. Uma gramática do século XIX

### 1.1 O problema da autoria

Trataremos de uma obra pouco conhecida, embora relevante, se não pelo conteúdo que encerra, mas pelo título que a qualifica, trata-se da *Grammatica brasileira ou arte de falar*, publicada em 1828, anonimamente. É importante destacar que o subtítulo “conforme as regras de Manuel Borges Carneiro” tem levado alguns bibliógrafos ao engano de atribuir a autoria da gramática ao português citado no subtítulo.<sup>2</sup> Na folha de rosto, lê-se que a obra foi publicada “em consequência da resolução do Ex.<sup>mo</sup> Conselho do governo da província de Minas Gerais”, em Ouro Preto, na *Typographia de Silva*. O autor anuncia que a gramática é pedagógica, “para uso das escolas de primeiras letras”, como se pode verificar na imagem apresentada.

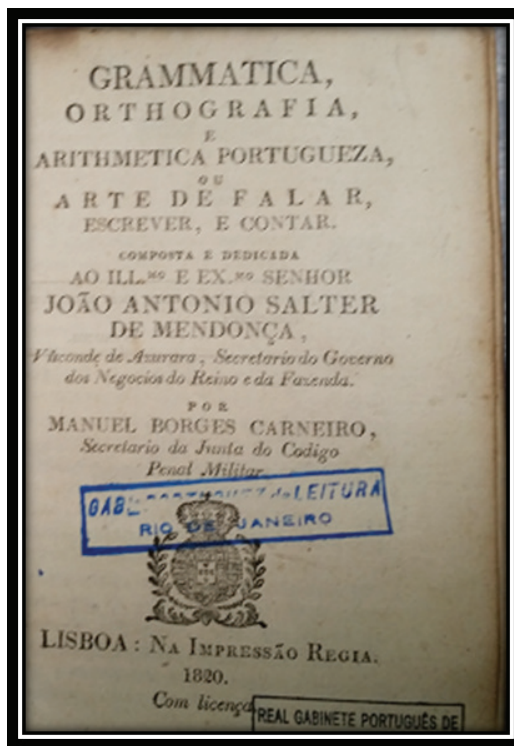
---

2 A *Grammatica brasileira* foi localizada, em 2014, pelo doutorando Jorge Viana de Moraes, no acervo da Biblioteca Brasileira, onde estava catalogada como de autoria de Manoel Borges Carneiro, sob a identificação IESU 520. A obra ainda não consta do acervo online da biblioteca.



O anonimato da obra pode ser derrubado, pois a pesquisa de informações de seu *horizonte de retrospectão* aponta para um autor determinado, como veremos a seguir. Estando a obra situada no tempo e no espaço, a recuperação dos dados sobre o autor não é tarefa impossível, se se dispuser de dados de outras obras, ou de outros autores que tenham atuado no mesmo domínio e, nesse caso, em tempo próximo embora em espaços diferentes, e que tenham produzido obras semelhantes. No caso de que nos ocupamos, os dados que se oferecem à investigação são: a qualificação da obra como “gramática brasileira”, o enquadramento pedagógico institucionalizado da obra (instrumento linguístico “oficial”), o local de publicação, Ouro Preto, a editora, “Typographia de Silva”, o ano, “1828” e, sobretudo, a semelhança da obra com a *Grammatica, orthographia e arithmetica portugueza, ou arte de falar, escrever e contar*, de Manuel Borges Carneiro, publicada em 1820. A folha de rosto dessa obra aparece na imagem abaixo.<sup>3</sup>

3 Agradeço ao colega Prof. Dr. Ricardo Cavaliere que, gentilmente, atendeu ao nosso pedido de localizar a obra no Real Gabinete Português de leitura e dela nos fornecer informações preciosas que vieram a subsidiar esta pesquisa. Algum tempo depois dessa consulta indireta, estivemos no Real Gabinete para consultar a obra e dar andamento ao trabalho.



De acordo com investigação que fizemos, com base nas pistas acima arroladas, chegamos à hipótese de que o provável autor para essa *Grammatica* seria Luís Maria da Silva Pinto, porque sua atuação profissional e publicações condizem com o perfil de alguém que pudesse ser o autor da obra em questão. As informações sobre os dados biográficos de Luís Maria não são uníssonas, segundo Blake (1889, p. 439), ele era natural de Vila Rica, hoje Ouro Preto, nasceu no ano de 1773 e morreu em 1869, já segundo Lima (op. cit.) ele era natural de Goiás, nascido entre as décadas de 60 e 70, mas teria vivido em Ouro Preto, onde morreu. Pelos dados levantados pela pesquisadora antes citada, Silva Pinto teve intensa vida intelectual. Fez mapas estatísticos populacionais e, por isso, foi nomeado diretor do Censo em 1852; foi vice-diretor geral da instrução pública de 1856 e 1857 e, ainda, primeiro diretor do Primeiro Círculo Literário e do Liceu Mineiro e, nessa ocasião, Silva Pinto “teria composto um plano de reforma do ensino em Minas Gerais.” Além disso, foi nomeado administrador da Tipografia Nacional, em 1822, por causa de sua atuação na imprensa. Outra informação importante para o que nos interessa é o fato de Luís Maria ter sido,

conforme Veiga (1898, p.10-20),<sup>4</sup> dono da Typographia de Silva, a mesma editora da *Grammatica brasileira*. O mais relevante, contudo, é o fato de Silva Pinto ser o autor do *Dicionário da língua brasileira*, publicado em 1832, em Ouro Preto, também publicado pela Typographia de Silva.

Abaixo reproduzimos a folha de rosto do *Diccionario da lingua brasileira*.



Esses dados permitem-nos supor que o autor da *Grammatica brasileira* de 1828 seja o mesmo desse dicionário de 1832. Outra informação importante é recuperada no prólogo do Dicionario, no qual se veem indicações da ligação do dicionário com a gramática, quando o autor diz que prometeu, em 1829, publicar um dicionário, pouco tempo depois da aparição da *Grammatica Brasileira*. Veja-se a seguir um trecho do prólogo:

4 Apud Lima 36.

## PROLOGO

A raridade do Diccionario do nosso Idioma, embora hajão differentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muitos outros Lexicographos, me suggerio o projecto de imprimir este *auxiliante da Grammatica, e da Orthografia*.

Coadjuvado pois com uma Typographia, e bem assim induzido pelo desejo commum de avançar ao optimo, emprendi a edição annunciada em 1829. (Silva Pinto 1832 s/n. O itálico é nosso.)

Lima (2006, p. 36)<sup>5</sup> diz que suas pesquisas lhe possibilitam afirmar que o dicionário pode ter sido um dos primeiros livros impressos em Minas Gerais.<sup>6</sup> A historiadora afirma ter encontrado evidências de ter a tipografia de Silva Pinto produzido documentos desde 1828. Pelo que se observa, porém, embora ela tivesse sabido da existência da *Grammatica brasileira*, pois a ela se refere em seu artigo, não levanta a hipótese de que tenha sido de autoria de Silva Pinto. Quanto ao dicionário, seu objeto de pesquisa, diz ser “o primeiro publicado em terras brasileiras”. Tomando essa informação como fidedigna, a gramática, de 1828, pode ter sido a segunda publicada no Brasil. Esse ponto, contudo, não é pacífico, pois a “brasilidade” da gramática pode ser entendida tanto do ponto de vista da autoria quanto da publicação. Para quem considera suficiente o fator nacionalidade do autor, para que a gramática seja considerada brasileira, a primeira gramática brasileira é o *Epítome de gramática da língua portuguesa*, de Antônio Morais Silva, de 1806, publicada em Portugal (Cf. CAVALIERE, 2014); contudo, os que consideram também importante o local da publicação, além da nacionalidade do autor, a primeira é, segundo Kemmler (2013, p. 61), a de Ignacio Felizardo Fortes, publicada no Rio de Janeiro, em 1816, pela Imp. Régia.

---

5 Ivana Stolze Lima é historiadora, pesquisadora e atua como professora colaboradora na PUC-Rio.

6 A autora se refere à dúvida sobre Silva Pinto ter sido, ou não, o editor responsável pelos jornais *O compilador mineiro*, *O companheiro do Conselho*, *Diário do Conselho do Governo* e *O patriota*, porque a referência encontrada na Biblioteca Nacional é a de terem sido esses impressos pela Oficina Patrícia Barbosa e Companhia. Contudo, a própria Lima 2006 36 diz ter sabido, por José Pedro Xavier da Veiga, que o equipamento da Oficina Patrícia Barbosa foi adquirido por Luís Maria da Silva Pinto. Logo, a conclusão é a de que Silva Pinto pode ter sido autor das publicações antes citadas, assim como foi do Dicionário brasileiro de 1832 e, supomos nós, também da *Grammatica brasileira* de 1828.

Pelo que conhecemos, a gramática que ora examinamos ainda não foi objeto de estudo no âmbito da Historiografia Linguística. As referências a ela são raras e lacônicas. O que encontramos sobre essa obra foram referências marginais, que apareceram no contexto do estudo do *Dicionário da língua brasileira*, feito pela historiadora Ivana Lima, do Rio de Janeiro, pesquisadora interessada nas “representações sobre a língua nacional, mestiçagem, escravidão, africanos, Brasil império, identidade, imprensa e historiografia brasileira”.<sup>7</sup> Pelo que se infere da leitura de Lima (2006), nota-se que a historiadora não reconheceu ser Silva Pinto o autor da *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, pois parece ter compreendido, pela indicação do título, que a obra seria de autoria de Manuel Borges Carneiro. A própria autora diz textualmente:

Além do dicionário de Silva Pinto, haveria um segundo enigma que valeria a pena investigar, que é a sugestão de que ele teria escrito uma *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, de 1847. Nada encontrei ainda, além da menção no texto de apresentação da edição fac-similar do Dicionário da Língua Brasileira, sendo que **repito aqui as palavras de Sacramento Blake** [a respeito do Dicionário]: **nunca vi esta obra**. Sobre a segunda parte do seu título, é importante esclarecer que Manoel Borges Carneiro foi um autor português. (Lima 2006, p. 41. O negrito é nosso.)

Vê-se, pois, que Lima (2006) não pôde estabelecer a autoria da *Grammatica Brasileira*, e Blake (1889) dela não dá nenhuma notícia.

Por que esses instrumentos linguísticos trazem no título os adjetivos *brasileira* e *brasileiro*? A resposta à primeira pergunta não nos parece difícil, considerando a longa discussão sobre os fatos históricos do período do Brasil pós-colonial. O Brasil, então, havia saído do regime monárquico e encontrava-se no período imperial, mas o clima era o de efervescência política. Deixaremos a voz da historiadora que se ocupou da pesquisa sobre o dicionário da Língua brasileira falar:

O título desse dicionário certamente chama a atenção de quem se depara com ele. Afinal de que trataria? É preciso olhar para a efer-

---

7 Segundo informações constantes do Lattes da autora, disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723595Z9>

vescente cultura política do Brasil do período regencial (1831-1840). A abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre a identidade e a cidadania. Paixões e fervores acompanhavam as palavras ‘brasileiro’ e ‘português’. Nada parecia neutro. Insultos, xingamentos, bravatas eram corriqueiros nas ruas, quartéis, teatros e no farto material impresso que circulava na Corte e nas províncias. Como atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa se o português era o maroto, pé de chumbo, absolutista, inimigo com quem se disputavam cargos públicos, e decisões sobre o rumo da política? A nacionalidade, forjada de forma bastante particular, era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas. Mais do que um movimento antilusitano, a cultura política da época esteve marcada por um jogo entre identidades construídas, que deu lugar a um animado debate sobre identidades raciais e de cor. (Lima, 2006, p. 36)

A citação responde bem à questão: os adjetivos que qualificavam as obras, aqui já nos referindo também à gramática de 1828, respondiam mais à política do que à linguística. Mas é preciso esclarecer que o qualificativo *brasileiro* dessa época não tem o mesmo valor que teve no período romântico, nem no modernista, nem no pós-modernista (ou seja, o contemporâneo, do final do século XX e século XXI). Nessa época, a acepção da palavra *brasileiro(a)* era polêmica, pois, se de um lado correspondia ao que não era português, mas era próprio do Brasil, de outro lado, era, também, o que era brasileiro sendo português, mas não era o índio. Por essa razão Silva Pinto diz no prólogo: “(...) o da língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Índios como se presumia.” (Silva Pinto: prólogo) Então, não é um dicionário da “língua brasilica”, do nheengatu, mas do português corrente.

Não é da língua geral, nem, também, de idiotismos do português do Brasil, pois o dicionário não trata dos termos que vieram a ser criados no novo mundo. Isso se pode verificar pela análise dos verbetes, mas, antes, pelo que declara o autor. Sua motivação foi a escassez de obras dessa natureza, dicionários, embora se refira ao dicionário de António Morais Silva e, de modo geral, a de “outros autores”. O que ele diz sobre sua motivação para fazer o dicionário corrobora a nossa tese de que é o autor da *Grammatica brasileira*, pois afirma no trecho do primeiro parágrafo do prólogo, antes reproduzido, que é o dicionário um “auxiliante da Grammatica, e da Orthographia.”



Em síntese, os fatos indicam que o *Diccionario da lingua brasileira* e a *Grammatica brasileira* são de autoria de Luís Maria da Silva Pinto e trazem o qualificativo *brasileira* como opção política do autor que, de um lado, aponta para o antagonismo entre portugueses e brasileiros e, de outro entre brasileiros e indígenas.

Tendo estabelecido a premissa da autoria, voltemos à *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, de 1820. Esse título é ambíguo por fazer referência a uma terceira pessoa que se confunde com o autor. Borges Carneiro era português de Resende, nascido em 1774 e morto em Cascais em 1833. Foi um homem público, formado em Cânones e que exerceu a magistratura, tendo chegado a ser desembargador. Escreveu muitas obras do mundo do direito e da política, mas também a *Grammatica, orthographia e arithmetica portugueza, ou arte de falar, escrever e contar, etc. Filologia, matemática. Lisboa Imp. Regia*, 1820, 495p.<sup>8</sup> Pelo que se depreende da literatura especializada, Borges Carneiro não é especialista nas ciências da linguagem, nem foi professor. Essa foi sua única obra linguística, pelo que se tem conhecimento, e que se deve ter constituído como método didático. Essa é uma pesquisa a ser feita.

Kemmler (2009) estuda a *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), professor no Real Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, situando-a como uma obra pioneira nos estudos historiográficos. A gramática de Borges Carneiro foi citada pelo historiador da *Noticia succinta*, o que Kemmler (2009, p. 61) reproduz.

É também Kemmler (2010, p. 76) que faz outra referência a Borges Carneiro, dessa vez pela voz de Schäfer-Prieß, quando, ao tratar da definição de pronome, diz: “Como pertinentemente constata Schäfer-Prieß (2000, p. 172), o gramático posterior Manuel Borges Carneiro (1820, p. 25) chega a tratar com mais precisão a definição paradigmática típica de autores anteriores que afirmavam que este se encontrava em vez do nome.”

O volume didático de Borges Carneiro, no qual está incluída a gramática

---

8 A referência qualificada dessa obra aparece em Kemmler 2011 84: Carneiro, Manuel Borges (1820): *GRAMMATICA, / ORTHOGRAFIA, / E / ARITHMETICA PORTUGUEZA, / OU / ARTE DE FALAR, / ESCREVER, E CONTAR. / COMPOSTA E DEDICADA / AO ILL.MO E EX.MO SENHOR / JOÃO ANTONIO SALTER / DE MENDONÇA, / Visconde de Azurara / Secretario do Governo / dos Negocios do Reino e da Fazenda. / POR / MANUEL BORGES CARNEIRO, / Secretario da Junta do Codigo / Penal Militar // LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. / 1820. / Com Licença.*

é referenciada em biografias do autor, mas não parece ter ressonância maior no contexto das ciências da linguagem. Isso pode ser explicado, talvez, pelo caráter didático da obra.

## 2. A *Grammatica brasileira*

Começemos por comparar o plano da *Grammatica brasileira ou arte de falar*, de autor anônimo, que reivindicamos aqui ser de Luís Maria Silva Pinto (doravante A.), com o da obra de Borges Carneiro, seu modelo declarado:

Manuel Borges Carneiro	A. [Luís Maria Silva Pinto]
Prefação	Não há
Cap. Preliminar - Grammatica	Cap. Preliminar – Da Grammatica
Parte I. De cada uma das partes da oração Cap. I – Do nome Cap. II – Do pronome Cap. II – Do artigo o Cap. IV – Do verbo e seu particípio Cap. V – Do adverbio, conjunção, preposição e interjeição Cap. VI – Do uso das palavras	Parte I. De cada uma das partes da oração Cap. I – Do nome Cap. II – Do pronome Cap. II – Do artigo o Cap. IV – Do verbo e seu particípio Cap. V – Do adverbio, conjunção, preposição e interjeição Cap. VI – Do uso das palavras
Parte II. – Da concordancia e disposição das palavras Cap. II – Das palavras e das figuras	Parte II. – Da concordância e disposição das palavras – Da colocação das palavras e das figuras
Orthografia Arithmetica	Não há

A comparação mostra que, realmente, a obra de A. é o espelho da parte gramatical da obra de Carneiro, com pequenas diferenças: o prefácio que falta na de A. e modificações pontuais de redação na do Anônimo, que nós julgamos ser Luís Maria Silva Pinto, ou A.

O conceito de gramática para o autor anônimo, (A.), é o mesmo do Borges Carneiro: “Grammatica é a arte de formar corretamente a oração ou orações, quer falando quer escrevendo.” Kemmler (2011: 76) mostra a proximidade de Borges Carneiro com outro gramático português, José da Virgem Maria, que escreveu o *novo methodo de educar os meninos e meninas, principalmente nas villas, e cidades*, que se apresenta em dois tomos, sendo o primeiro dedicado ao estudo da gramática portuguesa e o segundo, à astronomia, geografia e ética.

O que se tem de mais concreto, no momento, sobre a ligação de Borges Carneiro com Virgem Maria é, conforme indica Kemmler, a definição de *pronome*, como se pode conferir a seguir:

Definição de José Virgem Maria:<sup>9</sup>

P. Que cousa he *Pronome*?

R. He aquelle que traz á memoria o nome ou cousa a quem se refere, como *Eu, tu,*

*Elle*, etc. (Virgem Maria 1815 I: 10).

Definição de Borges Carneiro:

O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.* Tem-se distinguido muitas especies de pronomes; o que é inutil, ou melhor se aprende pelo uso que por preceitos. P. Que cousa he *Pronome*? (Borges Carneiro 1820, p. 25)

A observação de Kemmler (2011: 76), em nota de rodapé é a seguinte: “A não ser que exista uma fonte comum a que não tivemos acesso até agora, esta coincidência única leva a crer que Carneiro terá aproveitado parcialmente a definição de Virgem Maria”. Acrescentamos, agora, para fazer a triangulação, que o texto de A. é idêntico ao de Carneiro, não somente no que se refere ao conceito de gramática mas também a todos os demais. O texto de A. na defini-

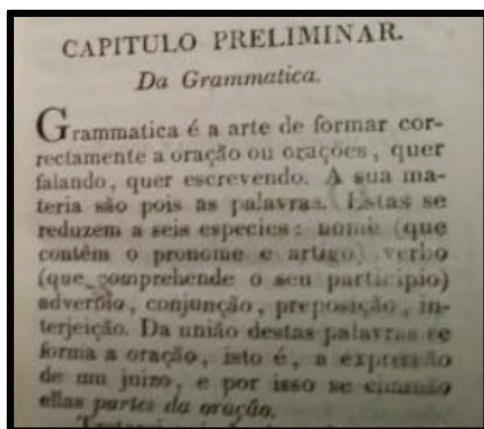
9 Kemmler (2011) traz uma referência qualificada dessa obra: “Virgem Maria, José da (1815a): *Novo methodo / de educar / os / meninos e meninas, / principalmente nas villas, e cidades: / dividido em dous tomos. / tomo i. / este tomo trata da grammatica e da lingoa portugueza, / desde os primeiros elementos da palavra pronunciada, / até aos ultimos preceitos da palavra escrita. / o segundo tomo trata dos elementos da astronomia, / dos da geographia, e dos da ethica: tudo com / suas estampas, e mapas illuminados. / offerecido / ao illustrissimo e excellentissimo senhor /Francisco daSilveira / Pinto da Fonseca. / Fidalgo da caza de s. a. r; nono senhor das honras de / Nogueira de S. Cipriano; commendador da nova ordem / da Torre e Espada, e da de Christo; tenente gene- / ral, e governador das armas da provincia de Tras / dos Montes, e conde d’amarante. / por / fr. Jose’ da Virgem Maria, / professor régio no convento de S. Francisco de Vila Real. // Lisboa: / na impressão regia anno 1815. / com licença*”. Em nota, o autor esclarece a fonte da obra: “trata-se do exemplar pertencente a José Vicente Gomes de Moura que hoje se conserva na biblioteca geral da Universidade de Coimbra (cota abrangeia 9-(1)-6-2-73)”.

ção de pronome, por exemplo, é cópia fiel do texto de Borges Carneiro, que é igual ao de Virgem Maria, embora sem a pergunta (P. Que cousa He *pronome*?):

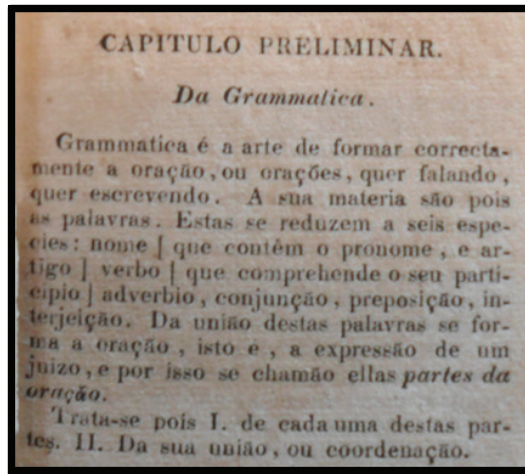
O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.* Tem-se distinguido muitas especies de pronomes; o que é inutil, ou melhor se aprende pelo uso que por preceitos. (A. 1828, p.: 15)

Vale notar que a definição de pronome não é tão variável desde as obras da Idade Média e, segundo Colombat (2014, p. 171), pode corresponder ao conceito dado por Prisciano, ou àquele formulado por Donato. Prisciano, conforme explica Colombat (id.), restringe o conceito à palavra que “substitui uma pessoa precisa”, já Donato não faz tal restrição e amplia o conceito, afirmando que o pronome pode “substituir qualquer nome”. A definição coincide com a de Donato, tanto que José Virgem Maria, cuja gramática pode ter servido de modelo a Borges Carneiro e, por consequência à *Grammatica brasileira*, de A., explicita que o “pronome traz á memoria o **nome ou cousa** a quem se refere”, o que o relaciona ao conceito dado por Donato. Mas o que se destaca das definições vistas acima é o espelhamento da redação dos conceitos dados por Borges Carneiro no texto de A.

Para demonstrar como o texto de A. é, literalmente, a cópia do de Carneiro. Abaixo apresentamos duas imagens que comprovam o que afirmamos, pela definição de *gramática* nas duas obras. Primeiro, o texto de Carneiro e, em seguida, o de A.



Carneiro (1828, p. 11)



(A., 1828, p. 3)

Como se vê, nenhuma diferença. A estrutura das duas obras mostra a identidade das duas obras, como acima apresentado. Ambas são divididas em duas partes, que se subdividem em capítulos e esses, por sua vez, em parágrafos. Observamos que a Parte I, dedicada às partes da oração, é reduzida e é o verbo que ocupa mais espaço na obra, em razão das conjugações que são apresentadas. Nessa parte, contudo, o A. redigiu um capítulo extenso sobre o estudo das palavras, o que mostra sua ligação e interesse com o estudo do léxico. A Parte II é dedicada à sintaxe de concordância, ao estudo da ordem das palavras na frase e, ainda, ao estudo das figuras (solecismo e barbarismo).

O autor toma a divisão das partes do discurso, integralmente, de seu modelo, Borges Carneiro e, conforme já havia afirmado Schäfer-Prieß (2000) sobre o texto de Borges Carneiro:

Carneiro (1820) mantém as categorias de todas as partes do discurso indeclináveis, bem como do verbo, mas reúne, na Introdução, substantivos, adjectivos, pronomes e artigos numa única categoria <nome>. Esta categorização faz lembrar o sistema triádico modificado de Roboredo (4.5.2.2.2.), mas com a importante diferença de os participípios ficarem arrumados juntamente com os verbos, em vez de com os nomes, e de as interjeições possuírem estatuto de partes do discurso. No texto são dedicados capítulos autónomos aos pronomes e aos artigos, de maneira que não se pode constatar qualquer diferença em relação ao sistema modificado de oito partes. (Schäfer-Prieß 2000, p. 173)

Isso é, exatamente, o que se verifica na obra anônima. O estudo da língua nas duas partes da gramática (morfologia e sintaxe) é simplificado e sem referências explícitas a fontes.

Depois de mostrar a identidade das duas gramáticas, passemos a investigar o que tem a obra de A. de “brasileira”, adjetivo que entra no título de sua obra, no lugar do “portuguesa” da gramática de Carneiro. Em primeiro lugar, devemos esclarecer que a *Grammatica brasileira* carece de um prólogo, portanto, não há nenhuma indicação explícita da opção do autor pela escolha do adjetivo qualificativo para a língua descrita.

O uso do adjetivo “brasileira” aparece sem nenhuma indicação de seu sentido, entrando, simplesmente, na referência à língua, como na seguinte passagem, da primeira parte que trata de morfologia:

IV. **Na língua brasileira** os nomes, assim substantivos como adjectivos, não tem diversidade de terminações, nem consequentemente casos nem declinações. O artigo *o*, ou a preposição, que lhes precedem, determinão o que no latim se chama *casos*.

**Aqui se falará pois** somente do seu gênero, numero, e do modo por que alguns se formão. (A. 1828, p. 5)

O texto de Carneiro, no mesmo ponto diz o seguinte:

IV. **Na língua portuguesa** os nomes, assim substantivos como adjectivos, não tem diversidade de terminações, nem consequentemente casos nem declinações. O artigo *o*, ou a preposição, que lhes precedem, determinão o que no latim se chama *casos*. **Falarei** somente do seu gênero, numero, e do modo por que alguns se formão. (Carneiro, 1820, p. 13-14)

Como é evidente, o texto é o mesmo nas duas gramáticas, tendo o autor brasileiro apenas substituído o adjetivo *portuguesa* por *brasileira* e promovido uma pequena alteração de redação. Essa mudança é discursivamente significativa, porque o autor anônimo modificou a expressão da subjetividade do autor original, “Falarei”, primeira pessoa do singular, que denota a responsabilidade pela autoria, pela expressão “aqui se fala”, terceira pessoa do singular, que indetermina o sujeito da ação, ou elimina a responsabilidade do redator em relação ao que diz, ou transcreve. Como é o caso.

Quanto ao conteúdo do excerto, um fato a ser notado é negação da existência de morfemas nominais específicos dos casos que, porém, vem seguida do reconhecimento de que nem na língua *portuguesa* nem “na *brasileira*” há morfemas de casos, como na latina. Os artigos e as preposições, porém, servem para determinar o que, no latim, são os casos, e, assim, reconhecem que as estruturas formadas por *determinante + artigo + nome* e, também por *preposição + artigo + nome* são as que correspondem, na portuguesa, aos casos nominais latinos. Isso remete à existência, na língua portuguesa, se não de casos, mas de estruturas a eles correspondentes. O paradigma da declinação de casos nominais esteve na gramática portuguesa até o século XVIII, precisamente até 1799, ano de publicação de duas gramáticas: a *Arte da grammatica portugueza*, de Pedro Jo’sé de Figueiredo, que ainda apresenta o paradigma de declinação de casos nominais e a de Pedro José da Fonseca, *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), em que a declinação de nomes não mais existe.

Nesse caso, vê-se, na sombra do que diz Carneiro, repetido por A., o mesmo que Fernão de Oliveira 1536, quando tratou do afastamento do português em relação ao latim, pois aquela língua, como reconhece, não tem casos, como essa. Contudo, Oliveira (1536, p. 62) afirma a existência dos casos no que concerne a artigos e preposições. Conforme mostrou AUTOR (2007, p. 195), a relação de artigos e preposições para Oliveira é a seguinte:

Nesse caso, Oliveira não escapou da força do latim. Embora tenha mostrado reconhecer a inexistência de casos no português, viu-os em relação aos artigos e, parcialmente, em relação aos pronomes [...]. A matéria estudada não fica clara, apesar de o autor ter reconhecido as formas da preposição e da contração desta com o artigo, para diferenciar os casos. A correspondência dos casos latim/português quanto aos artigos seria, segundo Oliveira:

<b>Latim</b>	<b>Português</b>
Nominativo	→ Prepositivo (o, a)
Genitivo	→ Possesivo (de + o, a)
Dativo	→ Dativo (a + o, a)
Acusativo	→ Pospositivo (o, a) (+ -s no plural)

Na entrada da sintaxe, parte II, também há outra referência à língua brasileira, além da portuguesa, como se verá a seguir. Retomando a afirmação de A, no excerto em exame, vê-se que o autor não pensa mesmo na língua de que

trata, como uma língua autônoma, diferente da europeia. Isso mostra que, além da cópia literal do texto do autor português, o brasileiro não tinha ideia de que a troca dos adjetivos deveria implicar, necessariamente, a descrição de características linguísticas da variedade, ou língua, que o levou a fazer a alteração. É interessante observar que, além da troca de *portuguesa* por *brasileira*, há a de latina por portuguesa, o que sinaliza que A. quis dar a entender que a *língua brasileira* é “filha” da *portuguesa* como a *portuguesa* é da *latina*. Vejamos:

## CAPITULO II

Da Collocação das palavras, e das figuras.

§. 27

Regras sobre esta matéria.

A disposição das palavras e frases, que os Gregos chamão *syntaxe* (construção, coordenação, colocação, composição) deve **na língua brasileira bem como sucede na portuguesa**, latina, italiana, e franceza, ser dirigida pelas regras seguintes (\*) (A. 1828, p. 69. O negrito é nosso.)

O texto de Carneiro é exatamente o mesmo, com referência à língua portuguesa:

## CAPITULO II

Da collocação das palavras, e das Figuras.

§. 27

Regras sobre esta materia.

A disposição das palavras e frases, que os Gregos chamão *syntaxe* (*construcção, coordenação, collocação, composição*) deve **na língua portugueza, bem como sucede na latina**, italiana, franceza e hespanhola, ser dirigida pelas regras seguintes (a.) 1820, p. 102. O negrito é nosso.)

Dirão que eu saio aqui dos limites da Grammatica, e entro nos da Rhetorica: e eu direi que a importância é aprender a mocidade portugueza a falar e escrever bem a sua língua, e chamem a isto o que quizerem.



A passagem “deve na **língua brasileira** bem como sucede na **portuguesa**, latina, italiana e franceza (...)”, faz o leitor pensar que A. acredita, realmente, na existência de duas línguas diferentes: a brasileira e a portuguesa, embora não estabeleça contrastes entre as duas supostas línguas nem dê pistas das razões que o levam a tal separação. Os assuntos tratados em toda a gramática também não demonstram serem diferentes “as duas línguas”, portuguesa e brasileira.

Nessa parte II, *Da colocação das palavras e das figuras*, em verdade, o autor formula regras de construção de parágrafos e frases. Ele mesmo reconhece que faz mais retórica do que gramática, tanto que diz no rodapé indicado por (\*):

(\*) Dirão que saindo dos limites da Grammatica se entra nos da Rhetorica: mas o que importa é aprender a mocidade a falar e escrever bem a sua língua e chamem a isto o que quiserem.

As dez regras que formula trazem misturados assuntos referentes à gramática, retórica e produção de texto escrito. Assim, são os assuntos:

- Regra I – estabelece a ordem das partes do discurso na oração (agente, verbo, advérbio).
- Regra II – estabelece regras para o uso de orações intercaladas.
- Regra III – estabelece que a oração principal venha depois das intercaladas, se elas forem muitas.
- Regra IV – estabelece regras para conexão [coesão] interoracional em parágrafos com muitas orações intercaladas.
- Regra V – estabelece regras de colocação de palavras na frase.
- Regra VI – estabelece regras de colocação do advérbio, para que se alcance bom nível de clareza na frase.
- Regra VII – estabelece regras de colocação do adjetivo.
- Regra VIII – estabelece regras de colocação de palavras na frase de modo a evitar ambiguidade na frase.
- Regra IX – estabelece regras de colocação de palavras para evitar cacofonia.
- Regra X – estabelece regras para uso de rodeio para evitar os casos em que há choque na aplicação de regras anteriores.

As regras são seguidas de longos trechos citados como exemplos, mas nenhum deles é comentado. Os exemplos todos vêm entre aspas, mas não há pistas de sua autoria. Ademais, em nenhuma das regras há assuntos específicos da “língua brasileira”, pois tudo o que é referido diz respeito à língua portuguesa em geral.

A nosso ver, o que essa obra traz de diferente, para a época, é o trabalho com o “uso das palavras” integrado no texto da gramática, o que aparece no capítulo sexto da primeira parte. Para introduzir o assunto, o autor trata da adequação do uso das palavras às situações de comunicação, já que, como reconhece explicitamente, o objetivo de quem fala ou escreve é ser entendido.

Embora não faça nenhuma referência explícita, a fonte longínqua de Borges Carneiro e de A. deve ter sido Fernão de Oliveira (1536), que trata largamente do uso das palavras, inclusive empregando terminologia próxima à aplicada pelo autor da *Grammatica brasileira*. Por sua vez, a fonte de Oliveira foi bem antiga, já para o século XVI: Varrão, gramático latino do século II a. C., de quem veio a metalinguagem “estranha”, ou diferente do que era usual para o texto gramatical. Fernão de Oliveira falou das “dições”, ou seja, sobre as palavras e seus usos, nos seguintes termos:

1. Das dições [cap. XXX]<sup>10</sup>
2. Da etimologia das nossas dições [cap. XXXI]
3. Das dições alheias [cap. XXXII]
4. Das dições comuns [cap. XXXIII]
5. Das dições apartadas ou simprezes [cap. XXXIV]
6. Das dições juntas ou compostas [cap. XXXV]
7. Das dições velhas [cap. XXXVI]
8. Das dições novas [cap. XXXVII]
9. Das dições usadas [cap. XXXVIII]
10. Das dições próprias [cap. XXXIX]
11. Das dições tiradas ou derivadas [cap. XLI]
12. Doutras dições tiradas ou eiceições [cap. XLII]

A certeza de que Oliveira compõe o *horizonte de retrospectão* de A. começa desde que se verifica sua preocupação com o uso da língua e, depois, como fica evidente, com a coincidência do tratamento das palavras de sua natureza. Dessa lista, que traz apenas os capítulos dedicados ao estudo das palavras, há coincidência do que disse Oliveira com o que diz A. nos seguintes casos:

---

10 Os títulos dos capítulos atribuídos são devidos à edição crítica, preparada por Torres e Assunção (2000), da *Grammatica da lingoagem* portuguesa de Fernão de Oliveira. Desses títulos, apenas quatro, Das sillabas, Das dições, Do acento e Analogia, foram de autoria do próprio Oliveira. Os algarismos romanos referem-se aos números dos capítulos.

Oliveira	A.[Silva Pinto]
Das dições usadas [cap. XXXVIII]	Do uso das palavras [título geral]
Das dições velhas [cap. XXXVI] Das dições novas [cap. XXXVII]	Palavras antiquadas ou inovadas
Dições alheias	Inovação de palavras corruptoras da linguagem
Das dições tiradas ou exceções	Palavras velhas em sentido inovado ou mal formadas

Esse quadro, também, mostra bem a identidade das duas obras. A alteração diz respeito à formulação parafrástica do texto. Quanto às palavras novas, o autor menciona as oriundas da “língua geral” do Brasil, como se pode ler no extrato a seguir:

Não deveria porê[m] contar-se entre as palavras viciosamente innovadas, os nomes que se põem ás cousas de novo descobertas ou inventadas; os que a necessidade exigio se introduzissem, como *pret*, *chefe*; nem os termos technicos, ou peculiares ás sciencias e artes, mormente quando nellas os não houver **Nacionaes** e já **usados** *merecendo adopção e preferencia as da lingua geral do Brasil.* (A. 1828, p. 58. Grifamos.)

E havia dito Borges Carneiro:

Não devem porê[m] contar-se entre as palavras viciosamente innovadas, os nomes que se põem ás cousas de novo descobertas ou inventadas; os que a necessidade exigio se introduzissem, como *pret*, *chefe*; nem os termos technicos, ou peculiares ás sciencias e artes, mormente quando nellas os não houver **portuguezes** e já usados. (Borges Carneiro, 1820, p. 81. Grifamos.)

Como o autor não dá exemplos das palavras novas oriundas do que denominou “língua geral do Brasil,” entendemos que essa expressão fica, nesse contexto, ambígua, podendo ser referente à língua comum ou à língua tupinambá simplificada, usada como meio de comunicação entre os índios e os jesuítas e que, depois, funcionou como língua de comunicação de famílias de descendentes de portugueses, por índios de outras etnias e, também, pelos escravos. Como, todavia, a expressão “língua geral” foi usada desde o século XVI pelos

portugueses e espanhóis, primeiro para designar as línguas indígenas do Peru e do Paraguai, e, no caso do Brasil, as línguas indígenas da costa, de São Paulo ao Nordeste, pode-se interpretar que ele se refere às palavras originárias das línguas indígenas brasileiras. Lembre-se, contudo, do que A. disse no prólogo de seu dicionário, e que foi reproduzido aqui: “(...) da língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Índios como se presumia.” Então, conclui-se que ele fala mesmo é da língua corrente praticada no Brasil e não da língua geral.

### Nota final

A hipótese levantada neste artigo, de que a *Grammatica brasileira, ou arte de falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, 1828, anônima, é de autoria de Luís Maria da Silva Pinto, pode ser considerada confirmada. Os dados usados para a confirmação vieram do estudo do horizonte de retrospectiva da obra, e eles são coincidentes com os de Luís Maria da Silva Pinto, autor do *Diccionario brasileiro*, de 1832.

Do trabalho realizado, conclui-se que a obra é uma cópia modificada da *Grammatica* de Manuel Borges Carneiro. Além disso, que a modificação feita pelo autor anônimo, o qual, conforme vimos, é Luís Maria da Silva Pinto, foi superficial e implicou, apenas, o acréscimo do adjetivo brasileira na designação da gramática, e sua inclusão em mais duas passagens do texto, sem que isso repercutisse na análise ou descrição da língua. Não, houve, portanto, *gramatização* de fatos linguísticos da variedade brasileira do português, como o título da obra sugere.

Finalmente, podemos dizer que o qualificativo “brasileira” usado no título da gramática parece ter sido escolhido por motivos políticos e não por convicção linguística, o que vai ao encontro da interpretação de Lima (2006) a respeito do *Diccionario da língua Brasileira*. O fato de a descrição da língua constante da *Grammatica brasileira* não trazer diferença normativa nem linguística do português praticado no Brasil, em face do praticado em Portugal, também corrobora a hipótese da intenção política do autor ao nomear sua obra. Resta, agora, examinar com cuidado o *Diccionario* de Silva Pinto e confrontá-lo com os de sua época para ver se a “metodologia” de edição é a mesma usada na gramática.

## Referências bibliográficas

### Fontes

- PINTO, Luiz Maria da Silva. 1832. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz, Typographia de Silva.
- GRAMMATICA BRASILEIRA OU ARTE DE FALAR CONFORME AS REGRAS DE MANUEL BORGES CARNEIRO. Ouro Preto, Typographia de Silva.
- OLIVEIRA, F. 1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. In: Assunção, C.; Torres, A.(2000) Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa.

### Estudos

- ASSUNÇÃO, C. e Torres, A. 2000. Introdução, em *Gramática da linguagem portuguesa*, Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas/SP : UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998. [Collection Sciences, modernités, philisophies, dirigée par Sylvian Auroux].
- AUROUX, S. Les modes d’historicisation . In: *Histoire, Espistemologie, Langague. Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection*. Tome XXVIII, Fascicule 1, 2006. pp. 105-116.
- AUROUX, S. *La question de l’origine des langues, suivi de l’historicité des sciences*. Paris: PUF, 2007.
- CAVALIERE, Ricardo. 2010. A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX, em Assunção, C., Fernandes G. e Loureiro, M. (editores), *Ideias linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a Séc. XIX)*., Volume I, Nodus Publikationen, Münster, Germany.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- KEMMLER, Rolf. 2013. A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a Arte de grammatica portugueza (1816) de Inácio Felizardo Fortes, *Confluência*, 44-45: 61 –
- KEMMLER, R. 2010. O ideário linguístico no Novo methodo de educar os meninos e meninas (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria, *Revista de Letras*, II, 9: 63-92.
- KEMMLER, R. 2009 As Origens da Disciplina ‘Historiografia Linguística’ na Noticia Succinta (1823) de José Vicente Gomes de Moura, *Confluência*, 35-36: 37-83.

- AUTOR, M. Q. 2007. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*, São Paulo, Humanitas/Paulistana.
- LIMA, Staelze I. (2006). Luiz Maria da Silva Pinto e o Dicionário da língua brasileira (Ouro Preto, 1832), *Humanas*, Porto Alegre: 28, 33-67.
- SCHÄFER-PRIEB, Barbara [no prelo]: *A Gramaticografia portuguesa de 1540 até 1822: condições da sua gênese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.

Recebido em 20 de julho de 2015.

Aceito em 9 de setembro de 2015.

A PRIMEIRA DESCRIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ALEMANHA: O  
*HEXAGLOTTON* (1762) DE IGNAZ WEITENAUER (1709-1783)<sup>1</sup>

THE FIRST PORTUGUESE LANGUAGE DESCRIPTION IN GERMANY:  
THE *HEXAGLOTTON* (1762) BY IGNAZ WEITENAUER (1709-1783)

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
kemmler@utad.pt

Sónia Coelho

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
ccoelho@utad.pt

Susana Fontes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
sfontes@utad.pt

RESUMO:

O presente artigo oferece uma introdução às “*Institutiones lusitanicæ*”, que constituem uma das seis partes da gramática poliglota *Hexaglotton alterum, docens linguas anglicam, germanicam, belgicam, latinam, lusitanicam, et syriacam, ut intra brevissimum tempus ope lexicæ libros explicare discas* (1762) do jesuíta alemão Ignaz Weitenauer. Na brevidade de umas 28 páginas, o pequeno tratado metalinguístico visa apresentar o português como língua estrangeira a um público germanófono, sendo, com efeito, a primeira obra metalinguística dedicada ao português dentro daquele espaço linguístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia linguística; Português como língua estrangeira; Ignaz Weitenauer; Companhia de Jesus; Língua portuguesa

---

1 O presente artigo baseia-se no texto alemão de Kemmler (2002). A presente tradução portuguesa encontra-se revista, melhorada e consideravelmente ampliada em relação ao texto original.

## ABSTRACT:

This paper offers an introduction to the “*Institutiones lusitanicæ*”, that are one of the six parts of the the polyglot grammar *Hexaglotton alterum, docens linguas anglicam, germanicam, belgicam, latinam, lusitanicam, ut syriacam, ut intra brevissimum tempus ope lexicæ libros explicare discas (1762)*, by the German Jesuit Ignaz Weitenauer. In the brevity of some 28 pages, this brief metalinguistic treaty aims to present the Portuguese as a foreign language to the German-speaking public, and, in effect, it is the first metalinguistic work dedicated to the portuguese language inside that linguistic area.

**KEYWORDS:** Linguistic historiography; Portuguese as a foreign language; Ignaz Weitenauer; Society of Jesus; Portuguese language

## Introdução

No artigo resultante da comunicação apresentada na secção de linguística do Primeiro Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas em Berlim (1995), o lusitanista alemão Michael Scotti-Rosin (1996a) examina de que modo já se pode falar dos inícios de uma ‘lusofilia’ e de uma ‘lusitanística’ alemãs no século XVIII.

Assim, logo a iniciar as suas considerações, Scotti-Rosin manifesta querer comprovar «[...] que nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX efetivamente se pode falar de um maior interesse alemão em Portugal, na sua cultura e na sua língua [...]»,<sup>2</sup> pelo que os inícios da lusitanística germanófona não devem ser procurados no romanticismo alemão das primeiras décadas do século XIX, mas sim em tempos bastante anteriores.

A falta de manuais metalinguísticos adequados que tinham por fim a promoção da aprendizagem do português como língua estrangeira (PLE) para um público germanófono não podia deixar de ter efeitos constrangedores sobre os primeiros lusófilos, pois dificilmente podiam satisfazer a sua sede de bens culturais vindos de Portugal e das suas colónias. Parece, por isso, lógico relacionar a formação de uma lusitanística germanófona de cariz sistemático com o aparecimento de manuais metalinguísticos portugueses para germanófonos

---

2 Scotti-Rosin (1996a: 5; 1996b: 13): ««[...] daß in den letzten Jahrzehnten des 18. und in den ersten des 19. Jahrhunderts durchaus von einem größeren deutschen Interesse an Portugal, seiner Kultur und Sprache, gesprochen werden kann [...]». Todas as traduções do alemão para o português, colocadas dentro de parênteses retos, são da responsabilidade dos autores do presente artigo.



(Junk 1778, Meldola 1785, Wagener 1800/1802). Ao continuarmos na senda do raciocínio de Scotti-Rosin, parece-nos, no entanto, que o início da lusitanística em terras germanófonas não se deve restringir ao aparecimento dos manuais metalinguísticos em alemão, já que dezasseis anos antes da obra de Junk tinha surgido no mercado livreiro germanófono uma breve descrição da língua portuguesa, que se servia de outra metalinguagem de grande importância: o latim. Esta primeira descrição do português é constituída pela parte portuguesa do *Hexaglotton* (1762) de Ignaz Weitenauer (1709-1783), que apresentaremos em seguida como uma das obras de charneira entre os manuais metalinguísticos de português como língua estrangeira para germanófonos.

## 1. O autor e a sua obra

Nascido na cidade bávara de Ingolstadt (Alemanha) a 1 de novembro de 1709, Ignaz Weitenauer entrou na Companhia de Jesus no ano de 1724. Depois de se ter dedicado durante vários anos ao ensino dentro do sistema escolar da Companhia de Jesus, foi chamado para a cátedra de Filosofia e Línguas Orientais na Universidade de Innsbruck (Áustria), em 1753, onde permaneceu até à supressão da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV.<sup>3</sup> Em consequência da suspensão da sua ordem, Weitenauer optou por se recolher no mosteiro cisterciense de Salomonsweiler (hoje Salem), no Sul da Alemanha, onde veio a falecer a 4 de fevereiro de 1783.

Ao lado das suas obras literárias e não obstante a sua especialização na área da orientalística, Weitenauer chegou a publicar um conjunto de importantes obras de conteúdo exegético e filológico, entre as quais merecem destaque o *Lexicon Biblicum* (1758), a tradução comentada da Bíblia para o alemão (*Biblia Sacra, oder Die heilige Schrift des Alten und Neuen Testaments*, 14 volumes, 1777-1781), e ainda um tratado metalinguístico sobre a língua alemã, intitulado *Zweifel von der deutschen Sprache* (1764-<sup>5</sup>1778).

Seguidamente, dedicar-nos-emos à análise do manual poligloto do autor sob escopo que, na sua redação final, chegou a contemplar nada menos do que doze línguas europeias, constituindo ainda, como cremos, um marco importante para a lusitanística germanófona.

Como desenvolvimento do livro *Modus addiscendi intra brevissimum*

---

3 Para mais informações sobre a vida e as obras de Ignaz Weitenauer, cf. Reusch (1896), Backer / Backer / Sommervogel (1897, VIII: cols. 1051-1059), Jahreiß (1990: 96-97) e Schmitt (1998).

*tempus linguas, gallicam, italicam, hispanicam, græcam, hebraicam et chaldaicam* (Weitenauer 1756) em que o autor oferece a essência das informações metalinguísticas sobre meia dúzia de línguas (três línguas modernas e três línguas clássicas ou bíblicas), o *Hexaglotton alterum, docens linguas anglicam, germanicam, belgicam, latinam, lusitanicam, et syriacam, ut intra brevissimum tempus ope lexicis libros explicare discas* (Weitenauer 1762b) não é outra coisa senão o segundo volume (publicado com título próprio) de um conjunto intitulado *Hexaglotton geminum, docens linguas, gallicam, italicam, hispanicam, graecam, hebraicam, chaldaicam, anglicam, germanicam, belgicam, latinam, lusitanicam, syriacam: ut intra brevissimum tempus ope lexicis omnia explicare discas* (Weitenauer 1762a). Tanto os dois volumes da primeira edição do *Hexaglotton*, como a segunda edição de 1776<sup>4</sup> foram impressos pelos irmãos Johann Ignaz Wagner e Anton Wagner, livreiros nas cidades de Augsburg e Freiburg im Breisgau (Gier / Janota 1997: 1281).

Voltando à edição de 1762, observamos que o *Hexaglotton geminum*, como primeiro volume (em fiel continuação aos conteúdos do *Modus addiscendi* de 1756), se dedica, ao longo das suas [II], 137 páginas, ao primeiro grupo de seis línguas, nomeadamente o francês, o italiano, o espanhol, o grego, o hebraico

---

4 A existência de outra edição datada de 1772 que costumava ser mencionada por alguns bibliógrafos (cf. Backer / Backer / Sommervogel 1897, VIII: col. 1055: «Augustæ Vindelicorum et Friburgi Brisgoiæ, Sumptibus Francisci Wagner, 1772, 4°, 2 vol., pp. 137 et 227»; cf. mais recentemente Pörnbacher 2011: 267) não pode ser comprovada por Jahreiß (1990: 98). Também nós não conseguimos encontrar qualquer vestígio desta edição. No atinente às edições de 1762 e 1776, Jahreiß (1990: 98) constata o seguinte: «Bei der Ausgabe a. 1776 wurde sogar das Titelblatt des zweiten Teils aus dem Jahr 1762 beibehalten [na edição do ano de 1776 até se manteve o rosto da segunda parte do ano de 1762]». Numa reavaliação do que se afirmara em Kemmler (2003: 258), julgamos lícito concluir que a coexistência, em todos os exemplares conhecidos, do *Hexaglotton geminum* com data de 1776 com o *Hexaglotton alterum* com data de 1762, dever-se-á provavelmente à encadernação em conjunto de exemplares pertencentes a diferentes edições, tendo, possivelmente, sido aproveitados restos da edição anterior. Uma vez que a primeira parte já havia sido publicada sob outro título duas décadas antes da última edição (o *Modus addiscendi*, Weitenauer 1756, que Kemmler 2003 desconhecia), a referência feita pelo próprio Weitenauer (1762b: [IV]) no paratexto sobre o número de edições parece trazer um novo sentido: «Lectoris benevolentia, qua Hexaglotti mei prioris editio prima & secunda excerpta est, ac jam pridem tertia flagitata, denique apud me effecit, ut istud quoque Hexaglotton Alterum committere praelo auderem». Julgamos que esta afirmação pode vir ao encontro de uma referência do bibliógrafo Baader (1824: 313), que refere para o «*Hexaglotton, seu Modus addiscendi*», publicado em Frankfurt, em 1756, uma «Nova editio. ibid. eod.». Perante as afirmações do autor e considerando a existência de várias edições desconhecidas (que podem ou não ter existido), não podemos oferecer nenhuma afirmação conclusiva sobre a questão das edições do conjunto do *Hexaglotton*.

e o caldaico (isto é, o aramaico). O *Hexaglotton alterum* é bastante mais volumoso e dedica-se, ao longo das suas [IV], 227 páginas, a outro grupo de seis línguas, nomeadamente ao inglês, ao alemão, ao belga (isto é, ao flamenga), ao latim, ao português e ao sírio. Assim, no total das doze línguas, encontramos sete línguas modernas, duas línguas clássicas e três línguas bíblicas, todas elas consideradas como as mais importantes línguas de comunicação do ocidente europeu da época.

Como manual didático poliglota, o *Hexaglotton* continua amplamente esquecido nos dias que correm, encontrando-se somente um número reduzido de obras que, na sua maioria, lhe tecem apenas breves observações.<sup>5</sup>

No âmbito do presente artigo, interessar-nos-á especialmente a parte portuguesa da obra, que apresentaremos a seguir, tomando em consideração a *Ars grammaticæ pro lingua lusitana addiscenda Latino idiomate proponitur* do jesuíta Bento Pereira (1605-1681), uma vez que justamente foi identificada como a primeira gramática do português como língua estrangeira, por Fernandes (2009).

## 2. As *Institutiones lusitanicæ*

Dentro do segundo tomo da sua obra, Weitenauer considera a língua portuguesa pelas mesmas razões que o fizera com a espanhola no primeiro tomo, ou seja, devido à origem latina que ambas as línguas partilham:

Germanicæ filiam addidi Belgicam, ut Latinæ Lusitanicam, & istam quidem iisdem rationibus ductus, quæ me ad Hispanicam in Hexaglotto primo docendum permoverunt (Weitenauer 1762b: [IV]).

No prefácio ao primeiro volume,<sup>6</sup> Ignaz Weitenauer expõe a razão para a inclusão da língua espanhola e das outras línguas românicas no seu conjunto de obras metalinguísticas: segundo ele, o grande interesse pela leitura de obras

5 Para além dos artigos de Alvar Ezquerro (1994) e Kemmler (2003), que parecem ser os únicos estudos de maior envergadura dedicados ao conjunto de gramáticas do *Hexaglotton*, veja-se, a título de exemplo, os artigos de Andrango Asmal / Gualotuña Hidalgo (2007: 21), Ponce de León Romeo (2008: 59-60), Sierra Soriano (2010: 223) e Gonçalves (2014: 304).

6 O mesmo paratexto já se encontra na edição anterior deste tomo dentro do *Modus Addiscendi* (Weitenauer 1756: [IV]).

escritas nestas línguas na época não podia ser satisfeito devido à dificuldade que constituía o acesso aos conhecimentos linguísticos necessários. No raciocínio do autor, seria esta a razão que o teria incentivado a oferecer algumas descrições sucintas das várias línguas, habilitando assim os leitores, em pouquíssimo tempo e sem necessidade de auxílio de professores, de competências para a leitura de obras naquelas línguas:

Multi sunt, qui etsi cum Gallis, Italis, Hispanis, sermonem conferre non cupiant, optimis tamen eorum libris uti vehementer desiderant. Ne vero iidem sive magistrorum voce, sive librorum grammaticorum præsidio juvari possint, alios magnitudo sumptuum, alios operis difficultas, plerosque temporis egestas prohibet & absterret. Horum ego honestissimæ utilissimæque cupiditati ut consulam, paucas has paginas offero, quæ, si Lexicon quodcunque bonum accesserit, spe citius voti sui compotes faciant. In græca primum lingua, tum hebraica, & chaldaica experimento capto, idem in italica, gallica, hispanicaque, eodem plurimum successu tentavi. Nulla harum fuit, in qua non intra alteram tertiamve horam, DEO dante, audientem eo perducerem, ut interpretari libros per se ipse, & ope Lexici explicare posset. Fuere, quibus & semihora sufficeret. Rem usque adeo commodam ut juris publici facerem, & hortati sunt multi, & boni communis amor persuasit. Tantam celeritatem professo, in Præfatione hærendum non est: unum addo, nisi te laboris pœniteat, amice Lector, fore, ut intra biduum sex harum linguarum omnium libris intellegendis idoneum te sine magistro efficias. Latinitatis filias, gallicam, italicam, atque hispanicam, priore hac parte complexus sum; altera græcæ, hebraicæ, chaldaicæque destinata. Vale & hoc temporis & impensæ compendio fruiere (Weitenauer 1762a: [IV]).

Uma vez que Weitenauer pretende facilitar a aprendizagem das línguas descritas com a maior brevidade, os conteúdos metalinguísticos são ordenados de forma idêntica para qualquer uma das doze línguas. Para além disso, o autor serve-se coerentemente do latim como metalinguagem ao longo da obra. Atenemos, então, como exemplo desta descrição metalinguística, nas «*Institutiones Lusitanicæ*», que perfazem um total de 28 páginas (Weitenauer 1762b: 174-202).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Para fins comparativos, convém notar que as «*Institutiones Hispanicæ*» somente ocupam 21 páginas em Weitenauer (1762a: 73-94).

## 2.1 A descrição da língua portuguesa no *Hexaglotton alterum*

A descrição da gramática portuguesa começa com o artigo definido que, de acordo com a gramática latino-portuguesa convencional da época,<sup>8</sup> é considerado dentro de um paradigma de cinco dos casos próprios do latim (Weitenauer 1762b: 174).<sup>9</sup> Não surpreende, portanto, que será somente perante a perspetiva comparativa com a gramática latina e não a sincronia da língua portuguesa de então que faz sentido o paradigma apresentado pelo gramático alemão, complementado pela seguinte explicação: «Articulus indefinitus Nominativo & Accusativo caret, in Genitivo & Ablativo habet *de*, in Dativo *a*.» (Weitenauer 1762b: 174).

No atinente às formas plurais dos substantivos, Weitenauer (1762b: 174) refere como norma o acréscimo de <-s> ou <-es> à respetiva forma simples. Assim, em *cidade* *urbs*, *ciudades* *urbes*; *Rey* *Rex*, *Reys* *Reges*. Ao lado desta regra geral simples, ainda são consideradas as palavras terminadas em <-m, -aõ, -al, -el, -il>, cujo plural termina em <-ns, -oës /-aõs, -æs, -eis, -is> (*homem*, *homo*; *homens*, *hómines*: *obrigaçã* *obligatio*; *obrigaçæns*, *obligationes*: *maõ*, *manus*; *maõs*, *manus*. *qual*, *qualis*; *quæ*s, *quales*; *admiravel*, *admirabilis*; *admiraveis*, *admirabiles*. *vil*, *vilis*; *viis*, *viles*: *util*, *utilis*; *uteis*, *utiles*).

Na diferenciação entre os adjetivos, Weitenauer (1762b: 174) constata brevemente que os que terminam em <-e, -l> seriam de género comum (isto é, por não terem desinência própria de qualquer género), ao passo que a todos os outros se deveria acrescentar <-a> no feminino:<sup>10</sup>

8 Veja-se a explicação de Bento Pereira (1672: 18), que faz questão de evitar o termo 'articulus' mas serve-se do termo 'particula' dentro da rubrica «Declinatio nominum apud Lusitanos»: *Nomina Lusitana quamvis in se ipsis nullam habeant diversitatem casuum [...] accipiunt tamen quandam veluti extrinsecam diversitatem casuum à particulis a., o, ao: as, os, aos: de, da, do, dos: & à propositionibus na, no, nas, nos: pera, em, com, sem, quæ regulariter ponuntur ante prædicta nomina, & absque ulla variatione intrinseca faciunt illa æquipollere nominibus Latinorum casus diversos per intrinsecam mutationem habentibus tam in numero singulari, quàm in numero plurali [...].* Adverte-se que uma tradução deste trecho por nós novamente transcrito pode ser encontrada em Fernandes (2009: 212).

9 Não deixa de ser notável que Weitenauer (1762b: 174) apresente as formas do dativo do artigo feminino com o acento grave (*à, às*), tal como o sistema ortográfico atual prescreve a grafia da contração do artigo com a preposição *a*.

10 Numa leitura algo diferente, Pereira (1672: 7) refere para o 'género comum' apenas os adjetivos terminados em <-e, -r> «Adjectiva nomina Lusitanorum quædam habent vnicam formam, quæ inservit omni generi, v. g. *grande, leve, breve, forte, mayor, menor*: *grandis levis, brevis, fortis, major, minor*. [...] Quædam alia adjectiva Lusitanorum habent duas formas: c. g. in his adjectivis, *fermoso e fermosa: alto e alta: pegueno e peguena* [sic!]: *altissimo e altissima*».

4. Adjectiva in *e* & *l* sunt generis communis; cetera in feminino vel assumunt *a*, vel utinam suam literam in *a* mutant. *grande*, magnus, magna: *facil*, hic & hæc facilis: *Portuguez*, Lusitanicus; *Portuguesa*, Lusitanica: *bom*, bonus; *boa*, bona: *Christaõ*, christianus; *christaã*, christiana; & inde contractum *christã*, unde pluralis *christãs* christianæ: sic *mao*, malus; *mà*, mala (Weitenauer 1762b: 174).

Já no que respeita aos graus dos adjetivos, estes não parecem nada problemáticos para o gramático alemão. Com efeito, Weitenauer apresenta o positivo, o comparativo e o superlativo analíticos, não esquecendo uma breve referência ao superlativo sintético herdado do latim.<sup>11</sup>

5. Comparativus sit, præponendo *mais*; superlativus, *mais* cum articulo definito. *alto*, altus; *mais alto*, altior; *o mais alto* altissimus. Fit etiam superlativus in *issimo*: *altissimo*, altissimus (Weitenauer 1762b: 174).

Tal como ainda hoje costumam ser consideradas na gramática portuguesa moderna, na conjugação verbal, Weitenauer reconhece as três conjugações, cujos infinitivos terminam em <-ar, -er, -ir>. Antes de começar a apresentar os paradigmas verbais, o autor tece um breve comentário sobre os verbos auxiliares *haver* e *ser*, constatando que *ter* muitas vezes se encontraria usado em vez de *haver* e *estar* em vez de *ser*.<sup>12</sup> Porém, afirma mais à frente que o uso de *ser* ou de *estar* e ainda de *ter* ou de *haver* não encerra qualquer diferença para a explicação e a compreensão de um texto:

11 Parece óbvio que as considerações bastante demoradas de Pereira (1672: 8-9) se devam à comparação com a gramática latina que lhe serviu como ponto de partida.

12 Cf. Weitenauer (1762b: S. 175): «Utuntur quidem sæpissime *Ter* pro *haver*; & *Estar* pro *ser*: sed hæc duo, brevitatis ergo, in Spicilegium rejeci». Na parte dicionarística do «Spicilegium», Weitenauer (1762b: 183, 187) refere algumas formas dos dois verbos auxiliares, sem, aliás, fornecer mais pormenores sobre o seu uso. Esta opinião sobre o uso (quase) indiferente dos verbos auxiliares parece-nos ir ao encontro do que afirma Pereira (1672: 59-60): «NON solum illud veluti geminum verbum *Sou*, *ou Estou* est generale ex eo quòd (ut diximus) alterum comitetur omnes modos & tempora verborum passivorum, & alterum omnes modos & tempora verborum activorum: etiam verba *Ey*, *has*, *ha*. *Tenho*, *tens*, *tem* sunt generalia: nam primum vendicat proprietatem valde extraordinariam, scilicet quod comitatur, vel comitari potest omnia verba in omnibus modis, ac temporibus, non solum in activa, sed etiam in passiva, ut constabit ex apponendis; secundum comitatur in activa omnia verba, sed non in omnibus temporibus, ut statim patebit».

11. Si qua Verba occurrant, quibus in conjugando Verbum *Ser* aut *Estar* loco auxiliaris *Haver* vel *Ter* serviat, id in explicando mutationem nullum inducit (Weitenauer 1762b: 178).<sup>13</sup>

Apesar deste aparente ecletismo, Weitenauer prevê um uso exclusivo do verbo *haver* na construção perifrástica ‘*haver + de + infinitivo*’ com o significado de uma obrigação futura:<sup>14</sup>

16. Verbum *haver* cum Infinitivo, intercedente particula *de*, nostro Futuro respondet. *haveis de responder*, respondebitis, vel per Verbum *debeo*: debetis respondere (Weitenauer 1762b: 178).

Para a conjugação de *haver*, o autor determina logo no princípio que, tanto nos verbos como nos substantivos ou noutras palavras, em vez de <-aõ> ou <-ão>, o ditongo nasal pode frequentemente ser representado por <-am>.<sup>15</sup> Assim, Weitenauer (1762b: 175) conjuga as pessoas gramaticais «Ego. Tu. Ille. Nos. Vos. Illi», testemunhando conhecimento dos tempos e modos verbais que identifica da seguinte maneira:<sup>16</sup> Indicat. (Præs., Imperfect., Præt. simplex, Præt.

13 Neste contexto, não fica completamente claro se Weitenauer prevê com esta observação uma permutabilidade dos verbos auxiliares *ser* ~ *estar* e ainda de *ter* ~ *haver* como duas variantes do mesmo verbo, como, segundo Schäfer-Prieß (2000: 198), o fazem Pereira (1672: 59-60) e Argote (125: 63).

14 Parece, no entanto, que o verbo *haver* nestas construções ainda cumpre, pelo menos em parte, as funções que no português moderno são exercidas em grande medida pelas construções com ‘*ter de / ter que + infinitivo*’ – ao passo que o uso da conjugação perifrástica de ‘*hei de + infinitivo*’ é mais limitado a certas circunstâncias. Cf. também as afirmações e os exemplos de Pereira (1672: 68-69) sobre o mesmo assunto: «Omnis modis, temporibus ac personis hujus verbi utimur passim, jungentes illi particulam *de* cum præsenti vel imperfecto cujuslibet verbi activi in infinitivo, & etiam verbi substantivi *sou, ou estou*: v. g. *Ey de ser, ey de amar, ey de ler*; &c. *avia de ser, avia de amar, avia de ler. Ouve de ser; ouve de amar; ouve de ler*. Et idem in reliquis Personis, v. g. *hàs, hà, avemos, aveys, ham: avias, avia, aviamos, avieys, aviam: ouve, ouvemos, ouvestes, ouveram de ser, de amar, de ler* &c &c in his, ac similibus loquendi modis habent locum tertiæ personæ pluralis dicti verbi [...].»

15 Cf. Weitenauer (1762b: 175): «Tam in Verbis, quam in Nominibus, & aliis vocabulis, pro *aõ* vel *ão* sæpissime scribitur *am*». Nesta questão, Weitenauer não parece diferenciar as grafias divergentes, embora <-aõ> se encontre mais frequentemente do que a grafia <-ão>, que hoje é mais frequente.

16 Por ficar evidente que Weitenauer estava a tentar descrever a língua portuguesa do seu tempo com os elementos da descrição metalinguística próprios da gramática clássica latina, faremos a seguir referência à terminologia apresentada pelo nosso autor.

compos., Plusquamp., Futur.), Imperativus, Conj. (Præs., Imperf. I, Imperf. II, Præter., Plusquamp., Aoristus, Futur.), Infinit. Præs., Infinit. Præter., Partic. Præs., Partic. Præter, Supinum.

Deixando de lado divergências na grafia de algumas formas verbais de *haver* que nos parecem estar de acordo com a praxe contemporânea, são sobretudo as formas sintéticas que chamam a nossa atenção. Observa-se que, em todos estes casos, o verbo *haver* serve como verbo auxiliar nas formas e nos tempos correspondentes (Indicat. Præs. *hey* com o Præt. compos. *hey avido*), usando-se como forma participial de *haver* o chamado ‘Supinum’ *avido*. Por ser manifesto que *haver* já estava em vias de perder a natureza como verbo auxiliar do Pretérito perfeito composto do indicativo (o Praet. compos. de Weitenauer)<sup>17</sup>, o facto de ele não oferecer qualquer explicação a seguir faz com que não disponhamos de elementos que nos permitam tirar conclusões sobre a fonte que poderá ter levado o jesuíta bávaro a pronunciar-se desta maneira sobre um tópico bastante específico do português do século XVIII.

No que respeita ao imperativo, Weitenauer parece ter partido de um pressuposto errado, uma vez que a forma *hayamos* do plural parece ser um reflexo da forma espanhola *ayamos* (Weitenauer 1762a: 74), quando Pereira (1672: 61) apresenta a forma mais correta *Ajamos*.

Parece evidente que as formas sintéticas do Pretérito mais que perfeito e o Futuro do conjuntivo criam alguma dificuldade para o nosso autor, pelo que reúne os dois tempos dentro de um tempo que identifica como ‘Aoristus’, um ‘aoristo português’, cf. Weitenauer (1762b: 175) *houvera, houveras (eres) houvera, houveramos, houverdes (ereis), houvèraõ (erem)* e Weitenauer (1762b: 176) *fora, foras (fores) fora: foramos, fordes (foreis) foraõ (forem.)*. Também na continuação das suas explicações, o autor não logra oferecer uma diferenciação satisfatória dos dois tempos:

---

17 Note-se, no entanto, que Pereira (1672: 67-68) declara-se contra o uso de *haver* como verbo auxiliar nas construções em questão, pois chega inclusive a servir-se da comparação com a língua castelhana para rejeitar limiarmente a construção de ‘*haver* + participio’, que mais tarde viria a ser proposta por Weitenauer, como acabamos de ver: «Observandum est i. linguas alias vulgares, qualis est Castellana, Itala, Gallica, & similes supplere nostra idiomata, vulgò *linguagens* correspondentia, Latinis Amavi, legi, audivi: amaveram, legeram audiveram, verbo auxiliari quod correspndet nostro *Ey, has, ha, v. g. Castellana e, as, à amado, lido, oido*, similiter aliæ: quod nos facimus nostro verbo *tenho* & non verbo *Ey* quia non dicimus *Ey amado*, sed dicimus *tenho amado*».



12. Terminationes *aremos, eremos, iremos*, passim in *armos, ermos, irmos*, contrahuntur. *lançarmos*, jaciemus, jecerimus: *dissermos*, dicemus, diceremus: *distinguirmos*, distinxerimus. Sic etiam *formos* essemus, fueramus, pro *foramos*.

13. *A & e* finalia Verborum persæpe abscinduntur. *ajudar*, adjuverit; *notar*, observavero; *fizer*, faceret, *extinguir*, extingueret; *for*, foret, fuero, fuerit; pro *ajudâra, notâra, fizera, extingûira, fora* (Weitenauer 1762b: 178).

Sem chegar a definir a função das referidas formas verbais, Weitenauer introduz o infinitivo pessoal fora dos paradigmas apresentados. Mas permanece a questão se a coincidência das formas regulares nestes dois tempos o poderá ter levado, neste âmbito, a confundir formas do infinitivo pessoal com o Futuro do conjuntivo:

15. Infinitivi *arem, erem, irem*, cum intellegitur persona secunda, in *ares, eres, ires* mutantur. *com dares*, dando, dante te, dantibus vobis (Weitenauer 1762b: 178)

Para além disso, este tipo de irregularidade não pode ser constatado nos paradigmas de *ser*; nem nas três conjugações em <-ar, -er, -ir>. Na «Tabella III Conjugationum», Weitenauer (1762b: 176-177) contrasta as desinências dos diferentes tempos e modos das três conjugações para garantir a desejada comparabilidade.

Um dos traços mais característicos da língua portuguesa (e espanhola, como observa nesta ocasião) merece bastante atenção do nosso gramático. Trata-se, na maioria dos casos, da colocação dos pronomes átonos junto à forma finita do verbo e das contrações resultantes do encontro de diversos elementos, aos quais o autor acrescenta uma breve explicação com a correspondente palavra latina.

17. Innumera occurrunt Pronomina Verborum fini affixa, more italico & hispanico. *derrubouo*, dejecit eum; *fezlhe*, fecit illi; *daime*, date mihi; *dispondoo*, disponendo id; ex *derrubou & o, fez & lhe, dai & me, dispondo & o*. Frequenter euphoniæ gratia detrahitur aut interponitur litera aliqua. *ouçamola*, audiamus illam, ex *ouçamos & a; levalas*, ferre illas, ex *levar & as; dala & dalla*, dare illam, ex *dar & a; achastelas*, invenistis illas, ex *achastes & as; sabemno*, sciunt id, ex *sabem & o; depois de considerarmos*, postquam nos considera-

verimus, ex Infinito *considerarem*, & nos mutilato;<sup>18</sup> *darvolo*, dare vobis illud, ex *dar*, *vos*, & *o*: quemadmodum & seorsum absque Verbo *volo* & *nolo* legitur, pro *vos o*, vobis id, & *nos o*, nobis id, vel eum. Imo constanter etiam cum Verbo pronomen & auxiliare. *darteey*, dabo tibi, ex *dar*, *te*, & *hey*, *abriloshaō*, aperient eos, ex *abrir*, *os*, & *haō*; *perguntarmeheys*, interrogabitis me, ex *perguntar*, *me* & *haveys*, in *heys* contracto (Weitenauer 1762b: 178-179).

Também a utilização de vários pronomes para fins enfáticos bem como o uso do acusativo preposicional<sup>19</sup> merecem a especial atenção do gramático:

18. Pronomina emphasis caussa geminant. *a mi e parece*, mihi videtur. *venceo se a si mesmo*, superavit se ipsum.

19. Particulæ *a*, *ao*, *aos*, *à*, *às*, nominibus præpositæ, non solum Dativum, sed persæpe etiam Accusativum indicant. *querer só a Deus*, solum DEUM desiderare: *considero ao filho*, considero filium (Weitenauer 1762b: 179).

Na representação das contrações das preposições *de*, *em* e *por* com os pronomes (*delle*, *daquella*, *disto*, *doutro*, *pello*, *no*, *nestoutro*, etc.), Weitenauer dedica-se demoradamente aos resultados das mesmas. É, no entanto, de observar que não menciona a contração de *a* com *aquelle*, *aquella*, etc.<sup>20</sup>

No âmbito de uma crítica ao sistema (orto)gráfico do português da época, Weitenauer (1762b: 178-180) observa que um número considerável de letras apresenta alternativas gráficas:

Grafema	Exemplo
<ai ~æ>	<i>estæs</i> pro <i>estais</i> , <i>estis</i> , <i>statis</i>
<g ~j>	<i>sugeitar</i> & <i>sujeitar</i> , <i>subjicere</i>
<h ~ø>	<i>haver</i> ; <i>houvera</i> , <i>houvesse</i> , vel <i>ouvera</i> , <i>ouvesse</i>

18 Parece-nos evidente que a forma *considerarmos* se deve tratar de uma primeira pessoa do plural do infinitivo pessoal (Martins 1982: 285).

19 Cf. Leal (1992). Para uma abordagem mais recente da história do acusativo preposicional no português, veja-se o artigo de Schäfer-Prieß (2003), bem como, de ponto de vista comparativo, Schäfer-Prieß / Schöntag (2012: 149-151).

20 Julgamos que a omissão de *àquele*, *àquela*, que resultam da referida contração, poderá ser explicada pelo facto de estas formas não serem reconhecíveis numa obra sem acentuação gráfica regular.

Grafema	Exemplo
<i ~ y>	<i>tratai &amp; tratay, tractare</i>
<t ~ tt>	<i>tratar &amp; trattar, tractare</i>
<z ~ s>	<i>puzeraõ &amp; puseraõ, posuerunt</i>

No mesmo contexto, Weitenauer (1762b: 180) apresenta os fenómenos sincrónicos da metafonía de <i ~ e, o ~ u>, bem como o uso divergente dos grafemas <c ~ qu ~ ç, g ~ gu> em várias formas verbais, mas prescinde de tentar oferecer uma sistematização:

Grafema	Exemplo
<i ~ e>	<i>sinto, sentio; a sentir</i>
<o ~ u>	<i>durma, dormiam, dormiat; a dormir</i> <i>foge, fugit; a fugir</i>
<c ~ qu ~ ç>	<i>fique, maneam, maneat; a ficar</i> <i>creçaõ, crescant; a crecer seu crescer</i>
<g ~ gu>	<i>préguei, concionatus sum; a prégar</i> <i>sigãõ, sequantur; a seguir</i>

A seguinte observação sobre o desaparecimento dos grafemas <-e-, -i-> átonos (ou mesmo tónicos, como em *espírito*) parece algo curiosa, pois acaba por circunscrever o fenómeno ao âmbito da poesia:

24. Alicubi, præsertim in carmine, *e* vel *i* supprimitur. *experimentou*, *expertus* est; ab *experimentar*: *espírito*, *spiritus*; pro *espírito*: *perca*, *pereat*, *perdat*; a *perecer* (Weitenauer 1762b: 180).

Deixando de lado a possibilidade de os poetas se servirem de uma elisão da vogal átona (ou tónica) para fins poéticos, pode constatar-se que formas sinopadas como *experimentar* e *espírito* são documentadas como formas populares desde a Idade Média até à modernidade.<sup>21</sup> No que respeita, porém, a *perca* como forma verbal de *perecer*, parece-nos evidente que Weitenauer se enganou – um erro, aliás, que o autor passa a relativizar de imediato na parte lexicográfica:

21 Machado (1995: 517 e 467). Veja-se também «*Sprito*, *spiritus*. pœticum, pro *espírito*» em Weitenauer (1762b: 187).

*Perca, as, a, &c. perdam, peream, as, at, &c. a perecer & perder* (§ 24.) (Weitenauer 1762b: 185)

Em conclusão às suas observações sobre a língua portuguesa, Weitenauer aproveita para dar uma dica sobre a utilização da parte lexicográfica<sup>22</sup>, apresentando algumas das mudanças fonológicas mais características que o português sofreu em relação ao latim, tais como a síncope das consoantes latinas intervocálicas <-l-, -n->, assim como a síncope / sonorização de consoantes mediais:

26. *Parcere labori, & fine Lexici ope intelligere vocabula bene multa poteris, si memineris, Lusitanos solere quasdam latinorum literas omittere, maxime n & l, quorum posterius etiam in r mutare gaudent. grao, gradus: meyo, medium: raizes, radices, vaidade, vanitas: lua, luna: veo, velum: ceo cælum: cor, color: dor, dolor: vontade, voluntas. dobrar, duplicare: prazer, voluptas, cumprir, complere, suprir, supplere: noble, nobilis: obrigar, obligare* (Weitenauer 1762b: 180).

## 2.2 *A parte lexicográfica do Spicilegium*

O breve dicionário intitulado «*Spicilegium eorum, quæ in lexicis reperiri non solent, additis etiam ob maiorem discentium commoditatem particulis usitatissimis, & omissis vicissim anomalis raro admodum ocurrentibus*» constitui uma ‘colheita lexicográfica’<sup>23</sup> de 394 entradas, que ocupam 8 1/2 páginas. É de observar, desde logo, que encontramos dentro destas entradas um número considerável de repetições alfabeticamente ordenadas, que na lexicografia seriam consideradas como pertencendo ao mesmo lexema. Sirvam como exemplo as onze entradas relacionadas com o verbo *dizer* (Weitenauer 1762b: 182-183):

*Diga, as, a, &c. dicam, as, at, &c. a dizer: digai, dicite. ab eodem.*  
*Digo, dico. a dizer.*  
*Direi, ràs, rà, &c. dicam, es, et, &c. a dizer.*

22 Weitenauer (1762b: 180) aconselha o seguinte: «25. Si Compositum non invenias, quære Simplex: quod ut expeditius cognosci possit, Catalogum particularum, a quibus inchoantur Lusitanorum Composita, Spicilegio meu subjugam», o que quer dizer que propõe que o leitor deverá pesquisar as formas simples e não as compostas.

23 Veja-se a definição do termo no *Dictionarium Latinolusitanicum & vice versa Lusitanico latinum* de Jerónimo Cardoso (fol. 232 r): «*Spicilegium, ij. A colheita das espigas*».

*Diria, as, a, &c. dicerem, es, et, &c. ab eodem.*  
*Dirmeheys, dicetis mihi. dirvoshad, dicent vobis. ex. dir seu dizer,*  
 pronomine, & auxiliari. (§ 17.)  
*Disse, disseste, disse: dissemos, dissestes, disseraõ;* dixi, dixisti,  
 dixit: diximus, &c. a *dizer*.  
*Dissera, ras, ra, &c. Aoristus ab eodem.*  
*Dissesse, sses, sse, &c. dicerem, es, et, &c. ab eodem.*  
*Dito, ditto, Sup. a dizer, dicere.*  
*Dixe, xeste, xe, &c. dixi, isti, it, &c. ab eodem.*<sup>24</sup>  
*Diz, dicit. ab eodem.*

Já que Weitenauer reivindica que as palavras apresentadas dentro da sua seleção não costumam encontrar-se nos dicionários, cremos ser pertinente uma vista de olhos aos equivalentes latinos de uma seleção de entradas numa das obras congêneres mais divulgadas no tempo, o *Thesouro da lingua portugueza*, que faz parte da nona edição da *Prosodia* do seu correligionário português Bento Pereira:

Entrada	Weitenauer (1762b)	Pereira (1723)
<i>Abaixo,</i>	sub.	Infra Præp.
<i>Alem,</i>	ultra.	**)
<i>Antehontem,</i>	nudius tertius.	*)
<i>Apenas,</i>	vix.	Vix. ægre Difficile. Dificulter.
<i>Aquem,</i>	citra.	Cis. Citra.
<i>Atravez,</i>	transverse.	Ex obliquo. E transverso.
<i>Atraz,</i>	post, retro.	Retro.
<i>Avante,</i>	ulterius, porro.	Ultra.
<i>Bem,</i>	bene.	Bene. probe. Belle. Recte. Egregie.
<i>Como,</i>	sicut, quomodo.	Ut Quemadmodum.
<i>Dantes,</i>	antea.	Ante. Prius.
<i>Demais,</i>	reliquum, cetera.	**)
<i>Dentro,</i>	intus; intro.	Intra. Intus.
<i>Depressa,</i>	celeriter.	Actutum Ocyus. Dicto citius.

<sup>24</sup> Também aqui, Weitenauer parece ter-se deixado orientar pelo espanhol. Dentro das cinco entradas relacionadas com *decir* no primeiro tomo do *Hexaglotton*, também se encontram as grafias históricas espanhola com <-x->, cf. Weitenauer (1762a: 80): «*Dixe, dixiste, dixo, diximos, dixistes, dixeron. dixi, dixisti & c. ab eod*».

<b>Entrada</b>	<b>Weitenauer (1762b)</b>	<b>Pereira (1723)</b>
<i>Donde,</i>	unde; ubi.	*)
<i>ElRey,</i>	Rex. more hispanico, pro <i>o Rey.</i>	Rex, regis.
<i>Embora,</i>	pace mea, pace nostra; immerhin	Pede fausto. Eelicibus auspiciis.
<i>Entaõ,</i>	tunc	<i>Entam.</i> Tunc.
<i>Estoutro,</i>	ille alter.	<i>ou estoutra.</i> Hic, Hæc. Hoc.
<i>Graõ seu gram,</i>	pro <i>grande,</i> magnus.	Vide <i>Grande.</i>
<i>Hoje,</i>	hodie	Hodie.
<i>Hontem,</i>	heri	Heri. Hesterna die.
<i>Imigo,</i>	inimicus, pœtice pro <i>inimigo</i>	Hostis, is. Inimicus, i.
<i>Inda,</i>	etiam, adeo, adhuc.	**)
<i>Ja,</i>	jam.	Jam.
<i>Jamais,</i>	nunquam, non ultra.	Nunquam. Posthac.
<i>Junto,</i>	prope.	Prope. Ad Apud. Juxta.
<i>Mafamede, Mafoma, Mahometes,</i>	Turcarum conditor; rectius Muhammed.	*)
<i>Mais,</i>	magis, plus. <i>o mais,</i> reliquum cetera. <i>por mais que,</i> quantumvis.	Plus. Magis. Mage.
<i>Manhaã. a manhaã,</i>	cras.	Mane. Matutinum tempus.
<i>Mor,</i>	major.	Maior & majus.
<i>Mui,</i>	admodum.	<i>Mui, ou muito.</i> Valde. Multum. Nimis.
<i>Muito,</i>	multum. <i>que muito, que ...? quid mirum, quod ...?</i>	Multum. Oppido. Valde.
<i>Nada,</i>	nihil.	Nil. Nihil. Nihilum, i.
<i>Nem,</i>	neque,	Neque, Nec.
<i>Nunca,</i>	nunquam.	Nunquam. Nullo tempore.
<i>Ora,</i>	jam.	*)
<i>Paraque,</i>	ut.	Ad quid. Cur. Quare.
<i>Pois,</i>	quia; itaque.	Ergo.
<i>Por,</i>	per, pro, propter.	Pro.
<i>Porque,</i>	quare; quia.	Cur? Quare? Enim. Siquidem. Quippe.

Entrada	Weitenauer (1762b)	Pereira (1723)
<i>Posto que,</i>	etsi.	Etiamsi. Tametsi.
<i>Pouco,</i>	parum.	Parum. Paulum.
<i>Quamanho,</i>	quantus.	*)
<i>Quem,</i>	qui, quis.	<i>Quis, vel qui.</i>
<i>Quiça,</i>	fortasse	<i>Quiçã.</i> Fortasse. Forsan. Forte.
<i>Sem,</i>	sine.	<i>Absque. Sine.</i>
<i>Sómente,</i>	solum.	<i>Solum. Duntaxat. Tantum.</i>
<i>Tam seu tão,</i>	tam.	<i>Adeo.</i>
<i>Tambem,</i>	etiam.	<i>Etiam Quoque.</i>
<i>Todavia,</i>	nihilominus, tamen.	<i>At. Etenim. Atqui. Nihilominus.</i>
<i>Todo,</i> <sup>25</sup>	totus, omnis. Post se habet articulum definitum: <i>toda a Corte</i> , tota Regia: todas as gentes, <i>omnes populi.</i>	Omnis, & ne. Totus, a, um. Cunctus, a, um.

\*) não existe nenhum lema próprio

\*\*\*) Somente existem lemas nos quais esta palavra faz parte da entrada

Na comparação das entradas em ambos os textos lexicográficos, nos quais deixámos de lado os nomes próprios e as repetições de formas verbais, torna-se evidente que a maioria das definições apresentadas por Weitenauer já se encontra na parte latino-portuguesa da *Prosodia* do borbense (isto é, na parte do *Thesouro*). Se bem que as definições latinas de Pereira (1723) sejam consideravelmente mais abundantes do que as do seu correligionário alemão, parece-nos lícito concluir que Weitenauer se possa ter servido do conjunto dicionarístico de Pereira para o seu ‘Spicilegium’.

Fica, no entanto, manifesto que Weitenauer deverá ter aproveitado conhecimentos próprios, como vemos especialmente nos lexemas *ElRey* (Weitenauer 1762b: 183) e *Mafamede* (Weitenauer 1762b: 184). Tudo isto leva-nos a constatar que o ‘Spicilegium’ poderá ser encarado como uma revisão de uma seleção bastante reduzida dos conteúdos do *Thesouro* português-latino de Bento Pereira.

A parte dicionarística das «Institutiones Lusitanicae» termina com o «Catalogus Particularum, termina quae Verbis compositis praefiguntur». Trata-se

25 Na verdade, Weitenauer (1762b: 188) oferece a forma portuguesa *Tedo*. Devido, porém, à definição da palavra e à ordenação alfabética (entre *Todavia* e *Traga*) parece-nos evidente que somente se pode tratar de um erro tipográfico.

de uma listagem não comentada de infinitivos de verbos compostos ao longo de uma página e meia. Bastem os seguintes exemplos: *A – guardar*, expectare; *Cor – romper*, corrumpere. *D – escrever*, describere (Weitenauer 1762b: 189).

### 2.3 *As Exercitationes*

Depois de lançar as bases para uma compreensão da língua portuguesa, Weitenauer preocupa-se em exemplificar a aplicação destes conhecimentos com base em excertos de textos literários. No primeiro texto intitulado «Exercitatio, ipso facto demonstrans, posse ex paucissimis his, quæ præmisi, obviam quamque libri lusitanici partem, ope Lexici recte explicari», o nosso autor oferece quatro extratos do famoso «Sermam de S. Antonio: Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654» do jesuíta António Vieira (1608-1697), modernamente conhecido como *Sermão de Santo António aos Peixes*. Trata-se de excertos do início do quarto capítulo (§. 4.) de Vieira (1682: 325-326), a partir dos quais Weitenauer traduz as palavras portuguesas para o latim, chegando até a oferecer duas equivalências alemãs.<sup>26</sup> O comentário das 318 palavras portuguesas numeradas<sup>27</sup> surge resumido por Weitenauer no fim dos comentários a cada um dos excertos, o que efetivamente cria uma tradução latina dos mesmos.<sup>28</sup>

---

26 De facto, só de encontram duas traduções alemãs. O trecho «*entrar*<sup>161</sup> & *sair*<sup>162</sup> *sem*<sup>163</sup> *quietação*<sup>164</sup>, *nem*<sup>165</sup> *socego*<sup>166</sup>?» de (Weitenauer 1762b: 192; cf. Vieira 1682: 325) é comentado e traduzido da seguinte maneira: «(161-166) DD. intrare & exire ine quiete ac remissione. Omnes hi Infinitivi per modum Substantivorum ponuntur, ut in germanico: ihr Gehn und Laufen, ihr Auf- und Absteigen [o seu andar e correr, o seu subir e descer]» (Weitenauer 1762b: 193). O particípio «*comido*<sup>254</sup>» (Weitenauer 1762b: 194; Vieira 1682: 326) comenta-se e traduz-se como se segue: «(254) *ido* (§ 9) Supinum. *devoravit*, hat verzehret [devorou]» (Weitenauer 1762b: 195).

27 Nesta numeração do autor não entram repetições de palavras dentro da mesma frase.

28 Por razões de espaço, prescindimos de uma comparação mais detalhada entre os textos português e latino. Para documentar a independência do autor jesuíta em relação à edição contemporânea, baste referir, a título de exemplo, a primeira frase comentada de Vieira (1682, II: 325): «A primeyra cousa, que me desedifica, peyxes, de vòs, he que vos comeis huns aos outros». Com base nos resultados dos seus comentários, Weitenauer (1762b: 191) estabelece a seguinte tradução bastante literal: «Collige sententiam: *Res prima, quæ me in vobis offendit, o pisces, ea est, quod vestrum alii alios devorant, seu quod vos ipsi alios alii devoratis*». A tradução latina dos *Sermoens* de Colónia – publicada pela primeira vez pelo editor Hermann Demen (1636-1710), em Colónia, em 1692, debaixo do título *Admodum reverendi patris Antonii Vieira, [...] Sermones selectissimi* – oferece uma lição bastante divergente da de Weitenauer: «Primum quod in vobis me non ædificat, est quod alterutrum vos devoretis» (Vieira 1707, II: 195).



O segundo exemplo, a *Exercitatio altera poetica*, constitui um extrato d’*Os Lusíadas* de Luís de Camões (1524-1580). Trata-se das estâncias 41 a 44 do canto V (173 palavras), ou seja, da cena no Cabo da Boa Esperança, quando o gigante Adamastor se dirige aos viajantes. Também aqui Weitenauer procede segundo o costumado, descrevendo as palavras numeradas, para depois as resumir numa tradução literal em latim.

#### 2.4 A pronúncia do português segundo Ignaz Weitenauer

No fim da sua introdução à língua portuguesa, Ignaz Weitenauer oferece um apêndice com uma breve visão global sobre o inventário grafemático e a correspondente pronúncia do português, exemplificando a mesma através de um exemplo literário (Weitenauer 1762b: 200-202):

##### APPENDIX De Pronunciatione Linguæ Lusitanicæ.

1. Syllaba *ão* seu *aõ* pronunciatur ut *au*, vel potius ut *aun* litera ultima liquescente. Felium voci proxime respondet. In quibusdam Sueviæ partibus hoc sono plebs utitur, cum dicit Maun & Gaun, pre Mond & gehn. Indicabo per *au cursivum*. *naõ*, non; *nau*.
2. Diphthongus *au* more latino, per unam syllabam, sono indiviso. *frauta*, fistula; ut latinum *cauta*.
3. *B* non cum Hispanis ut *v*, sed servato proprio *b* latini sono. *buscar*, quærere; non *vuscar*; ut in hispanico, sed simpliciter *buscar*, ut apud Latinos *musca*.
4. Litera *ç* ut *s* nonnihil durum. *forçar*, cogere; forsar.
5. *Ce*, *Ci*, ut *se*, *si*. *carecer*; carere; *caeser*: *citar*, citare; *sitar*.
6. *Che*, *chi*, ut *ke*, *ki*, *encher*, implere, *enker*.
7. *Ei* præcedente consonante, ut latinum *ei* in una syllaba; sed præcedente vocali, per duas syllabas. *Pereira*, ut apud Latinos, tribus syllabis: at *Vieira* seu *Vieyra* tanquam *Vieira* quatuor syllabis.
8. *Eu*, non est diphthongus, sed in duas syllabas dividitur. *Abreu*, abré-u: *eu*, ego; é-u.
9. *Ge*, *gi*, ut *sche*, *schi*. *eleger*, eligere; *elescher*: *vigiar*, vigilare; *vischiar*.
10. *H* leniter aspiratur.
11. Consonans *j* ante *e* & *i*, ut *sch. hoje*, hodie; *hosche*.
12. *Lh* ut hispanicum *ll*, italicum *gl*, & Gallorum *l* humidum (mouillé) videlicet ut *g* blæsum ante *l*, & post illud *j* consonans audiatur. Indicabo per *gl cursivum*. *colher*, collidere; *cogler*.

13. *Nh* ut hispanicum *n* con tilde seu *gn* gallicum aut italicum; nimirum ut *g* blæsum ante *n* & post illud *j* consonans audiatur. Indicabo per *gn cursivum*. *caminhar*, ire; *camignar*.
14. *Oês* seu *ões* ut ois. *nações*, nationes; *nasóis*, per duas tantum syllabas.
15. *Ou* in una syllaba, sono individuo. *dourar*, inaurare; *dou-rar*,
16. Consonans *v* lenius quam *f*, ut in gallico, italico, hispanico.
17. *X* ut *sch*. *deixar*, relinquere; *deischar*.
18. *Z* ut *s* lene. *fez*, fecit; *fes*.

EXEMPLUM  
ex Elegia III L. Camosii.

*O Sulmonense Ovidio desterrado*  
O Sulmonense Ovidio desterrado  
*Na aspreza do Ponto imaginando*  
Na asperesa do Ponto imaschinando  
*Verse de seus parentes apartado;*  
Verse de seus (per unam syllabam) parentes apartado;  
*Sua cara molher desemparando,*  
Sua (dissyllabum) cara molher desemparando,  
*Seus doces filhos, seu contentamento;*  
Seus (monosyll.) doses figlos, seu (monosyll.) contentamento;  
*De sua patria os olhos apartado;*  
De su-a patria os oglos apartado;  
*Naõ podendo encubrir o sentimento,*  
Nau podendo encubrir o sentimento,  
*Aos montes, & às aguas se queixava*  
Aos (monosyll.) montes, & as aguas se queischava  
*De seu escuro & triste nascimento.*  
De seu (monosyll.) escuro & triste nassimento.  
*O curso das estrellas contemplava,*  
O curso das estrellas contemplava,  
*E como por sua ordem discurria*  
E como por su-a ordem discurria  
*O ceo, o ar, & a terra adonde estava.*  
O seo, o ar, & a terra adonde estava  
*Os peixes pelo mar nadando via,*  
Os peisches pelo mar nadando via,  
*As feras pelo monte procedendo,*  
As feras pelo monte prosedendo,  
*Como seu natural lhes permitia.*  
Como seu (monosyll.) natural gles permitia.

*De suas fontes via estar nascendo*  
 De su-as fontes via estar nasendo  
*Os saudosos rios de cristal,*  
 Os sa-udosos rios de cristal,  
*A sua natureza obedecendo.*  
 A su-a natureza obedesendo.  
*Assi só de seu proprio natural*  
 Assi só de (monosyll.) seu proprio (dissyll.) natural  
*Apartado se via em terra estranha,*  
 Apartado se via em terra estragna,  
*A cuja triste dor não acha igual:*  
 A cuja triste dor nau acha igual:  
*Só sua doce Musa o acompanha.*  
 Só su-a dose Musa o accompagna.

Mesmo que esta descrição do inventário grafofonético, anexada pelo autor às suas observações metalinguísticas sobre a língua portuguesa, fique bastante aquém de uma descrição completa e sistemática, não cabe dúvida de que nos proporciona algumas visões interessantes sobre a maneira como o jesuíta setecentista percebia o português.<sup>29</sup>

Do ponto de vista da aprendizagem do português por um público germanófono, as suas observações sobre o ditongo nasal [ẽw] parecem-nos especialmente elucidativas, já que o gramático bávaro oferece uma comparação das vogais nasais portuguesas com as do suábio, a variante linguística / língua minoritária ainda hoje falada em Württemberg, no sul da Alemanha.<sup>30</sup> Observa-se, em geral, que as observações e descrições do gramático se destinam a leitores de língua alemã, o que explica que o som [s] seja atribuído não somente aos grafemas <ç<sup>a,o,u</sup>, c<sup>e,i</sup>>, mas também ao grafema <z> (números 4, 5 e 18). Assim, a reprodução indiscriminada dos grafemas pertencentes à chiente sonora portuguesa, grafada <g<sup>e,i</sup>, j<sup>e,i</sup>>, e da surda <x> por <sch> (números 9, 11 e 17), que vai de encontro à grafia das chiantes portuguesas [ʃ] e [ʒ], não nos parece ser um re-

29 Com efeito, o subtítulo do apêndice correspondente das «Institutiones Hispanicae» permite a conclusão de que as regras grafofonéticas apresentadas por aquele apêndice somente vão até ao ponto em que as regras do espanhol divergem das do latim, cf. Weitenauer (1762a: 91): «Appendix De Pronuciacione Linguae Hispanicae quatenus a latina differt».

30 A mesma 'relação fonética' (certamente tão acidental como casual do ponto de vista linguístico) entre o português e o suábio foi considerada quase cem anos depois por Karl Moriz Rapp (1803-1883), filólogo e professor da Universidade de Tübingen, que inclusive traduziu sessenta sonetos portugueses para um dos dialetos do suábio! Para mais informações, cf. Koller (1992).

flexo do sistema consonântico português da altura, mas sim uma adaptação ao sistema fonológico do público-alvo da obra de Weitenauer.<sup>31</sup> Semelhantemente, a reprodução de [ʎ] e [ɲ] pelos dígrafos italianos <gl> e <gn> parece-nos uma adaptação desta natureza, já que Weitenauer podia mais facilmente partir do pressuposto de que estes fossem conhecidos do público interessado.

A observação de que o grafema <b> no português não se deveria pronunciar como [v] mas como [b] parece-nos indicar que Weitenauer se poderá ter baseado na pronúncia do mesmo nas regiões centro e sul de Portugal. Já a reivindicação de que o nexa gráfico <ch<sup>e,i</sup>> deveria ser pronunciado como [k] (e não como chiante [ʃ] como levaria a crer o exemplo escolhido no número 6), parece-nos, aqui, um erro semelhante à constatação de que o apelido Vieira tinha quatro sílabas, em vez de três.

Na transcrição dos primeiros 22 versos da IV. Elegia<sup>32</sup> de Luís de Camões, Weitenauer considera somente os 18 pontos por ele referidos e acrescenta ocasionalmente alguma informação sobre a pronúncia e informa sobre o número das sílabas, visando facilitar, assim, a leitura correta dos versos em questão. No entanto, não são tematizados os graus de abertura das vogais (especialmente de <e, o> em posição tónica ou átona), bem como o problema da pronúncia das fricativas <-s, -z> em final de palavra ou de sílaba.

## Conclusão

Pelo exposto, cremos não caber dúvida de que as «*Institutiones Lusitanicæ*» não constituem uma ‘gramática propriamente dita’, no sentido dos critérios estabelecidos por Schäfer-Prieß (2000: 1) para as gramáticas de português como L1. Perante a falta de trabalhos teorizadores nesta área, parece-nos lícito considerar, seguindo a caracterização oferecida por Kemmler (2007: 378) para as obras metagramaticais e metalinguísticas dedicadas ao português como L1, que as «*Institutiones Lusitanicæ*» possam ser encaradas como um ‘tratado linguístico de PLE’, pois falta-lhes a necessária sistematicidade para poderem ser consideradas como ‘gramática de PLE’ propriamente dita ou como ‘gramática híbrida de PLE’.

---

31 Embora pareça que no alto-alemão falado a sonorização (pelo menos de algumas) das fricativas surdas se vai impondo, a mesma tendência não se verifica (ou somente de forma muito menos acentuada) nas variantes linguísticas do sul da Alemanha (especialmente dentro do bávaro e do suábio).

32 Segundo a edição organizada por Hernâni Cidade (Camões 1985: 213), trata-se da quarta e não da terceira elegia de Camões.

Parece evidente que o próprio Weitenauer, pelo menos parcialmente, deverá ter recorrido a obras literárias portuguesas ou às respectivas traduções latinas. Para a parte lexicográfica, ter-se-á certamente baseado no *Thesouro* de Bento Pereira que, apesar de proibido pela reforma educativa do Marquês de Pombal, em 1759, ainda deveria ser o dicionário bilingue mais acessível e mais divulgado da época. Quanto à fonte das observações metalinguísticas, se bem que Kemmler (2002: 202) suspeitasse de que a *Ars grammaticæ pro lingua lusitana addiscenda Latino idiomate proponitur* (1672) poderia ser uma fonte provável para Weitenauer, a comparação de algumas descrições selecionadas leva-nos a constatar que não nos parece forçosa esta filiação ideológica, pelo que ficamos com a noção de que as observações metagramaticais e metalinguísticas se poderem dever ao esforço intelectual do próprio Ignaz Weitenauer.

O *Hexaglotton* de Weitenauer distingue-se de outras obras metalinguísticas contemporâneas pela sua natureza marcadamente poliglota, oferecendo uma descrição sucinta de todas as línguas descritas na metalinguagem escolhida: o latim. Em termos metodológicos, surgem em primeiro lugar as observações sobre as peculiaridades da gramática, segue-se uma parte lexicográfica L2-latim e exercícios de compreensão e de tradução de um texto em prosa e de outro texto lírico; a finalizar, surgem umas anotações sobre a pronúncia de alguns dos sons mais característicos, bem com um breve trecho com transcrição ‘fonética’.

Creemos que foi devido à observância consistente desta ordem que Weitenauer pode alcançar a sua meta de garantir uma compreensão de textos em várias línguas estrangeiras, concretamente da língua portuguesa, facilitando aos contemporâneos interessados uma aquisição de alguma competência linguística passiva básica dentro de um breve período de tempo – sendo evidente que a súpula de conhecimentos fornecidos pelas «*Institutiones Lusitanicæ*» certamente não poderia garantir um domínio ativo da língua que ultrapassasse a mera leitura.

Apesar disso, parece evidente que a atividade seletiva na descrição de várias línguas europeias modernas dificilmente fará com que Ignaz Weitenauer possa ser encarado como lusitanista, hispanista,<sup>33</sup> italianista ou galoromanista precoce. Mesmo assim, e concentrando-nos novamente no campo da lusitanis-

---

33 Como constata WIPPICH-ROHÁČKOVÁ (2000:83), O PRIMEIRO MANUAL DE ESPANHOL PARA GERMANÓFONOS DATA DE 1614. ATÉ 1723, A INVESTIGADORA CHEGOU A EXAMINAR NADA MENOS DO QUE DEZ MANUAIS METALINGUÍSTICOS DE ESPANHOL COMO L2.

tica, o gramático deverá indubitavelmente ser considerado como um precursor dos autores de obras que se viriam a ocupar de temas lusitanísticos em tempos posteriores.<sup>34</sup>

Pelo que se sabe, o *Hexaglotton* latino-alemão é com toda a probabilidade a mais antiga descrição detalhada da língua portuguesa para um público germanófono, cabendo-lhe, por isso, um valor especial dentro dos estudos sobre os começos da lusofilia em lusofonia na Alemanha. Assim, no que respeita ao português, parece-nos óbvio que o mérito da sua obra reside no facto de ter facultado o acesso a textos a pessoas que antes não dispunham de quaisquer obras metalinguísticas que pudessem possibilitar a aprendizagem da língua portuguesa.

No que respeita, enfim, às suas observações grafofónicas, consideramos interessante como um filólogo alemão de meados do século XVIII estimava como deveria ser a pronúncia de um texto português. O resultado não deixa de ser impressionante, já que, afinal, ainda hoje não ouvimos outras realizações fonéticas da boca dos principiantes germanófonos na língua portuguesa, simplesmente porque muitos dos sons do português não são próprios do alemão.

## Referências bibliográficas

- ALVAR EZQUERRA, Manuel: «Los manuales de Ignaz Weitenauer», em: *REALE: Revista de estudios de adquisición de la lengua española* 1 (1994), págs. 9-14.
- ANDRANGO Asmal, Pablo Mauricio / Gualotuña Hidalgo, Liza Mariela (2007): «Incidence of grammar translation method in English Language learning in sixth and seventh elementary school students at Salle High School», dissertação, Army Polytechnic School, Department Of Languages, Applied Linguistics In English Program, em: <http://repositorio.espe.edu.ec/bitstream/21000/4830/1/T-ESPE-I-032910.pdf> (última consulta: DATA).
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725): *REGRAS da lingua / PORTUGUEZA, / ESPELHO DA LINGUA / LATINA, / Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas / regras da Portugueza, / DEDICADA / AO PRINCIPE / DE PORTUGAL / Nosso Senhor; / PELO PADRE / DOM JERONYMO / Contador de Argote, Clerigo Regular, e Academico / da Academia Real da Historia Portugueza. / Muyto acrescentada, e correcta. / Segunda impressãõ. // LISBOA OCCIDENTAL, / NA OFFICINA DA MUSICA, / M. DCC. XXV. / Com todas as licenças necessarias.*

---

34 Infelizmente não se sabe nada sobre quaisquer pessoas que basearam os seus estudos linguísticos no *Hexaglotton*.

- BAADER, Clemens Alois (1824): *Lexicon verstorbener baierischer Schriftsteller des achtzehnten und neunzehnten Jahrhunderts: Des Ersten Bandes Zweiter Theil, M-Z*, Augsburg; Leipzig: In der Jenisch- und Stage'schen Buchhandlung.
- BACKER, Augustin de / Backer, Aloys de / Sommervogel, Carlos (1890-1916): *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus: Première Partie: Bibliographie*, 9 vols. Bruxelles; Paris: Oscar Schepens; Alphonse Picard. CD-ROM. Paris: LACF éditions (ISBN 9-782-354-9800-2-3), 2011.
- CAMÕES, Luís [Vaz] de (<sup>4</sup>1985): *Obras Completas: Volume II, Géneros Líricos Maiores*, Com prefácio e notas do Prof. Hernâni CIDADE, Lisboa: Livraria Sá da Costa (Coleção de Clássicos Sá da Costa).
- CARDOSO, Jerónimo (<sup>2</sup>1570): *DICTIONARIVM / LATINOLVSITANICVM / & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum / ferè omnium iuxta seriem alphabeticam, perutili / expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabulorum / interpretatione. Item de monetis, ponderibus, & / mensuris, ad præsentem vsum accommodatis. / Nouè omnia per Hieronymũ Cardosum / Lusitanum congesta. / RECOGNITA VERO OMNIA PER SEBAST. / Stokhamerum Germanum. Qui libellum etiam de proprijs nominibus / regionũ, populorum, illustrium virorum, fluuiorum, montium, ac aliorum / complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis / poëticis refertum, in vsum & gratiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex integrò adiecit. / Cũ sanctæ Inquisitionis Magistratus approbatione. // Excussit Ioan. Barrerius Conimbricæ. 12. kal. Iulij 1570. / Com priuilegio Real. Em papel taxado a rs.*
- FERNANDES, Gonçalo (2009): «A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672)», em: Bastardín Candón, Teresa / Rivas Zancarrón, Manuel / García Martín, José María (eds.) (2009): *Estudios de Historiografía Lingüística*, Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, págs. 205-220.
- GIER, Helmut / Janota, Johannes (1997) *Augsburger Buchdruck und Verlagswesen: von den Anfängen bis zur Gegenwart*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz Verlag.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2014): «La gramática políglota: un eslabón en las gramaticografías portuguesa y española», em: Calero Vaquera, María Luisa / Zamorano, Alfonso / Perea, Francisco Javier / García Manga, María del Carmen / Martínez-Atienza, María (eds.) (2014): *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*, volume I, Münster: Nodus Publikationen, págs. 302-314.
- JAHREISS, Astrid (1990): *Grammatiken und Orthographielehren aus dem Jesuitenorden: Eine Untersuchung zur Normierung der deutschen Schrifts-*

- prache in Unterrichtswerken des 18. Jahrhunderts*, Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag (Germanische Bibliothek; 3. Reihe: Untersuchungen). [Junk, Johann Andreas von] (1778): *Portugiesische Grammatik. / Nebst einigen Nachrichten von der portugiesischen / Literatur, und von Büchern, die über Portugall / geschrieben sind.* // Frankfurt an der Oder, / bei Carl Gottlieb Strauß. / 1778.
- KEMMLER, Rolf (2001): «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», in *Lusorama* 47-48 (Outubro), págs. 128-319.
- KEMMLER, Rolf (2002): «Das Hexaglotton (1762) von Ignaz Weitenauer: die erste Beschreibung der portugiesischen Sprache in Deutschland?», em: Große, Sybille / Schönberger, Axel (Hrsg.) (2002): *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*, Frankfurt am Main: Valentia, págs. 257-275.
- KEMMLER, Rolf (2007): *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).
- KOLLER, Erwin (1992): *Karl Moritz RAPP: Sechzig portugiesische Sonette in oberschwäbischer Übersetzung (Synoptische Ausgabe)*, Frankfurt am Main: TFM (Verlag Teo Ferrer de Mesquita) / Domus Editoria Europaea, (Verlag Axel Schönberger).
- LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca (1992): «Complementos preposicionados no sintagma verbal do português: uma abordagem sincrônica e diacrônica», Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais.
- MACHADO, José Pedro (1995): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 5 Bände, Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTINS, Maria Teresa Hundertmark-Santos (1982): *Portugiesische Grammatik*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- MELDOLA, Abraham (1785): *NOVA / GRAMMATICA / PORTUGUEZA / dividida / em VI Partes / a saber: / 1 Orthographia. / 2 Etymologia. / 3 Syntaxe. / 4 Prosodia com Supplemento / 5 Lavoros da Lingoa. / 6 Miscellanea / Composta por / Abraham Meldola, / Notario, & Traductor, Cæsareo, Publico, Jurado.* // Impreso na Officina de M. C. Bock, a custas do autor, / em Hamburgo 1785. // *Neue / Portugiesische Grammatik / in sechs Theilen / als: / 1 Rechtschreibung. / 2 Wortforschung. / 3 Wortfügung. / 4 Tonmessung und Anhang. / 5 Sprachübungen. / 6 Miscellanie. / von / Abraham Meldola, /*



*öffentlicher und geschworne Kayserl. Notarius und Translator. / Auf Kosten des Verfassers gedruckt bey M. C. Bock. / Hamburg 1785.*

PEREIRA, Bento (1672): *ARS / GRAMMATICÆ / PRO LINGVA / LVSITANA / ADDISCENDA LATINO / IDIOMATE PROPONITUR, / IN HOC LIBELLO, VELUT IN QUÆDAM ACADEMIOLA DIUISA IN / QUINQUE CLASSES, INSTRUCTAS SUBSELLIIS, RECTO ORDINE / DISPERTITIS, VT AB OMNIBUS TUM DOMESTICIS, / TUM EXTERIS FREQUENTARI POSSINT. / AD FINEM PONITUR ORTOGRAPHIA, ARS RECTÈ SCRIBENDI, / VT SICUT PRIOR DOCET RECTÈ LOQUI, ITA POSTERIOR / DOCEAT RECTÈ SCRIBERE LINGUAM LUSITANAM. / IN GRATIAM ITALORUM CONIUGATIONIBUS LUSITANIS ITALÆ / CORRESPONDENT. / AUTHORE P. DOCT. BENEDICTO PEREIRA, SOCIET. / Iesv, PORTUGALLENSI BORBANO, IN SUPREMO LUSITANÆ / S. INQUISITIONIS TRIBUNALI CENSORIO QUALIFICATORE, / & MODÒ ROMÆ PRO ASSISTENTIA LUSITANA / REVISORE. // LVGDVNI, / SUMPTIBUS Lavrentii Anisson. / M. DC. LXXII. / SUPERIORUM PERMISSU.*

PEREIRA, Bento (1723): *PROSODIA / IN / VOCABULARIUM / BILINGUE, / LATINUM ET LUSITANUM, / digesta, / IN QUA DICTIONUM SIGNIFICATIO, ET SYLLABARUM / QUANTITAS EXPENDITUR, / OPUS OMNINO NECESSARIUM PROFESSORIBUS SACRARUM, / Et Humaniorum Literarum, Medicis, Juristis, & omnibus cujuscumque facultatis Studiosis; tum / propter innumeras dictiones, quas à Sacris, & profanis Auctoribus decerptas expo- / nit; tum propter recondita carmina omnium Veterum Poëtarum, & Recentiorum / clari nominis, quos omnes Auctor ad expendendas syllabas perlegit. / AUCTORE / DOCTORE P. BENEDICTO PEREYRA Societ. JESU, / Portugallensi, Borbano, in Eborensi Academiâ Primario / olim Rhetorices Professore, & tandem in eâdem / Academiâ págs. Theologiae Professore Primario. / NONA EDITIO / AUCTION, ET LOCUPLETIOR / AB ACADEMIA EBORENSI. / Prodit opus in hac nova editione innumeris propemodum erroribus / purgatum, pene incredibile vocabulorum, quae desiderabantur, nu- / mero auctum: è quibus sunt superaddita viginti circiter quatuor / millia, à plusquam tercentis Auctoribus hûc translata, quorum no- / mina in catalogo infra conscripta offendepágs. Omnia quoad fieri po- / tuit, & Lusitano idiomate. & quantitate, & Auctoritate donan- / tur. Quae asterisco \* notantur, cautè usurpanda; vel enim au- / ctore destituuntur; vel non temerè sunt aemulanda, / cùm à communi usu abhorreant. // EBORAE, / Cum facultate Superiorum: ex Typographia Academiae. / Anno Domini M. DCC. XXIII.*

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio (2008): «Gramaticografía portuguesa en la España ilustrada: breves consideraciones sobre el *Acento y artificio*

- gramatical de la lengua portuguesa* (1795) de Lorenzo Hervás y Panduro», em: *Península: Revista de Estudos Ibéricos* 5, págs. 55-64.
- PÖRNBACHER, Hans (2011): Weitenauer, Ignaz Frhr. von», em: Kühlmann, Wilhelm (Hrsg.) (2011): *Killy Literaturlexikon: Autoren und Werke des deutschsprachigen Kulturraumes*, Band 12: Vo-Z, Berlin, New York: Walter de Gruyter, pág. 267.
- REUSCH, [Franz Heinrich] (1896): «Weitenauer, Ignaz», em: *Allgemeine Deutsche Biographie* 41 (Walram-Wertmüller), pág. 622.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; 300).
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2003): «O acusativo preposicional na história da língua portuguesa», em: Head, Brian / Teixeira, José / Lemos, Aida Sampaio / Barros, Anabela Leal de / Pereira, António (eds.): *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos (Coleção Poliedro; 11), págs. 405-419.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara / Schöntag, Roger (2012): *Spanisch / Portugiesisch kontrastiv*, Berlin; New York: Walter de Gruyter (Romanistische Arbeitshefte; 56).
- SCHMIDT, CHRISTOPH (1998): «WEITENAUER, IGNAZ VON», in *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, Verlag Traugott Bautz (Band XIII), cols. 697-699.
- SCOTTI-ROSIN, Michael (1996a): «Frühe Lusophilie? Die Anfänge der deutschen Lusitanistik», in *Lusorama* 29 (März 1996), págs. 5-19.
- SCOTTI-ROSIN, Michael (1996b): «Frühe Lusophilie? Die Anfänge der deutschen Lusitanistik», in ENDRUSCHAT, Annette / GÄRTNER, Eberhard (Hrsg.) (1996): *Untersuchungen zur portugiesischen Sprache: Beiträge zum Deutschen Lusitanistentag 1995*, Frankfurt am Main: TFM / Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 7. Band), págs. 13-28.
- SIERRA SORIANO, Ascensión (2010): «La lexicographie bilingue français-espagnol: tradition et modernité», em: *Quaderns de Filologia: Estudis linguistics* 15, págs. 219-235.
- VIEIRA, António (1682, II): *SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA. / DA COMPANHIA DE JESU, / Prégador de Sua Alteza. / SEGVNDA PARTE. / DEDICADA / No Panegyrico da Rainha Santa / AO SERENISSIMO NOME / DA PRINCEZA N.*

- S. / D. ISABEL. // EM LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / E à sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros. / M. DC. LXXXII. / Com todas as licenças, & Privilegio Real.*
- VIEIRA, António (1707, II): *ADMODVM REVERENDI PATRIS / ANTONII VIEIRA / E Societate JESU, Regii in Lusitania Prædicatoris, / SERMONES / Selectissimi, Fœcunditate Materiarum, / Sublimitate, Subtilitate, & raritate Conceptuum / admirabiles; / Idiomate Lusitanice conscripti & variis Typis evulgati, / Nunc in Cartusia Coloniensi latinitate donati / Cum triplici Indice, Thematum, Locorum Sacrae Sripturae, / & rerum memorabilium. / PARS SECUNDA // Coloniae Agrippinae, / Sumptibus HERMANNI DEMEN. MDCCVII. / Cum Privilegio S. Cæsareæ Majestatis.*
- WAGENER, Johann Daniel (1800, I): *Portugiesische / Sprachlehre. / Nebst / Uebungen / zu / Anwendungen der Grundsätze, / der / Wortfügung und Schreibart / dieser Sprache, / von / Johann Daniel Wagener, / d. W. W. D. // Hamburg, / bei Gottfried Vollmer. 1800.*
- WAGENER, Johann Daniel (1802, II): *Johann Daniel Wagens / Uebungen / in der / portugiesischen Sprache / mit / unterlegter / Phraseologie / als / zweyter Theil / der / portugiesischen Sprachlehre. // Mainz und Hamburg, / bey Gottfried Vollmer. / 1802.*
- WEITENAUER, Ignaz (1756): *MODUS ADDISCENDI / INTRA / BREVISSIMUM TEMPUS / LINGUAS, / GALLICAM, ITALICAM, / HISPANICAM, / GRÆCAM, HEBRAICAM, / ET / CHALDAICAM, / UT OPE LEXICI LIBROS EXPLICARE QUEAS. / AUCTORE / IGNATIO WEITENAUER S. J. / Linguarum Hebraicæ & Græcæ In Alma Leopoldina / Oeniponti Professore Regio. / CUM APPROBATIONE. // Francofurti ad Mœnum, / APUD FRANCISCUM VARRENTRAP. / MD CC LVI.*
- WEITENAUER, Ignaz (1758): *LEXICON / BIBLICUM, / IN QUO EXPLICANTUR / VULGATÆ / VOCABULA ET PHRASES, / QUÆCUNQUE PROPTER LINGUÆ HEBRAICÆ / GRÆCÆQUE PEREGRINATEM / INJICERE MORAM LEGENTI POSSUNT / Ad usum eorum omnium, qui absque magnorum / voluminum ambagibus Divinæ Scripturæ Textum / & Contextum intellegere & verbum DEI solide populo / ACCEDUNT / SUMMARIA / CAPITUM OMNIUM TOTIUS CODICIS / DIVINI. / AUCTORE / IGNATIO WEITENAUER S. J. / Ling. Hebr. & Græcæ in Alma Leop. Oenip. Prof. P. O. / Cum Licentia & Priv. Cæsareo. // Augustæ Vindelicorum & Friburgi Brisgojæ. / Sumptibus Fratrum Ignatii & Antonii Wagner. 1758.*
- WEITENAUER, Ignaz (1762a): *HEXAGLOTTON / GEMINUM, / Docens Linguas, / GALLICAM, ITALICAM, HISPANICAM, / GRÆCAM, HEBRAICAM,*

- CHALDAICAM, / ANGLICAM, GERMANICAM, BELGICAM, / LATINAM, LUSITANICAM, SYRIACAM: / ut intra brevissimum tempus ope Lexici omnia / explicare discas. / Accessit ubique Appendix / De Pronunciatione harum XII Linguarum. / AUCTORE / IGNATIO WEITENAUER, S. J. / Ling. Hebr. & Graec. in Alma Leopoldina Oeniponti / P. P. O. / Cum Approbatione. // AUGUSTÆ VIND. & FRIBURG. BRISG. / Sumptibus Fratrum WAGNER, Bibliopol. / MDCCLXII.*
- WEITENAUER, Ignaz (1762b): *HEXAGLOTTON / ALTERUM, / Docens Linguas, / ANGLICAM, GERMANICAM, BELGI- / CAM, LATINAM, LUSITANICAM, / ET / SYRIACAM, / UT INTRA BREVISSIMUM TEMPUS OPE LEXICI / LIBROS EXPLICARE DISCAS. / AUCTORE / IGNATIO WEITENAUER S. J. / LINGUARUM HEBRAICÆ ET GRÆCÆ IN ALMA / LEOPOLDINA OENIPONTI PROFESSORE. / Cum Approbatione & Privil. Cæsareo. // AUGUSTÆ VINDEL. ET FRIBURG. BRISG. / Sumptibus Fratrum WAGNER, Bibliopolarum / MDCCLXII.*
- WEITENAUER, Ignaz (1764): *Zweifel / von der / deutschen / Sprache, / vorgetragen, aufgelöset, oder andern / aufzulösen überlassen; / sammt einem / orthographischen Lexikon. / Durch Ignaz Weitenauer d. G. J. / Mit Erlaubniss der Obern. // Augsburg und Freyburg im Breisgau, / In Verlag der Gebruder Wagner. / 1764.*
- WEITENAUER, Ignaz (1776): *HEXAGLOTTON / GEMINUM, / DOCENS LINGUAS, / GALLICAM, ITALICAM, HISPANICAM, / GRÆCAM, HEBRAICAM, CHALDAICAM, / ANGLICAM, GERMANICAM, BELGICAM, / LATINAM, LUSITANICAM, SYRIACAM: / ut intra brevissimum tempus, ope Lexici, omnia / explicare discas. / Accessit ubique Appendix / De Pronunciatione harum XII Linguarum. / AUCTORE / IGNATIO WEITENAUER. / EDITIO ALTERA. / Cum Approbatione. // AUGUSTÆ VIND. & FRIBURG. BRISG. / Sumptibus Fratrum WAGNER, Bibliopol. MDCCLXXVI.*
- WIPPICH-ROHÁČKOVÁ, Katrin (2000): «Der Spanisch Liebende Hochdeutscher»: Spanischgrammatiken in Deutschland im 17. und frühen 18. Jahrhundert, Hamburg: Helmut Buske Verlag (Romanistik in Geschichte und Gegenwart, Beiheft 2).

Recebido em 23 de julho de 2015.

Aceito em 9 de setembro de 2015.

*FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA*, DE MARIO<sup>1</sup> BARRETO:  
UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

*FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA*, BY MARIO BARRETO:  
AN HISTORIOGRAPHIC PERSPECTIVE

Dieli Vesaro Palma

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
dieli@uol.com.br

Nancy dos Santos Casagrande

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
nancy.casagrande@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho focaliza os *Fatos da Língua Portuguesa* de Mario Barreto, de 1916. Seguindo os ensinamentos da Historiografia Linguística, principalmente os Princípios propostos por Koerner (1996) e os passos investigativos orientadores dos estudos do Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP, discutir-se-ão fatos sintáticos abordados no capítulo IV e a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX. Os resultados mostram que o autor priorizava a norma culta de tendência lusitana, valorizando a língua literária e explicando os fatos linguísticos por meio de descrição minuciosa, tendo como referência o Latim ou as línguas românicas, seguindo as ideias de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Filologia; questões linguísticas

ABSTRACT:

This work focuses on Mario Barreto's *Fatos da Língua Portuguesa*, written in 1916. Following the teachings of Linguistics Historiography, in special

---

<sup>1</sup> Em todas as referências ao título do trabalho, grafamos o nome do autor sem o acento, tal como consta na obra. Nas demais ocorrências no texto, atualizamos a acentuação.

Koerner's Principles (1996) and the investigation guidance proposed by the Portuguese Language Historiography Research Group at PUC-SP, syntactic aspects approached in chapter IV and the orthography conception advocated in chapter XIX will be discussed. The results indicate that the author emphasized the Portuguese educated norm, praising literary language and explaining linguistic aspects through detailed description, considering Latin or Roman languages as reference, according to the ideas of his time.

KEYWORDS: Linguistics Historiography; Philology; linguistic issues

### Considerações Iniciais

Este trabalho<sup>2</sup> tematiza a obra *Fatos da Língua Portuguesa de Mario Barreto*, publicada em 1916. Nela, cada capítulo traz uma variedade de assuntos, de caráter morfológico, sintático, ortográfico, entre outros, diferentemente do que se verifica, por exemplo, nos *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1911), em que, a cada capítulo, o autor desenvolve um tema específico.

No início do século XIX, durante a Primeira República ou República Velha, houve um grande interesse por questões linguísticas no Brasil, tanto do público em geral, quanto de estudiosos da linguagem. No primeiro caso, foi o **Consultório Gramatical** o veículo para a discussão de questões dessa natureza. Caracterizava-se como uma coluna publicada na mídia impressa, jornais e revistas, na qual se apresentavam considerações sobre a Língua Portuguesa, sob o ponto de vista idealizado da correção linguística, socialmente estabelecido, com base em dúvidas enviadas pelos leitores e esclarecidas pelo **consultor**, um especialista em Língua Portuguesa, que respondia a essas indagações. O Consultório configura-se, portanto, como textos metalinguísticos construídos a partir de perguntas de leitores e de respostas de consultores. (Cf. MARCONDES, 2008) No segundo caso, foram os **filólogos**, entre eles incluídos os consultores, que se debruçaram sobre questões da Língua Portuguesa, de naturezas diversas, legando às gerações posteriores trabalhos de grande profundidade sobre o funcionamento da nossa língua na perspectiva da norma culta.

Mário Barreto, exemplo dos dois casos, faz parte desse grupo, que se insere no segundo período de estudos sobre a linguagem no Brasil, segundo

---

2 Este trabalho foi apresentado no XXIX ENANPOLL no GT de Historiografia Linguística da ANPOLL, em 2014 e ampliado com informações do trabalho *Fatos da Língua Portuguesa de Mario Barreto: um estudo historiográfico*, apresentado no INPLASIL, em 2014.

Guimarães (2004), estendendo-se da segunda metade do século XIX aos anos de 1930 do século XX. Nesse período, fundou-se a Academia Brasileira de Letras (1897) e criaram-se as Faculdades de Letras no Brasil. Do ponto de vista linguístico, ele tinha como características a publicação das chamadas gramáticas científicas e o estabelecimento do Novo Programa de Português para os Exames Preparatórios (1887).

Nesse contexto, os *Fatos da Língua Portuguesa* são focalizados na perspectiva da Historiografia Linguística, com destaque para questões sintáticas e ortográficas. Para tanto, são observados os princípios metodológicos de Koerner (1996), bem como os passos metodológicos propostos pelo GPeHLP da PUC-SP, objetivando mostrar as concepções sobre a Língua Portuguesa presentes nessa obra.

As perguntas que direcionaram a pesquisa foram: Quais são os fatos sintáticos abordados no capítulo IV desta obra? e Qual a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX da obra sob análise? Para responder as essas questões, foram propostos os objetivos: a) Levantar algumas questões sintáticas discutidas pelo filólogo no capítulo IV, para caracterizar seu conceito de norma linguística; b) Verificar qual a concepção de ortografia defendida por Mario Barreto no capítulo XIX da obra *Fatos da Língua Portuguesa* e c) Destacar as contribuições da obra em análise para os estudos sobre a Língua Portuguesa no início do século XX.

O trabalho divide-se em cinco partes, a saber: Considerações iniciais, Questões metodológicas, A primeira República ou o delineamento do espírito de época; a Análise da obra e as Considerações finais.

## 1. Questões metodológicas

A Historiografia Linguística, como disciplina, debruça-se sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado, sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo. Dessa perspectiva, a historiografia linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas em um processo de continuidade e descontinuidade, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento. As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu,

foi divulgado e percebido também fazem parte, em suma, da sua história.” (ALTMAN, 2012 p. 22)

Para desenvolver esse processo reflexivo, Koerner (1996) propôs três princípios orientadores da análise do objeto sob estudo: Contextualização, Imanência e Adequação Teórica. O primeiro foi concebido como a recriação do espírito de época, ou seja, o Brasil da primeira metade do século XX, sobretudo no que diz respeito às questões linguísticas. O segundo foi entendido como a análise linguística do documento, segundo categorias que emergem do próprio texto, que, neste estudo, serão o Ádito, a estrutura da obra, a estrutura dos capítulos, aspectos sintáticos presentes no capítulo IV e o conceito de ortografia expresso no capítulo XIX. O terceiro, a **adequação teórica**, foi pensado como a aproximação de conceitos presentes na obra a teorias linguísticas atuais, com a finalidade de auxiliar o leitor moderno na compreensão do documento.

Partindo desses princípios, o Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP, debruçou-se sobre os aspectos metodológicos da pesquisa historiográfica e construiu a proposta apresentada a seguir. Para o GPeHLP, é fundamental a obediência a vários pontos no desenvolvimento de uma investigação historiográfica, como:

- a) **Observação dos princípios propostos por Koerner (1996):** contextualização, imanência e adequação teórica
- b) **Passos investigativos:**
  - seleção** ou escolha dos documentos a serem analisados;
  - ordenação** ou organização definida no caso de haver mais de um documento em estudo;
  - reconstrução** do conhecimento linguístico explicitado no documento selecionado;
  - interpretação** dos fatos observados ou leitura crítica do material a ser analisado com base no clima de opinião.
- c) **Escolha das fontes:**
  - Primárias:** possibilitadoras do desenvolvimento dos passos investigativos
  - Secundárias:** concebidas como informações sobre o documento sob estudo
  - Natureza da obra:**
    - Metalinguística:** apresentação de conhecimentos linguísticos sobre a língua
    - Não metalinguística:** apresentação de possibilidades de estudo da língua em um dado momento



- d) **Dimensões da investigação:**
  - Cognitiva:** de caráter interno, tendo como foco as linhas teóricas e metodológicas que embasaram o documento estudado
  - Social:** de caráter externo, objetivando alcançar os aspectos sociais relacionados à pesquisa
- e) **Crítérios de análise:** determinação de categorias, entendidas como os aspectos salientes na obra e reveladores de um ponto de vista que alicerça e que pode manifestar-se nos mais diversos níveis linguísticos, apontando uma “crença em” (Cf. BASTOS e PALMA, 2004).

Esses procedimentos metodológicos têm sido observados nos trabalhos realizados pelo Grupo e foram aplicados nesta investigação. Assim, a fonte primária deste estudo é a obra *Fatos de Linguagem*, de Mario Barreto em sua 3ª edição *fac-similar, reproduzida da 1ª edição*, de 1916, datada de 1982. Sua natureza é metalinguística por apresentar um conjunto de reflexões sobre o funcionamento da Língua Portuguesa de acordo com o ponto de vista de seu autor. De sua leitura minuciosa, com base nos objetivos propostos, emergiram as seguintes categorias de análise: o *Ádito da 1ª edição*, a estrutura da obra, a estrutura dos capítulos, questões sintáticas que foram escolhidas pelo seu caráter polêmico, tais como, a variedade de regime de muitos verbos como característica da Língua Portuguesa, o uso do pronome átono e a concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos e o conceito de ortografia. Quanto à dimensão interna, verificamos a metodologia de construção dos assuntos apresentados e também as linhas teóricas que fundamentam a discussão dos temas linguísticos. Quanto à interna, constatamos as influências das ideias vigentes no momento da produção da obra no conteúdo dela.

## 2. A República Velha e seu clima de opinião

Nesta parte, descrevemos, brevemente, as principais linhas de pensamento que circulavam na sociedade brasileira no campo da política, da economia, da educação e da linguística, desenhando, dessa forma, o espírito de época ou clima de opinião, ou seja, o contexto em que a obra foi produzida.

### 2.1 A República Velha: breves considerações sobre os aspectos políticos e econômicos

A República Velha, que abrange o período de 1889 a 1930, trouxe ao país uma nova configuração. Com a queda da Monarquia e o poder na mão dos

militares, o que se tinha era um contexto, segundo os historiadores, que “não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas” (PATTO, 1999,)<sup>3</sup>. O proclamador da república, Marechal Deodoro da Fonseca, renunciou ao poder em 1891, tendo Floriano Peixoto assumido o cargo de presidente:

Inspirados no Positivismo, os tenentes declararam-se “soldados-cidadãos”, rebelaram-se contra o governo federal e queriam salvar o país, pondo-o no rumo do progresso técnico e industrial. Fiéis à ideologia das Forças Armadas, queriam um Executivo forte, eram contrários à idéia de federação e “não acreditavam que o ‘liberalismo autêntico’ fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade”. Quando se referiam às massas, era para declará-las incapazes de contestação eficaz e assim justificar uma postura tutelar que encobria o objetivo de impedir a ação política direta do povo. (PATTO, 1999)

Em termos políticos e econômicos, tem-se a dimensão de que a proclamação da República foi um movimento que se organizou a partir de interesses rigidamente pelas oligarquias rurais, cujo poder estava nas mãos dos “barões do café”, representado na aliança entre os partidos republicanos paulista e mineiro, denominada “política do café-com-leite”. Nesse contexto, o coronelismo delineou uma “estrutura econômica e social ainda atrasada”, marcada pela troca de favores entre o poder público e os proprietários de terras, tidos como os chefes de suas localidades. (SAVIANI, 2007, p. 188-189). Sendo assim, segundo Batista (2007) era no meio rural que o coronel encontrava o alicerce para alcançar o domínio político, já que o camponês vivia na mais completa ignorância, miséria e abandono. A grande massa trabalhadora tinha no coronel seu modelo: homem rico e próspero, capaz de ajudá-la em qualquer situação, daí a luta com e pelo coronel.

Nesse contexto, é possível dizer que o Brasil da Primeira República dava seus primeiros passos em termos de industrialização, já que ainda preso ao coronelismo, 69.7% da população economicamente ativa dedicava-se à agricultura, 16.5% ao setor de serviços e 13.8% à indústria, de acordo com o Censo de 1920. Esse quadro não se alterou significativamente até 1930.

---

3 Este artigo está publicado na íntegra no link [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext) e não contém número de páginas.

Sobre isso, Patto (1999) afirma :

Mesmo assim, o crescimento da indústria nesse período não pode ser subestimado: fábricas de médio e de grande porte de fiação e tecelagem, bebidas, roupas, sapatos e alimentos, instaladas no Rio e em São Paulo desde o começo do século, empregavam um número crescente de operários e submetiam homens, mulheres e crianças a condições desumanas de trabalho. Segundo Fausto, ao reestruturar as relações de trabalho por meio do colonato e do proletariado urbano, a burguesia cafeeira ampliou a base da pirâmide social e criou condições para o surgimento de questões sociais inéditas no campo e na cidade que teve de enfrentar: no período de 1917 a 1921, os pequenos jornais libertários registravam inúmeros episódios de resistência em fábricas paulistas que muitas vezes não tinham a visibilidade social dos movimentos grevistas, como *operações-tartaruga* e destruição de matéria-prima, de máquinas e de prédios, no caso de operários da construção (12)<sup>4</sup>. Além das greves e dos movimentos organizados das classes populares contra a inflação, a criminalidade crescia nas cidades maiores. E o fato a ser sublinhado é a frequência com que se recorreu à violência física para fazer frente a todas essas manifestações.

Diante dessa afirmação, percebemos um Brasil de contrastes que obedece aos grandes latifundiários no campo e institui a pirâmide social nos grandes centros urbanos, realidade ainda presente no século XXI. Apresentadas brevemente as questões políticas e econômicas que acompanharam a implementação da República Velha no final do século XIX, passamos a abordar as questões educacionais do período.

## ***2.2 A República Velha: breves considerações sobre o contexto educacional***

Para compreendermos os caminhos da Educação no Brasil republicano, voltamos nosso olhar para as primeiras incursões da Filosofia Positivista no país, tendo como seu maior representante Benjamin Constant, militar, indicado como primeiro ministro responsável pelas questões educacionais no Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos.

Influenciado pelas ideias de Comte, que pregava a laicidade do ensino

---

4 Rago, M. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 27-31. (in PATTO, 1999 no link [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext)), acessado em 17 de jul. 2015.

contra a dominação do clero na escola, Constant instituiu a reforma dos ensinos primário e secundário que, limitada ao Distrito Federal, poderia ser referência para a organização do ensino nos estados. De acordo com Palma Filho (2005, p. 2),

Os princípios orientadores da reforma eram: liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. A organização escolar estruturava-se da seguinte forma:

a) escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos;

b) escola secundária com duração de 7 anos;

c) ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar.

Segundo o autor, ao tratar da escola secundária, Benjamin Constant manteve o estudo de Latim e de Grego, considerada parte tradicional do currículo, acrescentando o estudo das ciências fundamentais ao longo de sete anos, cuja lógica seguia a classificação de Comte. Dessa feita, assim se estruturava o ensino secundário:

1º ano – aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo);

2º ano – geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;

3º ano – geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita);

4º ano – mecânica geral;

5º ano – física geral e química geral;

6º ano – biologia;

7º ano – sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

O caráter enciclopédico do currículo delineou-se com o ensino de Língua Portuguesa e de Geografia nos dois anos iniciais; o ensino de língua estrangeira, quais sejam, Alemão e Inglês, dava-se do 3º ao 5º ano; Latim e Francês eram

ensinados nos 3 primeiros anos e o ensino do Grego era ministrado no 4º e 5º anos; os estudos de Zoologia, Botânica, Meteorologia, Mineralogia, Geologia e História Natural aconteciam no 6º ano; ao 7º ano estavam reservados os ensinamentos de História do Brasil e de Literatura Nacional. Além de todo esse conteúdo, havia ainda os estudos de desenho, de música e da prática de ginástica nos quatro primeiros anos. À parte do ensino de todas essas disciplinas, previa-se, ainda, a revisão de todas as matérias anteriormente estudadas que, no 7º ano, ocuparia a maior parte do horário escolar.

Como era de se esperar, essa organização curricular, proposta por Benjamin Constant nem chegou a ser implantada, dado o altíssimo grau de intelectualidade que excedia a “capacidade de aprendizagem dos adolescentes”, segundo Palma Filho (2005, p. 3), sendo revogada no primeiro ano de sua implementação. (SILVA, 1969<sup>5</sup>, p. 222, *apud* PALMA FILHO, 2005, p. 3).

Em relação ao ensino superior, percebe-se em Benjamin Constant a intenção de ampliar o acesso dos jovens por meio da legalização da concessão de diplomas às escolas particulares, com o mesmo valor das instituições federais, já que, segundo Cunha (1986, p. 155, *in* PALMA FILHO, 2005, p. 2),

Em dois de janeiro de 1891, foram publicados dois decretos com providências nesta direção. O decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais, e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal, os regulamentos para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres.

O decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de Direito existentes no país - a de São Paulo (Largo de São Francisco) e de Recife/Olinda -, ainda, permitia aos governos estaduais e aos particulares a fundação de escolas de Direito. Os diplomas expedidos por estas instituições teriam o mesmo valor daqueles expedidos pelas duas faculdades oficiais, desde que incluíssem nos currículos as mesmas disciplinas presentes no currículo das oficiais, se submetessem à inspeção periódica e seus exames fossem assistidos por representantes do Conselho Superior.

É importante destacarmos que, nessa época, a escola era frequentada,

---

5 SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).

prioritariamente, por alunos da elite social, que dominavam a mesma norma culta de seus professores, sendo ela o objeto de ensino da Língua Portuguesa. Na sala de aula, liam-se e discutiam-se textos literários de conceituados autores portugueses e brasileiros e as questões linguísticas eram estudadas com base nas construções desses escritores. Priorizava-se, assim, a Gramática Normativa como recurso didático para o ensino do bem falar e do bem escrever, nas quais os fatos de língua eram interpretados, nos compêndios gramaticais, de forma pessoal pelos autores, atitude que recebeu severas críticas de Silva Jardim como se verá no *Ádito* da obra de Barreto.

É ilustrativo dessa forma de ensino o Programa de Ensino do Português, de 1914, para os três anos do Curso Secundário do Ginásio Nacional /Colégio Pedro II (SOUZA, 1999, p. 202), que previa o seguinte:

Parte pratica: Analyse syntactica, etymologica e litteraria de escriptores de nota, assim portuguezese como brasileiros. Exercicios de composição da lavra própria dos alumnos, mas sobre assumpto designado pelo professor. Apreciação do estylo de poetas e prosadores importantes e biographia dos grandes patriotas.

Assim, apresentadas as breves considerações sobre o contexto educacional na República Velha, tratamos, a seguir, das correntes linguísticas desse período que influenciaram a obra de Mario Barreto, *Fatos da Língua Portuguesa*, nosso objeto de estudo.

### ***2.3 A República Velha: breves considerações sobre as correntes linguísticas***

Para compreendermos a dimensão interna da obra em análise, trazemos à luz o clima de opinião, agora numa perspectiva linguística, a fim de contextualizarmos a referida obra e sua importância para os estudos de Língua Portuguesa.

Segundo CAVALIERE (2001, p. 49), é de grande relevância trazer a público os estudos filológicos e linguísticos “produzidos no cenário acadêmico brasileiro, das origens aos nossos dias”, no entanto, neste trabalho, tratamos, especificamente do período que abrange a República Velha que vai de 1889 a 1930.

O percurso histórico das correntes linguísticas, - e incluem-se aí os estudos filológicos - remetem-nos a dois grandes estudiosos da Língua Portuguesa, segundo o autor. São eles Antenor Nascentes e Silvio Edmundo Elia. O primeiro apresenta três períodos distintos:

o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da língua nacional*, de Pereira Coruja; o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica; e o **período gramatical**, que vai de Júlio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. (CAVALIERE, 2001, p. 50)

Silvio Elia, por sua vez, apresenta-nos dois períodos e assim os denomina “período vernaculista e período científico”. O período vernaculista está relacionado ao advento literário do Romantismo, que vai de 1836 a 1881, momento em que não havia a tarefa instituída da descrição gramatical, mas a preocupação com o bem-falar, traduzido em dois movimentos: um que defendia a tradição lusitana, atrelada ao movimento romântico em Portugal, e outro que trazia à luz o sentimento nacionalista da língua, tendo em José de Alencar o seu representante máximo. Sautchuk (2002, p. 2) destaca que

Alencar teve associada a seu nome e a boa parte de sua obra a referência constante à luta para afastar alguns aspectos de sua linguagem literária dos padrões portugueses. Esse seu esforço foi extremamente criticado na época, o que custou ao romancista a necessidade de páginas e páginas de justificações (*sic*) e de defesa de sua atitude.

Era seu objetivo, inclusive, deixar firmados de forma orgânica alguns princípios que nortearam a defesa de suas supostas incorreções e que poderia vir a ser um conjunto de comentários efetivamente realizados sobre um português transformado no Brasil. Tal objetivo, porém, jamais se consolidou, apesar de o autor ter apontado no *post-scriptum* de *Iracema* que pretendia fazer “um estudo sobre a índole da língua portuguesa” (Alencar, 1958), deixando apenas um esboço de roteiro, como plano ambicioso de uma revisão lingüística e literária da língua nacional.

O segundo período, denominado científico, de acordo com Silvio Elia, segundo CAVALIERE (2001), apresenta-se em duas fases que abrangem de 1880 a 1900, quando surgem novos métodos de investigação de ordem filológica, e a segunda que vai de 1900 a 1960, em uma dimensão maior de tempo em que, conforme o autor (p. 51), Silvio Elia não privilegia a contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para os estudos linguísticos, cuja rota seria profundamente alterada a partir do novo paradigma por ele defendido.

De todo modo, o que se vê, nesse momento é uma ênfase maior nos estudos filológicos, tanto que o próprio MATTOSO CÂMARA (1968, p. 25) apresenta ideias pontuais acerca dos filólogos mais relevantes na obra *Os Estudos de Português no Brasil*, atribuindo a Mário Barreto o valor “lusitano” da “língua literária do Brasil” identificada “com a de Portugal, considerada preferentemente em seus padrões clássicos”. Nesse sentido, percebe-se, então, que o grande linguista trouxe à baila, a dimensão contextual dos estudos filológicos que orientariam a obra de Mário Barreto. Afirma MATTOSO CÂMARA (1968, p. 26):

Intimamente associado à escola filológica do português europeu, criou um conceito de duas faces, por assim dizer. De um lado, quer uma coerência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola depreendia em termos neogramáticos. De outro lado, numa contradição implícita, vê nos monumentos clássicos um modelo perene. E, o que é pior, nesta última atitude se orienta por CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, que é um praxista apenas, à margem dos grandes filólogos surgidos na esteira de ADOLFO COELHO. Como CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, escreve na imprensa diária, procurando um contacto intenso com o grande público. Da sua ação emerge um ideal de normalização rígida da língua literária, praticamente dissociada da realidade oral, e um purismo que não faz a mínima concessão ao uso corrente.

Sabemos que a periodização dos estudos sobre o Português não é consensual e o trabalho de Guimarães (2004) mostra essa diferença. Ele propõe quatro períodos tendo como base “acontecimentos institucionais decisivos no andamento dos estudos sobre o português e sobre a língua no Brasil.” (p.27)

Dessa divisão interessa-nos o segundo período (1881- 1933), em que ele considera haver estudos do português no Brasil, que revelam “posições purista e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (p.28) Mário Barreto faz parte desse período e sobre ele assim se manifesta Guimarães:

... mesmo defendendo uma posição normativa, se opõe ao que considera excesso dos puristas, tal como o que se apresentava em colunas dos jornais da época. Entre os colonistas a que se opõe está Cândido de Figueiredo... (p.30)

Assim, podemos dizer que frente ao clima de opinião aqui apresentado, torna-se possível compreender a dimensão interna da obra *Fatos da Língua*



*Portuguesa* de Mário Barreto, sobre a qual lançamos um olhar cuidadoso.

### 3. A análise da obra

Antes de iniciarmos a análise, fazemos breves considerações sobre a vida e a obra de Mario Barreto, objetivando apresentá-lo para o leitor. Na sequência, apresentamos a estrutura do livro e de seus capítulos, para, por fim, tratarmos do Ádito e das questões linguísticas.

#### 3.1 Mário Barreto: vida e obra

Mário Castelo Branco Barreto, nasceu em 17 de março de 1879, no Rio de Janeiro e faleceu em 9 de setembro de 1931 na mesma cidade. Era filho de Fausto Carlos Barreto e de Ana Castelo Branco Barreto. Fez seus estudos no Colégio Militar e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1902. Profissionalmente, foi filólogo, atuação sustentada por sua sólida formação filológica, de base românica, que lhe possibilitou tratar com segurança fatos relacionados com o francês, o espanhol e o italiano. Foi ainda Catedrático da cadeira de Português do Colégio Pedro II, além de colaborador em vários jornais do Rio e em revistas nacionais, respondendo a questões sobre linguagem enviadas por leitores de diferentes regiões do Brasil.

Sua obra compõe-se de diversos títulos, a saber: *Estudos da Língua Portuguesa* (1903), prefaciado por João Ribeiro; *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1911); *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa* (1914); *Fatos da Língua Portuguesa* (1916), prefaciado por Silva Ramos; *De Gramática e de Linguagem* (1922), coletânea de artigos publicados na Revista de Língua Portuguesa; *Através do Dicionário e da Gramática* (1927), respostas dadas a questões enviadas aos leitores da *Revista de Filologia Portuguesa*, após a morte do filólogo Sílvio de Almeida em 1924 e *Últimos Estudos* (1944), publicação póstuma, organizada por Candido Jucá, que reuniu os artigos publicados na *Revista de Cultura*, em *O País* e no *Correio da Manhã*. *Cartas Persas*, tradução e anotação da obra de Montesquieu (1923). É preciso citar também o *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto, organizado por Cândido Jucá, publicado em 1981, pela Fundação Casa de Rui Barbosa*.

Podemos dizer ainda, sobre ele, que foi o exemplo de seu pai que o levou a sua inclinação para os estudos da língua. Segundo João Alves Pereira Penha (2002, p.50), “E Fausto Barreto reconheceu o valor do filho. Pois indagado sobre qual seria a sua obra-prima, respondeu prontamente: Mário Barreto.”

Assim se manifesta Silva Ramos, prefaciador da obra de Barreto sobre seu autor:

E, para concluir, numa palavra; o principal factor da minha acentuada simpatia pelo eminente professor do Colégio Militar e pela sua obra é a consideração que, sem embargo da diferença de idades, consentimos duplamente, no processo de estudo como aprendizes, e no método de ensino como profissionais; o que não sei em qual de nós dois mais se deva admirar, se nele, se em mim; pois, quando discorremos por estes assuntos, nem eu tenho caturrices de velho, nem êle<sup>6</sup> verduras de rapaz.

Não me retirarei, sem me gratular com o abalariado filólogo pela obra aqui lançada, a cujo átrio me vai ser dado repetir a quem for entrando o que um a outro sugerimos, quando nos vemos sós por sós. (BARRETO, 1982, p. XVIII)

### **3.2 Estrutura da obra e dos capítulos**

Do ponto de vista de sua estrutura, o livro organiza-se em 21 capítulos, além do Ádito da 1ª edição. Do primeiro ao décimo quinto, são abordadas questões gramaticais das mais diversas naturezas, que passam pela regência verbal, pelo uso das formas verbais como “*preferir a e preferir que*”, pelo uso de galicismos, pela formação de palavras, pela análise lógica, pelo emprego do anacoluto pleonástico, pelas formas simétricas, pela variedade de regime de muitos verbos, pelas vozes de aspecto enganoso, pela influência popular e literária, pela necessidade do Latim para conhecimento do nosso vocabulário, pelos neologismos, pela acumulação de negações, por questões de concordância, pelo uso do genitivo, pelo complemento partitivo, pela etimologia popular, entre muitos outros assuntos.

Do décimo sexto ao décimo oitavo, são apresentadas “Breves Anotações a Trechos do Respeitável Clássico Frei Luís de Sousa”, nas quais Mário pinça questões linguísticas e aprofunda a sua análise, sempre tomando como referência autores da literatura clássica portuguesa e a língua latina como referência para a sua análise filológica.

Do décimo nono ao vigésimo primeiro capítulos é tratada a Reforma da Ortografia de 1911, respondendo a perguntas dos leitores e discutindo diferentes aspectos relativos a esse tema.

---

6 Nas citações, mantivemos a ortografia original do texto citado.

Essa diversidade de temas abordados em cada unidade mostra-nos não só a versatilidade de Barreto sobre problemas relacionados à Língua Portuguesa mas também o seu domínio dos conhecimentos necessários no tratamento dos assuntos selecionados em cada unidade. Acrescente-se a esses dois aspectos, a concepção de Língua Portuguesa defendida na obra, como mostra o exemplo:

Nota que, na lista que tecemos de galicismos no emprêgo da partícula A, falta *máquina*, ou *navio a vapor*.

É um galicismo, sem dúvida nenhuma; *un bateau à vapeur, moulin à vent*. A construção correcta e castiça é pôr a preposição *de* onde há *a*: *barco de vela, barco de vapor, paquete de vapor, máquinas de vapor, moinho de vento*. Que a construção castiça pede *de*, e não *a*, basta a prová-lo o exemplo de Herculano no *Monge de Cister*, t.I, cap. XI, pág.187: “Já daqui se conhece que se o nosso decretalista houvera vivido nos princípios do século XVI ou nos fins do XVIII, não teria sido Pedro Nunes o inventor do nónio ou Watt o das *máquinas de vapor* “ Mas tão vista, tão ouvida e tão comum é tal construção *navio a vapor*, que por fim havemos de costumar-nos a ela, e já a empregaram o Garrett e o Camilo... (BARRETO, 1982, P.21-22) (Grifos nossos)

Assim, ele defende o purismo e a norma culta lusitanos, criticando as construções brasileiras que estavam incorporadas na fala e na escrita do povo brasileiro, como representativas do idioma de uma outra nação. Só cede a elas a contragosto, porque conceituados autores portugueses já haviam utilizado essas formas linguísticas.

Quanto aos capítulos, eles são de variada extensão. Assim, o quarto capítulo apresenta 08 itens, o quinto traz 09 tópicos, o oitavo, 06 e o décimo nono capítulo, 01 item. Além disso, trazem variedade de conteúdos como se pode verificar no **Capítulo IV**<sup>7</sup>: — Entenebrar e entenebrece<sup>8</sup>, formas simétricas - Eclecticismo e eclecticismo: haplologia de sílabas – Compostos com *filo, mania, fobia*: pouco importa que o radical nada tenha de comum com o

7 Na análise, quando necessário, fazemos aproximações das questões discutidas com propostas de autores do século XX, aplicando, assim, o Princípio da Adequação Teórica.

8 Entenebrar e entenebrece significam enublar, escurecer, obscurecer. Essas duas formas estão registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. No Aurélio, encontramos somente a forma “entenebrece”. Para Barretos, elas são sinônimas.

grego – Variedade de regimen que oferecem muitos verbos – ligeira anfibologia – *Devo-me ir daqui*, ou *devo ir-me* – Anteposição do pronome oblíquo no imperativo – Concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos ou no **Capítulo XIV**: - O complemento partitivo - A forma *como a*, aplicada ao sujeito da oração – Neto e nítido – O radical *ang* muito empregado nas línguas indo-europeas, tanto no sentido próprio como no figurado – Esquinência<sup>9</sup> – Angúrria<sup>10</sup> – Secretar<sup>11</sup> ou no **Capítulo XIX**, cujo foco exclusivo é a Reforma Ortográfica.

Na exposição dos temas, Barreto segue sempre o mesmo modelo iniciando pela introdução da questão a ser discutida, seguida da apresentação de exemplos que contrariam o questionamento feito, continuada pela Introdução do conceito e finalizada pelo reforço do ponto de vista com novos exemplos. É importante destacar que, na discussão de questões lexicais, ele seleciona com frequência palavras de caráter erudito que eram utilizadas pelos falantes naquele momento, mas que, atualmente, não são de uso corrente, nem são do conhecimento dos usuários do Português Brasileiro, conforme demonstram as notas 8 e 9.

### 3.3 Análise do *Ádito*

O *Ádito* é o texto de abertura da obra e recebe esse nome por ser o umbral ou limiar pelo qual o leitor adentra no texto. Ele está assinado por Silva Ramos,

---

9 Esse termo, no Houaiss, significa angina e, no Aurélio, registrada como esquinância, significa amigdalite. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa traz a forma “esquinência”. Barretos atribui a essa palavra o sentido de “angina” que é “tudo o que aperta o peito, resultando daí certa angústia.” (p.187). Discute a sua origem da “raiz ária *ang* que “leva em si a idea de apertar, oprimir, estreitar”, da qual “se formaram *angina, angústia, e o adjetivo angusto*” (p.187)

10 Quanto a angúrria ou angúria, palavra encontrada em Frei Luís de Sousa, afirma ser um substantivo com o sentido de “dificuldade de urinar”, sendo o seu radical o mesmo de angina. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa registra o substantivo angúrria, o adjetivo angurriado e o verbo angurriar-se. No Aurélio, encontra-se angurriado com o sentidos de acabrunhado e de angustiado. Já no Houaiss, estão registrados os adjetivos angurroento e angurriado, significando desanimado, angustiado, aborrecido e tristonho, além do verbo angurriar-se com o significados de entristecer-se aborrecer-se e acabrunhar-se.

11 Em relação a esse verbo, o autor faz severas críticas aos “médicos e outros homens de ciência”(p188) que empregavam essa forma verbal em lugar de segregar, que, para Barreto, seria a forma correta em “boa língua pátria”.(p188) Considera “secretar” “verbo irracional e bárbaro”, Afirma que “*Segregar* é que se diz (*segregar bile*, v. gr.): prende-se, assim, como *agregar*; à palavra latina *gregem*, rebanho, e contém o sobredito prefixo *se*. *Segregar*, separar da massa”.(p. 188) Consultando dois de nossos dicionários atuais, constatamos que sua proposta não teve sucesso, pois eles registram a forma “secretar” como sinônima de “segregar”, mas com o sentido de produzir excreção, expelir, parecendo-nos ser essa a forma mais usual no Português Brasileiro.

filólogo e professor do Colégio Pedro II, que também faz parte, na concepção de Guimarães (2004), do segundo grupo de especialistas, que, no Brasil, dedicaram-se ao estudo do Português e que mantiveram “posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil.” (p. 28) Para Cavaliere (2001), tanto Silva Ramos quanto Mário Barreto fazem parte da fase legatária dos estudos sobre o Português, integrante do período científico dos estudos linguísticos brasileiros, grupo que recebeu influências da filologia de Diez e de Meyer-Lübke e que foi inspirado pela “geração de ouro” da filologia de Portugal. Segundo esse autor,

... o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado por minuciosa etimologia e pelo comparativismo típico da romanística europeia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominavam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. (CAVALIERE, 2001, p.61)

O texto introdutório estrutura-se em quatro partes. Na primeira, Silva Ramos discorre sobre a distinção do convite recebido para prefaciar a obra e sobre sua dificuldade em recusar esse pedido, por causa de sua “fraca autoridade” para essa tarefa, diante da de João Ribeiro, que assinou o prefácio de *Estudos da Língua Portuguesa* e, também, por causa do nome consagrado de Barreto já naquele momento, fato que determinou sua aprovação por unanimidade pela Congregação do Colégio Pedro II, no concurso para professor substituto da Cadeira de Português. Finalmente, ele expressa seu temor de que seja interpretado, como falta de confiança do autor em sua obra, o pedido de redação do Prefácio a um colega que muito o estima.

A resposta de Mário foi a seguinte:

— De modo nenhum; —replicou-me, — move-me não sòmente o desejo de ver o meu nome em obra minha, para a par, com um confrade que nunca deixou de me acoroçar, a partir dos meus primeiros ensaios, e que, a cada artigo meu publicado nas folhas e revistas, me avigorava o empreendimento, a augurar-me bom êxito, mas ainda a vontade de que ali fiquem registrados alguns conceitos concernentes ao estudo racional da nossa língua, formulados em cartas suas, e que, dada a repugnância do meu amigo á publicidade, ninguém leria jamais.

Diante desses argumentos, Silva Jardim aceita o convite e redige o Prefácio.

A 2ª parte traz uma apreciação da obra. Ela inicia-se com uma sequência de perguntas como “Que direi, entretanto, da presente obra, como das anteriormente publicadas pelo autor, que o teor da cada uma não proclame por si mesmo?” (p.VI) Para responder a essa questão, faz referência aos Novíssimos Estudos em cuja advertência Mário expõe a razão de ser de obras da natureza do seu trabalho, as quais, segundo Silva Ramos, “são para louvar”, apresentando, a seguir, a razão do valor desse tipo de trabalho:

“É que ninguém já agora acredita que se adquira o conhecimento de uma língua com o folhear algumas gramáticas. Daí o descrédito em que teem caído êsses còdigozinhos de bem falar e a intenção depreciativa dada ao epíteto gramaticógrafo.” (p.VI)

Na sequência, pergunta de onde se originou a “desvalia” da gramática. Responde a essa questão com os seguintes argumentos: a) As verdadeiras dificuldades da língua não são resolvidas pela teoria e b) A dupla segregação dos gramáticos deve-se ao afastamento “da língua viva, da língua do tráfego diário, impossível de abranger nas suas infinitas modalidades” (p.VI) e ao afastamento da ciência da linguagem cujas leis parecem desconhecer e cujos princípios, com prazer, desdenham, resultando, dada a contradição entre os dois aspectos destacados, que, no esclarecimento de dúvidas, cada gramático responde de acordo com seu ponto de vista, o que transforma as obras gramaticais em um “corpo de doutrina inconsistente, sem base sólida na natureza, incapaz, por consequência, de se impor.” (p. VI-VII)

Dá sequência a essa parte apresentando várias questões linguísticas que as gramáticas não conseguem explicar como o reconhecimento de um verbo ativo pedir objeto direto ou indireto, somente pelo sentido do verbo, o uso dos pronomes átonos, a sintaxe de concordância e o uso do infinitivo pessoal e impessoal, entre outros. Sobre esse último assim se manifesta, após indagar se os falantes algum vez hesitaram no emprego dessas formas:

Se não obstante a dificuldade da lição teórica, aquelas instruções estivessem certas...Mas basta saber-se como foram condenados, sem apêlo nem agravo, Camões, Fernão Mendes, Jorge Ferreira, pelo *mau* emprêgo daquelas formas, para concluir a inanidade de tais preceitos. (P.VIII)

Na 3ª parte, justifica o valor da obra de Mário Barreto com os seguintes argumentos:

- presença marcante de fraseologia vernácula proveniente das fontes clássicas;
- confirmação pela abundância de citações das tendências da língua, no que se refere à concordância, à regência, à construção, à modulação, à cadência e ao “boleio” da frase, que são confirmadas pelos princípios da ciência da linguagem;
- explicações de “desvios aparentes das leis dominadoras dos factos” explicados pela ação de outras leis intercorrentes, não sendo classificados como exceções, “deplorável expressão da disciplina gramatical, como se a leis naturais pudesse haver exceções” (p. XVII)
- Estudo de anomalias na frase de acordo com os princípios da linguística, sobretudo da fonética sintática, de Brugmann e em “harmonia com o sentimento do escritor”. (p.XVII)

Na 4ª parte, ele encerra seu prefácio com estas palavras:

E, para concluir, numa palavra: o principal factor da minha acentuada simpatia pelo eminente professor do Colégio Militar e pela sua obra é a consideração de que, sem embargo da diferença de idades, consentimos duplamente, no processo de estudo como aprendizes, e no método de ensino como profissionais; o que não sei em qual de nós dois mais se deva admirar, se nele, se em mim; pois, quando discorreremos por estes assuntos, nem eu tenho caturrices de velho, nem êle verduras de rapaz. (p. XVIII)

O aspecto relevante a ser destacado nesse Ádito, além dos vários elogios feitos ao autor de *Fatos da Língua Portuguesa*, título, aliás que mostra o engajamento de Barreto na Filologia brasileira daquele momento, é o repúdio que o prefaciador faz à gramática normativa e também ao seu afastamento da língua viva, de uso corrente nas trocas comunicativas do dia-a-dia. Essa posição contrasta com a de Mário Barreto que, fiel aos princípios da Filologia, utiliza como parâmetro para suas análises e críticas a língua literária de Portugal.

### 3.4 Análise do capítulo IV

Nesse capítulo, o autor pontua a variedade de regime de muitos verbos, considerando esse aspecto típico da Língua Portuguesa. Destaca os **verbos que**

**apresentam dupla possibilidade de construção:** “ora com acusativo de pessoa, ora com acusativo de coisa, de maneira que o nome da pessoas irá muitas vezes em acusativo e outras em dativo.” (p.75) Nesse caso, está o verbo ensinar que permite construções como “ensinei-o a ler” e “ensinei-lhe a leitura”. (p. 76) Afirma que fazem parte desse grupo os verbos aconselhar e implorar. Os exemplos propostos são abonados não só por estudiosos da língua, como Epifânio, mas também por grandes literatos como Camilo Castelo Branco, Padre Vieira, Júlio Dinis, Machado de Assis, entre outros. É importante notar que, apesar de serem minoria, são citados alguns autores brasileiros, como José de Alencar, Machado de Assis e Sílvio Romero.

Deve-se observar que, nos exemplos apresentados, embora haja mudança de regência não muda o sentido do verbo. Há verbos que, atualmente, conservam essa característica, como esquecer, obedecer, perdoar etc. Consultando-se Cunha e Cintra (1985), verificamos que eles mostram casos em que a mudança de regência do verbo “ensinar” implica alteração de sentido, como em “A tarimba é que viria **ensiná-lo**” (Machado de Assis, OC, II, 482) (p. 512) e “Era seu luxo montá-lo na vila, exibindo-se e, dias de feira no apuro da maestria com que o **mandava ensinar**. (Alves Redol, MB, 263) (p. 512), nos quais o verbo ensinar significa castigar, bater, adestrar, amestrar e educar. Assim, podemos afirmar que essa dupla possibilidade de construção persiste no Português atual, mas, na maioria dos casos, como abraçar, aspirar, casar, chamar, interessar, informar e muitos outros, ao mudar a regência, há mudança de sentido. Os autores chamam a atenção ainda para o uso atual desse verbo: sua construção, de preferência, é realizada com objeto direto de coisa e indireto de pessoa.

Outra questão sintática discutida nesse capítulo trata do uso do pronome átono. Na **Discussão sobre a posição do pronome átono em construções** perifrásticas com os verbos poder, ir, querer e dever na função de verbos auxiliares, seguidos de um verbo principal, ensina Barreto que o pronome deve preceder o auxiliar (determinante) ou unir-se à sua terminação: “Se a quiseres ver, há de ir a casa de meu pai.” (p.78) “Queriam-me enganar.” Diz Mário que “Esta construção é até mais fluente e familiar. A outra em que o pronome se pospõe ao infinitivo, do qual êle é objecto directo ou indirecto, é enfática: Não desejo ver-te; tu queres vingar-te; eu não tornei a vê-lo; não posso vencer-me...” (p.78)

Ele chama ainda a atenção para o fato de o brasileiro preferir intercalar o pronome entre os dois verbos, como em “êle não quer me ofender, eu não posso me vestir, posso te fazer um favor.” (p.79) O português diria: “êle não me quer ofender, ou não quer ofender-me, eu não me posso vestir ou não posso vestir-me, posso-te fazer ou posso fazer-te um favor, quero-te ver ou quero



ver-te.” (p. 79) É esclarecido pelo autor que os exemplos foram colhidos em *Cantos populares do Brasil*, coligidos por Sílvio Romero. (p. 79)

Propõe, com base em Said Ali, que essa questão não pode ser resolvida pela sintaxe, mas, sim, pela fonética e cita Silva Ramos que diz que o “fenômeno (a colocação dos casos oblíquos do pronome pessoal) é meramente de som, daquela fonética sintáctica de que fala Brugmann, que considera a frase como uma unidade fonética completa em si mesma.” (p. 80)

Sobre a colocação do pronome átono em locuções verbais, no tópico **A Colocação dos Pronomes Átonos no Brasil**, Cunha e Cintra destacam a preferência pela próclise ao verbo principal nessas construções, como em “Será que o pai **não ia se dar** ao respeito” (Autran Dourado, AS, 68) e “Tudo **ia se escurecendo**.” (José Lins do Rego, U, 338), confirmando-se, portanto, no uso brasileiro, a preferência apontada por Barreto em 1916.

Outro tema sintático que escolhemos para este trabalho é a **Concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos**, em que se discute a concordância de um substantivo plural com dois adjetivos no singular. O motivo da abordagem desse assunto foi a crítica a Carlos de Laet, considerado por Barreto “um dos melhores prosadores da nossa terra, um estilista que gosta de remozar a velha linguagem dos clássicos” (p. 82), em função da seguinte construção: “Seguem estranhos cultos os colonos asiáticos e africanos immiscuídos no tremendo certame, aí trazidos pelos governos *inglês e francês*.” (p. 82-83), em texto publicado no Jornal do Brasil em 20 de dezembro de 1914.

Para o filólogo, essa concordância é “mui portuguesa”, sendo lógica e de uso antigo na língua, isso porque “estando o substantivo no plural, e referindo-se por tanto a vários seres, cabe perfeitamente o emprêgo de dois ou mais adjetivos no singular, cada um dos quais vem a qualificar um dos seres compreendidos na pluralidade do substantivo.” (p. 83). Comprova seu ponto de vista, com base na gramática de Guardia e Wierzeysky, em que há exemplos de construções semelhantes, nas quais intervêm numerais (adjetivos numerais) como em “Os voluntários foram alistados nas legiões décimanona e vigésima”.

Mostra que não é pertinente a crítica do leitor a Laet e que, talvez, tenha havido uma confusão com a expressão “a literatura grega e a latina”, uma vez que uma literatura não pode, ao mesmo tempo, ser grega e latina, mas as literatura grega e latina é construção aceitável, sendo a diferença de número que torna possível essa construção, porque “nenhuma confusão se pode estabelecer no espírito do leitor.” (p. 84)

Sobre essa questão, no Português atual, apresentamos a posição de Napoleão Mendes de Almeida (1982), que, apoiado em diversos estudiosos

como Pacheco Junior, Soares Barbosa, Rui Barbosa e Mário Barreto, afirma que há gramáticos que aceitam a construção em que o substantivo vai para o plural quando acompanhado de adjetivos no singular. Também Bechara (1999) faz referência a esse tipo de concordância, que não é focalizada por muitos gramáticos, esclarecendo que, quando há uma palavra determinada e mais de uma determinante, a primeira pode ficar no plural ou ir para o singular, sendo possível, neste último tipo de ocorrência, a repetição do artigo. Destaca, ainda, que, em geral, essa situação acontece com os adjetivos pátrios.

### **3.5 Conceito de ortografia**

A Reforma Ortográfica de 1915, em discussão, naquele momento, no Brasil, é tratada nos capítulos XIX, XX e XXI, com base em entrevista concedida ao redator do Correio da Manhã e publicada em 5 de dezembro de 1915. Esta exposição tem por referência o capítulo XIX. A posição de Barreto, em relação a essa Reforma é de apoio à simplificação e à regularização de nossa ortografia. Aplauda a Academia Brasileira pelas seguintes razões: “por querer harmonizar o seu programa de reforma com a ortografia oficial portuguesa ordenada por decreto de 1º de setembro de 1911. Caminha-se assim para o acôrdo, evita-se o scisma ortográfico, não se quebra a unidade do idioma comum” (p. 261) Expressa sua confiança no grupo incumbido da Reforma, cuja missão, no seu ponto de vista, é o apontamento e a eliminação das pequenas divergências existentes entre a grafia de Portugal e do Brasil. Acredita nele, principalmente, pela presença de Silva Ramos, pois considera-o “verdadeiro linguísta que anda ao corrente de quanto se publica na Europa e segue os métodos exactos da ciência moderna.” (p. 261)

Entende, ainda, que a reforma portuguesa, proposta por brilhantes linguistas, não ofende a prosódia brasileira, logo pode ser seguida no Brasil. Considera que a base da reforma portuguesa

não é “o critério de puro fonetismo. A ortografia sónica é impraticável, sob pena de substituímos um caos por outro caos. Por sua mesma definição, uma ortografia fonética varia, como os sons que ela representa, de um indivíduo a outro. De sónica capitulam a reforma portuguesa para que facilmente a possa desvaliar e combater quem quer que possui dois dedos de gramática e não pode deixar de conhecer os argumentos já muito vistos e ouvidos com que se costuma refutar tal casta grafia. “(p.262-263)

Endossa ainda a reforma porque ela segue o proposto por Gonçalves Viana em 1904, e “respeita a etimologia e a tradição histórica.” (p. 263) Além disso, defende a proposta ortográfica do filólogo português porque é científica ou racional, seguindo “as feições peculiares do português e respeitando-se a história da língua, a sua formação e derivação, e bem assim, a tradição da sua antiga escrita.”(p. 263)

Aos adversários da reforma faz as seguintes objeções em relação à:

- a. **confusão resultante do desaparecimento das consoantes duplas**, como em *gramma*, com o sentido de peso, distinto de *grama*, capim: afirmava-se que a simplificação aumentaria o número de homônimos. Diz ele que, em verdade, essas homonímias nunca causaram dificuldades a ninguém, “porque o contexto determina suficientemente a palavra.” (p. 267 )
- b. **fealdade da grafia simplificada**: aos que achavam feia a grafia com *f* em lugar de *ph*, como em *filosofia*, mostra sua admiração de se considerar uma letra, em certas combinações, bonita e, em outras, feia. Aos opositores de inovações, que vivem sob o “o império da preocupação e dos hábitos”,

diremos que a verdadeira beleza de uma arte consiste na simplicidade de seu processo; que o objecto da escritura é pintar sons, e que quanto mais singelamente o faça, tanto mais bela será. Diremos mais que a tal impressão de fealdade que a princípio nos causa a escrita simplificada, é devida ao descostume.” (p. 268)

- c. **redução das consoantes geminadas**: afirma que essas consoantes duplas latinas são pronunciadas de forma simples e que, portanto, devem ser reduzidas a uma só, o que resultará na escrita de *apelativo*, *abade*, *ofício*, *adição*, *agressão*, *conforme sua etimologia*. “À preocupação de aproximar a ortografia da etimologia é que se deve a presença de letras duplas ou geminadas que a pronúnciação do latim popular tinha deixado cair e que os latinizadores ressuscitaram.” (p.270)
- d. **supressão do h inicial, como elemento gerador de dificuldades no aprendizado de línguas estrangeiras**: Barreto considera que a supressão do *h*, letra muda, tanto nos aproxima como nos afasta de línguas estrangeiras. No caso do verbo haver sem *h* (*aver*), teríamos maior proximidade com o Francês (*avoir*) e com o Italiano (*avere*). Ao

se escrever *omen, orror, humanidade* sem *h*, estaríamos próximos dos italianos que grafam *uomo, orrore, umanità*. Encerra essa discussão com a afirmação: “Não vejo que se ganhe nada na ortografia de uma língua para adquirir o conhecimento de outra.” (p. 272) Destaca que a única necessidade do *h* é depois de *c, l, e n*, para representar o som palatal de *l* e *n* e o chiente de *c*, portanto, na grafia dos dígrafos.

- e. **reforma de Portugal é um ataque à pronúncia do Brasil:** para rebater essa objeção, Barreto retoma o argumento que atribui à Reforma de Gonçalves Viana um caráter fonético. Acusa esses opositores de não terem lido o trabalho do filólogo português ou de procederem de má fé. Reforça a impossibilidade de se fundamentar uma reforma ortográfica em uma imaginária unidade de pronúncia, que jamais existiu na língua falada. Com estas palavras, encerra o capítulo:

Os romanistas portugueses não nos propõem uma ortografia fonética. Podemos ficar tranquilos e seguros a êste respeito. A reforma ortográfica por aqueles sábios preparada tem muito pelo contrário por fim respeitar a tradição lingüística e restaurá-la onde quer que ela foi alterada. É tal a semrazão de algumas críticas, que pendemos a crer que os autores delas não leram o livro de Gonçalves Viana, nem o relatório, que é um verdadeiro tratado de ortografia, da Comissão oficial portuguesa, e nisto está a desculpa de semelhantes críticos. (p.273)

Em sua defesa da Reforma Ortográfica Portuguesa, defendida pela Academia Brasileira de Letras, Barreto apresenta argumentos fortes contra os opositores dessa proposta, sendo um deles, Osório Duque Estrada, citado nominalmente na entrevista dada ao Correio da Manhã, pelo fato de ele destratar, em suas críticas, a Gonçalves Viana e a outros estudiosos portugueses, usando palavras pesadas como *bestunto* e *asno*. Esse debate pela mídia mostra-nos que a discussão sobre ortografia, não importa a época, sempre é acalorada e acirrada. Como a posição de Barreto, nas questões linguística, não importa a sua natureza, é sempre favorável aos padrões portugueses, é compreensível que ele tenha encontrado adversários, que já defendiam uma ortografia do Português que respeitasse as características da língua falada e escrita no Brasil. Em síntese, ele apoiava uma ortografia simplificada, mas fundamentada nos padrões portugueses, expressos na língua literária, que a sua grande fonte na abonação dos temas discutidos.

Fazendo-se uma aproximação com a atual reforma ortográfica, verificamos que há pontos comuns entre as duas como a busca da unificação ortográfica, a presença de muitas regras e de muitas exceções, o retorno da simplificação com a eliminação de letras mudas não pronunciadas e, por fim, a questão política que se refere às perdas de práticas tradicionais em cada país do mundo lusófono<sup>12</sup> e à submissão a novas regras que podem inverter uma lógica de mais de quinhentos anos, ex-colônias impõem normas ortográficas ao colonizador. Diante dessa situação, segundo SILVA (2008, p. 57), o Novo Acordo foi realizado unilateralmente, o que pode descaracterizar a Língua Portuguesa, o que o leva a considerar, baseado em Herculano de Carvalho, linguista português, que

... lembra primeiro que as regras ortográficas devem ter mais um caráter normativo (isto é, devem ser condizentes com a necessidade da escrita) do que compulsivo; e segundo que a reforma ortográfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que, segundo ele, não está totalmente contemplado na última proposta do Acordo.

Verificamos, assim, que mais uma vez a reforma ortográfica não atinge seu objetivo, deixando seus apoiadores e seus opositores descontentes.

### **Considerações finais**

O tema deste trabalho é a obra *Fatos da Língua Portuguesa*, publicada em 1914, no momento em predominava, nos estudos sobre a Língua Portuguesa, a Filologia, no chamado período científico das investigações linguísticas (1881 a 1941). Seguindo os princípios dessa corrente, os estudiosos debruçam-se sobre fatos ou questões relativos ao Português, buscam resolvê-los à luz de especialistas europeus, notadamente os portugueses. Mário Barreto foi um desses filólogos, participante da 2ª geração da Filologia Brasileira, a fase legatária. (cf. CAVALIERE, 2001).

Inserido nesse Grupo, no tratamento da sintaxe, ele debruça-se sobre construções específicas do Português, retiradas de obras literárias, que envolvem a concordância, a sintaxe e a regência. Metodologicamente, ao analisá-las, muitas vezes, busca sua origem etimológica, compara-as com construções de outras línguas latinas, fundamenta a análise, do ponto de vista teórico, em relevan-

---

12 Segundo Silva, para Portugal, as mudanças atingiram 1,6% de seu universo lexical e, para o Brasil, apenas 0,5% de palavras sofreram modificações.

tes nomes nacionais ou estrangeiros. Seus estudos priorizam a norma culta e castiça de caráter lusitano, presente nas obras dos grandes nomes da literatura portuguesa e de alguns escritores brasileiros.

Nesse sentido, em relação à pergunta “Quais são os fatos sintáticos abordados no capítulo IV desta obra?”, verificamos que ele tratou de verbos que apresentam variedade de regime, como ensinar, caracterizando esse fato como uma especificidade da Língua Portuguesa. Abordou também a posição do pronome átono em locuções verbais, apontando que a colocação do pronome oblíquo átono entre os dois verbos é a mais frequente no Português do Brasil. Por fim, discute a concordância do substantivo modificado por dois adjetivos, na qual o substantivo está no plural e os dois adjetivos permanecem no singular. Considera essa construção como legítima no Português, tendo sido empregada por vários “mestres da língua” (p. 83)

Pelo exposto, fica demonstrado que a pergunta foi respondida e que o autor manteve-se dentro dos padrões filológicos no tratamento dos temas escolhidos. Portanto, o primeiro objetivo Levantar algumas questões sintáticas discutidas pelo filólogo no capítulo IV, para caracterizar seu conceito de norma linguística, foi atingido.

Quanto ao conceito de ortografia, concluímos que, para Barreto, ela deve respeitar e registrar as formas tradicionais da língua, ser simplificada e deve restaurar as formas linguísticas nos aspectos em que foram alteradas. Ela não pode ser confundida com a Etimologia.

Não pode também ser fonética, mas deve registrar as transformações sofridas pelas palavras ao longo do tempo, tendo, portanto, em suas regras aspectos fonéticos. Portanto, ele entendia ortografia como “o conjunto de normas reguladoras da representação gráfica das palavras.” (PROENÇA FILHO, 2009, p.15)

Assim, quanto à segunda pergunta “Qual a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX da obra sob análise?”, constatamos que o filólogo, em relação à ortografia, defendia um sistema com regras claras, simplificado em relação ao modelo pseudoetimológico, pautado nas tradições do sistema linguístico do Português, seguindo o modelo de Gonçalves Viana, proposto em 1911. Assim, quanto ao objetivo Verificar qual a concepção de ortografia defendida por Mario Barreto no capítulo XIX da obra *Fatos da Língua Portuguesa*, consideramos que ele tenha sido atingido.

No que tange ao terceiro objetivo Destacar as contribuições da obra em análise para os estudos sobre a Língua Portuguesa no início do século XX, entendemos que ele foi alcançado porque, na exposição dos temas, o autor

deixa evidente a sua erudição, pois eles são aprofundados de diferentes formas: comparação com outras línguas; informações de caráter histórico; comparação entre diferentes autores de diferentes épocas; apresentação de argumentos de autoridade com base na Língua Latina e no Português Clássico, observando os princípios filológicos. Dessa forma, a presente obra trouxe contribuições para os estudos linguísticos na primeira metade do século XX, na perspectiva da Filologia, valorizando a norma literária e o purismo, tendo sido Mário Barreto o defensor e difusor dessas ideias no Brasil, seja como consultor em Consultório Gramatical, seja como autor em suas obras sobre o Português.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982.
- ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. V. 14. N. 1, 2012.
- BARRETO, Mário. *Fatos da Língua Portuguesa*. 3ª ed., fac-similar, reproduzida da 1ª edição, de 1916. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada – A Construção de Gramáticas de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 2. A Construção de Gramática de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BATISTA, Marlon de Novaes. *Coronelismo: ecos da República Velha na política atual do Brasil*. (texto na íntegra disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/coronelismo-ecos-da-republica-velha-na-politica-atual-do-brasil/3268/#ixzz3g9wHB0Rv>), acessado em 15 de jul. 2015.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed.. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAVALIERE, Ricardo. Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos. *Alfa*. São Paulo, 45:49-69, 2001, disponível no link <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4185>.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo. Acontecimentos Institucionais e Estudos do Português. In *História da Semântica – Sujeito, sentido e Gramática Histórica*. Campinas, SP: Pontes, 2004, p. 27-49.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, Nº 2, p. 47-70, 1996.
- MATTOSO CÂMARA JUNIOR, Joaquim. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (Carlos Eduardo Falcão Uchôa – org.) Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- 
- \_\_\_\_\_. *Os Estudos de Português no Brasil*. 1968, (texto na íntegra disponível no link <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/19779/13014>, acessado em 24 jul. 2015.
- PALMA FILHO, João Carlos. *A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)*, 2005, (texto na íntegra disponível em <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>), acessado em 17 jul. 2015.
- PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*, 1999, (texto na íntegra disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext)), acessado em 17 jul. 2015.
- PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos Brasileiros*. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.
- PROENÇA FILHO, Domicio. *Nova Ortografia da Língua Portuguesa – guia prático*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SAUTCHUK, Inez. Romantismo, José de Alencar e a Língua Portuguesa. 2002, (texto na íntegra disponível em [http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano4\\_no2\\_16.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_16.pdf)), acessado em 24 jul. 2015.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, Editora dos Autores Associados Ltda., 2007.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª reimpressão, com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009
- SILVA, Maurício. *O Novo Acordo Ortográfico o que muda, o que não muda*. São Paulo: Contexto, 2008.



SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa / Academia Brasileira de Letras. 6ª ed. São Paulo: Global, 2009.

Recebido em 31 de julho de 2015.

Aceito em 15 de setembro de 2015.

## OLHARES SOBRE A LÍNGUA NACIONAL NO BRASIL INDEPENDENTE

### VIEWPOINTS ON THE NATIONAL LANGUAGE IN BRAZIL AS AN INDEPENDENT COUNTRY

Regina Pires de Brito

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
rhbrito@mackenzie.br

Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
mlmcv@uol.com.br

#### RESUMO:

A consciência da diversidade linguística no âmbito dos países lusófonos vem sendo debatida tanto por filólogos e linguistas quanto por vários escritores. No entanto, essa discussão encontra respaldo no pós-colonialismo, marcado, dentre outros fatores, pela preocupação, nas ex-colônias, com o uso da variedade transplantada pela metrópole europeia e com o estabelecimento da “identidade” da língua nacional. No Brasil, esse movimento fortaleceu-se com o Romantismo, com manifestações a respeito da necessidade de se afirmar a nossa brasilidade, referindo-se ao “idioma”, “dialeto” ou “língua brasileira”. Destaque-se que na segunda metade do século XIX, tendo a maioria das “colônias” da América se tornado república, há uma tomada de consciência sobre as condições de nação e sobre a necessidade de afirmação da variedade americana de sua língua europeia. Neste artigo, recorrendo-se a dados históricos e historiográficos, recuperam-se dados do período em que se tem um embate entre a obediência às normas vindas de Portugal e o sentimento de nacionalidade do brasileiro, que já se manifestava linguisticamente com muitas particularidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da língua portuguesa, brasilidade, variação linguística, estudos lusófonos

**ABSTRACT:**

Knowledge of linguistic diversity within the Portuguese-speaking countries debated both by philologists and linguists and by various writers. However, this argument finds support in post-colonialism, marked, among other factors, the concern, the former colonies, using the variety transplanted by European metropolis and the establishment of “identity” of the national language. In Brazil, this movement strengthened with Romanticism, with demonstrations of the need to assert our Brazility, referring to the “language”, “dialect” or “Brazilian language”. In this paper, making use of historical and historical data, time data recovered in what has been a clash between rules coming from Portugal and the feeling of nationality of the Brazilian, who has manifested itself linguistically with many peculiarities.

**KEYWORDS:** History of the Portuguese language, Brazility, linguistic variation, Lusophone studies.

Este artigo integra pesquisa em curso<sup>1</sup>, fundamentada na Historiografia Linguística e nos Estudos Lusófonos, objetivando traçar o percurso histórico de textos (de natureza vária) que auxiliem no processo de constituição da ideia de lusofonia - conceito em construção e tema ainda polêmico em muitos círculos (cf. Brito, 2013). Para tanto, o recorte apresentado compreende alguns textos de autoria brasileira que tratam da “língua brasileira ou língua nacional” no período pós-independência, com breves descrições e/ou comentários, conforme a orientação de Altman (1998, p. 24) para a atividade historiográfica, que espera “[...] compreender os movimentos em história da ciência, [...] a partir de] uma atividade de seleção, de ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes [...] para o quadro de reflexão [...]” pretendido.

A questão da diversidade linguística geográfica (ou diatópica), especificamente no caso brasileiro, vem sendo discutida ao longo de nossa História por filólogos, lexicólogos, gramáticos, linguistas e escritores – essencialmente a partir do século XIX, quando se registram suas primeiras manifestações, buscando afirmar a brasilidade de nossa variedade diatópica – coincidindo com as aspirações do Romantismo (cf. ELIA, 1994) e com a necessidade, no Brasil independente, de formação do próprio Estado nacional. Nesse aspecto, encontramos diversos textos escritos por romancistas, poetas, críticos e polí-

---

1 Investigação desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq “Cultura e identidade linguística na lusofonia”.

ticos referindo-se ao “idioma”, “dialeto”, “língua” brasileira. Naturalmente, gramáticos e eruditos, por outro lado, “consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira”, como lembra Orlandi (2005, p. 29).

Sobre essa questão, vale referir que a *Carta de Lei imperial de 15 de outubro de 1827*, assinada pelo Imperador Dr. Pedro I (que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”), determinava em seu Artigo 6º que se ensinasse a “gramática da língua nacional” (e não da língua portuguesa ou da língua brasileira – cf. Orlandi, 2005, s/p.):

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil<sup>2</sup>.

Alerta-nos Barros (2008, p. 38) que, “[...] nesse contexto, a língua portuguesa no Brasil, antes considerada oficial, torna-se a língua da Nação Brasileira, ou seja, a língua do colonizador transforma-se na língua do colonizado”.

O historiador Rohloff de Mattos também refere que, do ponto de vista educacional, naquele momento de construção de uma identidade brasileira (ainda que sob a égide de um Imperador português), era importante a difusão da “língua nacional”:

[...] não se tratava mais de apenas ensinar a ‘ler, escrever e contar’, como acontecera nas escolas da Colônia. Tratava-se de difundir o mais amplamente possível a ‘língua nacional’, sua gramática incluída, de modo a superar as limitações de toda natureza impostas pelas falas regionais, e assim reproduzindo em escala mínima e individual o esforço gigantesco que, em escala ampliada, era desenvolvido pelos escritores românticos, Alencar à frente (MATTOS, 2004, p. 261)

Nessa direção, observar o título de algumas obras do período pode ajudar a entender a relevância dos debates sobre a afirmação identitária à época,

---

2 Lei de 15 de outubro de 1827, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCiVil\\_03/LEIS/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/LIM/LIM-15-10-1827.htm). Acesso 24 de jun de 2015.

como por exemplo: o *Compêndio de gramática da língua nacional* (1835) e o *Compêndio de ortografia da língua nacional* (1848), de Antônio Álvares Pereira Coruja ou a *Nova retórica brasileira* (1860), de Antônio Marciano da Silva Pontes (grifos nossos).

Nesse mesmo período, em texto de 1825, o político José Bonifácio de Andrada e Silva estimula a criação de neologismos pelos brasileiros no país recém-independente: “Ousem, pois, os futuros engenhos brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa”<sup>3</sup>.

Dentre os escritores famosos, cita-se José de Alencar como o primeiro a chamar de “dialeto” o português falado no Brasil. Alencar deixou muitos artigos (essencialmente no período entre 1865 a 1875) defendendo a língua que usava em suas criações literárias: “Se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira. Negá-lo é negar o futuro do Brasil”<sup>4</sup>, ou quando afirma: “O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: e cada vez essa distinção deve ser mais profunda – vivacidade – maior liberdade – não falta quem censure essa tendência do dialeto brasileiro de afastar-se de sua língua-mãe”<sup>5</sup>, ou ainda, no *post-scriptum* do romance *Diva* (1865): “A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica anuncia a raça inteligente e ilustrada”.

Muitas polêmicas e discussões se sucederam, tendo ficado famosas a polêmica Alencar-Nabuco (1875) e a polêmica Alencar-Pinheiro Chagas, os vários textos que compõem a polêmica entre o brasileiro Carlos de Laet e o escritor português Camilo Castelo Branco, no último quartel do século XIX, e a polêmica Araripe Jr-Carlos de Laet.

É interessante verificar que, em fins do século XIX, o filólogo, historiador, jornalista e crítico João Ribeiro (1897 apud PINTO, 1978, p. 333-42) define *brasileirismo* como a “expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil” e coloca como prematura a opinião de quem vê tais divergências com o valor de dialeto:

Em rigor qualquer órgão social, qualquer classe, o indivíduo, a famí-

---

3 "Ode Primeira das Olímpicas de Píndaro. Advertência". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 10.

4 PINTO, E.P., 1978, p. 144.

5 "A Língua Portuguesa no Brasil (plano)". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 144.

lia, uma associação, a província, qualquer classe social, os médicos, os alfaiates, os criados, todos e cada um possui o seu dialeto, a sua pronúncia, a sua fraseologia própria. A unidade da língua consiste em que as pequenas diferenças individuais e mesmo as provinciais não destroem o principal fim da linguagem: a possibilidade da comunicação do pensamento. [...]. Esse critério basta para resolver a enfadonha questão que se tem chamado o dialeto brasileiro (RIBEIRO apud PINTO, 1978, p. 333-42).

O autor arrola, também, uma série de vocábulos com diferenciação do significado, concluindo que:

O léxico português adquiriu forças novas, ora ostensivas ora exclusivas, conservando a mesma forma exterior [...]. No entanto, força é confessar, isso não basta para a constituição e disciplina de qualquer língua culta, e a literatura brasileira tão cedo não deixará de ser um domínio da língua imortal de Camões. (RIBEIRO apud PINTO, 1978, p. 341-2)

Ainda segundo João Ribeiro (1933), o primeiro escrito teórico sobre os brasileirismos se deve ao Visconde de Pedra Branca<sup>6</sup> - acrescenta-se que o texto foi publicado em Paris, em francês, entre 1824 e 1825, na *Introduction à l'atlas ethnographique du globe* (1826), obra organizada por Aldrien Balbi e que assim abre o texto do brasileiro: “Observation de M. le Baron de Pedra Branca, Ambassadeur de l'Empereur Du Brésil auprès de La cour de France, sur La langue portugaise sur les différences offertes par le dialecte brésilien compare au dialecte du Portugal”. Nesse texto, o político Pedra Branca acena:

Mais cette langue, transportée au BRÉSIL, se ressent de la douceur du clima et du caractere de ses habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son energie, elle a plus aménité. [...] A cette première différence, qui embrasse la généralité de l'idiome brésilien, il faut encore ajouter celle des mots qui ont changé tout-à-fait d'acception, ainsi que celle de plusieurs autres expressions qui n'existent point dans La langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont été

---

6 Tânia Alkmin (2012) trata o referido texto do Visconde de Pedra Branca como “inaugural”, destacando a sua “compreensão da questão da diferenciação da variedade brasileira em relação à de Portugal, particularmente, no que diz respeito à diferenciação lexical” (p.21).

importées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d'outre-mer. (PEDRA BRANCA apud PINTO, 1978, p. 5-7).

Observe-se no trecho que o autor, após registrar a “doçura” do português transportado para o Brasil, utiliza a expressão “l’idiome brésilien”, provavelmente pela primeira vez na história da nossa língua. Em seguida, apresenta duas listas de palavras: a primeira *Noms qui ont changé de signification*, referindo-se a algumas palavras cujo significado no Brasil é diferente do de Portugal; a segunda, palavras usadas somente no Brasil, acompanhadas de seu significado a que denomina *Noms em usage au Brésil et inconnus em Portugal*<sup>7</sup>.

Em 1888, Sílvio Romero – crítico, ensaísta, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira - fazendo um apanhado de estudos anteriores, procura justificar o uso do vocábulo dialeto<sup>7</sup>, para a variedade brasileira, partindo do pressuposto de que se “os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na família lusitana; são uma nacionalidade nova, [...] e vão formando um povo que se não pode mais confundir com o povo português, [...] nossa língua caminha para tornar-se um dialeto”<sup>8</sup>. Informa, ainda, por meio de pequena lista de palavras, sobre as “modificações lexicológicas que a língua portuguesa tem sofrido na América”, salientando que algumas são “consistentes em mudança do sentido de algumas palavras” - como exemplo: trem - carruagem (Port.) bagagem, aparelho (Bras.)<sup>9</sup>. A seguir, passa ao estudo das alterações fonéticas e, mais adiante, Sílvio Romero faz uma abordagem das alterações sintáticas que a língua portuguesa sofrera, até então, no Brasil, referindo-se a outros estudiosos como Paranhos da Silva e Capistrano de Abreu. Registra, neste ponto, por exemplo, o uso da preposição a precedendo os infinitivos em Portugal (para exprimir o estado atual ou efeito progressivo e contínuo da ação) quando no Brasil se utiliza o gerúndio.

Em “Tradições populares - cantos e contos anônimos - Alterações da língua portuguesa no Brasil”<sup>10</sup>, Sílvio Romero retoma e sintetiza as ideias apresentadas anteriormente e conclui:

---

7 Utilizado anteriormente por Alencar, conforme citamos, Teófilo Braga (no seu Manual de História da Literatura Portuguesa), Macedo Soares e criticado por Pacheco Junior e Paranhos da Silva, entre outros.

8 In: "Transformação da língua portuguesa na América". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 291-3.

9 Note-se que os exemplos arrolados pelo autor serão os mesmos apresentados por João Ribeiro em 1889, no Dicionário Gramatical. Em ambos os casos os exemplos foram retirados de Paranhos da Silva em O idioma do hodierno Português comparado com o do Brasil.

10 apud PINTO, E.P.(1978: 313-7).

As alterações da língua portuguesa na América são um objeto interessante de estudo. [...] A língua portuguesa, cuja origem, fosse qual fosse, não vem aqui a propósito indagar, era falada por um pequeno povo da Europa. No século XVI, descoberto o Brasil, passou ela com os colonos a este solo. A corrente bifurcou-se, portanto. [...] A língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não é também no Brasil. Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil difere hoje muito do de Portugal. É isto um fato orgânico do desenvolvimento linguístico. (ROMERO apud PINTO, 1978, p. 315-6).

No início do século XX, o professor Eduardo Carlos Pereira, na sua *Gramática Histórica*, afirma que as diferenças no léxico, na prosódia e na sintaxe vão acentuando as linhas divisórias entre o português do Brasil e o de Portugal:

seguindo a sua trajetória dialetal, o português, no Brasil, vai-se distanciando do de Portugal, (...) não só no léxico, mas ainda nos vários domínios da gramática. (...) Apesar, porém, dessas evoluções divergentes, a língua portuguesa continuará a ser o vínculo moral entre os dois povos irmãos” (PEREIRA apud PINTO, 1978, p. 313-7).

Virgílio de Lemos, em *A língua portuguesa no Brasil* (1916), recupera as observações de Sílvio Romero ao informar que as questões sobre as transformações da língua portuguesa no Brasil são problemas de linguística e de etnologia e, portanto, não deveriam ser abordadas sob uma perspectiva subjetiva e partidária como o fizeram José de Alencar (que dizia ser o “genuíno português” o falado no Brasil) e por Paranhos da Silva (quando declara que nós conservamos a “pureza da língua deturpada” em Portugal). Lemos afirma ser de competência do linguista o estudo teórico das modificações e das alterações sofridas pela língua portuguesa “na boca do povo brasileiro; e do gramático, a incorporação das modificações “inevitáveis e razoáveis” ao organismo da língua.

Com o movimento Modernista e, em certa medida, com o resgate do nacionalismo Romântico, muitos intelectuais assumem abertamente a defesa de uma “língua brasileira”: Mário de Andrade, (1922) ao declarar no seu *Prefácio Interessantíssimo*: “escrevo brasileiro” e afirmar que “A língua brasileira é das mais ricas e sonoras” ou, ainda, com sua inacabada *Gramatiquinha da fala brasileira*; Menotti Del Picchia (1928) em sua *República dos Estados Unidos do Brasil*: “É assim nascente, / ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, / ó mi-



nha língua brasileira”. Também o historiador da ciência, educador, radialista e antropólogo Roquette-Pinto, nos *Ensaio de Antropologia Brasileira*, trata da questão ao falar do “brasiliano”.

Nesse período, Monteiro Lobato começava igualmente a sonhar com uma língua “nossa”, *porque a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal – é a sua filha brasileira* (MONTEIRO LOBATO, 1921a, p. 78). Esta preocupação com a dimensão brasileira da língua portuguesa culminará com a *brasilina* – denominação usada, pela primeira vez, em 1922, ao comentar *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral: “E a velha língua-mãe, que cá vige mas não viça, abdicará de vez na filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. [...] E sinhazinha Brasilina não tem pressa” (MONTEIRO LOBATO, 1921b). A idéia da brasilina reaparecerá em *Emília no país da gramática* (1933):

A parte de lá – explicou o rinoceronte – é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguêsas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro da Brasilina. (MONTEIRO LOBATO, 1973, p. 14).

De outro lado, aparecem aqueles que defendem a unicidade da língua portuguesa, como o advogado e historiador Aureliano Leite (1935) que asseverava: “o que caracteriza a diferenciação entre dois idiomas não é um punhado de divergências no vocabulário usual. É a estrutura dos mesmos. [...] O instrumento geral de expressão do sentir e do pensar dos brasileiros é a língua portuguesa. A língua brasileira é a língua portuguesa”<sup>11</sup> ou nas palavras do Ministro da Educação (de 1937 a 1945) Gustavo Capanema (1941):

Cumprir não desconhecer que a língua portuguesa, como qualquer outra língua de alcance universal, apresenta, nos diferentes grupos humanos que a falam, peculiaridades prosódicas e divergências sintáticas. [...] Mas a verdade é que, nos seus elementos vocabulares e nos princípios de sua construção, permanece uma língua portuguesa<sup>12</sup>. (CAPANEMA apud PINTO, 1981, p. 467).

11 "Língua brasileira? Não, língua portuguesa." Apud PINTO, E.P., (1981, p.323-50).

12 "Unidade da língua portuguesa". Apud PINTO, E.P. (1981, p. 467).

Em *O problema da língua brasileira* (1940), Sílvio Elia apresenta uma visão crítica dos estudos linguísticos feitos até então e de alguns brasileiros que se dedicaram ao problema da língua nacional; paralelamente, trata dos conceitos de linguagem, língua, dialeto, falares, cultura e civilização, dedica, ainda, um capítulo aos “fatos linguísticos”, além de outros tantos capítulos destinados à Linguística enquanto ciência, suas vertentes e seus grandes mestres. Ao longo dessas explanações é que vai lançando alguns elementos que configuram a questão central de sua obra: existe ou não uma língua brasileira? Em meados do livro, sentencia: “a questão que ora nos ocupa, da existência da língua brasileira como problema essencialmente de língua é um problema sociológico” (p. 80). Já se encaminhando para a conclusão, afirma: “a constituição de uma língua brasileira, como língua de cultura ou de civilização, que é só a que nos pode interessar, só se daria por uma rutura com o Ocidente” (p. 161). Por fim, partindo do pressuposto de que as línguas são produtos/resultados da cultura, e que a língua não é instrumento de cultura (alma), mas sim de civilização (intelecto), Sílvio Elia conclui pela “unidade linguística entre Portugal e Brasil” (p. 165).

Homero Senna (1953), entrevistando Souza da Silveira, questiona a existência da língua brasileira, recebendo como resposta um NÃO bem explicado: “o que existe é a modalidade brasileira da língua portuguesa (SENNA, 1953, p. 24). Indagado a respeito da possibilidade de formar-se uma língua brasileira à semelhança do que aconteceu com as línguas românicas derivadas do latim, Souza da Silveira explicou tratar-se de fenômenos diversos, uma vez que,

desaparecido o poder central no Império Romano do Ocidente, o latim vulgar dos territórios romanizados ficou sem o freio da antiga unidade e as forças diferenciadoras puderam, então, atuar livremente. Note que esse latim não se escrevia, era apenas falado [...] O caso do Brasil é outro: desde os nossos primeiros tempos, a língua portuguesa aqui se ensinava e se escrevia (SENNA, 1953, p. 24-5).

Em 1946, uma Comissão composta pelos professores, escritores e jornalistas: Macedo Soares, Cláudio de Sousa, Souza da Silveira, Gal. Francisco Borges de Oliveira, Júlio Nogueira, Clóvis Monteiro, Pedro Calmon, Azevedo do Amaral, Leonel Franca, Gustavo Capanema, Gilberto Freyre e Affonso de Taunay, apresentam ao Ministério da Educação e Saúde o relatório “Sobre a língua nacional” (1946). Nele, os estudiosos opinam sobre a “denominação do idioma nacional”; temos, assim, um documento que procura justificar que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser Língua Portuguesa.

Para tanto, a Comissão valeu-se de um breve retrospecto histórico e de algumas considerações linguísticas, concluindo:

Os estudos linguísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio. [...] Não há dicionário português-brasileiro, nem brasileiro-português<sup>13</sup>; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguesa”<sup>14</sup>.

Apesar de podermos apontar trabalhos específicos sobre a variedade brasileira do português até 1960, como *O problema da língua brasileira* (1940), de Sílvio Elia; *A língua do Brasil* (1946), de Gladstone Chaves de Melo; *Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil* (1937), *Diferenciação e Unificação do Português no Brasil* e *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil* (ambas de 1946), *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil* (1950), *A Língua Portuguesa no Brasil* (1960), de Serafim da Silva Neto - e uma série de outras obras que tratam ora de brasileirismos, ora de lusitanismos -, estudos sistemáticos dessas diferenças ainda merecem atenção (atualmente, mais ainda, com a necessidade de descrição das normas do português utilizados nos países lusófonos, além do eixo Brasil-Portugal).

Também do ponto de vista do sistema educacional, vale ressaltar as mudanças que, a partir de 1950, começam a tomar corpo na escola brasileira. Por força da “[...] crescente reivindicação, pelas classes populares, do direito à escolarização, democratiza-se a escola e já não são apenas [...] os filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores” (SOARES, 2002, p. 166-7)<sup>15</sup>. A chegada, ao sistema educacional, de um maior número de alunos e com perfis variados, é acompanhada de um novo perfil de

---

13 Mais recentemente, encontramos alguns, dentre eles: o Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro, de Mauro Villar (1989); o Dicionário Lusitano-Brasileiro, de Eno Teodoro Wanke e Roldão Simas Filho (1991); o Schifaiçfavoire: Dicionário de Português, de Mario Prata (1993).

14 Texto reproduzido em SENNA, 1953, p. 42-3.

15 Ainda que façamos restrições ao termo “democratização” da escola, por considerarmos que apenas a ampliação da oferta de vagas às classes populares não se configure como um processo democrático se este não for acompanhado de um cuidado com a qualidade do ensino ofertado, esta questão não será aqui explorada para não fugirmos ao escopo do presente artigo.

professores. Estes passam a ser em número igualmente maior, mas sua formação torna-se mais rápida e aligeirada para atender à expansão da demanda. Por outro lado, também é ampliada a gama de perfis desse profissional docente, agora recrutado em todas as camadas sociais. Com a crescente desvalorização profissional do professor, as camadas sociais mais privilegiadas desinteressam-se por essa carreira e as camadas populares começam a responder por uma necessidade social gritante: a de se ter professores para as escolas dos diferentes níveis e sistemas de ensino de todo o país.

Considerando a distinção entre *sistema* – a língua portuguesa na sua generalidade – e *norma* – as variedades dessa língua (diatópicas, diafásicas e diastráticas) evidenciam, conforme Coseriu (1979, p. 79), o funcionamento da linguagem, “a atividade linguística, que é, ao mesmo tempo, criação e repetição (re-criação), dentro do padrão e segundo as coordenadas do sistema funcional (isto é, do que é imprescindível para que a linguagem cumpra sua função); movimento obrigado e movimento livre, dentro das possibilidades oferecidas pelo sistema”. Desse modo, as inovações linguísticas, trazidas aos bancos escolares por essa nova gama de estudantes oriundos das camadas até então excluídas da educação escolar no país, não modifica, no entanto, a dinâmica de ensino de Língua Portuguesa.

[...] a língua continua a ser considerada *como sistema* cuja gramática deve ser estudada como expressão para fins retóricos e poéticos [...] e os professores continuam pautados no ensino *sobre* a língua. Além disso, como muitos dos então profissionais de ensino não fazem mais parte da elite intelectual, alteram-se os manuais didáticos: ao lado de conhecimentos acerca da gramática e texto para leitura, incluem-se exercícios. Tira-se, portanto, a responsabilidade de o professor elaborar seus exercícios, preparar as suas aulas (BARROS, 2008, p. 40-41).

As discussões que permearam a intelectualidade brasileira no sintético recorte neste artigo apresentado conduzem a pensar, também e forçosamente, na situação da escola brasileira, como adverte em “Aula de português”, o poeta Carlos Drummond de Andrade (que foi, também, assessor do citado ministro Gustavo Capanema):

A linguagem  
na ponta da língua,  
tão fácil de falar  
e de entender.

A linguagem  
na superfície estrelada de letras,  
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,  
e vai desmatando  
o amazonas de minha ignorância.  
Figuras de gramática, esquipáticas,  
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,  
em que pedia para ir lá fora,  
em que levava e dava pontapé,  
a língua, breve língua entrecortada  
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

Ao tratar das diferenças entre os usos linguísticos cotidianos (o “português” de casa e da vida) e a rigidez das normas da gramática tradicional (o “português” da escola), o poeta dá margem para questões e discussões que se sucedem em nosso país, envolvendo as políticas linguísticas estabelecidas oficialmente. Para isso, um olhar investigativo e reflexivo para e sobre o passado, e que transite das telas políticas e acadêmicas para o espaço público, faz-se necessário para a compreensão da realidade linguística e educacional que ainda hoje nos inquieta.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia. (2012) Um texto inaugural: o Visconde da Pedra Branca e o português do Brasil. *Stockholm Review of latin american studies*. No. 8, march 2012. p. 21-33.
- ALTMAN, Maria Cristina. *Pesquisa Linguística no Brasil (1500-1889)* – São Paulo: Humanitas/FFL/CH/USP, 1998.
- BRITO, Regina Pires de *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota, 2013.
- BARROS, Maria Emília R. A. B. A língua portuguesa na escola: percurso e perspectiva. *Interdisciplinar*. Revista de estudos de língua e literatura, 2008, v. 6, n. 6. Itabaiana – SE: UFS.

- COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- ELIA, Silvio. “Portugiesisch Brasilianisch – O português do Brasil”, in *Lexicon der Romanistischen Linguistik*. Herausgegeben von. Edité par Gunter Holtus, Michael Metzertlin. Christian Schmitt Band / vol. VI, 2 – Galegisch, Portugiesisch (Gallego, Português), pp. 559-575, Max Niemeyer Verlag. Tübingen-1994.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. “Gramática portuguesa”. In: *Crítica e outras notas*. São Paulo: Brasiliense, 1921a.
- \_\_\_\_\_. *Onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1921b.
- \_\_\_\_\_. *Emília no país da gramática*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. *Ciência e Cultura (online)*, São Paulo, v. 57, n. 2, junho, 2005. p. 29-30. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 02 jul. 2015.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1820 a 1920*. V. 1. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. Panorama: a língua do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 22. São Paulo, IEB/USP, 1980, p. 27-33.
- \_\_\_\_\_. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1920 a 1945*. V. 2. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In. BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

Recebido em 20 de julho de 2015.

Aceito em 10 de setembro de 2015.

PELOS 100 ANOS DE UM MARCO PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS  
COMO LÍNGUA SEGUNDA / ESTRANGEIRA

José Marcelo Freitas de Luna  
Universidade do Vale do Itajaí  
mluna@univali.br

RESUMO:

Inspirado pelo dever de se reconhecer e valorizar os precursores do desenvolvimento científico, este trabalho caracteriza-se como um tributo centenário ao trabalho de Gustav August Büchler, autor do livro *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*, publicado em Blumenau, no Brasil, em 1914. O artigo assume como objetivo descrever o elemento biográfico, os aspectos visuais e o conteúdo programático do referido título. A partir dessa análise, são feitas considerações acerca da relação identificada entre os princípios teórico-metodológicos subjacentes ao livro com aqueles do Movimento de Reforma do Ensino de Línguas, cujo berço é a Alemanha do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia do Ensino de Línguas. Movimento de reforma do ensino de línguas. Português como língua estrangeira.

ABSTRACT:

This work is a centenary tribute to the work of Gustav August Büchler, author of *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen* published in Blumenau, Brazil, in 1914. The article investigates the biographical element, the visual aspects and the syllabus of the book. From the analysis, considerations are made about the identified relationship between the theoretical and methodological principles underlying the book with those of the Language Teaching Reform Movement, whose cradle is the nineteenth-century Germany.

**KEYWORDS:** Historiography of Language Teaching. Language Teaching Reform Movement. Portuguese as a foreign language.

## **Introdução**

Os tributos são devidos aos trabalhos que representam contribuições e legados para a comunidade científica. Com essa motivação, Howatt (1982), por exemplo, homenageia Willem Viëtor, pela publicação, em 1882, do panfleto *Der Sprachunterricht muss umkehren!* (Language teaching must start afresh!). Este título marca o Movimento de Reforma do Ensino de Línguas (MREL), cujo berço se associa à Alemanha do século XIX (LUNA, 2000).

No presente texto, prestamos um tributo centenário ao trabalho de Gustav August Büchler. Referimo-nos particularmente ao livro **Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen**, publicado em 1914, em Blumenau, no Brasil. Este livro não teve a repercussão do panfleto de Viëtor; disso sabemos. O destaque que lhe damos deve-se exatamente à sua natureza quase desconhecida, mesmo daqueles que, principalmente ao longo das últimas três décadas, vêm se dedicando à produção de material didático para o ensino de português como língua segunda / estrangeira. Igualmente desconhecida – e aqui reside a segunda razão para o destaque – é a relação que se pode fazer entre este livro para a escola alemã do Brasil e a literatura do MREL.

Neste artigo, o tributo que prestamos assume a forma de descrição do elemento biográfico, dos aspectos visuais e do conteúdo programático de Büchler (1914). À tarefa de descrevê-lo se soma a de explicar a relação entre os princípios teórico-metodológicos do MREL e a abordagem subjacente ao livro em tela. O tributo por este texto prestado pode também ser recebido como uma contribuição a metodólogos e a professores em atuação e formação, especialmente aqueles na área de língua portuguesa. Objetivamente, oferecemos um exemplo de como uma abordagem historiográfica torna-se essencial para a avaliação do grau de continuidade e de ineditismo dos métodos e dos materiais didáticos. Além disso, ilustramos uma forma de historiografar o ensino de línguas, destacando a influência de fatores extralinguísticos sobre uma prática pedalinguística.

Entretanto para reconstruirmos a prática pedalinguística do ensino de Português na Escola Nova Alemã de Blumenau, precisamos desenvolver uma descrição do material didático utilizado.

## **1 Descrições e Explicações**

Georg August Büchler nasceu em 21 de maio de 1884, na cidade de Steinbach, na região de Hessen. Após frequentar a Escola Primária na sua cidade



natal, Büchler ingressou na Grossherzogliche Direktion der OberRealschule, que se localizava em Darmstadt, próxima à Marburg.

A referência à escola e a sua localização é feita por sua identificação com o MREL. Dentre outras listadas em Brebner 1898, como visitadas por ela, a Grossherzogliche OberRealschule zur Darmstadt destaca-se como sendo uma das escolas onde o currículo em desenvolvimento apresentava-se adequado às exigências das reformas pelas quais passou a Alemanha.

No seu histórico escolar, Büchler exhibe conceitos que variam de ‘Bom’ a ‘Muito Bom’, nas disciplinas: Ciências Naturais, Matemática e em Francês e Inglês, entre outras. Após concluir o secundário, em 1903, Büchler começou a frequentar o Seminário de Formação de Professores, o Schullehrer Seminar, localizado em Bensheim, também na região de Darmstadt. Em 1904, formou-se em Pedagogia e em Música, tendo obtido conceito ‘Bom’.

Um ano após a conclusão do curso de formação de professores na Alemanha, Büchler emigra para o Brasil, na condição de enviado pela Associação Escolar Alemã. No Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, ele viveria até o seu falecimento, em 1962.

A Escola Nova Alemã de Blumenau surge, em 1889, como resposta a duas reivindicações fundamentais da comunidade alemã daquela cidade. Em primeiro lugar, sua criação justificou-se pela persistente falta de escolas públicas na região. Não obstante os pedidos expressos em diversos ofícios encaminhados pelo Doutor Hermann Blumenau aos poderes governamentais, Blumenau, até 1883, contava apenas com duas escolas públicas. A educação das crianças continuava confiada, então, às escolas particulares. A segunda reivindicação, destaca-se a criação de uma escola não confessional, dada as diferenças religiosas na comunidade. (LUNA, 2000).

No ano de 1905, Büchler assume, na Escola Nova Alemã de Blumenau, as disciplinas Língua Inglesa e Matemática. Dois anos mais tarde, assume a Língua Portuguesa, permanecendo como professor desta disciplina até 1917, quando, em consequência da Primeira Grande Guerra, a Escola foi fechada pela primeira vez, sendo reaberta em 1920.

Büchler permaneceu, durante esses três anos em que a Escola esteve fechada, em São Paulo. Em 1920, retorna a Blumenau e reassume as atividades. Em 1930, foi nomeado Diretor da escola alemã de Joinville, a Realschule, permanecendo no cargo por dois anos. Convidado para ocupar a direção da Escola Alemã de Desterro (hoje Florianópolis - capital do Estado), torna-se, em 1932, seu primeiro diretor não pastor.

Além das atividades de ensino e de administração escolar, Büchler também desenvolveu iniciativas relacionadas à Sociedade Escolar Alemã para Santa Catarina. Dentre outras, dirigiu o Jornal *Die Kolonie Schule*, especializado em artigos sobre programas e metodologias em utilização nas escolas teuto-brasileiras do Estado de Santa Catarina. Além de dirigi-lo, também foi um colaborador frequente, tendo publicado alguns artigos diretamente relacionados aos princípios teóricos que embasaram a prática do ensino de português na Escola Nova Alemã de Blumenau. Dentre outros destacam-se os seguintes: “Das Metermass im Rechenunterricht” (As boas aulas de conversação) e “Der portugiesische Unterricht im ersten und zweiten Schuljahr” (A aula de Língua Portuguesa na 1ª e 2ª séries), ambos publicados em 1934.

Pelos relatórios consultados, o ensino de Português na 3ª classe era feito, até 1914, sem uso de livro didático. Como vimos no capítulo anterior, o programa era desenvolvido com base em ilustrações: quadros de pinturas. Esse mesmo programa, contudo, reflete, desde 1910, o conteúdo programático trabalhado em Büchler (1914). Por ter sido ele o professor responsável pela disciplina desde 1907, Büchler parece ter gerado o seu livro ao longo de seus anos de aprendizagem e ensino da Língua Portuguesa junto à Escola Nova Alemã de Blumenau. A partir de 1915, o livro aparece nos programas como utilizado durante o segundo e o terceiro anos escolares.

Os objetivos de Büchler com o seu livro parecem ser esses mesmos, quais sejam, o de prover as classes de primeiro ano das escolas teuto-brasileiras de material adequado as suas necessidades e limitações. Com o subtítulo ‘*für Kolonieschulen*’, identifica e seleciona a sua audiência como sendo aquela formada por professores e alunos de Língua Portuguesa das escolas coloniais.

O propósito da obra é detalhado no prefácio. Apesar de se dirigir mais diretamente aos professores, seu foco de atenção é voltado para o aluno, para quem, segundo Büchler, o Português é uma língua estrangeira e, como tal, deve ser ensinada e aprendida.

Essas considerações podem ser interpretadas como referências aos princípios subjacentes ao modelo teórico adotado. Ele diz:

Para ensinar a falar a língua ‘estrangeira’, melhor se presta a simples e manifesta linguagem do dia-a-dia. Seria muito incorreto querer ensinar coisas na língua ‘estrangeira’ às crianças que em sua própria língua materna elas ainda não compreendem (BÜCHLER, 1914, prefácio, tradução minha).

Nessa linha, prossegue referindo-se ao seu livro como sendo de conversação. Com isso, aponta a coerência do seu material com os princípios defendidos por ele, destacando-se, também, a vantagem do seu livro:

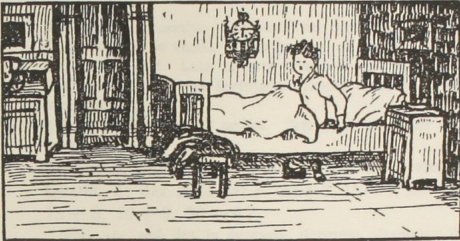
O presente livro de conversação pretende familiarizar o aluno com o vocabulário e as formas de expressão linguísticas mais necessárias da linguagem cotidiana brasileira e habilitá-los a se servirem disto para exprimirem seus pensamentos (BÜCHLER, 1914, prefácio, tradução minha).

Além de considerar o livro como sendo de conversação, Büchler também o reconhece como “uma gramática pura da língua portuguesa”, a qual pode ser usada como referência para estudos mais avançados do vernáculo.

Por Büchler não ser específico no que se refere à gradação do conteúdo programático, percebe-se, a partir dessas duas citações, que ele esteve consciente da necessidade de tornar seu livro interessante e aplicável a todos os níveis de aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas teuto-brasileiras. Ele evidencia, com isso, que, em 1914, havia clientela escolar com níveis diferenciados de proficiência e de interesse na Língua Portuguesa.

Büchler, conforme anunciado anteriormente, faz uso frequente de ilustrações, ao longo do livro, com propósitos instrucionais. As ilustrações são utilizadas principalmente nas lições que encabeçam o que chamamos, quando da discussão do conteúdo programático do livro, de categorias situacionais. São desenhos feitos à mão, em preto e branco, em tamanho proporcional ao corpo da página, colocados na parte superior do texto introdutório da lição, conforme abaixo:

Quinta Lição. 9



**Quinta Lição.**

Zur Einführung: Die Familie Ribeiro steht morgens nicht zur gleichen Zeit auf. Die Eltern sind gewöhnlich die Ersten. Sie haben nicht mehr den festen Schlaf wie die jungen Leute. Für einen gelunden Menschen genügen 8-9 Stunden Schlaf. Paulo und Emilia sind aber damit nicht zufrieden. Sie würden bis in den hellen Tag hinein schlafen, wenn ihre Mutter sie nicht weckte. Anna dagegen ist eine Frühaufsteherin. Luiz steht regelmäßig um 6 Uhr auf, denn um diese Zeit rasselt sein Wecker.

Nehmen wir nun einmal an: Es ist 6 Uhr und der Wecker rasselt! Was geschieht nun? Luiz wacht auf. Er steht auf. Er kleidet sich an. Er wäscht sich. Er trocknet sich mit dem Handtuch ab. Er putzt die Zähne. Er kämmt sich. Er geht hinaus aus dem (verläßt das) Schlafzimmer und geht nach der Küche. Die Eltern und Anna sind schon auf. Aber Paulo und Emilia liegen noch im Bett.

I. Wir wollen nun daselbe auf portugiesisch lernen:

a) São seis horas.  
O despertador **sôa**.  
Luiz **accorda**.  
Elle **levanta-se**.  
Elle **veste-se**.  
Elle **lava-se**.  
Elle **enxuga-se** com a toalha.  
Elle **lava** os dentes.

Ilustração nº 1 – Exemplificando o início da lição no livro de Büchler  
Fonte: Retirado do Livro - Büchler (1914)

Além dessas ilustrações centrais, outras figuras menos frequentes, mas com as mesmas características de composição e de utilização aparecem em meio às lições em posições diferentes das páginas.

Por seus propósitos didáticos, Büchler divide o livro em lições e não em capítulos ou partes. São 40 lições com títulos em alemão, cuja natureza reflete situações e fatos da experiência dos alunos. O foco gramatical, por sua vez, vem abaixo do título de cada lição, também descaracterizado da classificação tradicional em partes ou unidades do discurso. Diferentemente, os elementos gramaticais são apresentados como foco integrado de estudo de uma lição, independentemente de sua classificação gramatical singular.

Apesar da falta de uma classificação formal explícita, uma análise detalhada permite-nos revelar que Büchler obedece a três macrodivisões da Gramática: fonética/fonologia, morfologia e sintaxe, seguindo o esquema clássico de oito partes do discurso (artigo, substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, pronome, preposição, conjunção).

Percebe-se também, em sua visão, que a diferença entre morfologia e sintaxe não é aquela que encerra unidades linguísticas diferentes, mas a que promove tipos de comentários diferentes sobre as mesmas unidades linguísticas. Tomando o exemplo do verbo, no âmbito da morfologia, lista flexões e desinências que ocorrem nos diversos tempos e modos expostos, fornecendo regras de como combiná-los com os correspondentes radicais. Na sintaxe, elabora regras e exemplos de quando e como fazer uso dessas flexões.

Encontra-se, ainda, uma preocupação paralela em fornecer, através dos exercícios de verificação sintática, noções de adequação e pragmática. Essa noção já é inclusive anunciada por ele, quando, no prefácio, destaca o tratamento dado ao verbo. A este respeito, observa: “Sobretudo considere o verbo (a alma da frase), pois o sentido da frase depende, em grande parte, do seu emprego correto”.

O verbo apresenta-se, de fato, como a classe de palavra que recebe a maior atenção em Büchler (1914). Essa dedicação explica-se pela abordagem pedagógica, de formato gramatical no nível da sentença por ele usada. A sentença, nessa perspectiva pedagógica, é utilizada como modelo de instrução do conteúdo de cada lição. A ênfase colocada no seu estudo evidencia-se pelas estratégias de construção e diversificação controladas, pelo autor, a partir da introdução e prática da categoria verbo (tempo, modo, número, pessoa, voz).

Nesse processo, são utilizados exercícios de complementação e expansão de sentenças ilustrativas de um paradigma. As outras partes do discurso encontram, no contexto do livro, um lugar periférico, sendo praticamente reduzidas a cinco elementos funcionais de formação das sentenças: verbos, conectivos, substantivos, adjetivos e advérbios.

No que concerne ao estudo do nível da palavra, o autor concentra-se nas regras gerais e em algumas particularidades de formação do plural de substantivos e adjetivos e nas flexões gerais das outras classes. Com menos intensidade e sem referência alguma à terminologia ou a regras gramaticais, Büchler também aborda os processos de formação de palavras. Nesse ponto, apenas utiliza-se de exercícios, sem fazer qualquer referência sobre os tipos de derivação envolvidos.

A parte de fonética / fonologia, por sua vez, limita-se a algumas orientações ortográficas de emprego de letras para a representação de determinados fonemas, feitas em forma de observações e exercícios esporádicos ao longo das lições.

Além desses exercícios, Büchler dedica uma lição, apresentada como Revisão, a outras questões referentes à fonética / fonologia. Nela, trata rapidamente das noções de fonema e letra, encontros consonantais, divisão silábica e acentuação gráfica. Conforme exemplificação abaixo:

Licção XXXII. 177

2. Vies: **toque, quinto; paguei, pague;** der **k-**Laut wird vor **e** und **i** mit den Buchstaben **qu** (kê u) geschrieben. Der **g-**Laut wird vor **e** mit den Buchstaben **gu** (jê u) geschrieben.

3. Vies: **roço, roça, obedeço, rocei, roce, obedece, obedeci.** Der **s-**Laut wird vor **a** und **o** mit dem Buchstaben **ç** (sê cedilhado) geschrieben. Der **s-**Laut wird vor **e** und **i** mit dem Buchstaben **c** (sê) geschrieben.

(225) Conjugue os seguintes verbos no presente do indicativo, no presente do subjuntivo e no perfeito: pagar, ficar, começar, aparecer, descer, conjugar, tocar, carregar, obedecer, aquecer!

II. Silbentrennung.

a) Wieviele Silben hat das Wort: porta? (2) cidade? (3) pé? (1)

(226) Quantas syllabas tem a palavra livro? Qual a ultima syllaba? Qual a penultima syllaba (vorlehte Silbe)? Quantas syllabas tem a palavra cidade? Qual a ultima syllaba? a antepenultima (die drittelehte)?

(227) Zerlege die folgenden Wörter in Sprechsilben: apagar, phosphoro, casa, filho (fi-lho), ninho (ninho), bastante nascente, abro, trouxe!

b) Bei der Zerlegung der Wörter in Schreibsilben sind folgende Regeln zu merken:

1. Im allgemeinen trennt man nach Sprechsilben.

Man spricht und schreibt: gar-fo, fa-ca, ca-sa, fi-lho, ho-mem, ti-nha, pu-xa, pas-to, bas-tan-te, en-tre, com-pri-do, des-can-çar, pou-co, pol-tro-na, ca-dei-ra, do-bra, mo-veis, me-tro, ou-tu-bro, do-min-go, es-ca-da.

**ch, lh, nh, ph, th** werden nie getrennt.

12

Ilustração nº 2 – Exemplificação: fonética / fonologia no livro de Büchler  
Fonte: Retirado do Livro - Büchler (1914)

Apesar de fazer uso esporádico de diálogos e narrações, as descrições compõem a maior parte dos textos introdutórios das lições do livro. Nesse tipo de texto, Büchler encontra as características estruturais e temáticas para o desenvolvimento do programa de Língua Portuguesa, da forma como ele mesmo anunciou no prefácio.

Percebe-se, assim, uma tentativa de simplificação do material como um todo, incluindo uma simplificação do conteúdo, da estrutura da sentença e do vocabulário, como forma de tornar o assunto, para o aluno, gradativo e, conseqüentemente, funcional.

A ordem de apresentação das lições é quase invariavelmente a mesma ao longo do livro. Todas elas abrem com um texto em alemão, o qual funciona como subsídio temático e estrutural do conteúdo a ser trabalhado. Em outras palavras, o texto provê os alunos de dados situacionais da unidade e, através disso, fornece previamente vocabulário e estruturas em alemão, as quais são, em seguida, trabalhadas em português como foco de ensino.

Após a apresentação, sentenças ilustrativas de um paradigma são extraídas do texto, e apresentadas com exemplos adicionais, em português, destacando-se o foco gramatical ou vocabular com tipos de fontes diferentes. Além do paradigma e dos exemplos introdutórios de fixação, o conteúdo de cada lição é apresentado basicamente na forma de exercícios orais para verificação imediata da retenção do paradigma. Esses exercícios são desenvolvidos através do padrão pergunta-resposta, com base em um exemplo modelo em Alemão. Comumente, as perguntas são, em um exercício seguinte, invertidas em sua estrutura original, de forma a promover a prática de outro ponto gramatical e, também, a retenção do vocabulário.

Esse tipo de exercício de fixação, que objetiva preliminarmente a apresentação mecânica de conteúdo gramatical, substitui, em (Büchler, 1914), outras formas de apresentação de conteúdo. Ao apoiar-se no conhecimento prévio de alemão do aluno e através de exemplos e exercícios contextualizados no texto e ilustração introdutórios, só recorre a regras em estágio posterior do aprendizado, quando os alunos já estão familiarizados com o uso que se faz da estrutura na prática.

A exposição dos alunos ao que se pode chamar de uma forma mais explícita de regra / definição é feita, nos textos, apenas a partir da quarta lição, através de observações / notas (*Merke*). Essas são apresentadas em alemão em partes diferentes da lição (mas sempre após os exercícios já mencionados) e dirigidas ao aluno em forma descritiva. Em outras palavras, elas têm um tom

de dicas ou lembretes e objetivam remover dúvidas eventualmente adquiridas na realização dos exercícios.

Após essa breve descrição do tratamento dado à macrodivisão da gramática, aprendemos que as partes do discurso são trabalhadas em conjunto e de forma espiral, sendo guiadas pelas categorias situacionais e temáticas do livro. As quarenta lições podem ser classificadas como: Família, Trabalho, Escola, Moradia, Atividades, Natureza, Viagem e Valores Cívicos. Essas categorias funcionam como uma linha situacional ligando uma lição à outra, para formação do tema ou contexto geral do livro. Esse pode ser descrito como representativo da vida diária da criança, a qual é mostrada como engajada num processo de formação em meio à sua comunidade.

Como sugerido, o livro abre com lições que descrevem a composição de uma típica família colonial alemã. São utilizados, para fins de autenticidade das informações, nomes de pessoas e de lugares reais, número de membros da família, atividades e características diversas próprias do contexto do aluno.

**Ilustrando:** Pedro e Maria são casados e têm cinco filhos (número padrão da família imigrante), que são: Júlio, Anna, Luiz, Paulo e Emília. O dia típico dessa família é apresentado na quarta lição, quando Pedro é introduzido como comerciante (dono de uma venda - atividade comum do imigrante da região, no período em estudo) e Maria como dona de casa. Os filhos, que têm idades bem diferentes, são, conseqüentemente, introduzidos desenvolvendo atividades diversas. Júlio, o mais velho, trabalha numa ferraria numa outra cidade; Ana ajuda a mãe nos trabalhos domésticos; Luiz, de dezoito anos, já não estuda mais e, por isso, dedica-se à tradicional atividade agrária; enquanto Paulo, de onze anos, está na escola aprendendo a ler, a escrever e a fazer contas. A mais nova, Emília, tem apenas cinco anos e, assim, é apresentada brincando no jardim da casa.

A partir desse contexto inicial, outras personagens são introduzidas, personificando características próprias da vida real da comunidade. O professor, por exemplo, aparece na sexta lição, como sendo aquele que ensina a ler, a escrever e a fazer contas. Para essas funções, ele se revela como tendo habilidades do falante de português e de alemão.

Para promover o desenvolvimento moral, desempenham um papel importante os provérbios em língua portuguesa, que são colocados e trabalhados ao final de algumas lições. Destacados em negrito, são introduzidos em alemão de forma contextualizada e relacionada ao objetivo central da lição. Ao término da sétima lição, por exemplo, o provérbio “**Quem muito dorme, pouco**



**aprende”** é introduzido antes da oitava lição que, por sua vez, se caracteriza como a primeira revisão do conteúdo ministrado.

<p>18</p> <p style="text-align: center;">Sétima Lição.</p> <p style="text-align: center;">O dia:</p> <p>noite — da meia-noite até às 5 horas;      manhã — das 5 horas até ao meio-dia;      tarde — do meio-dia até às 6 horas;      noite — das 6 horas até à meia-noite.</p> <p>III. a) A que horas toma café? A's seis e <b>meia</b>.</p> <p>Das Wort meia haben wir schon in meia-noite kennen gelernt, auch in meio-dia. Es bedeutet: Mitte. Meia-noite heißt also: Mitte der Nacht; meio-dia = Mitte des Tages. Meio oder meia bedeutet auch: ein halb; also meia hora = halbe Stunde. A's seis e meia heißt also: um sechs und ein halb, d. i. um halb sieben (Uhr). Das Wort horas wird hier gewöhnlich weggelassen.</p> <p>Man sagt:</p> <p>A uma e meia — um halb zwei (Uhr). A's duas e meia. A's tres e meia usw. bis A's onze e meia. A' meia hora — um halb eins.</p> <p>b) Auf die Frage: Que horas são? muß man in diesem Falle antworten:</p> <p>E' meia hora. E' uma e meia. São duas e meia.</p> <p>(36) Ergänze die Antworten bis: Es ist halb zwölf.</p> <p>IV. a) Dez mais dez são vinte. Vinte mais dez são trinta. Trinta mais dez são <b>quarenta</b>. Quarenta mais dez são <b>cincoenta</b>. Cincoenta mais dez são <b>sessenta</b>.</p> <p>Zähle von 30—60. Trinta e um, trinta e dois, usw.!</p> <p>[Der Lehrer stelle einige Aufgaben zur Übung.]</p> <p>b) Um dia tem vinte e quatro horas.      Uma hora tem sessenta minutos.      Um minuto tem sessenta segundos.      Meia hora tem trinta minutos.</p>	<p style="text-align: right;">19</p> <p style="text-align: center;">Oitava Lição.</p> <p>Beantworte die Fragen: Quantas horas tem um dia? Quantos minutos tem uma hora? Quantos segundos tem um minuto?</p> <p>V. Um alles zu behalten, was du in der Schule lernst, mußt du öfters dein Buch vornehmen und die gelernten Stücke wiederholen. Die beste Zeit hierzu ist morgens früh. Wer natürlich lange schläft, kann nichts lernen. Merke dir das portugiesische Sprichwort (o proverbio):</p> <p style="text-align: center;"><b>Quem muito dorme, pouco aprende.</b></p> <p style="text-align: center;">Oitava Lição.      Revisão.</p> <p>Zur Einführung: Um uns das fest einzuprägen, was wir bisher gelernt haben, wollen wir es jetzt in etwas anderer Form wiederholen.</p> <p>I. a) Die Wörter, die wir nach „eu“ gehört haben.      b) Die Wörter, die wir nach Você, Elle oder Ella gehört haben.</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="text-align: center;">Eu</td> <td style="text-align: center;">Você, Elle, Ella</td> </tr> <tr> <td>sou</td> <td>é</td> </tr> <tr> <td>tenho</td> <td>tem</td> </tr> <tr> <td>estou</td> <td>está</td> </tr> <tr> <td>vendo</td> <td>vende</td> </tr> <tr> <td>cozinho</td> <td>cozinha</td> </tr> <tr> <td>arrumo</td> <td>arruma</td> </tr> <tr> <td>limpo</td> <td>limpa</td> </tr> <tr> <td>trabalho</td> <td>trabalha</td> </tr> <tr> <td>capino</td> <td>capina</td> </tr> <tr> <td>leio</td> <td>lê</td> </tr> <tr> <td>escrevo</td> <td>escreve</td> </tr> <tr> <td>faço contas</td> <td>faz contas</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">2°</p>	Eu	Você, Elle, Ella	sou	é	tenho	tem	estou	está	vendo	vende	cozinho	cozinha	arrumo	arruma	limpo	limpa	trabalho	trabalha	capino	capina	leio	lê	escrevo	escreve	faço contas	faz contas
Eu	Você, Elle, Ella																										
sou	é																										
tenho	tem																										
estou	está																										
vendo	vende																										
cozinho	cozinha																										
arrumo	arruma																										
limpo	limpa																										
trabalho	trabalha																										
capino	capina																										
leio	lê																										
escrevo	escreve																										
faço contas	faz contas																										

Ilustração n° 3 – término da sétima lição e início da oitava

Fonte: Retirado do Livro - Büchler (1914)

A parte que chamamos de formação prática da vida do aluno é, por sua vez, trabalhada, no livro, a partir de informações extraídas do que podemos considerar currículo de outras disciplinas, notadamente Matemática / Aritmética, Geografia / História.

O autor também aborda noções de pragmática, aplicadas, sobretudo, ao conceito de polidez e diferenças culturais. Seguindo o desenvolvimento temático do livro, a trigésima primeira lição trata da chegada de um médico à casa de amigos da família, para atender a uma pessoa mordida por cobra (acidente corriqueiro na comunidade). Com esse contexto, o autor cobre o tópico

‘cumprimentos’, fornecendo detalhes de seu uso de acordo com a noção de variedade e de registro.

Os ingredientes culturais do conteúdo do livro, já exemplificados de certa forma no contexto dos exemplos sobre polidez, ganham um espaço mais explícito nas últimas lições. Na exploração da categoria Viagens, o personagem Paulo é levado para casa de seu irmão, mais velho e já casado, em Itajaí, em suas férias de final de ano.

A cidade de Itajaí, devemos esclarecer, representa, no contexto da época e do livro, outra cultura. De colonização açoriana/portuguesa, Itajaí figura como a cidade onde o português e demais normas apreendidas deverão ser usadas por Paulo. Nesse sentido, a exposição do aluno é preparada com subsídios linguístico-culturais mais específicos, como compra de bilhetes e procedimentos gerais na estação e durante a viagem de trem, bem como normas relacionadas aos hábitos das duas culturas: a alemã e a luso-brasileira.

## **Conclusão**

Ao adotarmos a historiografia como referencial, assumimos que temos como objetivo não só descrever como também explicar como um determinado conhecimento, no nosso caso uma prática pedalingüística, foi formulada e desenvolvida num momento histórico. Para este fim, faz-se necessário reconstruir o contexto sobre o qual se apoia o objeto de estudo.

Esse contexto é formado por uma rede de fatores de ordem política, econômica, cultural e educacional. Trata-se de fatores que incidem sobre a formação de uma comunidade, definindo a aquisição, o desenvolvimento e a recepção de um conhecimento.

Nesse sentido, a formação de um professor é vista como a reunião das experiências, às quais ele foi exposto nas escolas dos mais diversos níveis. Dito de outra forma, para caracterizar a prática de um professor faz-se necessário conhecer não só sua formação superior como a sua escola primária e secundária, onde, geralmente, se dá o primeiro contato com o referencial de professor e com a prática do ensinar e aprender.

Para o presente estudo, reconstruir a formação de Büchler constitui-se em uma necessidade ainda maior e mais justificada. Em primeiro lugar, Büchler, além de ter sido o professor de Português de boa parte do período de funcionamento da Escola, é o autor do livro base da nossa pesquisa. Em segundo lugar, sua formação pode ser assumida como o resultado da incidência de fatores que marcaram a Alemanha da segunda metade do século XIX.

Büchler (1914) foi produzido em meio a um período marcado pelo desenvolvimento de um mercado editorial específico para a escola teuto-brasileira. À época, e aqui devemos por um momento desconsiderar a rivalidade entre as lideranças editoriais no Rio Grande do Sul, a inspiração divulgada para tal produção era a necessidade de levar o aluno a aprender, a partir de sua própria realidade e necessidade.

Essa inspiração e sua tradução em ideias linguísticas encontram sustentação teórica em vários momentos da história. Aqui, contudo, limitamos o nosso foco à escola de pensamento psicológica (científica-moderna), que mais predominantemente tem influenciado as ideias de ensino de línguas, a partir do MREL, do século XIX. A partir de então, autores com ideias sobre o ensino, mais embasadas cientificamente, têm usado uma forma ou outra de método apoiado na abordagem indutiva.

A passagem do tipo de abordagem dedutiva, comum à escola de pensamento filosófica, para a indutiva experimentou, na Alemanha, seu primeiro maior desenvolvimento, tanto no que se refere à Pedagogia como um todo, quanto a sua aplicação ao ensino de línguas estrangeiras. A Alemanha esteve aberta a influências reformistas, vindo a ser considerada como modelo de pensamento educacional avançado desde o final do século XVIII e palco primeiro do MREL.

O desenvolvimento do material didático teuto-brasileiro, como Büchler (1914), coincide com o surgimento e a proliferação de escolas e métodos de ensino de línguas, originados a partir da (re)descoberta dos princípios defendidos pelo MREL, quais sejam: “a primazia da fala, a centralização do texto conectado como o alvo do processo de ensino-aprendizagem, e a prioridade absoluta de uma metodologia oral na sala-de-aula.” (tradução nossa) (Howatt, 1984: 171).

Büchler toma contato com essas ideias ainda na Alemanha, onde esse princípio ganhou uma proporção maior, tornando-se reconhecido em toda Europa. No Brasil, a sua experiência e motivação somaram-se a de outros, basicamente os autores do Rio Grande do Sul, que já na entrada do século XX, apresentavam, nos primeiros números dos periódicos das associações de professores das escolas teuto-brasileiras, uma proposta pedagógica com orientação psicológica, como mostra a citação abaixo:

É preciso levar as crianças a que elas mesmas se expressem sobre o assunto a ser tratado. [...] Não devemos impingir às crianças nossa forma de pensar e de entender, mas saibamos conduzir o processo de aprendizagem de forma tal que elas avancem a partir daquilo que já sabem [...] (MITTEILUNGEN des Katholischen Lehrer - und Erziehungsvereins, jan. 1900, p. 2-3).

A partir de uma ideia, nos termos de (Kelly, 1969), muitos autores montaram, através da história do ensino de línguas, interpretações que se traduziram em métodos diversos. A razão para uma aparente discordância com os princípios básicos varia de fatores comerciais (muitos métodos recebem inclusive o nome do seu ‘criador’) para fatores justificados pelas características e recursos do meio onde a transmissão da língua se dará. Büchler foi mais movido por esses últimos.

A mudança do tipo de abordagem dedutiva para o tipo indutivo associa-se ao MREL, cujo marco encontra-se na publicação de Viëtor (1882). Embora o apelo do movimento tenha sido em torno de reformas para o ensino de línguas estrangeiras, sua base psicológica serviu como desdobramentos para o ensino de primeira língua, bem como para o de outras disciplinas curriculares.

Essa transição do tipo de abordagem dedutiva, de base filosófica, para a indutiva deu-se de forma lenta, progressiva e variada. Diferentemente da deflagração, ao desdobramento dos princípios MREL em material didático e na efetiva prática pedalinguística não se pode atribuir um marco preciso e definitivo. Isso porque há fatores políticos e sociais diversos que incidem sobre o processo de desenvolvimento e aceitação (ou rejeição) de determinado título e daquilo nele reunido.

Büchler (1914) é uma das fontes que o clima de opinião de uma época quis calar. Ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, duas guerras mundiais criaram na população luso-brasileira o medo do “perigo alemão”. Reforçado por lideranças nacionais e estaduais de perfil nativista, esse sentimento assumiu a forma de duas campanhas de nacionalização do ensino, que fecharam escolas, queimaram relatórios e silenciaram fontes.

O fato de ter sido escrito e utilizado no sistema escolar teuto-brasileiro, sob um clima de opinião desfavorável à aceitação, já distingue (Büchler, 1914). Ao demonstramos a relação entre os princípios teórico-metodológicos subjacentes ao livro com aqueles do MREL, vemos esta produção de português como língua segunda/ estrangeira do início do século XX, como merecedora de um tributo. Assim também fez (Howatt, 1982) em relação a (Viëtor, 1882), base sobre a qual se apoiaram metodólogos, autores e professores de línguas de todo o mundo, inclusive aqueles da Escola Alemã do Brasil.

## **Referências**

BÜCHLER, G. A. *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*. Blumenau: G. Arthur Koehler, 1914.

- \_\_\_\_\_. Der portugiesische Unterricht im ersten und zweiten Schuljahr. *Die Kolonie - Schule*. Florianópolis, p. 23 - 24, jul.1934.
- \_\_\_\_\_. Das Metermass im Rechenunterricht. *Die Kolonie - Schule*. Florianópolis, p. 99 - 101, nov. 1934.
- \_\_\_\_\_. Aus schönen Sprachstunden. *Die Kolonie - Schule*. Florianópolis, 101 - 102, nov. 1934.
- BREBNER, M. *The Method of Teaching Modern Languages in Germany*. London: Cambridge University Press, 1898.
- HOWATT, A. P. R. 'Language teaching must start afresh!' *ELT Journal* Volume 3 6/4 July 1982.
- HOWATT, A. P. R. *A History of English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- LUNA, J. M. F. de. *O Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática*. Blumenau e Itajaí: Edifurb e Editora da Univali. 2000.
- MITTEILUNGEN des Katholischen Lehrer - und Erziehungsvereins in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Centro, jan. 1900-1906.
- VIËTOR, W. "Language teaching must start afresh! A contribution to the question of stress and overwork in schools. 1882/ 86". (tradução do alemão). In: Howatt (1994) Apêndice: 340 - 63.

Recebido em 20 de maio de 2015.

Aceito em 6 de agosto de 2015.

# SOLANO CONSTÂNCIO E SOARES BARBOSA: EMBATES GRAMATICAIS

## SOLANO CONSTÂNCIO AND SOARES BARBOSA: GRAMMATICAL CLASHES

Márcia A. G. Molina

Universidade Federal do Maranhão

maguemol@yahoo.com.br

### RESUMO:

O último quartel do século XIX deu-se, no Brasil, o que Auroux (1989) chama de gramatização, ou seja, foram lançadas gramáticas feitas por brasileiros, umas filiadas aos preceitos das de inspiração filosófica, outras, das seguidoras do modelo Histórico-Comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas, como a havida entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. Nosso objetivo neste trabalho foi analisar as provocações a Soares Barbosa, feitas por Solano Constâncio em sua gramática, em especial, na Etimologia. Ao final das análises, apoiadas na História das Ideias Linguísticas e na História Cultural, percebemos que as críticas deram-se, sobretudo, em virtude de suas filiações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Século XIX - Gramáticas - Francisco Solano Constâncio - Jerônimo Soares Barbosa – Embates

### ABSTRACT:

At the end of the 19<sup>th</sup> Century it occurred in Brazil the fact Auroux (1989) calls grammatization, since several grammars written by Brazilian authors have emerged according to the precepts of the philosophical theory, while others followed the historical comparative model. These two ways of designing grammatical studies generated not few controversies, such as the one between Rui Barbosa and Ernesto Carneiro Ribeiro. The aim of this study was to analyze Solano Constâncio's verbal provocations against Soares Barbosa about

his grammar, especially in Etymology part. At the end of the analysis, based on the History of Linguistic Ideas Linguistic and on the Cultural History, we realize that the criticisms are linked to the author's paradigm affiliation.

**KEYWORDS:** XIX Century - grammars - Francisco Solano Constâncio; Jerome Soares Barbosa; clashes

### **Considerações Iniciais**

Sabemos que o século XIX constitui um momento ímpar na consolidação de nosso saber linguístico. Em seu último quartel deu-se o que Auroux (1989) chama de gramatização, ou seja, foram dadas a público obras gramaticais feitas por brasileiros a serem utilizadas nas escolas brasileiras, seguindo o programa de exames idealizado por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, muitas das quais de inspiração no modelo histórico-comparativo. Além disso (e por causa disso), no final do século, estudiosos, uns, adeptos aos preceitos das anteriores obras de inspiração filosófica, opunham-se àqueles outros, seguidores das de inspiração no modelo Histórico-Comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas que ganhavam notícia, como o famoso embate entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, já na virada para o século XX.

Observamos, contudo, que essas querelas aconteciam até mesmo muito antes desses fatos, ou seja, já ocorriam na fase *vernaculista* delimitada por Elia (1975) momento em que nossos estudiosos, de tradição portuguesa, produziam suas obras que acabavam sendo utilizadas no Brasil também.

Nesse período conviveram gramáticos tanto de preocupação totalmente purista, quanto representantes de uma geração ansiosa por afirmação, autonomistas e separatistas (ELIA, 1975).

É nesse momento ímpar, de contradições e embates, que se situa nosso trabalho. Nosso objetivo é analisar as provocações a Jerônimo Soares Barbosa (1875), feitas por Francisco Solano Constâncio (1855), em sua gramática (Gramática Analítica da Língua Portuguesa), em especial na parte em que trata da Etimologia. Esclarecemos que ambos os autores produziram suas obras no período vernaculista, e nelas cotejaremos os conteúdos apontados por este, considerados “erros” na gramática daquele (Gramática Filosófica da Língua Portuguesa). Para que não correremos o risco de avaliar o objeto com nosso olhar hodierno, balizaremos, quando necessário, as obras desses estudiosos com a

de um outro importante gramático do período: Sotero dos Reis (Gramática da Língua Portuguesa).

Ancoramos nossos estudos na História das Ideias Linguísticas Auroux (1989,1992), Orlandi (2001) e Fávero E Molina (2006). E como toda a obra insere-se num determinado contexto histórico e, assim, acaba por revelar as concepções as influências do período, valer-nos-emos também de estudiosos da História Cultural, como (CHARTIER, 1998).

## 1. Dos autores

### 1.1 Jerônimo Soares Barbosa<sup>1</sup>

Filho de Manuel Freire de São Lázaro e Violante Rosa Soares, nasceu no primeiro quartel do século XVIII, estudou no Seminário Episcopal de Coimbra, fundado pelo bispo D. Miguel da Anunciação e formou-se em Direito Canônico. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, catedrático de Retórica e Poética no Colégio das Artes e teve como função a inspeção das escolas de Primeiras Letras e de Língua Latina, em Coimbra. Além disso, foi deputado e dirigiu edições de clássicos para escolas. Morreu em Almedina (Portugal), em 1815.

Publicou<sup>2</sup>, além da Gramática Filosófica:

- *Oratio Auspicalis, Habitaet Conimbricæ in Gymnasio Maximo*, 1767.
- Instituições Oratórias de Marco Fábio Quintiliano, 1788.
- Análise dos Lusíadas.
- “As duas línguas”, uma gramática filosófica comparada do português e do latim.
- “Escola popular das primeiras letras dividida em quatro partes” (1796), uma gramática elementar do português com instruções destinadas aos mestres-escola.
- Póetica, tradução e explicação da obra de Horácio, 1791.
- *Oratio in gratiarum actionem Josepho I, Lusitanorum regi fidelissimo, habita Conimbricæ in Gymnasio publico, & coram frequenti Academia V. Non. Octobres*, 1766 .
- *Epitome Universæ et Lusitanæ*.
- Mundo Alegórico ou O Plano da Religião Cristã.

<sup>1</sup> Que passaremos a chamar de Soares Barbosa.

<sup>2</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B4nimo\\_Soares\\_Barbosa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B4nimo_Soares_Barbosa)



## 1.2. *Francisco Solano Constâncio*

Francisco Solano Constâncio nasceu em Portugal, Lisboa, em julho de 1777. formou-se em Medicina pela Universidade de Edimburgo. Exerceu a atividade de diplomata e jornalista, destacando-se com a publicação de diversos textos de liberais portugueses. Exatamente por isso e receando as consequências da sua simpatia pelo ideário da Revolução Francesa, emigrou do país, em 1808. Percorreu toda a Europa, fixando-se em Paris. Nessa cidade publicou o *Observador Lusitano*, os *Annaes e Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, em 1827. Morreu em 1846. Escreveu também:

- Des principes de l'économie politique, et de L'impôt, 1819.
- Gramática Analítica da Língua Portuguesa, 1831.
- Gramática Analítica da Língua Portuguesa : oferecida à mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil, 1851.
- História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à abdicação do imperador D. Pedro I, 1839.
- Nouveau dictionnaire portatif des langues française et portugaise, 1834.
- Nouveau dictionnaire portatif des langues française et portugaise, rédigé d'après les meilleurs lexicographes des deux nations , 1842.
- Nouvelle grammaire portugaise, à l'usage des Français, 1862.
- Nouvelle grammaire portugaise, à l'usage des Français, divisée en six parties ... par F.S. Constancio, 1849.
- Nova gramática da língua francesa, 1831.
- Novo mestre inglês , ou Gramática da língua inglesa para uso dos portugueses, ensinada em vinte e cinco lições; extraída das melhores gramáticas inglesas publicadas até hoje, e muito especialmente das de Cobbett, Murray e Siret; rev., cor. e acrescentada por F.S. Constancio, 1837.
- Principes d'économie politique : considérés sous le rapport de leur application pratique, 1820<sup>3</sup>.

---

3 Cf. <http://catalog.hathitrust.org/Record/008403373>

## 2. Visão geral das obras

### 2.1 Gramática filosófica da Língua Portuguesa (Jerônimo Soares Barbosa)

A *Gramática filosófica da Língua Portuguesa (ou Princípios da Gramática Geral aplicados à nossa linguagem)*<sup>4</sup>, lançada primórdios do séc. XIX<sup>5</sup>, é ancorada nas obras de inspiração filosófica do séc. XVIII, é, de acordo com Ranauro (2015) baseada, em especial, na Gramática de Port-Royal (1660). Muitas vezes reeditada, a *Gramática Filosófica* foi formadora de muitos dos intelectuais do período. Para este trabalho, valemo-nos da editada em 1875

Seguindo a tradição greco-latina, a obra vem dividida em 04 livros: no primeiro, o autor traz um tratado da ortografia, intitulado “Da ortografia ou da boa pronúncia da Língua Portuguesa”, no II, “Da Ortografia ou da boa escritura da Língua Portuguesa” no III, Da Etimologia ou partes da oração portuguesa e o IV Da Sintaxe e Construção. Precedem esses livros a “Introdução”, momento em que o autor “condena o ensino da língua fundamentado na memorização pura e simples das regras com base no *uso*”. Para Barbosa, o ensino deveria c ater-se às “razões das práticas do uso”. (BARBOSA, 1881, p. XIV), assim, define a gramática como “um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas”. (BARBOSA, 1881, p. XI).

É na Introdução que pontua o método adotado na obra, afirmando seguir os princípios da gramática geral, especificando que “as regras propostas por este método reduzem-se a menos, porque se unem ao mesmo princípio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão d’elas; e afixam-se mais na memória, porque se ligam umas com às outras”. (Barbosa, 1875, p. XV).

Para o autor, o método facilita o aprendizado de todas as línguas, levando o aluno a compreender o porquê dos fatos linguísticos (RANAURO, 2015). São os princípios da gramática geral, um século depois adotados por Chomsky, que orientam seus ensinamentos.

Ranauro (opus cit) informa que o autor inspira-se nos “defeitos” encontrados nas obras de Fernão de Oliveira, João de Barros e outros gramáticos para corrigi-los, esclarece o gramático também que se baseara em “quase em tudo” na *Gramática da Lingua Castellhana (Gramática de la Lengua Castellhana*, de António Nebrija, composta pela Real Academia Hespanhola em 1492).

4 Para facilitar a leitura, procedemos à atualização ortográfica dos nome e dos conteúdo das obras estudadas.

5 1ª edição, póstuma, data de 1822, mas, diz-se que fora escrita muitos anos antes, visto que sua Introdução data de 1803.

Depois, na sequência, passa a dedicar-se a cada um dos livros propostos em sua obra.

## **2.2 Gramática analítica da Língua Portuguesa (Francisco Solano Constantino)**

A obra do autor parte também dos princípios da gramática geral e particular, visto que em seu *Proêmio*, assevera o autor:

As línguas, ainda antes de serem escritas, têm regras invariáveis, as quais derivam da relação natural que existe entre as nossas sensações, ideias e pensamentos, e por conseguinte entre as vozes com que os exprimimos. Por isso, apesar da imensa diversidade de línguas que são ou foram faladas no globo, nota-se entre elas as mais delas grande conformidade de estrutura, ainda quando seus radicais são inteiramente diferentes. (p. 1)

Contudo, mostrando-se já conhecedor dos princípios da gramática histórico-comparativa que começava a fazer escola, continua: “(...) Isso se verifica comparando as línguas da família arábica com as sanscríticas, e as dos indígenas de quase toda a América com precedentes. Em umas aparece como desinência o que em outras é uma palavra inteira e não contrata” (...), mas reforçando sua filiação nos princípios das obras de inspiração filosófica, prossegue (...) mas todas as línguas têm em comum regras ou princípios que constituem a gramática geral ou filosófica (p.2).

E já na parte introdutória, mostra seu criticismo:

Erraram pois os autores que para a gramática portuguesa tomaram por base a latina: e trabalharam às cegas os que pretenderam tomar por único guia os princípios da gramática geral, como se o português fosse uma língua primitiva. Os críticos rigoristas que tanto tem declamado contra os galicismos modernamente introduzidos em português, parecem ignorar que desde a sua origem ele está cheio de palavras e expressões francesas (p.3)

Depois de pontuar sua filiação, apresenta a obra, rompendo com a tradição, dividida em cinco partes: Parte Primeira: Das letras ou Caracteres Vocais; Parte Segunda: Das partes da Oração; Parte Terceira: Das partículas da oração; Parte Quarta: Da sintaxe; Parte Quinta: Da prosódia.

Ao longo de seu texto, chama vários estudiosos, na maioria da vezes, avaliando-os, apontando seus “erros” e os corrigindo, mas o mais atacado durante todo o texto é Jerônimo Soares Barbosa, em sua Gramática Filosófica, como veremos na sequência.

### 3. Solano Constâncio e Soares Barbosa: embates gramaticais

Muitos são os gramáticos criticados por Solano Constâncio em sua obra. De Fernão de Oliveira a Nebrija, todos são vítimas da pena rigorosa do estudioso, mas nada que se compare às inúmeras censuras tecidas à Soares Barbosa. Durante praticamente toda a obra, os preceitos deste são revistos por aquele, sobretudo na partes I e II da obra. Dada a limitação espacial a que estamos submetidos, restringiremos nossas análises, portanto, nas observações tecidas nessas duas, até o estudo do verbo, deixando as formuladas nas demais para um outro trabalho.

A primeira crítica expressa alude à flexão nominal. Na regra 03 (p.25) em que ensina:

Regra 03: Há nomes de animais que são masculinos e femininos, posto designarem ambos os sexos genericamente, de maneira eu que quando se quer especificar o sexo, é preciso ajuntar ao nome masculino a expressão de *fêmea*, e ao feminino de *macho*. (...)

Acrescenta:

O senhor J.S. Barbosa escreve erradamente *a onça macho*. A razão d’esta singularidade é que a palavra *fêmea* não admite senão a desinência *a*, o que não sucede a *macho*, que, como todos os adjetivos terminados em *o*, admitem a desinência em *a*. Por isso dizemos também *rei-fêmea, macho-fêmea*. (p.26)

Lembramos que discussões como essas a respeito do gênero de algumas palavras foi um século depois discutida por Mattoso Câmara Jr, em sua Estrutura da Língua Portuguesa (1970, p. 88):

(...)É comum lermos nas nossas gramáticas que mulher é o feminino de homem. A descrição exata é dizer que o substantivo mulher é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente

relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados «nomes que variam em gênero por heteronímia». O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. (...)

Novamente, na flexão de gênero, agora pontuando o *neutro*, informa:

Apesar da asserção de muitos dos nossos gramáticos imbuídos das noções derivadas do estudo do latim, sendo um dos mais recentes o senhor J.S. Barbosa, não existe em português desinência que não seja masculina, feminina, ou comum de dois: e não há em português, nem em dialeto algum do latim, terminação neutra correspondente às latinas, em *-ud, um, al, etc.* (...)

De fato, Soares Barbosa, quando discute a flexão dos nomes, preconiza:

**Gênero:** quer dizer *classe*, e esta é a coordenação de muitos indivíduos ou coisas que têm alguma qualidade comum a todos: e como todos os animais naturalmente se distinguem em duas classes ou gêneros, segundo os dois sexos de *macho* e de *fêmea*, os gramáticos puseram os nomes dos primeiros na classe ou *gênero masculino*, e os dos segundos no *feminino*. Estas são as classes naturais, em que entram só os animais. Todos os mais seres que são têm sexo algum, deveriam ser arranjados na classe ou *gênero neutro*. (p.86)

Depois, em relação especificadamente ao *gênero neutro*, Solano Cons-tâncio repete:

Do gênero neutro

Apesar da asserção de muitos dos nossos gramáticos imbuídos das noções derivadas do estudo do latim, sendo um dos mais recentes o senhor J.S. Barbosa, não existe em português desinência que não seja masculina, feminina, ou comum de dois: e não há em português, nem em dialeto algum do latim, terminação neutra correspondente às latinas (...) (p. 30)

A esse respeito, Ranauro (opus cit, p. 279), esclarece que Soares Barbosa “apresenta as regras quanto às terminações pelos quais os nomes se relacionariam aos gêneros masculino, feminino ou neutro”, lembrando que o autor faz um inventário a partir do que observara nos fatos e usos da época, “e não a partir de regras arbitrárias, apriorísticas” como se habituara a mencionar.

Na flexão de número, mais uma vez, Solano Constâncio ataca Soares Barbosa, quando trata dos nomes plurais. Leciona:

Finalmente há nomes plurais, como *ondas, andilhas, algemas bofes, calças, bragas, calções, ceroulas, (...) tesouras, ventas* que exprimem duas cousas ligadas, formando uma só, ou que têm duas porções iguais ou mui semelhantes, ou cousas que emparelham, mas é erro crasso dizer que estes nomes tem dual. (...) Não compreendo como pôde cair em tal erro o senhor Jerônimo Soares Barbosa na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (p. 35).

Revisando a obra do criticado, em relação a este tópico, efetivamente, lemos: “Tem só dual os nomes que significam parêlas de duas coisas juntas, como *ondas, andilhas, alforjes, algemas.....(....)* (p. 92). Sotero dos Reis (1871) não discute na flexão de número questão como essa.

Quando arrazoa o *nome adjetivo* informa:

A denominação do adjetivo é vaga e incorreta: vaga, porque há outras partes da oração, como o advérbio, que ajuntam ao sentido do nome; incorreta, porque os chamados adjetivos, muitas vezes, em vez de ajuntar uma ideia à que o nome exprime, antes abstraem d’ele um dos elementos constituintes do indivíduo” (p.34)

E recrimina (em nota) a posição de Soares Barbosa:

O Sr. J. Soares Barbosa obscureceu e enredou singularmente a matéria no seu capítulo de *nome adjetivo*, onde se encontram quase tantos erros como frases. 1ª Sustenta que *o adjetivo tem duas significações, uma distinta, porém indireta, que é a do atributo; e outra confusa porém direta, que é a do sujeito*. E prossegue: “Esta palavra branco significa diretamente um sujeito qualquer indeterminadamente, que tem brancura; e indiretamente, mas com toda clareza e distinção. A qualidade da cor” 2º Diz que o sujeito que o adjetivo indica, *necessariamente há de ser um nome comum ou apelativo, que só é suscetível*

*de modificações, e determinações por ser de sua natureza vaga e indeterminada.* (p.35)

Apontado o “erro”, propõe:

Fácil é mostrar o erro desta doutrina. Branco aplica-se a todos os sujeitos susceptíveis de possuírem essa cor, mas não significa todos esses sujeitos. Pelo contrário, este adjetivo na sua primeira significação exprimia um objeto eminentemente branco(...) Quanto à segunda asserção, basta nota que *solar*, vem de sol, que é único e *celeste*, vem de céu que também é um; lunar de lua, polar, de polo (do norte) etc. As terminações *abil*, *ibil*, vem do saxão, abal que significa *força*, *potência*. (p.36)

Sotero dos Reis (opus cit), ao tratar dos adjetivos, leciona:

O adjetivo qualifica quando exprime alguma qualidade da pessoa ou coisa designada pelo substantivo (...), como se vê nestes exemplos: *homem prudente rocha dura* (...). Aqui o adjetivo *prudente* exprime uma qualidade accidental ao homem (...) o adjetivo *dura* exprime uma qualidade inerente à rocha (...).

O adjetivo determina quando indica de uma maneira positiva a pessoa ou coisa designada pelo substantivo, como se observa nos exemplos: este homem, aquela casa (...) (p.10)

Soares Barbosa, primeiramente, atribui ao Substantivo e Adjetivo funções distintas; e ao adjetivo o papel de qualificar e determinar. Em relação a isso, Fávero (1996) esclarece que a distinção proposta por esse autor remonta à gramática medieval, em especial, à Prisciano, e que a bipartição dos adjetivos não é adotada nem por Sanchez, nem pela Grammaire de Port Royal, seguida por Solano Constâncio.

Continuando nos Adjetivos, mais uma vez Solano Constâncio (SC) critica Soares Barbosa: “As regras que dá o Sr. J.S.Barbosa para conhecer quais são substantivos e quais adjetivos, são pueris.” (p.37). As regras a que se refere SC são:

Todo adjetivo pois concorda necessariamente com um nome apelativo do gênero ou espécie a que pertence o sujeito sobre que ele cai. Assim, *Pedro é bom*, quer dizer que *Pedro é homem bom*, e da

mesma sorte nos mais. Concordando sempre o adjetivo com um nome substantivo, e esse comum, e não podendo concordar sem que o nosso entendimento perceba a conveniência de um com o outro, segue-se que todo adjetivo com o seu sujeito, ou substantivo, equivale a uma proposição incidente (...)

(Gramática Filosófica, p. 96).

Mais uma vez, percebe-se a filiação de Soares Barbosa (SB) à Grammaire, como já dito anteriormente.

SC informa ainda que Soares Barbosa peca quando diz que “são adjetivos todos os nomes duvidosos que admitem graus de aumento e de diminuição” (p.38). SC julga “incontestável e bem vulgar, que infinitos substantivos admitem desinências aumentativas e diminutivas como homem, mulher e até cousa” (p.38).

Na discussão dos pronomes, leciona SC: (p.41):

Alguns designativos pessoais (pronomes) ou de quantidade, tem três terminações: uma masculina, outra feminina, e a terceira sem gênero, porque é indeterminada e não designa pessoa ou coisa certa, mas sim uma frase, um pensamento. Esta terceira terminação não corresponde ao gênero neutro dos latinos, posto que dela seja tirada, porque não concorda com substantivo algum.

E, na sequência, nova avaliação é feita em relação à obra de Soares Barbosa:

O Sr. J.S. Barbosa até assevera que nas frases seguintes existe o gênero neutro: *o sublime, o belo de um pensamento*. Não refletiu que estas expressões são idênticas a – *a sublimidade, a beleza de um pensamento*; e que nelas a natureza essencialmente substantiva de todo o adjetivo é designada pelo artigo *o* que individualiza a qualidade sublime, bela. De um adjetivo substantivado fez um neutro ! (p.42)

Para Sotero dos Reis (opus cit), os qualificativos têm duas terminações genéricas, não se referindo a uma terceira, nem indeterminada (como SC) nem neutra (como SB).

Julgamos importante pontuar que Solano Constâncio, quando trata do gênero indeterminado e informa que esse diz respeito a uma frase ou a um pensamento, está apontando para a função referencial (dêitica) do pronome, discutida um século depois, na Linguística Textual.



Contrariamente a muitos estudiosos contemporâneos e até sucedâneos<sup>6</sup> a ele, parece que SC tem bem, de fato, clara a noção de que a Língua Portuguesa é diferente em vários pontos da latina. Isso fica explicitado, quando, por exemplo, ensina: “Por meio do artigo e das preposições *de, a, por* se exprimem em português as relações dos nomes que em latim são designadas pelos casos ou terminações.” (p.44)

Ainda no tratamento do *pronome*, SC informa: “*Todo* não é universal distributivo e equivalente a *cada* nas frases *todo o homem, em toda a parte*, como quer o Sr. J.S.Barbosa. É universal coletivo comum e compreende todos os indivíduos designados pelos nomes comuns” (p.47).

De fato, SB, ao tratar do assunto, assevera:

A Língua Portuguesa não tem senão um coletivo universal que é no singular *todo* para o gênero masculino, *toda* para o feminino e *tudo* para o neutro; e no plural *todos*, para o masculino e *todas* para o feminino. Não é determinativo senão quando precede o nome apelativo. (p. 118)

Sotero dos Reis (opus cit) parece comungar com o ponto de vista de SB. Leciona o gramático maranhense:

*Todo* só é partitivo quando se antepõe ao nome apelativo, como aqui: *Todo homem é mortal*; isto é, *todo e qualquer homem* ou *todo d'entre os homens*. Quando porém se pospõe ao nome apelativo, *todo* converte-se em coletivo universal, porque exprime ideia de totalidade (...) (p.28)

Ainda nos pronomes, agora no interrogativo *qual*, SC informa: *Qual* interrogativo corresponde a *qualis* latino de que é derivado, e exprime o desejo de saber a qualidade, a natureza, o caráter distintivo da pessoa ou cousa (...) Ex. *Qual* desses monumentos é do tempo dos Romanos? *Qual* é o caráter distintivo dos templos góticos? (...) (p.57), censurando, na sequência SB:

Nessas interrogações não se subentende, como quer o Sr.J.S.Barbosa, a longa frase: *dize-me a cousa, a qual cousa: dize-me o caráter, o qual caráter é distintivo*, etc. O tom interrogativo exprime o desejo de saber a cousa enunciada na pergunta.

6 João Ribeiro (1881), por exemplo, em sua Gramática Portuguesa, traz a declinação dos pronomes no capítulo em que trata dessa classe.

Anos depois, Said Ali (2008, p. 89)<sup>7</sup> apontaria a necessidade de se analisar a língua dita e não a subentendida, da mesma forma como se posicionou SC:

Fantasiamos possibilidades, socorremo-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, linguisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise.

Ao discutir o pronome *quem*, evoca SB novamente: “*Quem* não é contração de *que homem* como afirma o Sr. J.S. Barbosa, é voz derivada do latim, em que não entra a palavra *homo*. *Quis* latino é contração manifesta de *qui es* ou *est*.”(p.58).

Essa discussão durou anos e foi apontada em diversas obras do período científico<sup>8</sup>, apontado por Elia (opus cit). No tratamento do *verbo*, assim define essa classe: “Verbo é o termo com que exprimimos ação, ato ou estado, relativamente à pessoa ou pessoas, ou coisas personalizadas, e ao tempo, ao modo. O ato ou estado pode ser absoluto, dependente, determinado, indeterminado, definitivo ou indefinito”. (p. 69)

Depois, avalia o conceito dessa classe em várias gramáticas. Em relação a SB, censura:

O verbo, diz ele, é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com seu sujeito, debaixo de todas as suas relações de pessoas e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade do um com o outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir(p.71)

Já havia afirmado anteriormente (p.69), em relação a conceito similar de Moraes e Silva:

Além da confusão que nesta definição introduz a dependência que estabelece entre o sujeito e atributos das sentenças ou orações, é errônea, porque mui bem se pode exprimir o pensamento por meio de um verbo, sem auxílio de nenhuma outra palavra e por conseguinte

---

7 7ª edição da Academia Brasileira de Letras

8 Cf Fávero e Molina (2006).

sem oração composta de sujeito e atributo. Quando digo: *foge ! corre ! viver, morrer, dormir*, não preciso de mais palavras para ser compreendido.

Novamente, percebe-se que sua posição é contrária à Grammaire<sup>9</sup> em que se inspiraram Moraes e SB. Essa obra leciona: “É exatamente isso é o verbo, uma palavra *cujo principal emprego é significar a afirmação.*” (p. 86)

No tratamento do verbo, quando discute os tempos verbais, explica o *condicional* ou *supositivo* “indeterminado, exprime um ato sujeito a uma condição ou suposição eventual, que pode referir-se ao tempo passado ou futuro” (p. 89). E continua sua explanação, contradizendo SB: “Por isso errou o Sr.J.S. Barbosa, em chamar a este tempo pretérito perfeito condicional.(...).

O que hoje chamamos de Futuro do Pretérito chegou a ser considerado modo verbal por estudiosos do século XIX, inclusive por Sotero dos Reis (opus cit), dada a dificuldade de compreendê-lo. A postura de SC parece-nos precursora, visto que poucos tinham essa percepção de ser um futuro no pretérito (uma probabilidade), característica desse tempo.

Ao arrazoar acerca do Subjuntivo, critica SB novamente que chama de *presente imperfeito* ao que ele chama de “*futuro próximo* ou *optativo* e *presente perfeito* o tempo citado de *ter* ou composto do supino com o tempo citado de *ter* ou *haver*. Ex. *Tenha ou haja amado.*” (p.92). Mais uma vez, SC nomeia esses tempos do subjuntivo como muitos autores que lhes foram sucedâneos. Sotero dos Reis, por exemplo, propõe os seguintes tempos do modo *conjuntivo*<sup>10</sup>: presente, pretérito imperfeito e futuro (p. 131,132).

As críticas a SB cessam na *Etimologia*, quando SC aponta a existência de participios duplos: “O Sr. J.S. Barbosa na sua elaborada Gramática notou o fato sem o explicar, erradamente incluiu no número dos participios de duplicada aceção, passiva e ativa, os seguintes que dela carecem: *crescido* (...) *desconfiado* (...) *parecido*(...) *pausado* (...)”

## Considerações finais

Antes de tudo, temos de verbalizar nossa estupefação ao encontrar tantas críticas à obra de Soares Barbosa, esquecida por alguns, lembrada e seguida por muitos autores do século XIX, dada sua profundidade e vanguardismo.

9 1ª edição brasileira (1992).

10 Como ocorre nas gramáticas atuais.

Fávero (1996) pontua:

A Gramática Filosófica da Língua Portuguesa é para muitos uma obra presa à tradição greco-latina e à Grammaire de Port-Royal. A análise que aqui se fez procurou mostrar que se ele se inspirou na tradição greco-latina, em Sánchez, Port-Royal e Enciclopedistas, esta dependência não põe em risco a novidade da Gramática e certos aspectos que ela levanta são muito caros à linguística moderna (...) (p. 252)

Ranauro (2015) assevera:

Trata-se, na realidade, o que constatamos em vários momentos de nosso trabalho, de um pré-conceito em relação, à princípio à própria gramática filosófica em si, frequentemente acusada de basear-se em princípios estatuídos *a priori*, com base na ciência da Lógica, o que não corresponde à realidade quando se trata de uma gramática de uma língua particular, que parte exatamente dos fatos dessa língua, como não poderia deixar de ser. (p. 457)

Conforme íamos lendo SC e assinalando os pontos em que não deixava de abjurar seu “colega”, quis nos parecer que a grande crítica é que SB demonstra real apego à tradição grego-latina, tomando a Língua Portuguesa como a Latina. Ventura (1995) informa que, nessa época “desaparecia da cena histórica o bacharel combatente, com seu saber enciclopédico, substituído por escritores e intelectuais partidários ou especializados” (p.46).

Afora isso, SC parece querer romper em muitos aspectos com os ensinamentos da Grammaire, obra em que muito se baseara SB e, sobretudo na questão do verbo, essa ruptura acabou por mostrar um estudioso perspicaz e visionário, tanto que sua definição de verbo foi seguida por muitos e até hoje encontrada em obras gramaticais.

Além disso, em determinados pontos da obra, pareceu-nos enxergar uma pitada de ressentimento, visto que a Gramática Filosófica fora financiada pela imprensa régia. A esse respeito, quando aponta o “erro” no dual, afirma: “Não compreendo como pôde cair em tal erro o Senhor Jerônimo Soares Barbosa, na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, que a Academia de Ciências de Lisboa a imprimiu a suas custas em 1822” (p.42). Remontando a Elia (1975), ousamos dizer que SB seria representante do que chamou de Geração de Puristas, enquanto SC da Geração de Autonomistas e Separatistas.

Lembramos com Ventura (opus cit) que “o progresso e a modernização foram questões centrais para os letrados do século XIX” (p.40) e, por isso, talvez, Solano tenha realçado em sua obra a importância do espírito científico, frisando em vários momentos que a Língua Portuguesa não era, como queriam muitos, “espelho da Latina”<sup>11</sup>.

## Referências

- ARGOTE, J.C. de. Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portuguesa Lisboa: Oficina de Música, 1725
- ARNAULD, A. & LANCELOT. Gramática de Port-Royal. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Trad Bruno F.Basseto.
- AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. Histoire des Idées Linguistiques .Paris: Pierre Mardaga Editeur, Tomo1, 1989.
- BARBOSA, J.S. Gramática Filosófica da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.
- CÂMARA JR. M. Estrutura da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 1970
- CHARTIER, R. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore, Brasília: Editora UnB, 1998
- ELIA, S. Ensaios de Filologia e Linguística. Coleção Littera. 1975.
- FÁVERO, L.L. e MOLINA, M.A.G. Concepções Linguísticas no Brasil: Século XIX. A Gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- \_\_\_\_\_. As concepções Linguísticas no século XVIII: A gramática Portuguesa. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FIGUEIREDO, A. A. de Resenha Breve das Ideias Gramaticais dos gregos aos nossos dias. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.
- RANAURO, H. Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Alternativa, 2015.
- SAIDALI, M. Dificuldades da Língua Portuguesa: Estudos e Observações. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2008 - 7ª edição

11 Nesse sentido, lembramos o nome da obra de Argote: **Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portuguesa**, 1725.

SOLANO, F.C. *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*. Portugal: Casa de J.P.Aollaud, Monlon, E.C, 1855.

SOTERO DOS REIS, F. *Gramática Portuguesa*. Maranhão: Typ. De R. Almeida e editores, 1871.

Recebido em 20 de agosto de 2015.

Aceito em 20 de setembro de 2015.

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

DIELI VESARO PALMA é doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Realizou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolvendo pesquisa sobre a formação de professores em Portugal e no Brasil. Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia da Língua Portuguesa e Educação Linguística e Ensino de Língua Portuguesa.

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor emérito e titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Detém o título de doutor honoris causa conferido pela Universidade de Coimbra e é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia e docente do Liceu Literário Português

JOSÉ MARCELO FREITAS DE LUNA é doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (1999), com estágio sanduíche na Universidade de Cambridge (Inglaterra) e pós-doutorado, entre 2010 e 2011, na Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos). Atualmente, é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, e professor visitante da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LEONOR LOPES FÁVERO é professora titular de Linguística da USP e Professora Titular de Língua Portuguesa da PUC-SP. É bolsista de produtividade e pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Possui doutorado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem pela PUC-SP e livre-docência em Semiótica e Linguística Geral pela USP (1993). Desenvolve pesquisas nas áreas de Linguística Textual, História das Ideias Linguísticas e Estudos de Língua Falada.

MARCIA ANTONIA GUEDES MOLINA possui doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Língua Portuguesa também pela PUC/SP. Atualmente ministra aula de Produção Textual nos cursos de gra-

duação e de Sociolinguística nos de pós-graduação da Universidade de Santo Amaro, onde também atua como coordenadora dos cursos de licenciatura e de pós-graduação na área de Letras.

MARIA CARLOTA ROSA é doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia. Desenvolve pesquisa sobre descrição do português e na área da Historiografia da Linguística, com ênfase no estudo da linguística missionária

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 140 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre Linguística e Filologia galego-portuguesa. Nos últimos cinco anos desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência.

MARIA LUCIA MARCONDES CARVALHO VASCONCELOS é pedagoga formada pela Universidade São Paulo, doutora em Educação pela mesma universidade e doutora em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde trabalha como professora do Programa de Pós-Graduação em Letras. Atua nas áreas de Letras e Educação, com ênfase na formação de professores, discurso pedagógico e educação linguística.

MARLI QUADROS LEITE é professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, na Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade e Pesquisa (PQ) CNPq. É doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (1996). Tem pós-doutorado pela University of Pennsylvania (EUA) e pela Université de Paris VII - Diderot. É líder de dois Grupos de Trabalho (CNPq): Gramáticas: história, descrição e discurso do qual participam pesquisadores brasileiros, franceses e portugueses, e Projeto NURC/SP-Núcleo USP, no qual atua juntamente com o Prof. Dr. Dino Preti.

NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE é doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Tem pós-doutorado em Formação de Professores pela Universidade do Porto - Portugal. Atualmente é professora associada do departamento de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua



Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia linguística, língua portuguesa, gramática portuguesa, política linguística e discurso.

REGINA PIRES DE BRITO é pós-doutora pela Universidade do Minho (Portugal), doutora em Linguística pela USP. É docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos das Literaturas de Expressão em Língua Portuguesa da USP, membro do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste. É membro-pesquisador e consultivo do projeto Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono, junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal).

ROLF KEMMLER possui mestrado em Filologia Românica pela Eberhard-Karls Universität Tübingen e doutorado em Filologia Românica pela Universidade Bremen. Atualmente é investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia Linguística.

SÓNIA COELHO é professora auxiliar em Linguística Portuguesa no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Doutorada em Historiografia Linguística, mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e licenciada em Português, Latim e Grego. As suas principais áreas de interesse são: historiografia linguística, história da língua, o ensino da língua portuguesa e áreas críticas da língua portuguesa.

SUSANA FONTES é licenciada em Português-Inglês e mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas pela UTAD. É doutoranda em Linguística Portuguesa com tese dedicada à edição e análise histórico-informático-linguística da Gazeta de Lisboa (1715 e 1815). Atualmente, desempenha as funções de assistente convidada na UTAD.